UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

WALID MAHMOUD ABD ELLATIF MAHMOUD EL KHATIB

O cinturão verde de São Paulo:

a relação cidade-campo como expressão crítica do capital a partir da década de 1970

São Paulo
2018

WALID MAHMOUD ABD ELLATIF MAHMOUD EL KHATIB

O cinturão verde de São Paulo:

a relação cidade-campo como expressão crítica do capital a partir da década de 1970

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

EE43c

El-Khatib, Walid Mahmoud Abd Ellatif Mahmoud
O cinturão verde de São Paulo: a relação cidade-campo como expressão crítica do capital a partir da década de 1970 / Walid Mahmoud Abd Ellatif Mahmoud El-Khatib ; orientador Anselmo Alfredo. - São Paulo, 2018.
193 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. CINTURÕES VERDES. 2. CRÍTICA. 3. CAPITAL (ECONOMIA). I. Alfredo, Anselmo, orient. II. Título.

EL-KHATIB, W. M. A. E. M. **O cinturão verde de São Paulo: a relação cidade-campo como expressão crítica do capital a partir da década de 1970**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a)._____Instituição:_____

Julgamento:_____Assinatura:_____

Prof(a). Dr(a)._____Instituição:_____

Julgamento:_____Assinatura:_____

Prof(a). Dr(a)._____Instituição:_____

Julgamento:_____Assinatura:_____

Prof(a). Dr(a)._____Instituição:_____

Julgamento:_____Assinatura:_____

AGRADECIMENTOS

Agradecer é concluir que a pesquisa é fruto de inúmeras formas de suporte e, mais do que isso, é humanizar o processo de pesquisa incluindo aqueles que não são pesquisadores e tão pouco os pesquisados. Agradecer é perceber que a pesquisa se encerra e torna-se um fragmento do pesquisador lançado ao curso do mundo.

Agradeço a todas as professoras e todos os professores do Departamento de Geografia e de outros departamentos que ficam para sempre como minha formação universitária, cuja experiência não poderia ter sido mais engrandecedora e humanizadora. À FFLCH todo o meu carinho e reconhecimento de sua importância pelas brilhantes, boas e justas pessoas que ela forma.

Agradeço aos entrevistados, todos bastante atenciosos, sem os quais este trabalho não poderia ser o que é: Ademir, Alcides, Ana Regina, Caique, Duarte, Elisete, Jorge, Klaus, Neilor, Antonio Alves, Mário Kitazawa, Roberto, João (Taií), Paulo Honda, Danilo, Angélica, Elaine, Sei Kichi, Estevan (Tutto Fresco), Melvin e Juliana (Sindicato Rural).

Agradeço ao professor Anselmo Alfredo pela enorme compreensão, calma, disponibilidade e, sobretudo, pela liberdade no pensar. Suas críticas, sempre como sugestões, são a humildade e o campo aberto que me dispõem a seguir em frente. Nunca chegamos, há sempre aonde ir!

Agradeço à minha mãe por tudo, por sempre me incentivar e me apoiar nas minhas decisões, por estar sempre ao meu lado, por sempre ter compreendido o meu ritmo e o meu tempo, por ser a pessoa inteligente e generosa que sempre foi, enfim, por ser uma grande mulher, minha mãe.

Agradeço ao meu grande irmão, Tamer, por sempre ter sido mais do que um apoio e um exemplo para mim, agradeço por sempre ter sido um grande orgulho, por quem

compartilho pensamentos e observações sempre em sintonia, e por quem tenho admiração imensa.

Agradeço ao Tasso, meu tio, que como um pai foi mais do que um pai, sempre foi um grande exemplo de pessoa humana dentro de casa.

Agradeço ao Papu, meu avô, por sempre ter feito parte de minha vida. Sua presença é terna e alegremente eterna em mim.

Agradeço aos amigos, com os quais compartilho intermitentemente a vida. Ao Diego, pela compreensão e pelo companheirismo sempre sorridente. Agradeço à Sibele, pelos belíssimos mapas. Aos amigos Adilson, Gabriel, Juliano, Lucas e Mateus pelas risadas e planos conjuntos que tornam o mundo um pouco mais suportável. À Semíramis pela convivência afetuosa e companheira.

À Talita, algumas palavras aqui ainda me parecem pouco, mas mesmo assim agradeço pela pessoa boa, bela e justa, pelo amor, pela amizade, pelos trabalhos de campo, pelas leituras conjuntas, pelas reflexões profundas. Escrevo, mais uma vez, que será ao seu lado a nossa vida plena e engrandecedora, tanto mais crítica e radical for nossa experiência a dois.

Que o mau cheiro do mundo do trabalho, o fascismo ordinário e as outras tantas formas de violência naturalizadas, que se fazem como Golpe e como golpes cotidianos, não amoleçam a nervura da crítica. Adiante!

***

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela concessão da bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro para realização desta pesquisa.

(...) De que pode ser culpado um homem, se está meio morto, quase petrificado, se todos os seus sentimentos foram esmagados sob o peso do trabalho? Mas o silêncio é terrível e torturante somente para aqueles que já disseram tudo e nada têm a dizer. Para os que ainda não começaram a falar, o silêncio é simples e fácil...

Maksim Górki

RESUMO

EL-KHATIB, W. M. A. E. M. **O cinturão verde de São Paulo: a relação cidade-campo como expressão crítica do capital a partir da década de 1970**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia, São Paulo, 2018.

O cinturão verde de São Paulo aparece à consciência fetichista como expressão fenomênica do processo de acumulação e de desenvolvimento civilizatório do capital. No entanto, esse mesmo processo, sob a perspectiva da teoria crítica do valor pode ser pensado como explicitação do negativo como determinação da reprodução social. Nesse sentido, a partir da literatura geográfica e de trabalhos de campo pode-se compreender o processo de formação do cinturão verde, não mais como algo dado e naturalizado, mas como expressão social na relação sujeito-objeto, na qual o negativo põe a identidade aos termos. Desloca-se a análise da cisão entre rural e urbano, entre cidade e campo para o campo da crítica, na qual a cisão predicada como negativa impõe à análise a explicitação da negatividade constituinte de seus momentos lógicos e categoriais. Da produção crítica de valor, engendrada pelo desenvolvimento social das forças produtivas e pela divisão social do trabalho, tem-se a produção imanente do negativo como elemento determinante à reprodução social, que por sua vez se fenomeniza conformando na cisão cidade campo, o cinturão verde. É nesse cinturão que a agricultura e o imobiliário confrontam-se, mediados pelo capital financeiro, explicitando, sob o véu material da urbanização, o contrário da acumulação, explicitando que o desenvolvimento do cinturão verde não se põe como acumulação de capital e urbanização, mas como crise e negatividade imanentes ao capital.

Palavras-Chaves: cinturão verde, crise, crítica, negatividade.

ABSTRACT

EL-KHATIB, W. M. A. E. M. **São Paulo's Green Belt: the relationship between city and countryside as a critical expression of the capital since the 1970s**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia, São Paulo, 2018.

Sao Paulo's green belt appears to the fetishized consciousness as a phenomenal expression of the accumulation and the civilizational development of the capital. However, this same process, from the perspective of value criticism can be thought as an explicitness of the negative as a determination of social reproduction. In this sense, as from geographic literature and as from fieldwork the formation process of the green belt may be no longer understood as something given and naturalized, but as a social expression of the specific relationship between subject and object, in which is the negative that sets the identity of the terms. Therefore, it moves the scission between rural and urban, between city and countryside to other qualitatively different level, in which the scission predicated as negative requires an analysis of the explicitness from the constituent negativity of its logical and categorical moments. The critical production of value, engendered by the social development of the forces of production and by the social division of labor, engenders the immanent production of the negative as a determining element to the social reproduction, which in turn makes a phenomenon pursuant to the scission city-countryside and therefore the green belt. In the green belt agriculture and the real estate market confront one another mediated by financial capital, explaining in the apparent urbanization the otherwise of accumulation, explaining that the development of the green belt it is not set as an urbanization/accumulation, but as immanent negativity and crises of the capital.

Key words: green belt, crisis of capital, negativity of capital.

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Fachada do condomínio fechado Quintas do Imperial em Ibiúna 93
Foto 2 - Entrada do condomínio Vila Real em Ibiúna 93
Foto 3 - Estufa de cultivo de hidropônicos em Biritiba-Mirim 114
Foto 4 - Máquina de lavagem automatizada de bandejas de mudas (Taií Mudas) 117
Foto 5 - Estufa de mudas de João, da Taií Mudas 118
Foto 6 - Setor de higienização de alimentos da Tutto Fresco (Estevan) 120
Foto 7 - Esteira automatizada de lavagem de folhosas na Tutto Fresco (Estevan) 120
Foto 8 - Plantação de couve, repolho e coentro de Ademir 127
Foto 9 - Trabalho de lavagem da maçaria na lavoura de Angélica e Danilo 129
Foto 10 - Elisete e sua plantação de mudas de couve 133
Foto 11 – Grande e intensiva plantação de alface crespa de Jorge Takeuti 136
Foto 12 – Empregados trabalhando na grande e intensiva plantação de alface crespa de Jorge Takeuti 137
Foto 13 - Empregados de Jorge Takeuti limpando a terra e passando defensivos no plantio de alface crespa 137
Foto 14 - Galpão do Grupo Hentona com as placas brancas suspensas que indicam para qual rede de supermercado, região e bairro seguem os produtos processados 145
Foto 15 - Símbolos da modernização da empresa e do fim da administração familiar são os caminhões novos personalizados com o nome e o logotipo da empresa 149
Foto 16 - Máquina alemã que pesa e embala produtos secos como alface americana, rabanete, etc 150
Foto 17 - Máquina argentina de lavagem de produtos folhosos 150

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Área plantada (ha) no município de Ibiúna (SP) de 1940 a 2012 106
Gráfico 2 - População rural por município (%), de 1970 a 2010 107
Gráfico 3 – Preço de venda da terra (lavouras) no Brasil e no Estado de São Paulo, taxa Selic de 1996 a 2008..... 161
Gráfico 4 - Produção agrícola total (R$) do município de Ibiúna com linha de tendência exponencial de 1973 a 2011 176
Gráfico 5 - Área plantada (ha) e porcentagem de estabelecimentos com financiamento de 1960 a 2008 178

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização das entrevistas 81
Mapa 2 - Municípios analisados 85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCB	Banco Central do Brasil
CAC	Cooperativa Agrícola de Cotia
CCI	Centro Cultural de Ibiúna
CEAGESP	Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASA	Centro Estadual de Abastecimento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GTC	Grupo de Transporte Coletivo
ha	Hectare
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE	Instituto Brasileiro de Economia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SP	São Paulo
USP	Universidade de São Paulo
ZHIS	Zonas Habitacionais de Interesse Social

SUMÁRIO

1. Introdução **12**

2. Cinturões verdes: por uma reflexão **14**

2.1. Fetichismo e reprodução social: a naturalização do espaço e do tempo *17*

2.2. Cinturão verde: a leitura da Geografia *25*

2.3. Relação campo cidade: a Geografia *28*

2.4. Cisão negativa: o cinturão como contradição *39*

2.5. Da produção crítica de valor: produtividade improdutiva como reprodução social .. *51*

3. Da lógica fenomenizada como cisão: a divisão internacional do trabalho **61**

3.1. A periferia do centro: a imagem do real como realidade *65*

4. Cinturão verde de São Paulo como desenvolvimento: crise e crítica **77**

4.1. Cinturão verde: a raridade verde desnaturalizada *83*

4.2. O cinturão verde: crise imanente do capital como história crítica *97*

4.3. Da realização crítica das mercadorias: a lógica aparece como ventura *112*

4.4. As empresas de processamento e distribuição: preço como expressão do justo *143*

4.5. A formação do preço da terra: renda fundiária, juro e lucro *154*

5. Capital financeiro, agricultura e acesso à terra **166**

6. Considerações finais **184**

7. Referências **186**

1. Introdução

No contexto metropolitano, o então chamado cinturão verde de São Paulo surge como uma grande área de produção agrícola donde provém grande parte dos produtos alimentícios que abastecem a metrópole paulistana e até mesmo outros estados. O seu caráter rural, a sua estrutura agrícola e a sua forma em cinturão revelam já alguns aspectos, mas não todos, bastante relevantes daquilo que constitui uma conformação fenomênica espacial de um processo geral, lógico e contraditório. O cinturão verde, que segundo a definição clássica, bastante presente na literatura acadêmica, aparece definido assim como no dicionário, tão simplesmente como uma "faixa extensa de plantações de hortaliças e legumes em redor de grandes aglomerações urbanas" [1]. Porém, essa concepção pode revelar, ao mesmo tempo em que vela, inúmeras contradições imanentes a um momento crítico da realidade urbana no século XX.

O cinturão verde de São Paulo se conforma imediata e necessariamente no momento da formação da cidade de São Paulo como *locus* urbano-industrial. Esse movimento coincide com a passagem da primeira para a segunda metade do século XX, quando a forma industrial do capital torna-se hegemônica, redefinindo todas as formas de sociabilidade no sentido de que todos os momentos da vida urbana paulistana, inclusive de sua periferia, passariam a produzir e reproduzir as condições necessárias à reprodução de um capital industrial incipiente.

Conforme Manoel Seabra (1969), dos anos de 1940 aos de 1950, pode-se identificar a passagem de um chamado cinturão caipira para um cinturão verde, quando se processaram enormes transformações espaciais no sentido de uma urbanização que se expande ao mesmo tempo em que afasta do centro da capital as terras agricultáveis. Nesse movimento clássico de afastamento da agricultura periférica das grandes cidades pode-se apreender que positivamente a urbanização produz necessariamente um espaço agrário fornecedor de mercadorias. Como condição e produto desse processo, aprofunda-se a cisão entre o campo e a cidade, no sentido de que a cidade passa a determinar o campo, ditando o que deve ou não ser produzido, em uma relação de dominância e dependência.

Não obstante, ainda nessa mesma interpretação, a cisão entre o rural e o urbano passa a conformar espacialmente o sentido daquilo que constituiria um desenvolvimento

---

[1] CINTURÃO. In: *Dicionário Michaelis*. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=cintur%E3o>. Acesso em 15 nov. 2016.

econômico, em que o crescimento absoluto da demanda de mercadorias e da produção de produtos agrícolas revelaria por sua vez, finalmente, o surgimento de um mercado interno como elemento suficiente para o desenvolvimento nacional, tendo São Paulo como o seu *motor*. De um cinturão caipira para um cinturão verde haveria não somente uma transformação significativa do ponto de vista produtivo, mas também toda uma significação social daquilo que constituiria a superação de um atraso nacional, de uma concepção em que o rural contém os elementos de uma sociedade que não conquistou o pleno desenvolvimento urbano-industrial como forma de superação de sua condição inferior e temporalmente retardada com relação ao modelo europeu de desenvolvimento.

Cabe-nos aqui, contudo, apreender quais os sentidos dessa forma de consciência, cuja compreensão dessa realidade incorpora tão somente uma razão positiva e meramente ilustrativa de um processo social, aparentemente óbvio e natural, da formação de uma espacialidade material representativa do sucesso de uma sociabilidade fundamentada no pretenso aprofundamento de uma racionalização instrumental e positiva do real.

2. Cinturões verdes: por uma reflexão

Os cinturões verdes em geral, e não somente no Brasil, aparecem, por meio de sua configuração social e econômica tipicamente rural, como uma área de produção agrícola voltada para o abastecimento da metrópole. No entanto, a relação entre a metrópole paulistana e seu entorno próximo de produção agrícola (o "cinturão verde") pode ser compreendida segundo algumas teorias bastante disseminadas na Geografia, referindo-a em grande medida à relação cidade/campo. Inúmeros termos surgem para explicar esta relação – dicotomia (PEGORETTI; SANCHES, 2005), complementaridade (BAGLI, 2013, p. 87; COUTO, 2007), *continuum* (CASTELLS, 1975; ROSA; FERREIRA, 2013) e dominação (CARLOS, 2004; LEFEBVRE, 2004, p. 68) são alguns exemplos – entretanto, propõe-se nesta pesquisa compreender criticamente algumas destas interpretações, de modo que situemos a discussão desta relação no escopo metodológico da negatividade dialética de elementos objetivamente postos por meio da Divisão Social do Trabalho, como elemento constituinte e necessário à modernização.

Primeiramente, é possível reconhecer como válidas as diferenças semânticas entre os vários termos encontrados na literatura que designam a formação destes cinturões, não obstante, simultaneamente, tornam-se também passíveis de crítica os fundamentos, sobretudo os implícitos, pelos quais, certa linguagem geográfica os justifica. Assim, nesse sentido, com base na literatura geográfica, podemos compreender o negativo na conformação da relação cidade/campo reconsiderando os principais elementos que definem a forma social e a sociabilidade que constituem o cinturão verde: determinações postas pela lógica da forma mercadoria, e aprofundamento da divisão social do trabalho. Tão logo se reconhece o aprofundamento da divisão social *pelo* trabalho, tão logo se tornam evidentes os elementos que expressam esse aprofundamento crítico como forma fundante da reprodução social do capital. Assim, reconhecendo a crise da reprodução como momento lógico da reprodução social, ou como momento negativo da reprodução, nos é lícito conformarmo-nos com o capital enquanto abstração efetiva e universalidade social.

Para explicitar de maneira rigorosa as especificidades de sua reprodutibilidade crítica enquanto universalidade é imperativo que, entretanto, ao longo de todo esse trabalho estejam presentes como fundamento dois momentos da lógica do capital, absolutamente necessários à compreensão crítica da geografia do cinturão verde: a negatividade da relação cidade/campo; e a autodeterminação negativa do aprofundamento da divisão social do trabalho como crise.

De modo conciso, por exemplo, há a definição da complementaridade que intenta explicar a relação entre cidade e campo. Sob essa concepção criticável, na asserção de que há uma relação de complementaridade entre cidade e campo, afirma-se implicitamente que cidade e campo são *unidades incompletas* e que necessitam de algo, uma da outra, para que efetivem a já pressuposta completude abstrata, harmoniosa e estável, sob a suposição de uma relação matemática de *complementaridade*. Não obstante, cabe por meio da Geografia que se propõe crítica e da crítica que se propõe geográfica, romper com a linguagem[2] do âmbito da Ciência positiva, para pensar a efetividade social sob orientação teórico-metodológica dialeticamente radical, apropriada para refletir sobre a realidade crítica moderna. Assim, resta-nos pensar que a relação entre o urbano [expresso na cidade] e o rural [expresso no campo] constituem na realidade efetiva moderna momentos lógicos do capital, e que, portanto, constituem-se negativa e criticamente.

Predicada como fetichista, a sociabilidade dada pela forma mercadoria realiza o seu fundamento ao pôr o trabalho como abstração mediadora social; situando, desse modo, a cisão dialética entre cidade e campo nos termos de uma divisão social *do trabalho*. Longe de se constituir como imposição externa e contingente da cisão, a divisão social do trabalho se impõe enquanto cisão necessária que não enuncia nos seus elementos fenomênicos contraditórios a sua identidade negativa. A cisão, agasalhada com sua forma fenomênica, desaparece como relação contraditória, e a identidade de seus termos é definida pela negação formal e externa dos termos entre si. Campo e cidade, para além de se colocarem como sociabilidade cindida e divisão social *dos trabalhos*, encobrem a cisão como relação negativa, constituindo o fundamento de suas formas de ser.

Nesse sentido, cabe-nos a investigação, dentro de um recorte lógico, que em Geografia pressupõe-se coincidir com uma especificidade espacial, os processos de conformação da metrópole paulistana em um contexto de expansão de seus arredores. Criticar tal pressuposição é compreender que, expressa *fetichistamente* como um *momento* da urbanização, a expansão desses espaços delimitados por um percurso histórico específico, nos aponta para além do movimento positivo do capital. Esse momento, entretanto, impõe-nos uma miríade de questões ora sem respostas, ora reveladoras quando assumidas sob a

---

[2] Muito embora a crítica negativa passe também necessariamente pela crítica à linguagem e suas formas, ela não deve se tornar o fundamento de toda a crítica. Guy Debord em um de seus filmes (*Sur le passage de quelques personnes à travers une assez courte unité de temps*, 1959) diz: “Jamais se contesta realmente uma organização da existência sem contestar todas as formas de linguagem que pertencem à esta organização” (tradução nossa). No criticar, no explicitar as contradições do capital torna-se imperativo que passemos também pela reconstrução interminável da própria linguagem, tornando-a crítica, dialética e especulativa. Mudar a forma também é mudar o conteúdo.

perspectiva da existência real de processos sociais com determinações para além de uma *física* espacial.

Em Geografia muito se pensou acerca da relação entre cidade e campo, muito se discutiu historicamente sua formação e ainda hoje continua pretender desvelar seus elementos e fundamentos a partir de uma *espacialização* de atividades, em que cada atividade seria "(...) uma manifestação do fenômeno social total. E o seu efetivo valor somente [seria] dado pelo lugar em que se manifesta, juntamente com outras atividades" (Santos, 2002, p. 133). Pensar desse modo é fazer apologia da Geografia enquanto "Ciência" da localização de objetos e atividades, em que o espaço cartesiano seria preenchido por elementos fisicamente localizáveis neste espaço. Ainda para o mesmo autor: "O movimento da totalidade para *existir objetivamente* é um movimento dirigido à sua espacialização, que é também particularização" (SANTOS, 2002, p. 125, grifo nosso). Essa Geografia entende a realidade como se fosse por natureza socialmente espacializada e particularizada, como se a existência objetiva passasse necessariamente pela materialidade física do espaço. E, por isso, se faz imperativa uma discussão acerca do espaço, na medida em que ele aparece como conceito caro à Geografia.

2.1. Fetichismo e reprodução social: a naturalização do espaço e do tempo

A partir de Newton é possível a exposição das teorias sobre espaço e tempo desenvolvidas por Kant e Hegel, por Newton ser considerado como a expressão mais bem acabada da consciência física e matemática do real, segundo a qual a concepção de espaço revela-se mais próxima da consciência ordinária do capital. A Física como Ciência, e, portanto, como forma de consciência constituinte do capital situa Isaac Newton como personificação do processo de formação do capital enquanto consciência necessária, na medida em que sua concepção de mundo revela-se como a forma de concepção necessária à reprodução social do capital. Nesta concepção fisicista de mundo, o universo existe em-si e a linguagem que o expressa crê coincidir-se com a própria verdade do mundo, evidenciada no dinheiro como a linguagem necessária à expressão física da metafísica da forma de consciência necessária. Em outras palavras, a forma de consciência monetária se faz como expressão concisa do dinheiro como mediação entre físico e metafísico, como veículo físico da forma metafísica, como fetichismo.

Em seu livro "*Principia*: princípios matemáticos de filosofia natural", publicado no último quartel do século XVII, Newton o inicia descrevendo um conjunto de oito definições dentre as quais destaca-se aqui a "Definição I: a quantidade de matéria é a medida da mesma, obtida conjuntamente a partir de sua densidade e volume" (NEWTON, 1990, p. 01). Nesta definição, evidencia-se aquela coincidência entre a linguagem e a verdade do mundo, na medida em que a forma matemática da medida se realiza como instrumento de pensamento que coincide com o que é pensado; é uma linguagem que explicitamente impõe uma igualdade semântica a uma identidade negativa entre sujeito e objeto: a coisa é a sua medida. Newton nesta mesma obra, em seu "Escólio" sobre espaço, tempo, lugar e movimento, explica-se e escreve que "(...) em investigações filosóficas, devemos abstrair de nossos sentidos e considerar as coisas em si mesmas, distintas daquilo que são tão somente suas medidas perceptíveis" (NEWTON, 1990, p. 09).

Newton, ao escrever e expor sua consciência física de mundo, pensa o mundo apartado do sujeito que o observa, pensa o mundo como um em si positivo, como natureza que prescinde da razão, mas cujo discurso racional constituiria uma identidade com seu objeto. Nesse sentido, a física crê na coincidência do fenômeno com a representação que se constrói dele por meio de um sujeito racional. A verdade natural das coisas existentes em-si independeria, portanto, de uma forma de consciência sobre as coisas.

Já Kant, ao criticar esse pensamento físico racionalista, afirma que ao sujeito da razão não seria possível uma identidade entre o em-si do mundo e o sujeito que o pensa, mas tão somente este sujeito que pensa o em-si poderia constituir representações acerca deste em-si, que em pouco coincidem com este mesmo em-si existente e incognoscível. Nesse sentido, Kant faz a crítica à possibilidade de apreensão da coisa em si e nega exatamente essa positividade em-si da natureza para constituir na filosofia crítica um em-si absolutamente mediado. Nesse processo de reconhecimento de uma cisão entre sujeito e objeto, a crítica de Kant refere-se justamente aos limites do sujeito cognoscente como uma forma de negação da metafísica de seu tempo.

Para a filosofia crítica de Kant, que pressupõe a existência das coisas em si, mesmo a filosofia, e nem por meio das Ciências, não se chega à verdade das coisas em si, mas tão somente se chega à verdade do pensamento, à verdade do sujeito, não à verdade do real. E, partindo disso, Kant expõe o conceito de espaço em sua "Crítica da Razão Pura":

> O espaço é uma representação necessária, 'a priori', que serve de fundamento a todas intuições externas. É impossível conceber que não exista espaço, ainda que se possa pensar que nele não exista nenhum objeto. Ele é considerado como a condição da possibilidade dos fenômenos, e não como uma representação 'a priori', que é o fundamento dos fenômenos externos (KANT, s/d, p. 58-59).

Como evidenciado no trecho acima, em que se tem um espaço continente vazio, como mera intuição formal do mundo externo ao sujeito, o espaço é suporte e palco necessário aos fenômenos; o espaço põe-se como algo dado à realização do mundo; e que serve de fundamento às coisas em si. Para Kant, ao mesmo tempo em que o espaço é realidade empírica com relação a toda experiência externa ao sujeito, também o é algo de ideal e transcendente, na medida em que o espaço não existe em si, mas como mera condição da possibilidade da experiência. Assim, para Kant o espaço constitui-se como determinação externa e como exterioridade em-si mesmo, uma vez que quando se retiram as coisas que nele estão contidas, o espaço enquanto tal conserva-se, prescindindo de qualquer forma de preenchimento; é-se ainda espaço; independentemente das coisas, há ainda relações espaciais. Nesse mesmo sentido, em um breve trecho que sintetiza essa ideia, Kant afirma que:

> (...) o conceito transcendental dos fenômenos no espaço nos sugere esta observação crítica, de que em geral nada do que é intuído no espaço, é coisa em si; e, ainda, que o espaço não é uma forma das coisas consideradas em si mesmas, mas que os objetos não nos são conhecidos em si mesmos e aquilo que denominamos objetos exteriores consiste em simples representações de

> nossa sensibilidade cuja forma é o espaço, mas cujo verdadeiro correlativo, a coisa em si, permanece desconhecida e incognoscível, jamais sendo indagada da experiência (KANT, s/d, p. 64-65).

A exposição de Kant demonstra a ideia de limite do conhecimento o qual é posto pela experiência externa ao sujeito, cujo papel da crítica é o limite de sua verdade. Aos objetos no espaço, à natureza, é atribuído o limite da razão inata ("natural") que por meio de representações transcendentes determinadas pela sensibilidade fenomênica reconhece-se na sua impotência como sujeito racional capaz de transcender o que lhe é externo; atribuir-lhe extensão e, portanto, espacialidade; de constituir representações espaciais ao atribuir forma aos fenômenos da experiência.

Hegel, criticando tanto Kant como Newton, bem como as formas de consciência que eles representam, erigiu seu sistema filosófico compreendendo que na cisão entre sujeito e objeto, tanto este como aquele se constituem em uma relação dialética de necessidade, na qual a ciência da experiência da consciência dessa relação se efetiva como suprassumir da positividade unilateral do em-si enquanto natureza.

É de Kant que Hegel parte para construir a sua crítica, demonstrando que a lógica kantiana constitui-se como entendimento subjetivo que se pretende objetivo:

> (...) a crítica kantiana é simplesmente um idealismo subjetivo (superficial) que não se introduz no conteúdo, só tem diante de si as formas abstratas da subjetividade e da objetividade, e em verdade se atém unilateralmente à primeira, à subjetividade, enquanto determinação última absolutamente afirmativa (HEGEL, 2005, p. 117).

Ao pensar sobre o espaço e o tempo, em sua Enciclopédia das Ciências Filosóficas, Hegel escreve que a concepção kantiana do espaço enquanto "fundamento dos fenômenos externos" (KANT, s/d, p. 58-59), trata-se de exterioridade em si e que deve ser criticada por ser abstração que não se concebe enquanto tal, ou seja, não se reconhece como ideia posta por mediação, concebendo-se, ao contrário, como externo ao sujeito, imediato, como "ser fora de si mesmo" (HEGEL, 1997, p. 47). Assim, Hegel refuta a concepção kantiana do espaço como fundamento das coisas naturais e alerta que a própria ideia de natureza "jaz sob as cadeias da exterioridade" (HEGEL, 1997, p. 49), ou seja, como mediação que se concebe enquanto imediato.

Hegel ainda argumenta sobre os desdobramentos dessa acepção demonstrando que a concepção kantiana do espaço absoluto determina exteriormente a posição das coisas, na qual cada ponto no espaço é relacionável com outras posições, há à direita, à esquerda, sob e sobre o ponto determinado, constituindo imediatamente a exterioridade espacial. Nesse sentido,

criticado por Hegel, o espaço considerado como pura continuidade indiferenciada, sem interrupções nem limites e, no qual, qualquer ponto que se contraponha ao espaço não o interrompe nem o limita – pois o ponto é posição que sempre pode ser ultrapassada – há, pois, sempre além, o que constitui sua infinitude abstrata. É sob esta acepção que reside, portanto, a perfeita exterioridade do espaço criticada por Hegel.

O espaço determinado e o espaço absoluto colocam-nos, portanto, a questão acerca do espaço como algo em-si-mesmo ou como propriedade das coisas. Para Hegel, se fosse o espaço algo substancial em si como estabelece a lógica kantiana, conservar-se-ia sua substancialidade enquanto particularidade material, como objeto mesmo que não apresentasse conteúdo. Contudo, segundo Hegel, não há esse espaço absoluto kantiano, um contínuo vazio de conteúdo que pode ser preenchido por coisas, que não se contrapõe e nem oferece resistência às coisas.

O espaço, em Kant, contém para si as relações necessárias da diferença na própria indiferença de suas três dimensões, totalmente indeterminadas. As relações de necessidade que satisfazem-no como pura quantidade abstrata, escreve Hegel:

> (...) são de todo apenas superficiais e uma diferença plenamente vazia. Não se pode dizer de que modo altura comprimento e largura se distinguem entre si, porquanto elas apenas devem ser diferentes, mas não são nenhuma diferença; é plenamente indeterminada a classificação de uma direção como altura, comprimento ou largura (HEGEL, 1997, p. 50).

Hegel critica o espaço como mero receptáculo de coisas, critica o espaço que diferencia-se de forma vazia, indeterminada e quantitativa, pois se trataria de uma representação superficial incapaz de alcançar espaço em seu conceito, em outras palavras, incapaz de alcançar espacialmente as contradições que o constitui (ponto, linha e superfície).

Para Hegel a diferença do e no espaço, deve ser diferença qualitativa, enquanto negação do espaço mesmo (conceito), tal como ponto, linha e superfície que se realizam como ser-fora-de-si imediatos e indiferenciados que estabelecem um isolamento, um encerramento delimitador de um espaço total singular. A indiferença, o subsistir indiferente do espaço é a sua verdade; o "suprassumir de seus momentos é a sua verdade", é o tempo. É, portanto, neste constante suprassumir-se que o espaço devém efetividade. Cessa-se a indiferença neste constante suprassumir-se e o espaço devém para-si "em sua inquietação total (...). Esta quantidade pura, com diferença para si aí-essente, é o negativo em si mesmo, o tempo" (HEGEL, 1997, p. 54). É neste sentido que Hegel atribui a verdade do espaço ao tempo, e do tempo ao espaço, na medida em que o espaço não passa "subjetivamente para o tempo, mas o

próprio espaço passa" (HEGEL, 1997, p.54), do mesmo modo, o espaço, como eterna passagem é tempo.

Assim como o espaço, o tempo é percebido abstratamente como em si, um contínuo no qual tudo surge e perece, e também vazio de conteúdo; no qual, ainda que sem conteúdo o tempo passa prescindindo de tudo. Mas tudo não surge e perece *no* tempo, para Hegel, "o próprio tempo é este vir-a-ser, surgir e perecer" (HEGEL, 1997, p. 55). O tempo seria esta inquietação mesma, a finitude do transitório, o temporário, a negatividade total em seu conceito. O tempo, assim como o espaço, não é um recipiente vazio passível de preenchimento, onde

> (...) tudo é depositado como uma torrente que flui e pela qual [tudo] é arrastado corrente abaixo. O tempo é somente esta abstração do consumir. Porque as coisas são finitas, por isso estão elas no tempo; não porque estão no tempo, por isso perecem, mas as próprias coisas são o temporário; ser assim é a sua determinação objetiva. O próprio processo das coisas efetivas faz assim o tempo (HEGEL, 1997, p. 56).

O temporal, nesse sentido, se realiza objetivamente não como absoluta exterioridade abstrata que amedronta o real impondo-o finitude e transitoriedade, mas, ao contrário, o real finito, transitório e perecível é tempo. A abstração do consumir, a ideia de finitude do particular encerra exatamente a concretude dessa mesma ideia, a efetividade dessa abstração que é tempo.

Assim, para Hegel a passagem eterna e simultânea de espaço para tempo e de tempo para espaço se dá em uma singularidade espacial, isto é, o lugar, que, segundo Hegel, é:

> (...) a identidade posta do espaço e do tempo, é primeiramente por igual a contradição posta que é o espaço e o tempo, cada um em si mesmo. O lugar é a singularidade espacial, e também indiferente, e é isto somente como agora espacial, como tempo, de modo que o lugar é imediatamente indiferente ante si, como este exterior a si, a negação de si e um outro lugar. Este desaparecer e [é o] regenerar-se do espaço no tempo e do tempo no espaço, de modo que o tempo para si é posto espacialmente como lugar, mas esta espacialidade indiferente do mesmo modo e de imediato é posta temporalmente – é o movimento. Este vir-a-ser é porém ele mesmo igualmente o colapsar sobre si [interno] de sua contradição, a unidade imediatamente idêntica aí-essente de ambos, a matéria (HEGEL, 1997, p. 62).

Podemos refletir a partir de Hegel que o espaço não deve ser considerado de forma absoluta, mas constituído na sua contradição com o tempo, nesse sentido, o lugar conteria as determinações contraditórias e universais, por essa razão, consideramos central a análise em

campo. Todavia, há que se ressaltar que sob o capital as particularidades espaciais são postas, segundo a nossa análise, sob a relação centro periferia, elucidada mais adiante.

Sob o capital, a realidade observada como exterioridade objetiva constitui-se como processo de naturalização (unilateralidade do positivo) de relações sociais imanentemente contraditórias, por meio da construção de uma imagem invertida da realidade, conformando determinações ilusórias necessárias para a reprodução dessa mesma sociabilidade crítica e objetiva posta pelo capital. Assim, pensar o real é justamente erigir sua imagem, sua representação. E essa imagem do real se faz como interpretação do real, mas não só, aliás, contrariamente, se faz como constituição da realidade. Nesse sentido, o processo que torna o sujeito consciente de si, de sua objetividade, da subjetividade do objeto e, portanto, da objetividade dessa relação entre sujeito e objeto como realidade concreta posta pela razão, é o sentido da *Bildung* hegeliana.

Cabe-nos, assim, a reflexão acerca das formas de consciência explanadas, de Newton, Kant e Hegel, pois divergem quanto à relação sujeito-objeto e, por conseguinte, quanto à argumentação lógica desenvolvida a partir dessa relação fundante. As formas de pensamento expostas inserem-se, pois, na situação de uma sociabilidade posta pelo capital e, por isso, relacionam-se com a objetividade inevitável de relações sociais específicas de produção.

A consciência, segundo Adorno, é função subjetiva e "seu conceito é formado segundo sua imagem, [e] isso não pode ser exorcizado de seu sentido" (2009, p. 159), pois, a ilusão que faz crer o sujeito enquanto subjetividade consciente de si constitui a objetividade do sujeito. É nesse sentido que podemos pensar criticamente na metafísica como constitutiva do real, uma vez que o capital é forma de consciência da naturalização de determinações pura e estritamente sociais.

A crítica autocrítica como resgate da metafísica se faz objetivamente necessária tanto mais o processo social aprofunda-se como naturalização de si mesmo, como conformação de uma forma necessária de consciência. Marx refere-se a este processo como fetichismo, como a determinação concreta da forma de consciência invertida que se põe à reprodução social do capital. É nesse mesmo sentido que Moishe Postone escreve que "as formas das relações sociais que caracterizam o capitalismo não são manifestamente sociais e, portanto, aparecem como não sociais, mas naturais, de uma forma que envolve uma noção específica de natureza" (1993, p. 17). Uma noção específica de natureza que constitui a sociedade posta pelo capital é não apenas a concepção de uma natureza orgânica em oposição à sociedade, mas, sobretudo, a forma de consciência que naturaliza processos imanentemente sociais.

Sob essa perspectiva, da naturalização da objetividade do real, tem-se o fetichismo como forma de consciência fantasmática que considera os produtos do trabalho apartados do processo social. É, nesse sentido, que as coisas são consideradas não somente como em-si, mas também como dotadas de 'vontade própria' no processo de troca. Postas objetivamente como inevitabilidade, as relações sociais de produção sob o capital devém lei natural, cuja determinação ilusória "é o valor enquanto coisa em si, enquanto 'natureza'" (ADORNO, 2009, p. 294); e, por isso, estas mesmas relações sociais se impõem "com violência como lei natural reguladora, do mesmo modo que a lei da gravidade, quando a alguém a casa cai sobre a cabeça" (MARX, 1983, p. 73).

Nesse sentido, o materialismo de Marx não é mera proposição acerca da distribuição material (física) dos meios de produção e dos produtos do trabalho, mas é o reconhecimento da materialidade como abstração, ou seja, da crítica à consideração do mundo físico em-si, abstraído de mediação, constituinte de uma consciência fantasmática religiosa. Assim, o seu materialismo é o reconhecimento da metafísica como constitutiva do real. É nesse sentido que a reprodução da sociabilidade posta pelo capital é determinada por categorias que são metafísicas que conservam-se, apesar de sua negatividade imanente, por se apresentarem como seu oposto, como determinações imediatas, físico-naturais e positivas.

A naturalização do processo social só se faz possível, e tanto mais necessária, em uma situação de intenso aprofundamento da dissociação entre o processo de produção do valor e de sua representação: a forma valor, o dinheiro. Uma vez que, o valor é valor e sua forma de expressão, tem-se no processo de reprodução social a conformação de uma sobredeterminação da forma em detrimento do conteúdo, em que no processo de troca destitui-se a alteridade entre forma e conteúdo, porém conservando-se apenas a expressão do valor por meio de seu equivalente, o dinheiro. O dinheiro como fetichismo da reprodução social capitalista é forma de consciência, meio pela qual todas as contradições do processo social se expressam ao indivíduo socializado pelo capital. O dinheiro, portanto, como forma de consciência monetária, é a forma de consciência universal, é mediação naturalizante do processo social.

Entretanto, há a possibilidade de se pensar criticamente os conteúdos sociais, no caso da relação cidade campo, sem submeter a crítica de ordem lógica e metafísica à uma materialidade física de um conhecimento que se pretende racional e cientificamente válido (ALFREDO, 2010b). No entanto, tal materialidade ao contrário de ser omitida do processo de pensamento [e desta pesquisa], deve se constituir nesse percurso exatamente como momento lógico no qual está baseada a crítica que, para além de coisificá-la como mera unilateralidade teórica, propõe-se afirmá-la negativamente, reconsiderá-la não como verdade, mas como

forma de consciência, como um fetichismo. Não compreender o espaço enquanto forma de consciência é realizar o mundo enquanto ilusão de objetividade e exterioridade, é realizá-lo enquanto fetichismo, ainda que se intente crítico do mundo.

2.2. Cinturão verde: a leitura da Geografia

Para o então chamado cinturão verde paulistano, segundo a literatura geográfica, tem-se um processo *histórico* bastante peculiar de conformação *espacial*, em que suas bases sociais e econômicas transformam-se radicalmente a partir de processos mais amplos, relacionados aos crescimentos demográfico e econômico da cidade de São Paulo no início do século XX. Segundo Petrone (1964) e Seabra (1969) o percurso histórico desse cinturão verde partiu de um "cinturão de aldeamentos", passando para um "cinturão caipira" e, transformando-se por fim, concomitantemente em um "cinturão verde" e em um "cinturão de especulação imobiliária". Atenta-se, porém, nessa pesquisa mais especificamente para os processos que fundamentaram essa última transformação: da formação de um cinturão verde e de especulação.

O cinturão caipira, que compunha já na primeira metade do século XX uma "constelação de núcleos decadentes", miseráveis e dispersos, circunvizinhos ao núcleo paulistano, à custa de uma atividade comercial modesta, fornecia suas mercadorias para a cidade, das pequenas roças caipiras às feiras da capital (SEABRA, 1969). Como momento da cidade de São Paulo, o então chamado "mundo caipira" (SEABRA, 1969), já esboçava as suas determinações econômicas em detrimento de sua forma cultural peculiar caipira. Sua decadência, entretanto, ainda segundo Seabra (1969), constituiu exatamente naquilo que se costuma chamar de desenvolvimento e crescimento urbanos, da metrópole em formação.

O processo de formação do cinturão verde revela a possibilidade de se pensar essa expansão de São Paulo para sua periferia imediata, como a expansão da crise de reprodução do capital, em oposição à concepção de que essa expansão conforma o momento de uma acumulação que expande suas *fronteiras* espaciais. Mais do que afirmar ou restabelecer de outra forma *o que era antes e o que se tornou depois*, há que se reavaliar essa forma fetichista de uma consciência moderna que concebe a transformação material do espaço como o processo determinante de sua própria reprodução social.

Manoel Seabra (1969), por exemplo, afirma que pelo grande crescimento da cidade de São Paulo seus núcleos próximos foram ora incorporados, ora transformados radicalmente no sentido de seu desenvolvimento econômico, tornando-se assim, todo esse cinturão, uma área pioneira do espaço urbano paulistano, e, portanto área de especulação cujo loteamento constituíra seu principal negócio. Disso, depreende-se que a formação de um cinturão verde concomitante à formação de um cinturão de especulação aparece como transformação no sentido de uma urbanização, verificada pela construção de vilas residenciais operárias,

subúrbios residenciais de luxo, zonas industriais, áreas de recreio, chácaras de fim de semana, em paralelo às iniciativas de imigrantes japoneses, organizando atividades hortifrutigranjeiras. Seabra compreendeu que a formação do cinturão verde foi parte do processo de urbanização da cidade de São Paulo, compreendeu que o cinturão verde é um processo social que se manifesta espacialmente.

Desse modo, a partir dessa breve exposição da geografia da cidade de São Paulo, podemos nos referir a esse momento baseando-nos em outra leitura geográfica, cujas determinações dos processos sociais se efetivam enquanto pressupostos do processo crítico da reprodução do capital. Tão logo estes processos se dizem verificados na realidade empírica, cabe-nos interpretar também essa consciência moderna que pensa a realidade social a partir de sua forma fenomênica. É somente assim que se faz pertinente conduzir teórico-metodologicamente uma análise que possibilite pensar o espaço não mais como suporte dos fenômenos que se sucedem, porém como momento reflexivo fundamental e temporalmente negativo, e, portanto, momento da simultaneidade que permite pensar as contradições sem resolvê-las na sucessão temporal abstrata.

Utilizando-se deste mesmo recorte físico-espacial, do então chamado “cinturão verde”, pode-se compreender que este recorte não é físico, é um recorte do processo social, cuja representatividade das relações de produção estruturadas, tanto em São Paulo como em seu cinturão verde, compõe um momento particularizado de um processo universal relativo à reprodução crítica do capital. Aquilo que, segundo Seabra (1969), conformou, desde o século XIX nos entornos da cidade de São Paulo, e mais intensamente nas décadas de 1940/50, um grande “cinturão de especulação”, em certa medida possibilita-nos pensar que o crescimento econômico da cidade, compondo uma imensa área de escoamento de capitais para um crescente setor imobiliário, já despontava como expressão da própria crise de valorização do capital.

Nesse sentido, faz-se pertinente considerar a constituição e o aprofundamento da divisão social do trabalho, seja no campo ou na cidade, como o fundamento de uma sociabilidade cujas determinações se efetivam necessariamente no sentido de uma reiteração da racionalidade fetichista. Incorporado como momento lógico necessário da reprodução do capital, e, aparecendo fenomenicamente em termos de *espacialização/especialização* do capital produtivo, em que na produção de mercadorias no campo para a sua realização em na realidade urbano-industrial, tem-se o desenvolvimento de relações de trabalho específicas que passam a ser sobredeterminadas por uma média social mundial de tempo de trabalho. Na medida em que se desenvolvem as forças produtivas, sobretudo na metrópole paulistana,

aumenta-se a produtividade e imediatamente reconfiguram-se novas médias de tempo de trabalho, que definem os capitais produtivos que devem ou não permanecer concorrendo no mercado. É nesse processo, de grande valia para a análise geográfica, que se constituem os elementos básicos que vão definir a *urbanização periférica mundial*, que no caso desta pesquisa, particulariza-se na formação do chamado cinturão verde metropolitano.

2.3. Relação campo cidade: a Geografia

Ao mesmo tempo em que não podemos conceber o processo social de constituição de uma divisão do trabalho como um dado e a partir dele desenvolver um pensamento, não há como pensar, então, a cisão campo e cidade considerando-a dada. No limite, o que se nos apresenta como problema é fundamentalmente o próprio pensamento que põe cidade e campo como positividades unilaterais e não contraditórias. Entretanto, esse mesmo momento positivo do pensamento surge aqui também como um momento necessário de uma forma de compreensão dialética.

A cidade e o campo se distinguem entre si na medida em que suas expressões fenomênicas aparecem como diversas e, por conseguinte, suas existências são tomadas pelo entendimento como independentes, ainda que relacionadas entre si. Porém, suas determinações são obscurecidas ao mesmo tempo em que por elas passam a ser compreendidas tão somente os seus produtos, ou seja, suas expressões fenomênicas. Assim, no âmbito do entendimento ordinário, os produtos do processo social tomam o lugar das suas próprias determinações, expressão não do erro, mas tão somente da forma de compreensão social que passa ao largo da possibilidade da negatividade dialética como lente do real. Nesse sentido, faz-se necessária a explicitação do não explícito dos polos que constituem a contradição cidade campo.

Campo e cidade aparecem na literatura geográfica ao longo de todo o século XX de modos bastante diversos ora segundo autor, ora segundo linha teórico-metodológica. Em decorrência dessa multiplicidade de compreensões partimos da análise de alguns autores representativos no âmbito da construção de um pensamento geográfico basilar, clássico ou tradicional referente ao nosso recorte, o cinturão verde. Para tanto, foram selecionados Manoel Seabra (1969), Jungen Langenbuch (1971), Aroldo de Azevedo (1958) e Odette Seabra (2003, 2011), sendo algumas obras dos três primeiros autores relacionadas ainda a uma Geografia tradicional e monográfica. Não obstante as inúmeras críticas possíveis a essa Geografia, é exatamente ela o nosso ponto de partida, uma vez que, enquanto momento ou polo positivo do pensamento, essa geografia se constitui necessariamente como determinação da crítica negativa, e, portanto, necessária à crítica.

Nesse sentido, é somente a partir destes autores que buscaram pensar a expansão urbana relacionando-a ao seu entorno rural, que faz sentido trazer o chamado cinturão verde para o centro da problemática entre campo e cidade. A capacidade explicativa, porém, varia conforme os graus de aprofundamento nos quais os autores tentaram compreender essa

realidade específica, dos limites entre campo e cidade, ou entre o rural e o urbano, cujas expressões materiais muitas vezes parecem nos fornecer poucas conclusões e muitas incertezas. Muito fácil e tão pouco explicativo seria denominar ou caracterizar o cinturão verde como uma área de transição, uma fímbria (CRUZ, 2005), ou como o espaço da inconclusão ou da conclusão múltipla, etc. De fato, a linguagem não dá conta de explicitar e explicar o real, aliás, quando especulativa, ela jamais deve se confundir com o real. Propor por meio tão somente de outra linguagem resolver o real, não parece ser a tarefa de algo que se propõe científico e crítico. Já a crítica negativa, ao contrário, intenta compreender o real nas suas contradições sem pretender resolvê-las. E isso implica admitir os limites da compreensão e do pensamento sobre o real, implica, portanto, admitir a contradição como real, na medida em que o pensamento é momento do real e não algo externo que recai sobre o externamente ao real [objeto]. É nesse sentido que os autores supramencionados surgem nesta pesquisa, como fundamento e não como simples ilustração teórica.

Em sua obra "Vargem Grande: organização e transformações de uma parte do cinturão-verde paulistano", Manoel Seabra muito pertinentemente, logo de início revela o que se desdobrará da relação campo-cidade em sua obra:

> (...) a metrópole paulistana não repercute sobre a organização do espaço econômico em Vargem Grande apenas como principal mercado consumidor dos produtos de sua atividade hortifrutigranjeira [porém] (...) muitos outros elementos, inclusive com dinamismo atual mais evidente, se somam hoje às atividades hortifrutigranjeiras, disputando o espaço nesta parcela do cinturão verde, apagando praticamente os vestígios organizados daquilo que Pasquale Petrone denominou de 'cinturão caipira' de São Paulo (SEABRA, 1969, p. 02).

É a partir disso que Seabra passa a problematizar o processo de metropolização, admitindo a sua complexidade ao apresentar-nos uma realidade em plena transformação cuja violência apaga os vestígios de uma história. Destarte, partindo dessa situação, imperativa devém a discussão acerca da relação entre cidade e campo a partir da perspectiva da Divisão Social do Trabalho, enquanto elemento constituinte e determinante no que se refere à forma necessária de sociabilidade sob o capital, "capaz de excluir todo e qualquer outro vínculo social" (GIANNOTTI, 2000). Além disso, Seabra também nos traz uma outra informação bastante relevante ao referir-se à metrópole como algo que está para além de um mero centro consumidor. Para Seabra, esse espaço metropolitano transformou-se, apontando "para novas formas, fundamentadas em atividades agrícolas basicamente comerciais, de organização do espaço rural, formas estas que o grande crescimento da cidade passava a possibilitar" (SEABRA, 1969). O autor identifica o fundamento dessa evolução do rural com o

crescimento do urbano. A cidade produz o campo ao se reproduzir, produzindo o seu oposto. É este o problema fundamental que aqui se põe em debate, em oposição ao silêncio da geografia que naturaliza este processo; e, sem causar estranheza alguma o põe como um dado irretorquível da *natureza social capitalista*, que produz o rural *naturalmente* como se trans-histórico fosse. Daí a pertinência de recuperar em autores ditos superados aquilo que a Geografia contemporânea percebe e identifica.

Um problema, porém, que já surge em Seabra (1969), e que transformou-se em axioma para a Geografia, é a ideia da disputa pelo espaço que surge imediatamente da formação do cinturão verde. Essa ideia, para que fique claro, da concorrência não deve estar pautada por uma discussão acerca de uma mera disputa pelo espaço físico, essa ideia deve estar inserida na discussão do acesso à terra e vinculada à discussão do porquê da necessidade do acesso à terra nesse momento da reprodução do capital, que será discutido adiante nesta pesquisa.

Ainda que Manoel Seabra não tenha tematizado especificamente a relação entre campo e cidade, o autor identifica uma relação de necessidade entre os dois polos da contradição [campo e cidade]. Nesse sentido, ainda para o mesmo autor, a metropolização ao produzir o campo se dá, não sob a forma de uma evolução temporal do econômico em que a agricultura comercial de hortifrútis teria substituído a caipira, mas sob a forma de uma ruptura violenta em que o processo de decadência e pauperização do elemento caipira refere-se necessariamente à introdução de um sistema de cultivo muito "mais evoluído tecnicamente" (1969, p. 04). Da concorrência entre o caipira e o agricultor comercial (sobretudo imigrantes japoneses) resta, portanto, nada menos do que a ruína da agricultura dita tradicional (roça) e a constituição do então chamado cinturão verde.

Muito embora os japoneses sejam reconhecidos como os fundadores do cinturão verde paulistano, para Seabra eles apenas podem ser responsabilizados por grande parte da sua expansão e diversificação, ao definirem-no pelo seu caráter comercial e especulativo. Assim surge, portanto, o elemento central para a compreensão acerca do cinturão verde enquanto processo de metropolização – a característica imanentemente especulativa do seu mercado fundiário. Seabra nesse momento admite e põe como fundamento da organização do cinturão verde as determinações dos processos especulativos imobiliários: "[...] trata-se das terras às quais a especulação imobiliária, que preside toda essa nova fase de organização do espaço pela cidade, ainda não deu um destino mais concreto" (SEABRA, 1969, p. 06). O autor aqui se refere às áreas ainda sem ocupação, cuja função se refere à espera do aumento do preço da terra. Ou seja, à medida que a cidade de São Paulo crescia, e com ela ampliava-se também a

agricultura comercial, houve intensa reestruturação fundiária a partir de um mercado imobiliário em ascensão, tanto pelo uso produtivo da terra (agricultura), quanto pelo seu uso improdutivo (áreas de lazer, chácaras de fim de semana, clubes e haras).

Para o período da década de 1960, Seabra encontra a base de sua análise naquilo que Pasquale Petrone chamou de "cinturão especulativo", em virtude da penetração desses usos não-produtivos em detrimento das atividades agrícolas hortifrutigranjeiras. Nesse sentido, Seabra afirma que muito embora o processo especulativo seja avassalador, a única resistência econômica estaria no próprio processo produtivo agrícola e na plantação de eucaliptos, que seria ainda capaz de se manter em meio a esse mercado fundiário:

> (...) apesar da concorrência das atividades imobiliárias de caráter especulativo (...) a agricultura comercial (hortifrutigranjeira) (...), face ao capital que os lavradores japoneses conseguiram imobilizar nas suas propriedades, tem resistido à expansão da especulação imobiliária, participando ainda hoje como elemento fundamental da ocupação do espaço, e de longe, a mais importante atividade econômica de Vargem Grande (SEABRA, 1969, p.09).

Nesse momento da metropolização, o capital investido na produção agrícola ainda consegue pagar os custos de sua localização, ou seja, aqui a produtividade elevada da produção horticultora ainda é capaz de pagar o preço da terra. O cinturão verde se conforma, portanto, necessariamente a partir da capacidade dos inúmeros capitais individuais investidos na produção agrícola de hortifrútis, ainda altamente lucrativas, em pagar o crescente preço da terra no entorno da metrópole.

Já em Languenbuch, em sua tese intitulada "A estruturação da grande São Paulo", cidade e campo aparecem de modo bastante diverso em comparação com Manoel Seabra. Para Languenbuch, surge primeiramente um espaço suburbano que contempla uma relação de antítese com o urbano; compreendendo as áreas que em termos atuais constituiem os bairros residenciais fora da área central da cidade: "Passemos a examinar o desenvolvimento da porção externa [à urbana], porção esta, que por antítese, podemos considerar suburbana" (LANGUENBUCH, 1971, p. 135). Estes subúrbios residenciais, aos moldes de uma linguagem que parece descrever uma cidade estadunidense, se inserem no processo de metropolização ao constituírem-se como o desenvolvimento da cidade que pela especulação imobiliária fixara grande parte da população em bairros mais distantes do centro. Assim, o suburbano como antítese do urbano aparece, portanto, logicamente relacionado ao urbano.

Quanto ao espaço rural, tratado e descrito em separado, o autor deixa claro qual é a sua concepção acerca da relação do rural com o urbano:

> (...) o meio rural [são] as extensões territoriais caracterizadas pelo conjunto de atividades, estabelecimentos, empreendimentos, 'usos do solo' e paisagens normalmente não encerrados no interior de cidades, mesmo que a ela estreitamente vinculados (LANGUENBUCH, 1971, p.161).

Em outras palavras o rural surge, para o autor, como tudo aquilo que não é urbano, ainda que a ele possa ter algum vínculo. Nessa concepção da simples oposição entre duas coisas distintas e externas o autor permanece imóvel numa tautologia que vai simplesmente do oposto ao oposto[3]; sem reconhecer a diferença como a identidade da desigualdade, sem compreender na oposição a passagem qualitativa da diferença. Na sua proposição em que "o campo é tudo aquilo que não é a cidade ainda que relacionadas entre si", a oposição entre cidade e campo se dá pela forma do negativo (em que um não é o outro), pressupondo a existência absoluta e independente de cada um dos elementos (cidade e campo) sem qualquer relação de necessidade entre os dois termos. Ou seja, para o autor, os dois elementos apenas coexistem positivamente e a relação entre eles é meramente contingente e externa. O campo não contradiz a cidade, mas apenas se opõe a ela; cada um é apenas um em-si que se opõe a todo e qualquer outro elemento.

Ainda para Langenbuch, além dos apontamentos feitos acima, o autor reconhece que o meio rural dos arredores paulistanos sofreu algumas transformações no sentido de um desenvolvimento, em que a vastidão de terras haveria possibilitado a expansão da cidade ainda que e porque fora afetada pela especulação imobiliária sob três facetas diversas (LANGUENBUCH, 1971, p.161):

I – A expansão dos equipamentos hidroelétrico e hidráulico da cidade;

II – A recreação campestre e a criação de novos loteamentos;

III – A expansão da produção agrícola comercial não necessariamente acompanhada de aumento dos espaços cultivados.

Dessas três facetas o autor destaca a terceira como a mais importante, revelando o fato de que com a expansão da horticultura, fruticultura e floricultura houve a estruturação do chamado cinturão verde em volta de São Paulo (LANGUENBUCH, 1971, p.163). Processo no qual o elemento caipira participa pouco, e ao contrário do que diz com relação aos caipiras, o imigrante japonês aparece como elemento fundamental para o desenvolvimento da horticultura desde a primeira metade do século XX.

---

[3] É com grande perspicácia que comenta essa consciência da identidade unilateral e tautológica: "Nada é mais entediante e incômodo do que sempre ruminar o mesmo" (Hegel, 2011, p. 138).

Languenbuch percebe na expansão urbana e suburbana da metrópole a diminuição e o deslocamento centrífugo das atividades e paisagens de cunho não urbano. Sendo assim, a organização social que se configura no entorno da metrópole a partir desse momento é a de um cinturão não urbano funcionalmente ligado à cidade, suprindo-a em termos de recursos alimentícios. Para o autor, considerada normal e ordinária, quase *natural* essa configuração espacial reduz os custos, sobretudo relacionados à distância, barateando os produtos na cidade. Por isso, poder-se-ia pensar em uma "estreita simbiose entre a metrópole e as áreas rurais mais próximas (...). Não sendo um exagero afirmar que a metrópole em certo sentido depende de seus arredores rurais" (LANGUENBUCH, 1971, p.282).

Nesse sentido, a horticultura comercial no entorno das cidades surge aqui como algo inequívoco e natural, uma vez que a metrópole jamais se sustentaria enquanto tal tendo de buscar suprimentos básicos alhures. Aqui o que se afirma convém ao argumento do autor ao resolver o problema da relação entre cidade e campo, naturalizando uma forma e um processo sociais, impondo o campo como uma necessidade física e biológica citadina.

Além disso, Languenbuch dá bastante ênfase para o surgimento de um grande mercado relacionado à recreação campestre (chácaras, haras, casas de campo, etc.), que no cinturão verde se encontra disperso espacialmente, em meio às próprias áreas de produção agrícola. Tais empreendimentos imobiliários são identificados, sobretudo, por sua "natureza especulativa", pois

> [...] raramente preenchem suas finalidades, enquanto subtraem consideráveis extensões de terra a algum uso efetivo, e com certeza provocam o encarecimento fundiário. **Felizmente** a maior 'febre' de tais loteamentos já passou (LANGUENBUCH, 1971, p. 290, grifo nosso).

Aqui, de modo bastante explícito, a especulação surge como um elemento perturbador de algo, que para o autor, deveria ser 'harmonioso' ou equilibrado, e passível de um julgamento moral ou mesmo passível de ser identificado como mero acaso, ou infelicidade.

Já na obra "A cidade de São Paulo" (1958), organizada por Aroldo de Azevedo, a paisagem agrária típica do entorno ou dos subúrbios paulistanos revela tanto a sua função de celeiro agrícola da capital, quanto a sua função de recreação. Conjunto esse de funções simultâneas, que acabou transformando a paisagem rural e seu caráter pitoresco, tirando-lhe muito de seu encanto. Nessa obra, mais uma vez, a capital paulista destaca-se por seu insaciável mercado consumidor que foi capaz, sobretudo a partir da chegada dos imigrantes japoneses, de acordar toda uma região que "viveu sonolenta e obscuramente durante dois ou três séculos" (AZEVEDO, 1958, p. 114-115).

Em seu terceiro capítulo do quarto volume desta obra, em referência aos subúrbios agrícolas da cidade de São Paulo, nota-se a forte euforia do autor quando são mencionadas as benesses modernizadoras da imigração do trabalhador japonês e o já fadado fim da agricultura caipira. Nessa obra afirma-se que por haver informação de alto padrão técnico, os japoneses possuíam grandes conhecimentos em relação à vida agrícola, dedicando-se "contenciosa e esforçadamente", realizando altos rendimentos. Tudo isso, em contraste com o chamado caipira e a sua "chocante realidade", em grande medida "repleta de ignorância, fatalismo, inércia, falta de ambição, desconhecimento técnico", na qual, consequentemente, seu trabalho não se torna lucrativo, pois "suas terras estão sempre cansadas, seus canteiros assimétricos e desalinhados, fazendo tudo de modo empírico e utilizando apenas processos atrasados e deficitários" (AZEVEDO, 1958, p. 115-123). Não somente nestes trechos, mas ao longo de grande parte dessa obra podemos apreender que a forma pela qual é concebida a relação campo e cidade no contexto do cinturão verde metropolitano se engaja num pensamento desenvolvimentista, em que a urbanização símbolo do progresso, seria responsável pela modernização do campo, com a superação da forma caipira da agricultura suburbana.

Se por um lado reconhece-se nessa obra de Azevedo uma intrínseca relação entre a modernização do campo e da cidade com a urbanização, por outro lado, essa mesma relação aparece no sentido de uma apologia do urbano como o elemento civilizador. Nesse sentido, o espaço rural aparece como um mal necessário possível e passível de ser superado no tempo, pelo urbano. Nessa visão positiva, velada por uma descrição monográfica pretensamente neutra cientificamente, a urbanização não aparece como um problema passível de tematização, mas a solução de seus próprios problemas. A escalada infinita do urbano se põe para tais autores mencionados, na medida em que as próprias contradições obscurecem-se, expressando o urbano como solução de si mesmo. Não obstante, este civilizar-se, este urbanizar-se não significa necessariamente a transformação da paisagem rural em uma paisagem urbana típica, mas da transformação de seus conteúdos, de sua sociabilidade a partir de uma racionalização da vida, de uma racionalização do trabalho.

Antônio Candido (2001), em sua obra "Os Parceiros do Rio Bonito", ao escrever sobre o caipira e sua relação com o urbano, reflete de modo bastante revelador a forma pela qual para ele cidade e campo se põem em relação. O autor ao analisar "o caipira em face da civilização urbana" admite que no pensamento acerca da vida do caipira não há mais como se reportar "(...) ao seu universo por assim dizer fechado, mas à sua posição no conjunto da vida do estado e do país", sendo que na conjuntura do século XX os *mínimos* vitais desse caipira não mais se definem "(...) com referência às condições historicamente estabelecidas, mas em

comparação com os níveis, normas e padrões definidos pela vida urbana" (2001, p. 271). Torna-se evidente e, portanto, esclarecedor o fato de que o autor compreende o caipira e tão pouco o urbano como dados independentes, mas como objetos postos socialmente por um pensamento que põe em relação elementos diversos, e que assim aparecem justamente por serem pensados como relação entre opostos, cuja sobredeterminação, porém, advém do urbano.

Em outras palavras, a objetividade da relação cidade campo é relativizada e surge o próprio pensamento acerca dessa relação como elemento passível de ser pensado e, portanto, criticado. É nesse sentido que Candido, diferentemente de Azevedo, se atenta criticamente para o ponto de vista da cidade: "(...) podemos indicar que o processo de urbanização – civilizador, se o encararmos do ponto de vista da cidade – se apresenta ao homem rústico propondo ou impondo certos traços de cultura material e não-material" (CANDIDO, 2001, p. 272). Desse modo, a partir de seu método crítico torna-se possível analisar a situação de miséria do caipira não como uma apologia moral do urbano, mas a partir da concepção de que o caipira devém miserável apenas na sua relação com o urbano e, por isso, a sua situação se expressa como crise, como "em crise às condições de ajustamento às condições de urbanização" (2001, p. 277). Assim, segundo o autor, a régua do pensamento sobre a sociedade é o urbano. O definhar do caipira expressaria fundamentalmente a forma violenta e totalitária com que a urbanização avança, sob seu véu civilizatório, dilacerando tudo que possa aparecer como atraso social.

Sob o ponto de vista sociológico, a vida do caipira ou do homem rústico, como denomina Antônio Candido, se estabelece como uma aventura quase sempre dramática na medida em que seus padrões materiais são encarados como privação extrema e miséria ao serem confrontados com os padrões da chamada "civilização" urbana. Por isso, para Candido, o caipira "viveu em franco desequilíbrio econômico, em face dos recursos que a técnica moderna possibilita", mas que, entretanto, "a industrialização, a diferenciação agrícola, a extensão do crédito e a abertura do mercado interno ocasionaram uma nova e mais profunda revolução na estrutura social de São Paulo" que significou o seu perecimento (CANDIDO, 2001, p. 279).

Todos os autores citados até o momento perceberam mudanças qualitativas naquilo que constituiu o chamado elemento caipira, no entanto, a diferença específica de cada autor varia conforme o modo pelo qual cada um compreende a cisão entre o campo e a cidade, e mais especificamente nas obras de Seabra (1969), Languenbuch (1971), Azevedo (1958) com relação ao cinturão verde como expressão dessa cisão. Dessa passagem do chamado cinturão

caipira para o cinturão verde a diversidade de interpretações desse mesmo processo já nos sugere algo revelador, ainda que não haja uma explicitação dos conteúdos contraditórios da realidade. Justamente porque tais autores escreverem acerca de um processo que lhes aparecia como tendência se faz imprescindível recuperá-los. No contexto contemporâneo, na medida em que esse processo deixa de ser tendência e configura a realidade em curso, pode-se compreender o quão fundamentada por abstrações é essa realidade, por abstrações tão objetivas quanto a própria naturalização dessas mesmas abstrações. Disso devém também a necessidade de pôr aquela Geografia em relação com o pensamento que é produzido hodiernamente.

Para autores da Geografia mais contemporânea, a relação cidade campo é pensada diferentemente. Ana Fani A. Carlos (2004, p. 09), por exemplo, escreve que:

> (...) cidade e campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles contidas e estas, hoje, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana, não transformando o campo em cidade, mas articulando-o ao urbano de um *outro modo*, redefinindo o conteúdo da contradição cidade/campo, bem como aquilo que lhes une.

Para Carlos (2004), cidade e campo enquanto polos de uma contradição que vem se transformando há algumas décadas a partir de determinações devindas daquilo que constitui o urbano, vem redefinindo a contradição tanto pelo conteúdo da diferença dos termos, quanto pelo conteúdo de sua unicidade. Nesse sentido, ainda para a mesma autora:

> (...) na reprodução da sociedade num momento de generalização da urbanização anunciada pelo desenvolvimento da cidade, e com sua explosão [há o aprofundamento das] (...) contradições entre o centro e a periferia e não entre o campo e a cidade. Essas articulações sinalizam uma tendência da sociedade urbana que resulta da urbanização quase que completa da sociedade com a transformação radical das antigas formas urbanas e dos antigos modos de vida. Porque a urbanização generalizada tem como devir a sociedade urbana como horizonte (2004, p. 12).

Nesse mesmo sentido, Odette Seabra (2003, p. 11) escreve que "(...) a cidade moderna estabelece-se como polo da oposição cidade-campo, mas gradativamente, foi sendo enredada no movimento da reprodução social, como momento e circunstância desse mesmo processo". Nota-se, tanto em Carlos (2004) como em Seabra (2003), ambas fundamentadas na obra de Henry Lefebvre, que o urbano surge não só como polo da contradição cidade campo, mas também como momento que sobredetermina ambos termos. Avançando com relação àquilo que Antônio Cândido (2001) escrevera, não é somente o caipira que fora brutalmente "condenado à urbanização", mas à sociedade inteira é objetivamente imposta a cruel pena da

urbanização. Essa compreensão da cisão, sobretudo e mais explicitamente segundo Carlos (2004), propõe a superação dessa cisão a partir da ideia do urbano e da urbanização, que por sua vez, compõem uma compreensão específica das determinações que fundamentam a relação contraditória entre a cidade e o campo.

Nesse processo de urbanização generalizada da sociedade, Seabra (2011) e Carlos (2004) compreendem a urbanização como um processo que está além da contradição cidade campo, como um processo maior que sobredetermina essa contradição. No entanto, ao mesmo tempo em que, diferentemente de Azevedo e Languenbuch que pensavam a urbanização no sentido desenvolvimentista como um processo positivo e civilizatório, Seabra (2011) e Carlos (2004) pensam-na em seu sentido problemático, de um processo fragmentador, dilacerante, segregador, violento, autoritário, discricionário e rentista (SEABRA, 2003, p. 07).

Assim, sob essa perspectiva Odette Seabra analisa a relação cidade e campo a partir das transformações da cidade, bem como de seu entorno marcadamente rural. Para a autora o mercado urbano crescente justificou as lavouras especializadas de caráter comercial e inclusive com certa padronização de produtos. Odette Seabra (2011), de modo bastante sucinto, escreve sobre a formação do cinturão verde de São Paulo:

> Lavouras muito homogêneas especializadas em certos produtos sempre em função dos rendimentos possíveis, foram ocupando grandes áreas e compondo a paisagem em torno de São Paulo. Ora, como a cidade é o lugar da divisão do trabalho aprofundada, a formação de áreas especializadas no abastecimento de produtos de mesa estava na ordem lógica das coisas.
> (...) Em meados dos anos sessenta, todo entorno da grande aglomeração que era São Paulo estava circundado por áreas de agricultura mais ou menos especializadas identificadas, à época, como o cinturão verde de São Paulo.
> (...) A formação dos mercados para produtos hortifrutigranjeiros corresponde, quase que linearmente ao aprofundamento da divisão do trabalho social em função das necessidades do desenvolvimento da indústria (SEABRA, 2011, p. 151-152).

Muito pertinentemente a autora escreve que há uma lógica na qual a partir de uma divisão aprofundada do trabalho tem-se a formação de uma imensa área agrícola especializada circundante à capital paulista. No entanto, diferentemente da autora que pensa a divisão do trabalho social engendrada pelo desenvolvimento da indústria, pode-se compreender que no processo lógico imanente ao capital há o aprofundamento da divisão social do trabalho em que o desenvolvimento da indústria é apenas uma de suas expressões fenomênicas, e que, portanto, surge simultaneamente à formação dos mercados para produtos hortifrutigranjeiros.

Em outras palavras, com relação à formação e desenvolvimento do cinturão verde ao longo da segunda metade do século XX, faz-se necessário pensá-la como uma expressão

particularizada, como muito bem reconhecera Odette Seabra (2011), de um processo lógico relacionado ao aprofundamento da divisão social do trabalho, à formação de um mercado interno e às necessidades da indústria. No entanto, pode-se compreender esse mesmo cinturão verde enquanto expressão da radicalidade objetivamente posta pelo capital, na medida em que se realiza enquanto relação contraditória, crítica e negativa entre cidade e campo na situação periférica mundial, no Brasil.

2.4. Cisão negativa: o cinturão como contradição

A partir de alguns autores supramencionados (AZEVEDO, 1958; LANGUENBUCH, 1971; SEABRA, 1969; SEABRA, 2003, 2011) convém, neste momento, pensá-los de modo a identificar o comum no que por eles fora escrito, identificando em todos autores o problema que os levou à reflexão e à tematização de um mesmo objeto, não obstante suas diferenças específicas.

De modo geral, todos estes autores reconheceram na análise do processo de metropolização e formação do chamado cinturão verde a concomitância de elementos fundamentais desse processo: a crescente produção comercial de horticulturas e o avanço de uma especulação imobiliária a partir da criação de lotes não-produtivos (de recreação, lazer ou moradia). Para além de identificar e tematizar o cinturão verde a partir da expansão horticultora e da especulação imobiliária, faz-se necessária mais outra análise: a dos fundamentos de tais processos, considerando também as suas próprias determinações negativas.

De modo bastante genérico pode-se afirmar que na análise de todos os autores citados aparecem o urbano e a sua expansão, estritamente como um momento específico da história de uma cidade que, em seu pleno desenvolvimento, foi capaz de superar velhas formas de produção (GIANNOTTI, 2000), por exemplo, a caipira, construindo um imenso espaço urbanizado e ao mesmo tempo outro espaço fisicamente diverso e de *função* ou *conteúdo* rural. Esse modo de compreensão do desenvolvimento da realidade moderna explicita o real colocando a relação sujeito objeto sob perspectiva de cunho positivo: põe o objeto da análise [as realidades paulistanas: urbana, suburbana e rural] sob a perspectiva temporal histórica (por vezes, naturalizada), destituída de contradições, nas quais as contradições que dela surgem aparecem como problemas passageiros consequentes da expansão do urbano caótico, resolvíveis, porém, por “uma questão de tempo”.

O positivo na análise de alguns destes autores se revela, sobretudo, na compreensão do fenômeno urbano sem a incorporação do seu elemento contraditório, que seria o campo. Em outras palavras, ora pensou-se a expansão positiva do urbano em detrimento do rural, como um progresso natural e civilizatório, ora pensou-se positivamente a expansão do urbano e de seu complemento necessário, o campo. Nesse sentido, não há uma reflexão acerca da cisão campo-cidade, há no limite a reflexão sobre uma relação contingente. A cisão, que aparece como dada, e sendo por sua vez compreendida como pressuposto necessário para uma compreensão histórica de um desenvolvimento que vai do rural ao urbano, explicitaria o

desenvolvimento progressivo da sociedade urbana que, porém, jamais se explicitaria como contradição.

Se para tais autores a cisão aparece enquanto pressuposto que não efetiva o estabelecimento de uma relação contraditória entre os elementos cindidos, aqui a cisão advém como problema fundamental, carecendo de uma longa reflexão.

A possibilidade de se pensar o cinturão como algo dado já revela bastante da consciência que delimita e impõe fragmentos do real como objetos exteriores. No limite, se para esta forma de consciência o real é idêntico ao pensado e se esse real se apresenta cindido é porque o nosso pensamento é cindido, pois os termos provenientes desta cisão são postos como absolutos não relacionáveis.

Ao pensamento crítico especulativo[4] interessa destituir a oposição destes termos absolutos fixos, unindo o que está separado e rebaixando a cisão absoluta a uma cisão relativa condicionada por uma relação que os dá identidade. Segundo a filosofia especulativa de Hegel (1992), a cisão, porém, não deve ser destruída unilateralmente, mas apreendida como "um fator da vida" a partir do qual a totalidade se efetiva na sua identidade (HEGEL, 2003, p. 38). Destruir um de seus momentos significaria necessariamente mergulhar na objetividade ou na subjetividade absolutas, sem superar a identidade negativa de ambos. É assim, portanto, que tem-se a constituição de uma potência racional da cisão. Desse modo, a filosofia especulativa, partindo da própria cisão, ao apreender o absoluto como um pressuposto mediado pelo pensamento, deve também apreender como pressuposto mediado uma consciência de totalidade das cisões, de modo que a união dos cindidos esteja posta no absoluto, como momento dele. Se se pensa o campo cindido da cidade é porque em nossa consciência objetivamente não se é possível pensar de outro modo: positivamente, teremos sempre esses dois elementos como dois em-si absolutamente diversos e 'imiscíveis', chegaremos na simples oposição e permaneceremos nela; ou, negativamente, teremos a consciência da cisão enquanto forma de consciência, admitindo-a como fetichista, contraditória e determinante da realidade objetiva. A cisão deve, portanto, constituir-se não como discurso sobre o mundo, mas como argumento explicitativo de sua lógica de relação necessária, porque negativa, pois que sua lógica constitui sua história, dizendo-se enquanto acumulação e contradizendo-se como crise, justificando-se como fetichismo e esgrimindo-se como objetivação violenta da universalidade.

---

[4] Ao pensamento especulativo compreendemos o método pelo qual o pensamento reflexivo surge como objeto de si mesmo.

A crítica da cisão entre cidade e campo não deve propor uma unificação subjetiva e arbitrária entre os elementos cindidos, com o "tom ideológico dominante de todo o discurso sobre a síntese" (ADORNO, 2009, p. 151), mas deve pensar essa cisão mesma a partir da cisão entre sujeito e objeto, como uma forma de consciência. A possibilidade de fragmentação objetiva da realidade revela o modo pelo qual o sujeito constitui-se, em contraposição ao objeto que lhe é externo. Nessa forma de consciência, o mundo aparece como uma imensa coleção de dados, como um mundo acabado fora do pensamento e independente dele, no qual caberia a este mesmo sujeito preencher os seus pensamentos com a objetividade que lhe é externa. O conhecimento se vê reduzido, desse modo, a um mero esquema científico sintético, a uma tabela onde seus espaços vazios são preenchidos com dados, como um esqueleto donde "a carne e o sangue foram retirados dos ossos" (HEGEL, 1992, p. 49); em que a totalidade abstrata é tomada enquanto somatória ou completude dos conhecimentos individuais ossificados.

Nesse sentido, na cisão entre o pensado e aquele que pensa surge como um conhecimento *das* coisas, revelando que o conhecimento pressupõe a busca do em-si dessas coisas, a objetividade absoluta. Nessa busca, sujeito e objeto aparecem imediatamente como absolutidades, e, portanto, como externos, independentes e opostos entre si. Em outras palavras, sob essa forma de consciência, o sujeito crê no objeto como algo imediato, posto como objetividade sem mediação alguma, ou seja, o objeto simplesmente é, e, portanto, não precisaria de qualquer predicado que o qualificasse, ou algo outro que lhe desse uma identidade. Isso, segundo Hegel é uma forma de pensamento religiosa, na medida em que crê na existência objetiva das coisas como sendo imediatez natural do mundo; é o que "se denomina consciência sensível, é justamente essa abstração pura: é esse pensar, para o qual o ser é o imediato" (1992, p. 189).

Ainda, ao construir a crítica à filosofia crítica kantiana, Hegel afirma que essa mesma imediatez surge igualmente como mediação pura ou pensar, na medida em que, e justamente porque, essa consciência crê no objeto. Ao ter fé no objeto o sujeito realiza a união sintética entre o pensar e o imediato sensível. Nessa relação entre imediato e mediato, segundo Hegel:

> Esse ser-aí imediato não é só e simplesmente consciência imediata, mas ao mesmo tempo é consciência religiosa. A imediatez tem inseparavelmente a significação não só de uma consciência-de-si *essente*, mas também da *essência* puramente pensada ou absoluta. A consciência religiosa é, para si, consciente daquilo que para nós somos conscientes em nosso conceito: de que o *ser* é *essência*. Essa *unidade* do ser e essência, do *pensar* que é imediatamente *ser-aí*, - do mesmo modo que ela é o *pensamento* dessa consciência religiosa ou seu saber *mediatizado*, assim também é *seu* saber

> *imediato*. Com efeito, essa unidade do ser e pensar é a consciência-de-si, e ela mesma *'é-aí';* ou seja, a unidade *pensada* tem ao mesmo tempo essa figura do que ela é. (...) Ora, a imediatez é igualmente mediação pura ou pensar (1992, p.190).

Nesse sentido, essa imediatez constitui-se necessariamente numa forma de mediação, na medida em que a própria crença numa objetividade imediata por si só já se realiza enquanto mediação entre esse sujeito que crê e o seu objeto de crença. Em a "Diferença entre os sistemas filosóficos de Fichte e de Schelling" (2003), Hegel debruçando-se acerca da filosofia e suas formas, atenta para o tema da cisão sujeito-objeto, e parte crítica e incisivamente sobre a filosofia kantiana. A coisa-em-si na filosofia de Kant, escreve Hegel, fora exprimida na sua objetividade absoluta e hipostasiada tal como no dogmático, suas categorias transformadas parte em faculdades inertes da inteligência e parte em princípios supremos; na qual a identidade entre sujeito e objeto, tratada a partir de mero entendimento empírico e sensível das determinações das categorias, eleva precisamente a não-identidade entre sujeito e objeto a princípio absoluto (HEGEL, 2003, p. 29-30).

Para Hegel seria, então, imprescindível à filosofia partir do especulativo como único meio capaz de superar os obstáculos e limitações postos pelas particularidades, depurando-se das peculiaridades em busca da razão universal. O entendimento para Hegel, ao contrário, fixa-se e perde-se nas infinitas partes e na multiplicidade, e na medida em que encontra apenas mais particularidades e amplia seus domínios sobre elas, crê estar cada vez mais próximo ao absoluto. À razão especulativa interessa destituir a oposição destes fixos particulares, unindo o que está separado e rebaixando a cisão absoluta a uma cisão relativa condicionada por uma identidade originária (HEGEL, 2003, p. 38).

Hegel, então, apreende o sujeito não na sua forma absoluta em que ele é apenas em-si, o Eu irrefletido, exterior. Mas, o sujeito hegeliano deve, basicamente, ser apreendido enquanto um ser em-si-e-para-si. Ou seja, o sujeito posto na sua objetividade como em-si, somente se constitui enquanto tal na sua negatividade, e que logo, contrapõe-se a um outro em-si. E é então neste momento que o ser-em-si exterioriza-se e reconhece-se para-si e conhece a si mesmo. O em-si-e-para-si deve ser para si como objeto, mas ao mesmo tempo, imediatamente, como objeto suprassumido[5] e refletido em si (HEGEL, 1992, p. 33-34). O espírito então, segundo Hegel, assim tomado como objeto do si, desenvolve na consciência a negatividade entre o Eu e o objeto, e, consequentemente, ao apreender essa negatividade

[5] Suprassumir é uma tradução aproximada do termo alemão *Aufhebung*, que contempla o momento lógico e simultâneo de conservação e supressão de algo. Para Hegel, na passagem entre momentos lógicos, "o que é suprassumido nega o que lhe antecede, conservando-o de um ponto de vista mais elevado" (PERTILLE, 2011, p. 63).

enquanto igualdade do espírito e do seu ser-aí, [a consciência] supera o "elemento abstrato da imediatez e da separação entre o saber e a verdade" (HEGEL, 1992, p. 40-41). A cisão e a desigualdade entre sujeito e objeto, desse modo, suprassumidas, elevar-nos-iam à ciência e à verdade.

Ainda para Hegel, no movimento dialético da consciência surge, portanto, uma transformação do objeto. O objeto em-si aparece agora para a consciência não mais como em-si, mas como um objeto em si para a consciência que sabe; e justamente por ser agora um em-si para a consciência, tem-se a própria consciência refletida enquanto objeto, e seu conteúdo é a própria "ciência da experiência da consciência"; o em-si não o é mais em-si, somente é em-si para a consciência, "o Em-si se torna um ser-para-a-consciência do Em-si" (HEGEL, 1992, p. 69-71).

Crítico contundente da filosofia de Kant, Hegel expõe aquilo que já se prenunciava na sua "Fenomenologia do Espírito" (1992). A atividade do pensar e o seu produto, o próprio pensar, o universal atuante, é representado por um sujeito pensante, cuja expressão mais concisa se revela na figura do Eu. Este sujeito pensante é, portanto, ativo com relação ao que é pensado – seu objeto –, reflete-se e detém-se nele. Pela reflexão tem-se o produto do pensar. Este produto, por sua vez, é somente nessa relação mediata, e por isso, é necessariamente uma alteração do objeto que chegava à consciência. Disso decorre a questão suscitada na filosofia moderna – sobre o que seria a coisa mesma e o que seria produto do pensamento.

Pondera Hegel que é justamente nesse momento que a consciência se desespera. Pois é na vida ordinária, sem reflexão, e de certa forma acolhida na filosofia moderna em geral, sobretudo na filosofia crítica de Kant, que se crê na cisão absoluta entre pensante e pensado, entre sujeito e objeto; filosofia cujo conhecimento revela-se como conhecimento meramente subjetivo e exterior, no qual os pensamentos que se fazem das coisas não correspondem ao em-si delas. Ao contrário, para Hegel, a apreensão das coisas no pensamento, e a sua ciência, devem expressar o universal das coisas, compreendendo-as como relação sujeito-objeto.

A lógica na filosofia crítica de Kant, além de pressupor a separação entre sujeito e objeto como definitiva, ela também pressupõe que o conteúdo do "conhecimento esteja dado em si e para si como um mundo acabado fora do pensamento", no qual o pensamento vazio de conteúdo apreende aquele conteúdo exterior, transformando-se assim num pensamento real (HEGEL, 2010, p. 02). Nessa perspectiva kantiana, o objeto dado e acabado conteria *eo ipso* uma efetividade, diferentemente do pensamento, que deve buscar no objeto um conteúdo, ajustar-se a ele e, por fim, apropriar-se dele. Assim, o objeto restaria na sua pura condição de coisa em si, apesar do pensamento. Essa relação do sujeito com o objeto, bastante própria da

consciência comum e do entendimento, chega às oposições e permanece nelas. E a razão revelando-se restrita ao sujeito, externa ao objeto, passa a reconhecer unilateralmente a verdade subjetiva e o plano fenomênico apenas.

Hegel aponta para que não se deve apreender o pensamento enquanto pensamento sobre algo, externo ao próprio pensamento, mas, sobretudo temos de compreender as suas formas e determinações como seu próprio conteúdo e verdade: "o entendimento sustenta sua reflexão (...) como sendo uma reflexão exterior, que não incide na ideia mesma" (HEGEL, 2005, p. 351). Segundo Hegel, se para Kant, ainda bastante preso à 'letra' (dimensão formal da linguagem, sintaxe), na proposição "Eu penso" tem-se apenas a representação de um sujeito, um eu; e, do pensar como mero entendimento, como um atributo desse sujeito ativo; sujeito este que é somente subjetivo.

Para Hegel, nesse entendimento há um sujeito absoluto, abstrato, fixo e imediato, e um predicado que o qualifica, o pensar. Hegel, compreendendo a dificuldade que se impõe à filosofia moderna em se elevar acima das oposições e cisões do entendimento, depreende especulativamente que nesta mesma proposição já está posta a identidade entre sujeito e objeto, apesar de, sintaticamente, não haver um objeto na oração. Nesse especulativo o espírito se separa da letra, e o 'Eu penso' se desdobra na consciência de si, enquanto sujeito que se põe como negatividade e identidade para com o seu objeto. O eu que pensa, pensa o pensado, produ-lo, e, portanto, o objeto devém como pressuposto lógico do sujeito nessa identidade sintética, lógica e não mais sintática e formal.

Logo, o pensamento que pensa o objeto, pensa-o como negatividade de si, como tudo aquilo que é não-sujeito. E ao pensar a si mesmo, este sujeito simultaneamente pensa a sua própria negação. O sujeito hegeliano ao pensar a si mesmo positivamente como em-si e tudo o que ele não é, como negação de si mesmo, ele toma ciência que ele somente é para si mesmo[6], que ele se pode crer como em si, devindo um ser em-si-e-para-si[7]. Em outras palavras, para Hegel, no percurso do espírito, a relação sujeito objeto culmina no pensamento como elemento que dá identidade entre os termos, na medida em que sujeito e objeto são postos pela razão de um sujeito pensante. Somente assim, para Hegel, o pensamento se constitui como real, concreto e efetivo, na medida em que objetividade, tanto quanto subjetividade, se realizam como produto do pensamento, da razão. Disso devém a sua crítica à objetividade da

---

[6] "A diferença da essência é por isso a *oposição*, segundo a qual o diferente não tem frente a si o *Outro em geral*, mas o *seu* Outro, isto é, cada um tem sua própria determinação só na sua relação ao Outro; só é refletido sobre si enquanto é refletido no Outro, e o Outro, do mesmo modo: cada um é assim *seu* Outro do Outro" (HEGEL, 2005, p. 233, § 119).

[7] É a "ciência da experiência da consciência" que se desenvolve tornando o em-si "um ser-para-a-consciência do em-si" (HEGEL, 1992, p. 72, §87).

coisa em si e a sua pertinência na medida em que o pensamento se põe como determinação e fundamento do real.

Nesse sentido, Marx, leitor de Hegel, incorpora o sistema filosófico de Hegel a sua teoria invertendo-o. Se para Hegel há um pensamento sintético que dá identidade entre sujeito e objeto, para Marx esse pensamento realizar-se-á enquanto forma de consciência posta pelo capital, que não se realiza suprassumindo os termos da relação, mas negando-os. A inversão de Hegel em Marx refere-se à forma pela qual as contradições se efetivam no curso do mundo. Para Hegel, a realidade fenomênica constitui-se por particularidades que detém uma mesma unidade essencial, cuja dialética entre particular e universal se resolveria conciliando os termos da contradição por um terceiro termo, a consciência universal, o espírito. E dessa diferença haveria um resultado positivo, pois a identidade entre os termos contraditórios os recomporia conciliando-os no universal (GRESPAN, 2002). Para Hegel, os polos de uma oposição, ao contradizerem-se, resolvem-se em sua unidade, sendo essa reconciliação momento criativo e de vida.

Já para Marx, segundo Grespan (2002), os elementos contraditórios confrontam-se entre si negativamente, e realizam-se necessariamente nessa negatividade mútua. Nessa oposição, os termos revelariam o seu fundamento na diferença entre ambos, ou seja, na autonegação recíproca, na contradição entre os seus polos. Para Marx, ao contradizerem-se, os termos realizam-se enquanto tais, na medida em que se negam radicalmente, como se a realização de um termo ou polo significasse necessariamente a exclusão ou eliminação de seu oposto.

Hegel considera que a unidade entre os diferentes e opostos é posta por uma identidade, ou seja, seu "fundamento é a unidade da identidade e da diferença" (HEGEL, 2005, p. 237). Já para Marx o fundamento ou a essencialidade da contradição não estaria na identidade entre os termos, mas na diferença, autonegativa e destruidora (GRESPAN, 2002).

É nesse sentido e desse modo que pode-se pensar a cisão cidade campo não mais como uma objetividade absoluta, como um dado social naturalizado, mas como forma de consciência posta pela relação sujeito objeto. Theodor Adorno, em sua "Dialética negativa" (2009) critica a posição de Hegel com relação a essa unidade entre sujeito e objeto, na medida em que essa dualidade aparece posta a partir de uma totalidade imanente ao pensamento, ao sujeito. Para Adorno, o sujeito hegeliano conteria uma razão superior autoproclamada "como criadora idealista de todas as coisas" (2009, p. 155).

Ainda para Adorno, a crítica ao sistema filosófico de Hegel deve superar essa subjetividade que jaz na obra hegeliana, pois reunir os elementos cindidos jamais constituiria

uma superação da cisão entre sujeito e objeto absolutamente contrapostos, ao contrário, seria uma restauração conservadora e ideológica de uma forma de consciência. Para Adorno, a cisão entre sujeito e objeto jamais pode ser simplesmente negada, pois "nem eles [sujeito e objeto] são uma dualidade derradeira, nem se esconde por detrás deles uma unidade última. Eles se constituem um por meio do outro tanto quanto se diferenciam em virtude de uma tal constituição" (ADORNO, 2009, p. 150).

Nesse sentido, para Adorno, a crítica pressupõe a negação de uma identidade absoluta entre sujeito e objeto, para que, enquanto crítica, sujeito e objeto sejam apreendidos como "expressão unicamente da não-identidade" (ADORNO, 2009, p. 150). Em outras palavras, a crítica não deve negar a identidade entre sujeito e objeto como algo externo à própria crítica, mas deve compreender os termos dialéticos a partir de sua negação recíproca imanente.

A realidade objetiva do capital, enquanto forma de consciência, inscreve a ferro quente na consciência teórica a polaridade do sujeito e do objeto, na medida em que reproduz a diferença entre o pensar e o pensamento (ADORNO, 2009, p. 151). No entanto,

> Nada é possível senão a negação determinada dos momentos singulares por meio dos quais sujeito e objeto são absolutamente contrapostos e, justamente por meio disso, identificados um ao outro. O sujeito nunca é em verdade totalmente sujeito, o objeto nunca é totalmente objeto. (...) É preciso insistir criticamente na dualidade do sujeito e do objeto contra a pretensão de totalidade inerente ao pensamento (ADORNO, 2009, p. 151).

Em seu exercício de dominação dessa totalidade posta pelo pensamento, esse sujeito ativo e criador de Hegel,

> (...) se torna parte daquilo que ele pensa dominar e sucumbe como o senhor hegeliano. Nesse modelo de senhor revela-se o quanto o sujeito pertence ao objeto na medida em que o consome. O que ele produz é o encanto daquilo que o sujeito pretende subjugar sob seu encanto. Sua autoexaltação desesperada é a reação à experiência de sua impotência que impede a autorreflexão; a consciência absoluta é inconsciente (ADORNO, 2009, p.155).

Os polos sujeito e objeto, portanto, se realizam na medida em que são simultaneamente identidade e diferença, afirmação e negação de si mesmos. Ao contrário de Hegel, em que na diferença entre os termos, exatamente por se realizarem enquanto diferença eles possuiriam uma identidade entre si; para Adorno, a dialética enquanto negatividade se realiza radicalmente, ou seja, na medida em que os termos se negam, eles jamais constituem uma identidade reconciliadora, eles se negam radicalmente. Para Adorno:

> **O negado é negativo até desaparecer**. Isso cinde decisivamente de Hegel. Aplainar uma vez mais por meio da identidade a contradição, expressão do não-idêntico, significa o mesmo que ignorar o que essa contradição diz, retornar a um pensamento dedutivo. (...) Por meio da fórmula da 'igualdade consigo', da pura identidade, o saber do objeto se revela como charlatanice, porque esse saber não é mais, de modo algum, o saber do objeto, mas a tautologia de um *conhecimento por meio do conhecimento (νόησις νοήσεως)* posicionado absolutamente (ADORNO, 2009, p. 139, grifo nosso).

Assim, se do negativo devém o negativo até a eliminação recíproca dos termos, sujeito e objeto jamais se reconciliam numa superação da cisão por meio do pensamento, do sujeito; mas, sujeito e objeto se põem negativamente um ao outro e na medida em que se negam destituem um ao outro sem constituir uma unidade. Disso devém aquela "autoexaltação desesperada" do sujeito, uma vez que ele não constitui uma identidade para com o *seu* outro, mas se destitui enquanto sujeito na medida em que no se reconhecer no *seu* outro, se realiza enquanto objetividade. Essa consciência, ou melhor, essa forma de consciência se realiza, portanto, como reflexo invertido de si mesma, em que ao pensar algo, ela destitui a si mesma. Nesse sentido, a dialética, fundamentada no negativo,

> (...) não tem o seu conteúdo de experiência no princípio, mas na resistência do outro à identidade, de onde provém sua violência. Nela também está compreendido o sujeito, uma vez que o seu domínio real produz as contradições, mas essas contradições impregnam o objeto. Colocar a dialética puramente na conta do sujeito, eliminar a contradição por assim dizer por meio de si mesma, também traz como resultado a eliminação da dialética, na medida em que ela é estendida à totalidade (ADORNO, 2009, p. 139).

Assim, a dialética só pode se realizar na medida em que dela devém uma relação negativa entre os seus polos contraditórios, que se realizam na diferença e não na extirpação dessa diferença, ou seja, dela não é produzido um terceiro termo, uma identidade sintética, totalizante e unificadora entre os polos da contradição, pois este percurso seria a "eliminação da dialética". Desse modo, pensar a cisão cidade campo se mostra pertinente sob essa perspectiva na medida em que da forma de consciência dessa cisão devém também a sua objetividade. Assim, pode-se dizer que uma cisão refere-se basicamente a um todo que por sua vez fora dividido, isto é, pressupõe-se nessa cisão um todo não dividido, que por suas particularidades internas tornou-se passível de divisão. Esse todo poderia ser o espaço, o território, a sociedade, a 'totalidade social' etc., entretanto, o que realmente é relevante, não é descobrir o que fora cindido ou que dá identidade para os polos da cisão cidade campo, mas premente se faz a construção de uma reflexão acerca dessa cisão como a realização de uma

relação negativa entre cidade e campo, fazendo resistência à identidade e levando a cabo, como diz Adorno, a violência da dialética.

Logo, enquanto determinação do capital, cujo pressuposto se revela na divisão social do trabalho, é conformado um tal aprofundamento dessa divisão social, que por sua vez explicita a cisão da consciência que se tem dessa mesma sociedade em duas realidades sociais fenomenicamente distintas: cidade e campo. Do aprofundamento da divisão social do trabalho, pode-se compreender que se tem uma transformação qualitativa dessa divisão, conformando-se numa cisão posta por uma forma de consciência fundamental.

Enquanto forma de consciência, cidade e campo aparecem cindidos na medida em que, com o aprofundamento da divisão social do trabalho, tem-se certa autonomização dos processos constituintes de cada um dos elementos, e ao mesmo tempo na medida em que não deixam de ser dependentes a partir da imanente relação de troca, enquanto mediação necessária entre os termos campo e cidade. Segundo Marx, a cisão entre cidade e campo pode ser entendida a partir da divisão social do trabalho como elemento que aparta os termos, que por sua vez são mediados pelo processo de troca: "A base de toda divisão do trabalho desenvolvida e mediada pelo intercâmbio de mercadorias é a separação entre a cidade e o campo" (1983, v. I, t. 1, p. 278). Nessa relação contraditória, em que autonomização e dependência coexistem simultaneamente, e somente admitidas enquanto tais, podemos pensar essa cisão fundamental dialeticamente nos termos de Adorno (2009).

Cidade e campo ao constituírem-se enquanto elementos de uma relação dialética referem-se necessariamente a uma relação de contradição em que, para além de constituírem uma mera incoerência opositiva entre termos, referem-se ao momento lógico no qual os termos são e não são, imediata e concomitantemente, sendo cada termo em si mesmo também a negação interna do outro. Em outras palavras, podemos dizer que a cisão constitui a cidade enquanto tal e a sua própria negação, tudo o que é não-cidade; e o mesmo para o campo, o campo enquanto tal e a sua negação, o não-campo. Assim compreendida essa cisão, podemos dizer que dela [dessa cisão] surgem a cidade e a sua negação, tão logo surgem o campo e a sua negação. Tal cisão constitui-se essencialmente na determinação do negativo como o elemento comum dos termos entre si. Entretanto, essa negação deve ser considerada interna aos termos, na medida em que a constituição de cada termo em si é posta não pela negação de um outro em geral, mas pela negação de *seu* outro, daí podermos dizer acerca de uma cisão negativa.

Sem se tratar de um mero jogo formal de palavras, o negativo se constitui no fundamento lógico pelo qual cidade e campo se põem em relação. Nesse sentido, aquilo que

antes aparecia para nossa consciência como uma simples divisão entre duas formas, agora se põe também enquanto um conteúdo lógico preciso. A cisão, portanto, produz o negativo; a produção do urbano, bem como afirma Seabra (1969), produz o seu negativo, o campo. A expansão da cidade metropolitana é imediatamente a produção de um cinturão verde, é o aprofundamento da cisão negativa. Disso não devém nem cidade, nem campo, mas tão somente a contradição dialética constituinte de ambos.

O que nesta análise nos é mais pertinente é o fato de que ao menos os autores mencionados (AZEVEDO, 1958; LANGUENBUCH, 1971; SEABRA, 1969) perceberam a formação do cinturão verde como a produção positiva da modernização, na qual os imigrantes japoneses seriam os seus sujeitos. Da não tematização do cinturão verde no contexto de uma cisão negativa ou da tematização positiva do cinturão verde tem-se justamente a produção de uma interpretação da realidade fundamentada na expansão positiva da urbanização, ainda que com seus problemas narrados como contingentes, tal como a especulação imobiliária. Pensar a realidade em termos estritamente positivos, no caso do cinturão verde, é expô-la tal como ela se apresenta sem a explicitação de suas determinações abstratas [e não menos objetivas], é pensar que se diz de uma realidade que lhe é externa.

Na posição de *objeto* de estudo, o real se torna positivo na medida em que a sua interpretação sempre o torna unívoco. Tal é o sentido que no-lo damos que nossa consciência apologética nos leva sempre para a superficialidade do pensamento, recorrendo a expressões fenomênicas. Na penosa tarefa de pensar negativamente não são reduzidas ao nada as formas positivas do pensamento, mas incorporadas de modo que não mais se sustentem por si sós (ADORNO, 2009). Assim, o cinturão verde pensado como negatividade só pode ser pensado como tal, como explicitação de fetichismos. Em outras palavras, pode-se dizer que pensar negativamente o cinturão verde no contexto da urbanização, é pensá-lo nos termos de uma forma de consciência específica como determinação objetiva. Não pensar o fetichismo como determinação fundamental seria não só pensar que nossa forma de consciência é plenamente racional e objetiva, mas também pensar uma realidade determinada por sujeitos sem determinações abstratas. O cinturão verde é, portanto, negativo e positivo; e enquanto polo de uma contradição, se efetiva realizando-se enquanto forma de consciência fetichista, sendo esta "a forma de consciência necessária que possibilita a efetividade da contradição porque aparece como não-contradição" (ALFREDO, 2010a, p. 38).

Não obstante, afora essa breve exposição acerca da cisão enquanto negatividade no âmbito lógico, não devemos compreendê-la somente como o fundamento dos processos pelos quais uma lógica universal determinada pelo capital se efetiva. Ao contrário, devemos

compreendê-la especificamente com relação à realidade periférica paulistana, como uma forma de ser desse universal. Convêm pensarmos mais analiticamente a expansão urbana e sua relação com o cinturão verde a partir de suas duas determinações fundamentais: o mercado imobiliário e a produção agrícola. Ambas, porém, aparecem nesta pesquisa não como simples concorrentes por um espaço no cinturão verde, por uma terra nos entornos paulistanos, mas, sobretudo, como processo simultâneo e contraditório inserido na situação crítica da produção de valor. O avanço desses dois processos passa então a revelar exatamente o contrário de um positivo que reafirma uma acumulação pela expansão de tais setores econômicos. Teremos agora que admitir que essa expansão é não menos do que generalização e aprofundamento da crise do valor. Em outros termos, diremos que essa expansão do capital, enquanto formação lógica do cinturão verde, é expressão crítica do próprio capital.

2.5. Da produção crítica de valor: produtividade improdutiva como reprodução social

Na compreensão da relação entre cidade e campo a partir da especificidade do cinturão verde, faz-se imperativa a análise da reprodução do capital no contexto contemporâneo levando em conta o desenvolvimento lógico e negativo de suas categorias. Um dos processos categoriais do capital mais importantes e reveladores de sua forma crítica aparece na relação contraditória entre capital e trabalho. Essa relação constitui-se pela necessidade ascendente do capital de dispensa de trabalho na medida em que há o desenvolvimento das forças produtivas, e a pertinência da observância desta contradição jaz em seu processo categorial no qual são postas as identidades lógicas das categorias do capital.

A identidade lógica das categorias do capital é necessariamente posta pela contradição, ou seja, a identidade das categorias realiza-se na relação necessária entre contrários, em que a contradição constitui-se por uma relação de necessidade. Assim, por exemplo, a identidade da categoria trabalho se constitui na relação contraditória e necessária com o não trabalho; a identidade da categoria valor se realiza na contradição com a forma-valor. Nesse sentido, com relação à categoria trabalho pode-se afirmar que o capital se realiza de forma crítica por ser a identidade de suas categorias realizada na diferença, numa relação necessariamente crítica e negativa, uma vez que o não trabalho, socialmente é dispensa de trabalho.

A forma crítica do capital em geral, no entanto, se põe como objetividade social ao mesmo tempo em que objetivamente não aparece como negatividade e crise, mas, ao contrário, aparece exatamente como naturalmente acrítica e positiva, como acumulação e expansão. E nesse sentido, pensar a formação do cinturão verde como expressão da acumulação urbana metropolitana seria reproduzir tão somente a forma aparente e fetichista do capital, pois seria isto reiterar apologeticamente a aparência e "destituir a existência enquanto contradição entre essência e aparência" (ALFREDO, 2010a, p. 40-41). Ao contrário, o cinturão verde pode ser pensado enquanto expressão da reprodução crítica imanente ao capital, pois é somente por meio dela que o cinturão verde surge como necessidade objetiva posta pela lógica crítica do capital.

A partir das décadas de 1940 e de 1950 a cidade de São Paulo passa por um intenso processo de transformações que apontavam para o desenvolvimento econômico extraordinário, com crescimento massivo do mercado consumidor e do número de indústrias instaladas. Em outras palavras, houve nesse momento uma intensificação do desenvolvimento das forças produtivas da futura metrópole, que trouxe consigo a necessidade de uma produção

de mercadorias agrícolas que fosse capaz de abastecer a crescente demanda urbana. Dessa produção agrícola como necessidade urbana surge, portanto, o então chamado cinturão verde.

Nesse processo de formação, o cinturão verde incorpora imensas áreas *vazias*, ou melhor, improdutivas economicamente do ponto de vista do capital, de modo que a nova atividade horticultora altamente produtiva se instala *superando* a produção caipira. Tanto a produtividade dada por certa fertilidade natural da terra, quanto a proximidade ao enorme centro urbano consumidor em expansão, proporcionaram as bases fundamentais ao rápido desenvolvimento e especialização deste cinturão enquanto produtor de hortícolas. Ademais, enquanto momento lógico de uma divisão social do trabalho, as suas numerosas e pequenas propriedades produtoras de hortaliças, com a presença de muitos imigrantes, sobretudo os japoneses, começaram a desenvolver-se no sentido da criação de um setor extremamente rentável, cujas relações de trabalho ainda que classificadas como familiares, já revelam o seu fundamento – a produção de mercadorias.

Não obstante o desenvolvimento crescente do setor agrícola, o setor imobiliário simultaneamente começa a expandir-se pelo cinturão verde com intento de transformar estas terras de produção de hortaliças com preços ascendentes, em áreas loteadas. Compram-se lotes rurais a preços relativamente baixos, revendendo-os a preços altos em projetos de lotes urbanos residenciais normalmente de médio e alto padrão (chácaras de fim de semana ou segunda residência), relativamente próximos à cidade e com as benesses de uma vida rural (o verde, ar puro, a ausência de engarrafamentos, e com grandes áreas propícias ao lazer e ao *bem-estar*). Assim, bem como afirma Ernest Mandel, nesse processo o preço da terra sobe "(...) à medida que áreas de cultivo são transformadas em áreas residenciais ou em estradas, e dessa forma indireta [essas terras] são jogadas na especulação imobiliária" (1985, p. 269).

Tão logo o setor imobiliário avança como determinante do espaço do cinturão, tão logo o setor produtivo agrícola declina ou se distancia da cidade de São Paulo e dispensa ao mesmo tempo mão de obra rural. Segundo essa reflexão, poder-se-ia supor desde já que nesse processo de expansão do urbano pelo mercado imobiliário há um aprofundamento da relação contraditória entre acumulação e crise, imanentes ao capital, no entanto, tal contradição será mais bem tratada posteriormente. Ainda segundo Mandel (1985), sobretudo nesse período da década de 1970, com a divisão social crescente do trabalho ampliam-se necessariamente as funções intermediárias (comércio, serviços e transportes), tendo como motor o desenvolvimento das forças produtivas. No cinturão verde, bem como nas áreas do hoje denominado agronegócio, são estabelecidas algumas especificidades que o aproximam à forma industrial de produção, sobretudo a partir do momento em que a agricultura enquanto

consumidora de produtos industriais (máquinas, insumos agrícolas e outros produtos químicos) tem a necessidade constante de redução dos custos de produção, em um contexto concorrencial determinante.

A partir desse momento de intenso desenvolvimento das forças produtivas, torna-se possível associar o cinturão verde a forma econômica de sociabilidade, a forma crítica que passa a se reproduzir desfundamentando-se. Em outras palavras, o processo de racionalização da produção agrícola, ao tornar comercial essa agricultura do entorno da metrópole, aponta ao mesmo tempo para um aprofundamento da divisão social do trabalho e desenvolvimento das forças produtivas em que necessariamente decresce a produção de valor na medida em que aparece como acumulação de capital. Da produtividade material crescente devém necessariamente a crescente produção material de mercadorias e a decrescente produtividade do ponto de vista da produção de valor. Com o aumento da produtividade, dado pela modernização dos meios de produção (desenvolvimento das forças produtivas), tem-se a redução estrutural na necessidade do emprego de mão de obra, e, por conseguinte, tem-se o processo de diminuição da quantidade relativa de valor que compõe o capital, ou seja, há o aumento de sua composição orgânica (MARX, 1983, 1984).

No processo de produção e reprodução do capital, o valor surge como seu conteúdo e elemento de sua semovência, sendo finalidade e pressuposto do valor o próprio valor. A expressão desse valor, a forma-valor, não coincide com o valor, sendo tão somente sua expressão fenomênica. A forma-valor, porém, é o conteúdo dela mesma, não havendo, portanto, no processo de troca, alteridade formal entre forma e conteúdo, ou seja, a forma se põe como conteúdo dela mesma. Em outras palavras, segundo Alfredo (2010a, p.40):

> [...] a passagem formal do capital pressupõe uma forma, o valor, para outra forma, a própria forma-valor que é, a reiteração de uma forma sobre ela mesma, expressa fenomenicamente na reiteração do dinheiro como condição e resultado do processo social, isto é, D-M-D'. Diante desta identidade lógica, o capital é a égide da forma em detrimento do conteúdo, onde a alteridade formal, própria da lógica hegeliana, não efetivada, não permite uma relação entre forma e conteúdo, a não ser de modo negativo, ou seja, a forma é o conteúdo dela mesma, sendo o valor e sua valorização condição e resultado do processo social.

No entanto, esse mesmo valor ao reproduzir-se, além de repor-se e socializar os seus pressupostos no processo de troca, põe simultaneamente a sua negação ao tornar a cada ciclo produtivo qualitativamente mais crítica a sua reprodução, crise essa engendrada pela contradição entre massa e taxa de mais valia. Tal contradição se realiza no desenvolvimento das forças produtivas a cada ciclo produtivo e se refere à forma lógica pela qual o capital

aumenta a proporção do capital constante (valor dos meios de produção) *relativamente* ao capital variável (valor da força de trabalho), ou seja, há necessariamente aumento da composição orgânica do capital. Esse processo lógico e objetivo intensifica a contradição entre massa e taxa de mais valia, pois, com a diminuição relativa do capital variável em relação ao capital constante na composição do capital global há, por isso, o aumento da taxa de mais valia. A taxa de mais valia (m') trata-se da proporção entre a valorização do capital variável (valor da força de trabalho, v) e a massa de mais-valia (m). Assim, essa relação entre a massa de mais valia e o capital variável, se expressa, segundo Marx (1984) como $m' = \frac{m}{v}$.

Nesse processo crítico, para Marx o "(...) progressivo decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante, portanto, em relação ao capital global, é idêntico à composição do capital social, em sua média, progressivamente mais elevada" (MARX, 1984, v. III t. 1, p. 164). A partir dessa elucidação de Marx pode-se concluir que o aumento progressivo da composição orgânica do capital, bem como o aumento do capital global, são imanentes e não contingentes, portanto, categoria lógica e objetiva do capital. Vale salientar que a diminuição do capital variável em relação ao capital constante é *relativa*, ou seja, não é necessariamente absoluta, e se dá apenas na proporção entre eles, por isso, pode ser derivada tanto da diminuição do capital variável como do aumento do capital constante.

A progressão da composição orgânica do capital é objetivamente ascendente, pois é posta enquanto necessidade de um contexto de concorrência entre capitais individuais. Já o aumento do capital global é explicado pelo

> (...) decréscimo relativo do capital variável, (...) com o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, [em que] é necessária uma massa cada vez maior do capital global para pôr a mesma quantidade de força de trabalho em movimento e absorver a mesma massa de mais-trabalho (MARX, 1984, v. III, t. 1, p. 170).

O aumento da composição orgânica do capital é determinado pela disputa concorrencial entre os capitais, que se realizam de forma crítica, em que "a medida formada *a posteriori* dos trabalhos individuais que serão por ela medidos, põe cada produção individual determinada pela crise de sua efetividade, o que, aliás, define a necessidade de maior economia de tempo de trabalho" (ALFREDO, 2010a, p. 41). Em outras palavras, a cada ciclo do processo produtivo, torna-se progressivamente mais necessária a redução do tempo médio social de trabalho para a produção de mercadorias. Este tempo médio de trabalho necessário é a forma lógica da contradição entre trabalho individual e social, em que o primeiro é equiparado ao segundo de modo que a realização do trabalho individual se dê criticamente, ou

seja, o pressuposto de sua realização é definido retroativamente ao ser equiparado a uma abstração, a média social de tempo de trabalho. Assim, a trocabilidade da mercadoria jamais é garantida a princípio somente por conter trabalho corporificado, pois o seu fundamento – o valor – é formado *a posteriori* por uma média social, constituindo a diferença entre preço e valor. Entretanto, como exposto, o tempo médio socialmente necessário para a produção de mercadorias diminui a cada ciclo produtivo na medida em que há o aumento da composição orgânica do capital. Por conseguinte, dado esse aumento da composição orgânica do capital bem como do capital global, há tendencialmente a queda na taxa de lucro.

A taxa de lucro (l'), desse modo, é a proporção entre a massa de mais-valia (m) em relação ao capital global (C), sendo, portanto, a taxa de lucro $l' = \frac{m}{c}$. Ou seja, a taxa de lucro é diretamente proporcional à massa de mais-valia e, inversamente proporcional ao capital global (capital variável + capital constante). Como exposto anteriormente, com o desenvolvimento das forças produtivas, há o progressivo aumento da composição orgânica do capital, bem como o progressivo aumento do capital global. Este aumento da composição orgânica do capital engendra a queda tendencial da taxa de lucro, que segundo Marx "não nasce de uma diminuição absoluta, mas de uma diminuição relativa do componente variável do capital global, de sua diminuição comparada com o componente constante" (1984, v. III, t. 1, p. 167). Em outras palavras, de modo bastante sucinto, o desenvolvimento das forças produtivas do capital, expresso no aumento de sua composição orgânica, põe a necessidade de aumento do capital global, que por sua vez, engendra a diminuição da taxa de lucro, dada a redução do capital variável tanto absoluta quanto relativamente ao capital constante. Assim, a queda tendencial da taxa de lucro, expressão do aumento do capital global, constitui-se na diminuição relativa da massa de mais-valia em relação ao capital global, aparecendo como aumento da produtividade do trabalho ao mesmo tempo em que fetichiza a produção crítica de valor. Segundo Ernest Mandel:

> (...) um aumento na composição orgânica do capital implica uma queda na taxa de lucros. (...) [E] dois entre os mais importantes fatores que podem deter a queda da taxa média de lucros são o barateamento dos elementos do capital constante e o aumento da taxa de mais-valia (seja por uma ampliação no grau de exploração do trabalho, seja por uma redução dos salários a um nível inferior ao valor da mercadoria força de trabalho) (1985, p.103).

Mesmo com estes fatores contrariantes à queda tendencial da taxa de lucro, o capital global é necessariamente em sua média sempre mais elevado a cada ciclo produtivo, e isso significa que a redução dos custos do capital expressa sempre tentativas insuficientes de redução do aumento progressivo do capital global. É importante ressaltar o quão fundamental

é esse processo para a reprodução do capital, na medida em que é justamente essa necessidade objetiva de diminuição dos seus custos de produção que move o capital enquanto forma de sociabilidade. É a sua negatividade, a sua forma crítica, a sua improdutividade que mobilizam incessantemente volumes sempre crescentes de capital. Assim, a diminuição dos custos de produção, a diminuição do tempo de rotação do capital, o aumento da taxa de mais-valia, a busca por melhor remuneração fora do setor produtivo (financeiro e imobiliário, por exemplo), enfim, todos os movimentos dessa sociabilidade fetichista sempre são tentativas malogradas – as quais, porém, aparecem como expansão, crescimento econômico e desenvolvimento social – de mitigar a sua própria criticidade.

Com a redução do tempo socialmente necessário para a produção de mercadorias, viabilizada pelo desenvolvimento das forças produtivas, derivam dessa mesma redução dois processos simultâneos: o aumento da produtividade do trabalho e a diminuição da produção de valor. O valor, ou seja, a forma-valor é constituída pelo tempo de trabalho abstrato socialmente necessário para a produção de mercadorias, porém, com a diminuição objetiva desse tempo necessário, produz-se uma massa maior de mercadorias. No entanto, há progressivamente em cada uma dessas mercadorias "uma dose de substância do valor tornada homeopática" (KURZ, 2005, s.p.), ou seja, nelas contêm cada vez menos trabalho abstrato corporificado, e nessa medida, expressam a progressiva diminuição relativa da produção de valor. Nesse mesmo sentido, segundo Alfredo (2010a, p. 44), na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas se realiza na:

> (...) substituição do trabalho vivo em detrimento do trabalho morto, ou seja, [no] aumento da composição orgânica do capital, produtividade e improdutividade do capital se fazem como formas contraditórias e simultâneas de sua própria identidade: tão mais produtivo é o capital, quanto menos capaz é de produzir valor. Se o seu sentido, isto é, estar em seu conceito, é desenvolver as forças produtivas, a improdutividade é a forma de ser de sua condição produtiva.

Nesse processo critico e imanente, a condição produtiva do capital é posta pela contradição entre produtividade e improdutividade, em que essa mesma contradição se põe como identidade simultânea e negativa do capital. Em outras palavras, a identidade, ou seja, o que constitui a produtividade do capital é a sua reprodução crítica e negativa, sendo, portanto, a improdutividade uma determinação da forma produtiva do capital. Ora, a produtividade do capital aparece como acrítica e positiva, como produção ilimitada de "uma imensa coleção de mercadorias" (MARX, 1983, v. I, t. 1, p. 45), no entanto essa mesma produtividade material ascendente se constitui necessariamente na produção decrescente de sua substância, de sua

determinação abstrata, o valor. Desse modo, para Marx, a relação entre o preço de produção (soma do capital constante, do capital variável e do lucro) de uma mercadoria e o seu valor é:

> (...) determinada exclusivamente pela proporção entre a parte variável do capital com que é produzida e sua parte constante, ou pela composição orgânica do capital que a produz. Se a composição do capital numa esfera da produção é inferior à do capital social médio, ou seja, se sua componente variável, gasta em salários, é maior em proporção a sua componente constante, desembolsada nas condições materiais de trabalho, do que é habitual no caso do capital social médio, o valor de seu produto deve encontrar-se acima de seu preço de produção. Ou seja: por empregar mais trabalho vivo, havendo igual exploração de trabalho, tal capital produz mais mais-valia, portanto mais lucro, do que uma parte alíquota de igual grandeza do capital social médio. Por isso, o valor de seu produto está acima de seu preço de produção, já que esse preço de produção é igual à reposição de capital mais o lucro médio, e este é inferior ao lucro produzido nessa mercadoria. A mais-valia produzida pelo capital social médio é menor do que a mais-valia produzida por um capital com essa composição inferior. Ocorre o inverso se o capital investido em determinada esfera de produção tem composição superior à do capital social médio. O valor das mercadorias produzidas por meio dele está abaixo de seu preço de produção, o que em geral ocorre com os produtos das indústrias bem mais desenvolvidas (MARX, v. III, Tomo 2, p. 226).

Logo, com a necessidade cada vez maior de uma massa de capital global para a produção cada vez menor de massa de valor, expressa na queda tendencial da taxa de lucro, chega-se ao limite lógico do capital e à sua negatividade, pois, ao reproduzir-se, o capital desfundamenta-se ao repor crítica e negativamente seu fundamento: o trabalho como valor. Nesse sentido, a categoria trabalho, bem como todas as categorias que constituem o capital, devem pôr a sua própria negação como uma necessidade categorial, constituindo a identidade negativa, desse modo, a forma de ser das categorias do capital. Para Alfredo (2010a, p. 43):

> (...) é em sua condição negativa que as categorias do capital ganham em efetividade na reposição de uma sociedade determinadas, no entanto, pelo capital. O não-trabalho, sejamos claros, não é o fim do trabalho, mas a condição antitética e identitária do próprio trabalho, isto é, o trabalho é trabalho e não-trabalho, sendo esta contradição a identidade da categoria substancial da modernização. (...) Ao apresentar-se pelo negativo (através da precária noção de desemprego), como forma de ser de sua posição social, recobra, sob o fetichismo categorial do capital, (...) a necessidade de reconhecer que a própria crítica está posta no limite da compreensão de negação a que atingem, neste momento histórico, as categorias do capital posta pela relação contraditória que lhes dá identidade. Ou seja, a identidade categorial do capital é sua negação categorial.

Assim, o trabalho surge como contradição e negação de si mesmo no processo de modernização, acirrando a contradição entre o trabalho e a sua substância, o valor, pois no

desenvolvimento das forças produtivas a reprodução da categoria trabalho se realiza somente na medida em que reproduz negativamente o valor. Com o aprofundamento crítico imanente à reprodução do valor, há, portanto, a progressiva desvalorização do valor. O capital global investido no setor produtivo deve necessariamente, conforme já explanado, ser continuamente crescente, dado o contexto concorrencial entre os capitais individuais que impele ao aumento da composição orgânica do capital. Disso devém um crescente aumento dos custos de produção o que impele à necessidade tanto maior de uma remuneração capaz de pagar esses mesmos investimentos. Desse modo evidencia-se que a lógica do capital se realiza como desfundamentação de si mesmo. Nesse sentido, o capital produtivo (do setor industrial, por exemplo) deve recorrer a outras formas de investimento capazes de pagar os seus custos, disso devém a participação crescente do capital investido em setores não-produtivos, de serviços, imobiliário e financeiro, por exemplo.

Sobretudo a partir da década de 1970, tanto nos países centrais, como em países periféricos como o Brasil, há uma crescente migração dos capitais investidos do processo produtivo para o setor financeiro, que, no entanto, revela-se como expressão do descolamento da substância valor produzida pela sociedade em relação ao dinheiro como representante de valor, fetichizando no mercado financeiro a improdutividade do capital, a sua capacidade crítica de produção de valor. Desse modo, com essa crescente participação do capital não-produtivo em detrimento do capital produtivo no âmbito do capital mundial, o dinheiro, representante de valor, se destaca do valor e aparece fetichistamente como se fosse o próprio valor, e de representante torna-se o representado, e de mediação social torna-se finalidade, ainda que sem deixar de sê-la. Segundo Marx: "(...) é imanente ao dinheiro realizar suas finalidades à medida que simultaneamente as nega; se autonomizar em relação às mercadorias; de meio, devir fim" (2011, p. 100). Ao se autonomizar, o dinheiro torna-se uma mercadoria, como se fosse expressão social de produção de valor, constituindo-se, por isso, como expressão dessa sociabilidade que fetichiza o dinheiro. Para Robert Kurz (1995, s.p.):

> O dinheiro não serve aqui [nesse momento de desenvolvimento das forças produtivas] para a mediação de mercadorias, nem é directamente capital monetário empresarial, que emprega trabalho abstracto no seu processo de valorização mas torna-se paradoxalmente uma mercadoria com cotação em mercados especiais (os mercados financeiros) e cujo preço são os juros. O dinheiro como mercadoria nos mercados financeiros é portanto *capital que rende juros,* diferentemente do capital empresarial 'real', que organiza a efectiva valorização substancial. Do ponto de vista deste capital que rende juros, a fórmula da valorização [D-M-D'] reduz-se a D-D'; ou seja, o dinheiro, aparentemente sem intervenção da produção real de "M", ganha imediatamente, como mercadoria, a "qualidade oculta" (Marx) de gerar -

> pretensamente de si mesmo – "mais dinheiro". (...) A única fonte efectiva de "dinheiro que gera dinheiro" (Marx), o consumo de trabalho abstracto na produção real de mercadorias, desaparece assim na "forma sem conteúdo" (Marx) do próprio movimento.

Vale frisar que nesse processo aquilo que Kurz chama de capital empresarial real não é algo outro desse capital que rende juros. O capital investido na produção de mercadorias se constitui enquanto tal, sobretudo a partir da década de 1970, na medida em que o próprio capital que rende juros, ou seja, o capital financeiro passa a se constituir como determinação da circulação do capital mundial, tanto quanto do seu investimento no setor produtivo que fetichiza uma produção de valor na produção de mercadorias. É assim, portanto, que esse capital financeiro devém capital fictício, na medida em que *ficcionaliza* uma produção de valor.

No descolamento do dinheiro de sua base substancial, o valor, a sua expressão monetária se coloca como ficção de valor. Para Alfredo, o dinheiro ao se pôr como crédito no mercado financeiro, surge como expressão de uma sociabilidade cujo fundamento é o trabalho como improdutividade, como ficção de trabalho em "uma sociedade do não trabalho":

> Isto implica em que circular o dinheiro torna-se menos desvantajoso do que torná-lo produtivo, pois a demanda por créditos aumenta o preço do dinheiro e torna os juros mais rendosos do que a própria taxa média de lucro, o que leva a uma imposição do capital a juros na reprodução crítica de uma sociedade fundamentada na produção do valor (2010a, p. 47).

Nesse sentido, é possível compreender que mesmo a produção material de mercadorias não deve ser entendida como sinônimo de uma produção efetiva de valor. O dispêndio de trabalho abstrato, portanto, em sua determinação crítica devém mais evidente nesse momento em que não remunera a si mesmo. Em outras palavras, a ficcionalização do valor explicita a tese de que o valor se realiza criticamente somente na medida em que é socializado, e se conforma *a posteriori* a partir de uma média social mundial continuamente reduzida, tornando, desse modo, cada vez mais necessária a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias, bem como o aumento progressivo de investimentos nessa produção. Assim, o capital financeiro e o valor ficcionalizado tornam-se objetividades necessárias à própria reprodução do capital, enquanto forma de sociabilidade imanentemente crítica, negativa e fetichista, e por isso, violenta.

Logo, a produção agrícola também surge como expressão dessa forma crítica de sociabilidade posto que as suas determinações postas pelo capital se revelam tão profundas quanto àquelas postas ao setor produtivo industrial urbano. A agricultura mesmo com suas

determinações específicas, como a questão da propriedade da terra, por exemplo, surge aqui como um ramo específico que produz mercadorias, mas não por isso menos crítico ou menos improdutivo do ponto de vista da produção de valor. É nesse sentido que a agricultura periférica brasileira, e mais especificamente a do cinturão verde paulistano, satisfaz à necessidade objetiva da reprodução do capital, surgindo como expressão das determinações postas pela divisão social do trabalho de âmbito internacional e pela sua forma de consciência fetichista, apologética e ideológica, bem como à forma de sociabilidade correspondente a essa mesma forma de consciência.

Assim, pensando nesses termos, podemos nos referir ao cinturão verde como uma expressão significativa desse processo crítico, no sentido de que o aumento da produtividade, a queda nos preços dos produtos e a redução da mão de obra empregada, explicitariam o modo pelo qual o setor agrícola se incorpora ao mercado interno brasileiro na medida em que se ajusta ao tempo social médio mundial, à forma industrial de produção, às imposições do mercado imobiliário, tão logo é determinado pela forma fetichista do capital financeiro.

No entanto, há também o argumento que nos leva a pensar o cinturão verde a partir de algo que aparece fenomenicamente como conflito entre agricultura/horticultura e o setor imobiliário urbano. Acerca dessa concorrência abstrata por terras, essa reflexão aponta para a compreensão crítica de um processo apoiado na seletividade dos capitais produtivos, determinados por um tempo médio social de trabalho abstrato de âmbito mundial. O afastamento ou deslocamento do cinturão verde com relação à capital paulistana, apontado por Ueno (1985), porém, pode ser compreendido não como causado pela urbanização e pelo consequente aumento do preço das terras, mas posto, sobretudo, por determinações implicadas pela forma crítica do capital financeiro, ou em outras palavras, pela remuneração das taxas de juros mais “atraentes” do que o próprio investimento no setor produtivo [no caso, a horticultura]. É, porém, necessário aprofundar a análise da forma fetichista pela qual o capital financeiro redefine as relações de produção nesse espaço do cinturão verde, no sentido de aprofundar a identidade contraditória e negativa do processo geral de reprodução do capital enquanto simultaneidade mundial entre acumulação (valorização do valor) e crise (desvalorização do valor).

3. Da lógica fenomenizada como cisão: a divisão internacional do trabalho

No pensamento acerca da formação do cinturão verde paulistano há que se levar em conta a situação na qual o capital se reproduz, de modo que sejam explicitadas algumas de suas formas e fundamentos de um ponto de vista mais amplo. A divisão social do trabalho no momento da conformação de uma agricultura periférica às grandes cidades deve estar situada não apenas histórica e geograficamente [como mera localização], mas logicamente em uma forma social especificamente moderna. Sendo assim, a forma social pela qual o cinturão verde se põe enquanto tal refere-se fundamentalmente à forma social produtora de mercadorias e às suas determinações sociais. E é essa constatação aparentemente simples que nos coloca todo o imenso problema da produção de mercadorias, e, portanto, toda a discussão acerca da produção de valor, bem como do fetichismo enquanto forma de sociabilidade.

Manoel Seabra (1969), com base nos estudos de Petrone (1964), identifica uma mudança qualitativa que determinou a formação do cinturão verde. Na passagem do chamado cinturão caipira para o cinturão verde, ambos autores identificam a transformação no sentido da decadência da cultura de roça caipira para uma produção rural comercial moderna. Para esses autores isso explicitaria um processo positivo de modernização e racionalização sociais na medida em que formas pretéritas e arcaicas de produção estariam sendo superadas por uma nova e moderna forma de produção. A superação da agricultura caipira pela agricultura comercial, portanto, estaria revelando a inserção da cidade de São Paulo no plano mundial da produção de mercadorias. Isto por que seria a partir desse momento que São Paulo e o Brasil teriam alcançado as condições sociais necessárias para se inserirem no plano internacional, em meio à concorrência mundial, já no final da primeira metade do século XX. Nesse sentido, São Paulo que já contava com alguma produção industrial e uma grande população urbana concentrada, pôs a necessidade de uma produção agrícola capaz de abastecer as demandas dessa urbanização. Urbanização esta que se realizou produzindo a sua contradição: o não urbano.

Da produção agrícola comercial, enquanto necessidade do urbano e da urbanização, tem-se também a produção de uma forma de consciência dessa mesma necessidade, do processo de troca entre cidade e campo. Assim, nesse processo de troca, a concorrência por sua vez também se impõe como necessidade objetiva e se realiza liquidando a forma caipira de produção, impondo a forma comercial da produção de mercadorias no campo, como ramo produtivo da indústria, ao mesmo tempo em que impõe em extensão e profundidade o mercado local de terras.

A concorrência comercial, porém, sob o capital se realiza segundo Bukharin (1984), em escala mundial, sobredeterminando todas as formas locais de produção, na medida em que nivela a uma média social mundial, *a posteriori* do processo produtivo, os capitais capazes de continuar no processo concorrencial. O cinturão verde paulistano não deixa de se pôr enquanto especificidade desse processo geral, uma vez que esse cinturão verde só pôde se constituir enquanto tal, ao realizar uma produção de mercadorias na cidade de São Paulo fundamentada nos custos de uma reprodução social determinada pelo tempo social médio mundial de produção e realização da forma mercadoria.

Longe de serem determinações de segundo grau ou indiretas, as determinações que se impõem ao cinturão verde enquanto especificidade são tão radicais, quanto às próprias determinações que se impõem ao urbano como um todo. Assim, a especificidade desse processo constitui-se exatamente nesse momento pelo qual o Brasil passa a se constituir enquanto periferia do capitalismo mundial conformando processos diversos dos processos de uma realidade *clássica* europeia, de países centrais: o Brasil como um país periférico, reproduziu a cidade e o urbano, e urbanizou-se na medida em que e porque se expandiu no seu contrário, na sua forma contraditória, no campo, no rural; ao mesmo tempo em que fundamentou essa expansão não só por uma acumulação interna, mas também por meio da constituição de um mercado de terras específico. É nesse sentido que a divisão do trabalho entre economias nacionais ao aprofundar-se vem a ser uma Divisão Internacional do Trabalho que coincide com a divisão social do trabalho entre indústria e agricultura, entre países industriais e países agrários (BUKHARIN, 1984, p. 20).

Assim, a divisão social do trabalho que se põe como o fundamento da separação entre cidade e campo, associada ao desenvolvimento das forças produtivas, ao mesmo tempo se põe também como processo fundamental de criação do mercado interno e, por conseguinte, de formação de uma economia nacional. O progressivo aprofundamento da divisão social do trabalho generaliza a troca, aumenta o número de ramos da economia e diminui a quantidade de unidades que executam a mesma função econômica, formando necessariamente um mercado interno de mercadorias:

> (...) a separação dos trabalhos produtivos transforma mutuamente seus produtos em mercadorias, em equivalentes recíprocos, levando-os a servir de mercado uns para os outros. (...) O processo de especialização (...) manifesta-se também na agricultura: dá origem ao aparecimento de regiões agrícolas especializadas, provocando trocas tanto entre os produtos agrícolas e os industriais quanto entre os diversos produtos agrícolas (LENIN, 1982, p. 14).

Dessa especialização, para Lenin (1982), expressão da divisão social do trabalho, cria-se um mercado interno, no qual diferentes tipos de transformação de matérias-primas se dividem conformando ramos industriais independentes de produção de mercadorias. Desse modo, ainda segundo Lenin (1982) a agricultura devém também um ramo da indústria na medida em que passa a produzir mercadorias, efetivando o mesmo processo de especialização que se tem na indústria, em que ambas se realizam enquanto formas de produção mercantil. A produção agrícola, e o seu progresso como agricultura comercial especializada, no entanto, ocorre de modo diverso do progresso da indústria:

> A indústria transformativa compreende ramos autônomos, dedicados exclusivamente à fabricação de um único produto ou de uma única parte do produto. Na indústria agrícola, ao contrário, não há divisão em ramos rigorosamente distintos: há somente especialização na produção de tal ou qual produto para o mercado, e adaptação dos outros aspectos da agricultura a esse produto principal (que é uma mercadoria). Por isso, as formas de agricultura comerciais apresentam uma diversidade gigantesca, modificando-se não só de uma região para outra, mas também de um estabelecimento para outro (LENIN, 1982, p. 202-203).

A agricultura comercial, ao mesmo tempo em que aparece como momento da divisão social do trabalho, aparece também como expressão de um desenvolvimento em profundidade do capital na medida em que se desenvolvem as forças produtivas apontando para um aumento da composição orgânica do capital posto em movimento tanto na indústria, como na agricultura. No desenvolvimento dessa agricultura comercial, no surgimento de "hortas industriais" no entorno das cidades, por exemplo, há uma divisão do trabalho que se relaciona diretamente à especialização produtiva de regiões específicas. Dessa especialização produtiva, portanto, tem-se a criação de um mercado interno tanto de meios de produção (máquinas, insumos, etc.) e meios de consumo (no caso do cinturão verde paulistano, para a imensa população urbana), como de um mercado interno de mão de obra, além, é claro, do desenvolvimento em profundidade de um mercado imobiliário.

A partir do desenvolvimento das forças produtivas, tem-se a formação de um ciclo no qual o investimento na produtividade, em maquinário, por exemplo, só se amortiza com um aumento exponencialmente maior do volume de mercadorias produzidas. No processo de desenvolvimento das forças produtivas tanto no campo como na cidade, a "ampliação da produção torna-se uma necessidade" (LENIN, 1982, p. 148). Dessa ampliação da produção como necessidade aprofundam-se todos os elementos de sua própria *causa* – a divisão social do trabalho. No entanto, pensar em termos de causas e consequências seria aniquilar a forma contraditória pela qual se constituem os processos sociais sob o capital; seria permanecer

pateticamente numa tautologia infinita de causas das consequências e de consequências das causas. Pensar dialética e negativamente, contudo, a divisão social do trabalho é compreender que essa tautologia se realiza enquanto forma e expressão fetichista de uma sociabilidade crítica, uma vez que na realização dos seus pressupostos o capital ao mesmo tempo em que reitera as suas categorias, são elas repostas progressiva e qualitativamente de modo negativo ao conformar o seu próprio fundamento, reproduzindo negativamente a categoria valor, constituindo uma crescente especialização tanto de áreas de produção quanto de produtos.

Nesse processo crítico de aprofundamento da divisão social do trabalho, ao mesmo tempo em que internamente a uma economia nacional tem-se a divisão entre os ramos produtivos, e consequentemente entre o campo e a cidade, tem-se também a formação de um mercado interno. Concomitantemente, há também no âmbito das relações entre economias nacionais a separação do mundo entre economias centrais e periféricas, determinadas pelo desenvolvimento das forças produtivas, que por sua vez é agravado pela luta concorrencial entre países centrais industrializados e uma periferia de países retardatários ainda sob regime agrário ou semiagrário (BUKHARIN, 1984).

Dessa desproporção entre o desenvolvimento da indústria e da agricultura no âmbito mundial, reside a formação da cisão entre centro e periferia do capitalismo mundial. E para Bukharin (1984) o fundamento dessa desproporção no desenvolvimento das forças produtivas entre esses dois ramos reside, sobretudo, na categoria social particular da propriedade monopolista do solo como um obstáculo objetivo, segundo as palavras do autor, ao *pleno desenvolvimento capitalista*. Assim, se um país é periférico porque suas determinações estão relacionadas à condição agrária, e se sua condição agrária é determinada por um obstáculo principal – a propriedade privada da terra – logo, poderíamos afirmar que a especificidade periférica estaria também contida nas questões relativas à propriedade privada da terra.

3.1. A periferia do centro: a imagem do real como realidade

Na discussão acerca da cisão entre Estados nacionais periféricos e centrais há como pressuposto fundamental a economia mundial e a concorrência entre capitais nacionais. No entanto, essa diferença entre Estados nacionais é posta pela diferença entre capitais nacionais, o que implica na constituição de determinações de âmbito mundial cuja universalidade contempla relações lógicas objetivas de ordem econômica tanto intranacionais quanto internacionais. Assim, a relação centro periferia na medida em que se constitui objetivamente enquanto forma de consciência, se constitui enquanto objetividade ao conformar uma divisão entre Estados nacionais a partir de seus respectivos capitais nacionais, estes, que por sua vez, são agrupados segundo os graus de desenvolvimento de suas forças produtivas nacionais. Disso devém a necessidade de construção de um pensamento crítico que considere as diferenças relativas no desenvolvimento das forças produtivas nacionais como simultaneidades postas lógica e objetivamente pelo capital, pois a compreensão dessa cisão, bem como daquela entre cidade e campo, passa dialética e necessariamente pela forma contraditória e negativa pela qual todas as categorias do capital são constituídas. Assim, compreender a cisão centro periferia, além de revelar a sua forma objetiva, deve revelar-se também enquanto forma de consciência na medida em que isso se constitui na forma de pensamento cujas determinações devêm da própria lógica objetiva do capital.

Dentre as inúmeras formas de se pensar a inserção dos Estados nacionais no mercado mundial – subdesenvolvimento/desenvolvimento, Norte/Sul, Ricos/Pobres, Primeiro Mundo/Terceiro Mundo, por exemplo – na discussão da cisão entre Centro e Periferia surge a questão da propriedade privada da terra como elemento de determinação dos diversos capitais nacionais como periféricos ou centrais.

Celso Furtado, por exemplo, importante economista brasileiro que participou ativamente na formação do pensamento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e que discutiu enormemente o papel do Estado na questão do subdesenvolvimento/desenvolvimento, escreve em sua obra intitulada “Teoria e política do desenvolvimento econômico”:

> Nas estruturas sociais subdesenvolvidas, pelo simples fato de que os fatores de produção de oferta inelástica (particularmente a terra) têm uma importância relativamente grande, a divisão do trabalho social e a apropriação privada dos bens de produção refletem-se numa marcada diferenciação (FURTADO, 1964, p. 78).

O autor afirma que a estrutura subdesenvolvida periférica brasileira, bem como a periférica em geral, decorre basicamente de três fatores essenciais: a oferta de terras como fator de produção limitado e que, portanto, tem influência em seu preço; a divisão do trabalho social; e, a forma privada pela qual são apropriados os bens de produção. Vale ressaltar que a terra aqui surge como uma determinação especificamente periférica e que, portanto, também define a forma de inserção do capital nacional no âmbito concorrencial mundial.

E nesse mesmo sentido, a origem dessa estrutura periférica, bem como à sua estrutura social correspondente (FURTADO, 1964, p. 79), remonta, ainda segundo Celso Furtado, à "natureza de sua inserção no sistema de divisão internacional do trabalho" (2008, p. 78). Essa inserção determinante se realiza desde o século XIX e, assim como Bukharin (1984) e Lenin (1982) reconheceram, Celso Furtado reconhece que na divisão internacional do trabalho os países periféricos majoritariamente agrários, exportam matérias-primas e produtos primários e importam dos países centrais produtos industrializados, revelando nesse processo de trocas internacionais que a forma de inserção do capital nacional se dá como expressão do desenvolvimento de seu mercado interno e de seu grau de acumulação interna do capital.

> Os produtos exportados pelos países industrializados da Europa refletiam um grau de acumulação relativamente avançado, e os que importavam, o baixo grau de acumulação e/ou a maior abundância de recursos naturais das demais regiões do mundo. O comércio exterior fomentava a especialização e aprofundava a divisão do trabalho, portanto ampliava o fosso entre os níveis de acumulação. Explica-se assim, que a formidável expansão do comércio internacional, ocorrida a partir dos anos 40 do século XIX, haja assumido a forma de um intercâmbio entre produtos manufaturados e matérias-primas (FURTADO, 2008, p. 69).

Celso Furtado escreve que os processos de acumulação interna e de divisão social do trabalho quando postos em relação explicitam a forma de inserção dos capitais nacionais no mercado mundial. Nesse sentido, o autor analisa a coexistência de uma civilização industrial avançada e de uma imensa periferia, cujas diferenças referentes ao grau de acumulação interna expressam situações de avanço e atraso, dominância e dependência, respectivamente. Assim, a situação periférica, posta, segundo o autor, pelo permanente vetor do progresso tecnológico das civilizações industriais centrais, que teria sua origem no atraso relativo na acumulação perpetuada pelo incessante aumento dos custos de importação *técnica*, poderia ser analisada sob dois aspectos:

> A dependência deve ser percebida inicialmente como um conjunto de traços estruturais que emergem da história: a forma de inserção no sistema de divisão internacional do trabalho gerando um atraso relativo no desenvolvimento das forças produtivas; a industrialização supeditada pela

> modernização reforçando as tendências à concentração da renda; a necessidade de importar certas técnicas facilitando o controle das atividades econômicas pelas empresas transnacionais. Somente numa segunda leitura é que a dependência deve ser entendida como uma posição fraca ou subordinada nas confrontações que conduzem à fixação dos preços internacionais e, por último, determinam a apropriação do excedente gerado pela divisão internacional (FURTADO, 2008, p. 146).

É importante ressaltar que Celso Furtado compreende a dependência externa como algo decorrente de um conjunto de traços *estruturais* relativos à divisão internacional do trabalho, justificados e quase naturalizados tão somente por advirem da história, constituindo assim, um discurso desenvolvimentista que vislumbra a possibilidade de superação do subdesenvolvimento a partir da irradicação desses traços estruturais definidores da condição periférica. No entanto, reconhece-se também aqui que para o autor o chamado atraso surge primeiramente como uma objetividade econômica e não somente como algo subjetivo e meramente político, como uma mera posição fraca ou subordinada, que, no entanto, aparece numa segunda leitura. À dependência externa, cujas raízes foram plantadas já no Brasil Colônia, Celso Furtado imputa também uma doutrina, um pensamento sobre essa mesma dependência, que a justifica como forma de planejamento político-econômico:

> (...) prevaleceria a doutrina de que o caminho mais curto para o enriquecimento de uma região ou país era a especialização inter-regional ou internacional. Inserir-se no sistema de divisão internacional do trabalho seria a forma mais "racional" de eliminar o atraso na diversificação do consumo, de avançar para a linha de frente das nações civilizadas (FURTADO, 2008, p. 105).

Faz-se pertinente notar que aquilo que para Celso Furtado aparece como uma forma racional de condução política e econômica pode ser pensada em termos de uma forma de consciência fetichista que crê na divisão internacional do trabalho – e na especialização regional por ela engendrada – como o produto de uma forma consciente e racional de condução econômica que aponta para o avanço do progresso técnico e desenvolvimento civilizatório característicos dos países centrais. É importante ressaltar que, na perspectiva de um pensamento crítico, não se é possível conceber a inserção de um país a partir de um planejamento supostamente racional, mas como aprofundamento da relação negativa entre capital e trabalho, posta como necessidade objetiva de um totalitarismo econômico, como violenta objetividade social.

Ainda nessa questão da periferia como expressão de um subdesenvolvimento, jaz em Celso Furtado a perspectiva de que há na periferia, sobretudo no Brasil, a ocorrência de uma estrutura dual que está além de uma simples economia agrária. Para o autor, esse dualismo

estrutural “tem origem quando numa economia agrícola atrasada, determinadas condições históricas propiciam a introdução de uma cunha de economia tipicamente capitalista, criando-se um desequilíbrio (...) com reflexos em toda a estrutura social” (FURTADO, 1964, p. 79). Essa tese do dualismo estrutural refere-se basicamente ao processo de formação especificamente periférico – processo cujos países centrais não passaram – em que estruturas atrasadas e modernas coexistem conformando uma deformação estrutural híbrida, na medida em que setores pré-capitalistas e capitalistas coexistentes se dedicam a ramos produtivos semelhantes, sobretudo no campo (SZMRECSANYI, 2001).

Cabe aqui, no entanto, não discutir se a estrutura agrária brasileira foi formada ou não a partir de conteúdos pré-capitalistas, mas perceber que as marcas clássicas de um atraso atual brasileiro, assim como para Schwarz, não devem “ser consideradas como arcaísmo residual, e sim como parte integrante da reprodução da sociedade moderna” (2000, p. 13). Em outras palavras, a compreensão crítica da formação periférica brasileira deve incidir necessariamente na análise do capital em que nada se passa por residual temporalmente e tudo devém como particularidades integrantes e simultâneas dessa sociabilidade moderna posta pela e para a reprodução do capital. Assim, pensar criticamente a relação dialética entre centro e periferia deve pôr os termos recíproca e simultaneamente enquanto negatividades, sem tentar resolvê-la dissociando os termos e eliminando no tempo e no espaço a relação de necessidade contraditória entre ambos. Disso devém a pertinência de uma explicitação crítica partir da denominação centro-periferia, uma vez que só se é possível pensar um centro na medida em que há simultaneamente uma periferia para contradizê-lo, e vice-versa. Não é logicamente possível haver uma periferia se não houver um centro a ser *periferizado*, toda periferia é uma periferia de um centro; não é logicamente possível haver um centro se não houver uma periferia que o defina como centro com relação a uma periferia; e essa relação não é posta por uma sequência temporal, ao contrário, é posta exatamente pela negatividade simultânea, recíproca e interna aos termos.

Assim, nessa relação de uma lógica contraditória objetiva posta pelo capital, o Brasil surge na condição periférica, ao menos desde o século XIX, portanto, não só reproduzindo o seu modo “atrasado” como também fundamentando-se nele como pressuposto para a sua “natural evolução” para o moderno. Isso mostra exatamente o porquê de considerar a condição arcaica pitoresca dessa sociabilidade periférica como algo tão moderno quanto à própria condição de centralidade. É nesse mesmo sentido que sobre a conformação periférica brasileira Roberto Schwarz escreve:

> (...) [A] complementaridade entre instituições burguesas e coloniais esteve na origem da nacionalidade e até hoje não desapareceu por completo. Pela posição-chave, e também pelo pitoresco, no qual se registrava o desvio em relação ao modelo canônico anglo-francês, aquela articulação – desconjuntada por natureza – tem estado no centro da reflexão literária e teórica sobre o país, de que se tornou quase a marca distintiva. Contudo basta considerar a nova divisão internacional do trabalho, em que às ex-colônias coube o papel de consumidores de manufaturados e fornecedores de produtos tropicais, para entender que o **desenvolvimento moderno do atraso** só em primeira instância era uma aberração brasileira (ou latino-americana). O fundamento estava no que a tradição marxista identifica como o "desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo", expressão que designa a equanimidade sociológica particular a esse modo de produção, o qual realiza a sua finalidade econômica, o "lucro", seja através da ruína de formas anteriores de opressão, seja através da reprodução e do agravamento delas. Contrariamente ao que as aparências do atraso fazem supor, **a causa última da absurda formação social brasileira está nos avanços do capital** e na ordem planetária criada por eles, de cuja "atualidade" as condutas disparatadas de nossa classe dominante são parte tão legítima e expressiva quanto o decoro vitoriano. Isso posto, digamos que o Brasil se abria ao comércio das nações e virtualmente à totalidade da cultura contemporânea mediante a expansão de modalidades sociais que se estavam tornando a execração do mundo civilizado (SCHWARZ, 2000, p. 38-39, grifos nossos).

É, portanto, oportuno atentar que há um "desenvolvimento *moderno* do atraso", que explicita exatamente o fato de que a condição do chamado "atraso" é um momento lógico e imanente à modernização, ao avanço do capital e, portanto, à própria sociabilidade moderna. Assim, a periferia como atraso, própria de uma forma de consciência moderna desenvolvimentista, surge como pictórica exatamente porque é pintada a sua imagem e estigmatizada como se fosse anacrônico, como sinônimo de um arcaísmo a ser superado. No entanto, na conexão monstruosa entre essa imagem e o seu objeto, está inscrita uma divisão social e internacional do trabalho modernas tão violentas quanto a sua forma de consciência correspondente, desenvolvimentista [porque fetichista]. É esta mesma forma de consciência que, portanto, encobre as contradições da própria modernização pintando a imagem execrável de uma periferia "atrasada" cujo devir é ser centro "desenvolvido/moderno" para velar o horror violento de seu conteúdo crítico, negativo, fetichista e simultâneo.

Assim contextualizada a relação entre centro e periferia, não só como forma objetiva de consciência, mas também como objetividade social, pode-se pensar a formação do cinturão verde paulistano como expressão fenomênica particular da relação capital. Para Raúl Prebisch, também pensador da CEPAL, a característica principal da estrutura centro periferia "(...) é a coexistência de um centro, que comanda o desenvolvimento tecnológico, e uma vasta e heterogênea periferia", cujas relações expressam as determinações objetivas de uma "concentração da renda em escala mundial, que se realiza principalmente por meio da

deterioração persistente dos termos do intercâmbio dos países periféricos" (PREBISCH *apud* FURTADO, 1983, p. 112). É nesse sentido que surge como elemento determinante a forma pela qual o Brasil, enquanto país periférico particular, é posto no mercado mundial. Desse processo, portanto, devém a importância relativa da conformação interna particular do Brasil.

É nesse contexto, nesse momento lógico do capital que o cinturão verde paulistano aparece como expressão de um desenvolvimento nacional. É nesse momento que, entretanto, na medida em que o cinturão verde paulistano aparece como desenvolvimento econômico, que ele se desvela como especificidade periférica determinada pelo aprofundamento das divisões social e internacional do trabalho e, por isso, esse cinturão verde surge como expressão da forma crítica, objetiva e socialmente posta pelo capital. Assim, não obstante suas determinações críticas imanentes e universais, há que se retomar a propriedade fundiária como a especificidade daquilo que constitui a condição periférica brasileira. Ao contrário de Celso Furtado (1983) ou de Tamás Szmrecsanyi (2001) que apontam para a questão fundiária no Brasil como um resquício ou entrave não especificamente capitalista ou pré-capitalista, e de Ignácio Rangel (1981; 1999) que compreende o latifúndio brasileiro como uma economia mista feudal-capitalista, por exemplo, faz-se necessário pensar criticamente a propriedade fundiária sob o capital na medida em que ela se constitui como um elemento de grande importância na formação econômica nacional periférica, e cujas determinações lógicas são postas por uma sociabilidade mercantil fetichista.

Muito pertinentemente, Faoro (2001) critica essa compreensão de história que imputa aos países centrais o paradigma civilizatório de uma sociedade idealizada, e aos países periféricos um desvio imperfeito desse paradigma. Para Raymundo Faoro essa concepção desenvolvimentista parte do

> (...) pressuposto da transitoriedade do fenômeno, quer como resíduo anacrônico, quer como fase de transição. (...) [Comparando] a estátua imperfeita a um tipo ideal, este, em termos de distância histórica, de existência mais curta, de cores mais embaralhadas que a clara visão de seus ideólogos. O ponto de referência é o capitalismo moderno, (...) [no qual são] tratados os estilos divergentes como se fossem desvios, atalhos sombreados, revivescências deformadoras, vestígios evanescentes. Sobre um mundo acabado, completo, ou em via de atingir sua perfeição última e próxima, a vista mergulha no passado, para reconstruí-lo, conferindo-lhe um sentido retrospectivo, numa concepção linear da história. (...) A sociedade capitalista aparece aos olhos deslumbrados do homem moderno como a realização acabada da história — degradadas as sociedades pré-capitalistas a fases imperfeitas, num processo dialético e não mecânico, de qualquer sorte, substituindo o fato bruto ao fato racional, que bem pode ser o fato idealizado artificialmente. No fundo, a tese da unidade da história, acelerada, senão criada, pelo império do capitalismo. A lei do desenvolvimento desigual do

> ritmo não é, na verdade, senão a aplicação dessa premissa maior articulada ou pressuposta (2001, p. 868-869).

Raymundo Faoro compreende aqui a realidade histórica do Brasil a partir da formação estrutural de um Estado patrimonial que expressa, não um feudalismo, mas a forma periférica particular de ser do capitalismo moderno. Para o autor, a coexistência conciliada entre esse capitalismo moderno com o quadro fundiário tradicional, erroneamente identificado como pré-capitalista, seria a expressão última do fenômeno histórico brasileiro em que com "longos séculos de assédio do núcleo expansivo da economia mundial, centrado em mercados condutores, numa pressão de fora para dentro", conformou-se um patrimonialismo que

> (...) se amolda às transições, às mudanças, em caráter flexivelmente estabilizador do modelo externo, concentrando no corpo estatal os mecanismos de intermediação, com suas manipulações financeiras, monopolistas, de concessão pública de atividade, de controle do crédito, de consumo, de produção privilegiada, numa gama que vai da gestão direta à regulamentação material da economia (FAORO, 2001, p. 870-871).

Esse patrimonialismo, próprio do capitalismo politicamente orientado nos termos do autor, consistira basicamente em um poder político exercido para si mesmo por um grupo social que ao dominar politicamente a administração do Estado mantinha seu poder político e sua riqueza econômica, assentando-se, sobretudo, no poder político-econômico de grandes proprietários de terras. É sob essa perspectiva do patrimonialismo que Faoro analisa a evolução da propriedade fundiária no Brasil, reconhecendo que a Lei de Terras de 1850 rompera com o regime anterior de acesso à terra, mercantilizando-a. No entanto, ainda para o mesmo autor, essa lei de 1850, justamente também por estar relacionada ao Estado patrimonialista, não conseguiu romper, por meio da pequena propriedade, com a expansão do latifúndio por todo o território brasileiro, mas ao contrário. Afirma Raymundo Faoro, que essa mesma lei reforçara a grande propriedade fundiária, uma vez que:

> Frustra a repartição da propriedade, limitada ao cultivo e à morada do lavrador, o estatuto corresponde à tendência político-econômica dos meados do século XIX, desenfeudando a propriedade, ao mercantilizá-la, com a redução a valor monetário, transmissível e avaliável. No seu seio pulsa o nervo antilatifundiário, no estilo da grande propriedade incólume à economia urbana, dirigida pelos potentados e caudilhos alheios às interferências do poder público. Há estreita conexão da tarefa legislativa com a centralização política, efetiva sobre a base de um núcleo de direção urbana do dinheiro, o dinheiro que alimenta as plantações, fornece escravos e exporta a produção. A grande propriedade não é hostilizada como grande propriedade, mas como o latifúndio sobranceiro ao Estado, que regula o crédito e pede garantias para este. O proprietário senhor de rendas cede lugar ao empresário, com a conta

> corrente de crédito e débito amarrada à cidade, cidade situada no centro do Império (FAORO, 2001, p. 487).

Desde a sua origem, a propriedade privada assumiu no Brasil um caráter particular que revestido no plano político, que por sua vez se faz como explicitação de uma forma econômica particularmente conservadora, autoritária e violenta. A Lei de Terras de 1850, ao instituir a obrigatoriedade da compra e venda de terras, legitimou o que muito antes já se impunha como necessidade objetiva: legitimou a terra na sua forma econômica. Encoberta pela sua forma jurídica pacífica, a forma econômica da propriedade fundiária dissimula, na medida em que se realiza enquanto ilusão, a sua forma contraditória e negativa, a não-propriedade. Pois ela, a não-propriedade, "(...) é o seu aspecto necessário, contrário e identitário. [E] o seu movimento tem que passar, sem cessar, pelas circunstâncias de negação e de identificação porque o processo social não se fez sem a mediação da propriedade" (SEABRA, 2003, p. 329).

É, portanto, nesse sentido que se faz pertinente a análise da propriedade fundiária enquanto um elemento categorial fundante da lógica do capital, sobretudo em sua forma periférica. No entanto, o que se põe como questão é compreender o quão problemática é a relação social que a propriedade privada da terra implica na medida em que se põe como abstração determinada pela forma valor, ora como meio de produção [na agricultura], ora como forma mercadoria [no mercado imobiliário]. Odette Seabra, em sua análise acerca da conformação urbana metropolitana de São Paulo, aponta-nos para a questão da propriedade fundiária como determinante na formação de uma "frente de expansão do espaço urbanizado" nos arredores da cidade de São Paulo, cujos proprietários "ao parcelarem suas propriedades e vendê-las aos poucos, encontravam um meio de inserir-se no processo urbano, pela capitalização da renda" (SEABRA, 2003, p. 322).

Esse processo de mercantilização da propriedade fundiária profundamente relacionado à chamada urbanização paulistana e à formação de seu cinturão verde é, portanto, a expressão mais acabada da "estátua imperfeita" periférica, cujos processos formativos explicitam a especificidade periférica brasileira tão impudentemente que passa diante de nossos ofuscados olhos tão naturalizada quanto à própria natureza dos trópicos. É nesse sentido que se deve reconhecer a criticidade pela qual a forma periférica do capital se realiza, não produzindo-se e reproduzindo-se ao puro sabor de uma acumulação industrial urbanizadora, mas produzindo-se e reproduzindo-se na sua negatividade imanente: "(...) a indústria fez da renda territorial um meio de acumulação de capital, pois como a urbanização é um grande negócio, no centro desses negócios está até a própria indústria, (...) fazendo da renda territorial um meio de

acumulação de capital" (SEABRA, 2003, p. 342). Aqui fica evidente essa negatividade crítica uma vez que a acumulação de capital na indústria não se fez somente a partir do processo de valorização do valor, mas também a partir da incorporação de renda territorial como meio para o pagamento dos próprios investimentos industriais, e conforme já apontado, investimentos necessariamente críticos do ponto de vista da produção de valor. Ao processo já imanentemente crítico do capital apõe-se também a renda da terra como determinação crítica ao repor fetichistamente a produção de valor, imprimindo a essa mesma sociabilidade periférica mais um predicado: rentista.

Para Marx, a renda da terra refere-se ao tributo fixado contratualmente, pago em prazos determinados, ao proprietário da terra pelo arrendatário o qual recebe a permissão da aplicação de seu capital no uso da terra, assim, a renda da terra "é paga por todo o tempo durante o qual o dono da terra emprestou, alugou o solo ao arrendatário. A renda fundiária é aqui, portanto, a forma em que a propriedade fundiária se realiza economicamente, se valoriza" (MARX, 1984, v. III, t. 2, p. 126). No entanto, ainda segundo Marx, essa renda da terra ao constituir-se em uma transferência de riqueza monetária do arrendatário para o proprietário fundiário, ela se realiza somente na medida em que este se apropria de parte da mais-valia auferida pelo arrendatário, constituindo-se assim, em um lucro extraordinário, além do lucro médio, um sobrelucro, e por isso, "toda renda fundiária é mais-valia, produto de mais trabalho" (MARX, 1984, v. III, t. 2, p. 137). Muito embora a renda da terra seja mais-valia, explicitar a mais-valia enquanto conceito de status categorial, não significa explicar em que constitui a renda da terra, pois ela ao se constituir enquanto parte específica da mais-valia constitui-se também enquanto parte autônoma.

A renda da terra pode realizar-se, para Marx, de duas formas distintas: enquanto renda diferencial, dada pela concorrência mercantil; e, enquanto renda absoluta, dada pelo caráter monopolista da propriedade fundiária. A renda diferencial, por conseguinte, também se subdivide em duas: a renda diferencial I e a renda diferencial II. A renda diferencial I é relativa a condições independentes dos investimentos aplicados no processo produtivo, e refere-se à localização e à fertilidade natural do solo. Já a renda diferencial II é auferida a partir de investimentos produtivos para a melhoria da fertilidade do solo. Não obstante as diferenças entre as rendas diferenciais I e II, a renda diferencial em geral seria, portanto, a renda obtida na diferença entre os preços de produção (preço dos capitais constante e variável consumidos na produção, mais o lucro) do solo menos produtivo e os preços de produção de outros solos mais produtivos. Em outras palavras, a renda diferencial é a diferença entre o rendimento do capital do pior solo e do capital investido no solo melhor, ou seja, é a diferença

entre o solo menos produtivo, sem renda, mas que cobre exatamente o capital investido mais o lucro médio, e o solo mais produtivo, que além de cobrir o capital investido mais o lucro médio, aufere a renda diferencial. Nas palavras de Marx, a renda diferencial trata-se de um sobrelucro que se metamorfoseia em renda fundiária. Assim, a renda diferencial se constitui na diferença entre:

> (...) o preço individual de produção desses produtos favorecidos e o preço social geral, o preço de produção, regulador do mercado, de toda essa esfera da produção. Essa diferença é igual ao excedente do preço geral de produção da mercadoria sobre seu preço individual de produção. Os dois limites reguladores desse excedente são, por um lado, o preço individual de custo, por conseguinte o preço individual de produção, e, por outro, o preço geral de produção (MARX, 1984, v. III, t. 2, p. 142).

A renda diferencial, portanto, não é uma mera diferença de preços dos produtos provenientes de solos menos ou mais produtivos, é determinada pela diferença entre o mais-trabalho da terra menos produtiva (que produz mais valor em um *quantum* menor de mercadorias) e o mais-trabalho da terra mais produtiva (que produz menos valor em um *quantum* maior de mercadorias). Assim, a renda diferencial seria sobrelucro, seria o trabalho excedente de uma terra específica menos produtiva, que é distribuído socialmente por meio da formação do preço geral dos produtos agrícolas.

Já renda da terra absoluta seria o trabalho excedente pago por toda a sociedade pela utilização da terra, constituindo-se, assim, em uma renda que o proprietário fundiário aufere tão simplesmente por ser proprietário privado, que monopoliza o acesso a uma fração específica da crosta terrestre. A renda absoluta da terra incorpora ao preço dos produtos agrícolas o excedente de valor que é devido ao monopólio da propriedade fundiária. No entanto, é preciso observar que o preço de mercado das mercadorias agrícolas é determinado pelo preço de produção do pior solo; e, precisa estar em um nível mais elevado do que esse mesmo preço de produção.

Assim, se de um lado o preço de produção do pior solo "constitui o limite não para a elevação temporária, mas para a elevação relativamente permanente do preço de mercado" (MARX, 1984, v. III, t. 2, p. 220). De outro, "(...) a renda só pode basear-se num autêntico preço de monopólio, que não é determinado nem pelo preço de produção nem pelo valor das mercadorias, mas pela necessidade e pela capacidade de pagar dos compradores" (MARX, 1984, v. III, t. 2, p. 229-230). Ou seja, a renda absoluta da terra é limitada tanto pelo preço de produção do pior solo, quanto pela objetividade do custo de reprodução do próprio trabalho. Desse modo, os produtos agrícolas sempre são vendidos a um preço de monopólio,

> (...) não porque seu preço esteja acima de seu valor, mas por ser igual a seu valor ou por estar abaixo deste, estando, contudo, acima de seu preço de produção. Seu monopólio consiste em não serem nivelados ao preço de produção, como ocorre com outros produtos industriais cujo valor se encontra situado acima do preço de produção geral (MARX, 1984, v. III, t. 2, p. 228-229).

É nesse sentido, que se faz imprescindível a análise da renda fundiária, seja ela diferencial ou absoluta, uma vez que o cinturão verde, bem como todo a região metropolitana de São Paulo, configuram a particularidade da situação periférico rentista, ou seja, de uma situação em que a propriedade privada da terra constitui-se em meio determinante da reprodução crítica, negativa e fetichista. Expressa como rentismo, a renda da terra, portanto, aparece não como uma exclusividade periférica, mas como um elemento fundamental na constituição das determinações periféricas, ou seja, aqui a renda da terra se realiza como determinação crítica do capital, se realiza como condição e pressuposto da reprodução do capital urbano industrial da metrópole paulistana. É exatamente esse processo que explicita a criticidade da reprodução do capital em seu contexto periférico moderno na medida em que surge como possibilidade de remuneração de um capital urbano industrial incapaz de pagar os seus próprios investimentos, incapaz de realizar a reposição de seus próprios pressupostos.

Dada a insuficiência da mais-valia e do lucro oriundos do processo produtivo urbano industrial, engendrada, por sua vez, pela queda tendencial da taxa de lucro e pelo desenvolvimento das forças produtivas expressos no aumento da composição orgânica do capital, a necessidade de incorporação da renda da terra à reprodução do capital ao mesmo tempo em que expressa a sua crise imanente, expressa e também "reitera a necessidade de se repor a desigualdade entre campo e cidade como forma específica e fundamental da divisão social capitalista do trabalho" (ALFREDO, 2008, p. 73). Ao revés de uma formação clássica europeia, na crise imanente da reprodução do capital, a forma rentista explicita o processo fundamentalmente periférico de formação de uma cisão entre cidade e campo em que o capital urbano industrial se realiza determinado pela produção e reprodução do rural.

Não obstante, é preciso também que esse processo seja questionado, uma vez que a agricultura, enquanto ramo produtivo do capital, também é determinada pela crise imanente ao capital, pela sua incapacidade crítica de valorizar o valor. Em outros termos, se há um aprofundamento de sua crise, se se produz relativamente menos valor, menos mais-trabalho, isto é, menos mais-valia, é no mínimo pertinente pôr em questão, no contexto contemporâneo, se a renda da terra auferida também se realiza criticamente, uma vez que há também na agricultura aumento da composição orgânica do capital e queda tendencial da taxa de lucro.

Desse modo, nessa perspectiva, devém a crescente importância da propriedade privada não somente como mediação da reprodução e meio de produção, mas como mercadoria, imobilização de capital e meio de acesso ao dinheiro e ao crédito. A propriedade fundiária surge a partir desse momento sob essa forma dupla e contraditória, ora como meio de produção, na agricultura; ora como riqueza monetária imobilizada e juro, no mercado imobiliário. É nesse sentido que surge o cinturão verde como expressão desse complexo movimento do capital na sua periferia. O cinturão verde de São Paulo, portanto, ao *aparecer* como urbanização, desenvolvimento e acumulação de capital urbano industrial, se põe contraditoriamente enquanto expressão crítica do capital urbano industrial que incorpora tanto a agricultura quanto o mercado imobiliário como suas determinações negativas.

4. Cinturão verde de São Paulo como desenvolvimento: crise e crítica

O cinturão verde de São Paulo, como já explicitado anteriormente, surge enquanto fenômeno coisal, enquanto coisa em-si, na medida em que se expressa também como forma de consciência acerca dessa coisa mesma. A objetividade de seu aparecer, no entanto, se faz exprimindo-se *autrement*[8], negando os seus conteúdos, negando-se enquanto expressão, naturalizando-se tautologicamente enquanto aparência idêntica à essência. É-se, portanto, um fetichismo, uma expressão que nega e se confunde com o que ela mesma expressa. Ao aparecer naturalizado como expressão positiva da urbanização, o cinturão verde obnubila a sua negatividade crítica: ao pôr-se como urbanização o cinturão verde se nega enquanto expressão afirmando-se enquanto objetividade. No entanto, a sua objetividade mesma consiste exatamente nesse afirmar-se enquanto objetividade que se nega enquanto aparência e expressão de algo outro que não em-si mesmo.

É somente – ou no mínimo – partindo do reconhecimento disso que se pode pensar critica, negativa e especulativamente acerca de uma forma de consciência fetichista, que crê no cinturão verde como dado, absolutamente objetivo e quase natural.

Assim, no pensamento que se propõe crítico e radical, e por isso consciente de sua incapacidade em haurir todas as formas fetichistas, impõe-se tematizar os seus limites de modo que assomem da realidade objetiva as suas determinações mais profundas. É nesse sentido que o tematizar do cinturão verde como cisão negativa posta pelo capital surge como o fazer-aparecer, como o explicitar da objetividade de uma forma de consciência fetichista, em que a formação do cinturão verde de São Paulo ao aparecer à consciência apologética como desenvolvimento e acumulação de capital, serve, justamente por ser acrítica, à consciência crítica como objeto de crítica. Assim, posto em uma relação sujeito-objeto como forma de consciência crítica, o cinturão verde pode ser compreendido por meio de suas determinações negativas fetichistamente veladas.

Essa forma de consciência fetichista ao pôr-se enquanto portadora da verdade, obscurece o conteúdo e o teor dessa mesma verdade. E esse obscurecer da verdade é o que, no entanto, constitui a sua própria verdade, a sua forma de ser enquanto fetichismo. Ao afirmar o real enquanto tal nega-se a contradição, e esse negar a contradição já se constitui também enquanto contradição, e isso é uma forma de consciência fetichista, e é, portanto, uma forma de ser do capital. É essa forma de ser, tenebrosa, misteriosa, densa, e difícil, que deve pungir o

---

[8] Do francês, *autrement*: adv. de outra forma, de outro modo, de outra maneira, senão.

pensamento crítico no sentido da radicalidade do negativo, no sentido de um rompimento violento que soçobre tudo o que devém naturalizado e fetichizado. Assim, impõe-se metodologicamente o seu teor negativo como um devir ou proceder do pensamento crítico sobre a relação cidade campo, uma vez que há duplamente nessa relação o negativo como determinação: 1) objetiva; 2) lógica. O negativo como objetividade crítica imanente ao capital, na medida em que o capital urbano industrial por ser crítico se reproduz produzindo a sua identidade negativa no campo, aprofunda-se no campo ao incorporar a terra, ora como renda, ora como juro, no sentido de buscar uma remuneração ao capital incapaz de se remunerar por meio da própria valorização do valor no urbano. O negativo como lógica, não menos objetiva porque posta pelo capital, surge como determinação na medida em que cidade e campo se põem como negatividade, não como oposição externa de uma linguagem, mas como negatividade radical de dois termos que se contradizem entre si e que só se realizam por meio dessa contradição. Não há, entretanto, uma cisão entre essas duas formas de ser do negativo na relação cidade campo, ao contrário, essas duas formas se constituem, se realizam e se expressam imediata e concomitantemente uma por meio da outra.

É nesse sentido que o cinturão verde de São Paulo não deve ser compreendido como expressão de uma mera relação entre a cidade de São Paulo e o seu entorno rural. Isso seria uma simples descrição da paisagem – o que nos é mais do que insuficiente. Sob a perspectiva crítica, o cinturão verde de São Paulo deve estar posto na relação cidade campo como expressão da objetividade dessa mesma relação, bem como enquanto especificidade e expressão daquela cisão negativa na periferia do capital mundial. Compreendendo também a importância do específico diante do genérico, do particular diante do universal, convém trazer para o pensamento crítico o particular que há no cinturão verde paulistano, mas não apenas qualquer particularidade, mas o particular que se expressa como fenômeno universal. Em outras palavras, na generalidade processual e conformativa do cinturão verde de São Paulo, há também as suas especificidades processuais que acabam por constituir formas ora mais ora menos acabadas dessa mesma generalidade.

Assim, pensar o cinturão verde põe a necessidade, portanto, de se pensar o que dele se pensa, não somente na produção acadêmica, mas, sobretudo, como consciência ordinária fetichista expressa por uma linguagem tão complexa quanto à acadêmica, e que só pode ser encontrada em campo. O campo, no entanto, não nos mostra o universal, não nos permite acesso ao universal imediatamente, mas apenas mediatamente por meio de reflexão crítica ciente das contradições que a compõe, das contradições entre universal e particular, sujeito e objeto, forma e conteúdo, essência e aparência.

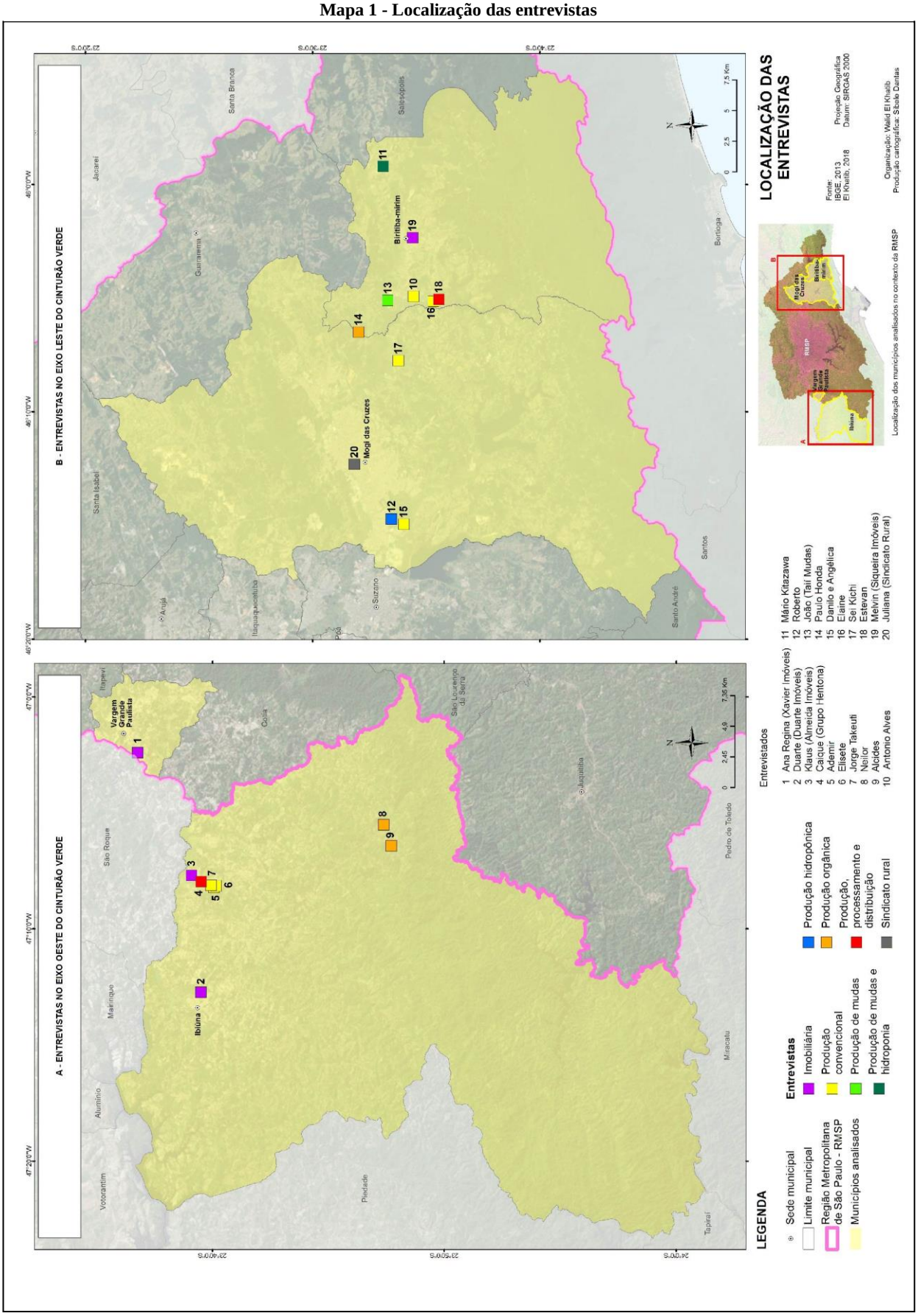
Para tanto, em campo foram feitas nove entrevistas em Ibiúna e Vargem Grande Paulista (eixo oeste do cinturão verde): em imobiliárias (Duarte, Klaus e Ana Regina); com agricultores (Ademir, Elisete e Jorge Takeuti), com uma empresa distribuidora (Caique), em novembro de 2013; e, com agricultores de produção orgânica (Alcides e Neilor), em maio de 2014. Em janeiro 2018 foram realizadas mais doze entrevistas, em Mogi das Cruzes e Biritiba Mirim (eixo leste do cinturão verde): em imobiliária (Melvin e Denilson); com agricultores (Antônio Alves, Angélica e Danilo, Elaine, Sei Kichi, Vinícius); com agricultores de hidroponia e/ou produção de mudas (Mário Kitazawa, Roberto, João Taií); com agricultor/processador (Estevan); com agricultor de produção orgânica (Paulo Honda); e, com representante do Sindicato Rural de Mogi das Cruzes (Juliana).

A realização destas entrevistas constitui parte fundamental do método que se propõe aqui elaborar, ao apreendê-las não como elementos de justificação de uma teoria exterior à realidade, mas como base na qual os argumentos de explicitação da teoria compõem a forma da autocrítica da pesquisa em Geografia como Ciência. Os trabalhos de campo constituem-se aqui, portanto, como método caro à Geografia, cujo principal momento refere-se ao da defrontação explícita entre sujeito e objeto, não apenas entre sujeito pesquisador e objeto realidade material, mas entre sujeito pesquisador e objeto realidade mediada pela forma de consciência do capital agasalhada pelo modelo acadêmico da universidade. É nesse sentido, assumindo-se posicionado nessa relação entre sujeito e objeto, que o pesquisador em campo traz a possibilidade de constituição da crítica não exterior à realidade. Em outras palavras, há apenas o acesso à possibilidade da crítica posta e mediada pela realidade, pela efetividade da forma de consciência possível sob o momento do capital financeiro. Disso devém necessária a reinterpretação de entrevistas realizadas em 2013 e em 2014 como forma de evidenciar não apenas os conteúdos que nelas estão tanto revelados como ocultos, mas também de evidenciar que há em curso o processo de formação da pesquisa, do pesquisador e do objeto da pesquisa. Nessa formação crítica, o amadurecimento das ideias viabiliza pensarmos o tempo da pesquisa como o transcurso do real, não mais pensado na mesma régua quantitativa que mede o trabalho, mas como processo de formação vagaroso, limitado e espinhoso que a imanência da crise social permite.

Georreferenciadas no Mapa 1 a seguir, as entrevistas de 2013 e 2014 foram distribuídas intencionalmente em relação à Rodovia Bunjiro Nakao, ora próximas, ora mais distantes, no chamado “fundão” de Ibiúna, no sentido de buscar na particularidade de cada entrevista a negatividade identitária posta pela universalidade do capital. Já as entrevistas de 2018, foram distribuídas não com relação à localização, mas com relação às atividades

desenvolvidas conforme análise prévia ao campo. Assim, ao contrário de uma busca por respostas na localidade física específica de cada entrevistado, há nesse mapa, evidenciada a partir dos conteúdos das entrevistas, que a criticidade negativa do capital independe da localização em si, se pondo como forma de sociabilidade universal.

Mapa 1 - Localização das entrevistas



Para tanto, os mapas aqui apresentados fazem jus ao conceito de representação na medida em que compõem uma ideia de espacialidade, na qual situou pessoas que, apesar de apartadas fisicamente, vivem o mesmo processo objetivo e se compreendem socializadas pela abstração capital particularizada nos processos da forma mercadoria que as constituem. No movimento de pôr os entrevistados como pontos no mapa, busca-se individualizá-los como pessoas, humanizando-os como carregados de vida e, simultaneamente, despersonalizá-los como indivíduos, desumanizando-os como (en)carregados do capital. Socializados na contradição entre cidade e campo, todos entrevistados e entrevistadas conformam em suas particularidades a ideia de um todo aqui denominado de cinturão verde. E é exatamente esse cinturão verde enquanto ideia que deve desembrulhar o cinturão verde de sua materialidade. Compreender o cinturão verde enquanto forma de consciência deve conter em si a ideia de cinturão verde enquanto materialidade, como momento positivo e necessário de sua própria crítica. As entrevistas, a fonte do positivo, expressam a ideia acerca da materialidade do cinturão verde, sem a qual a crítica é impossível.

4.1. Cinturão verde: a raridade verde desnaturalizada

O cinturão verde põe-se como particularidade expressiva da relação cidade campo, sobretudo na medida em que surge como *exemplar* de uma forma de consciência e um discurso fetichistas, na medida em que essa particularidade aparece como raridade e que enquanto raridade torna-se uma mercadoria vendável. A sua raridade seria, segundo esse discurso, produto de sua localização próxima à São Paulo e por ser uma região "verde", por estar no cinturão *verde*. A raridade do cinturão verde aparece sob esses dois aspectos estreitamente relacionados: o estar próximo à cidade de São Paulo e o *estar no* rural, mais próximo a uma natureza. Parece esquizofrênico, mas esse discurso enquanto fetichista é, por isso, contraditório. A raridade da localização do cinturão verde próximo à cidade de São Paulo significa a sua proximidade com o urbano, com a metrópole, não obstante, exatamente por estar próxima não se está lá, está-se apenas próximo, está-se fora, *está-se no* rural, no verde, na natureza. Esse "estar no rural" é a expressão da consciência fetichista que considera o espaço enquanto pura exterioridade que expressa sentido de mera localização no espaço absoluto com a qualidade de ser rural que, porém, obscurece que o estar expressa também estado temporal transitório. Em outras palavras, não é porque o espaço é abstratamente rural que o cinturão verde lá se encontra, ao contrário, é o cinturão verde o processo social de conformação do rural.

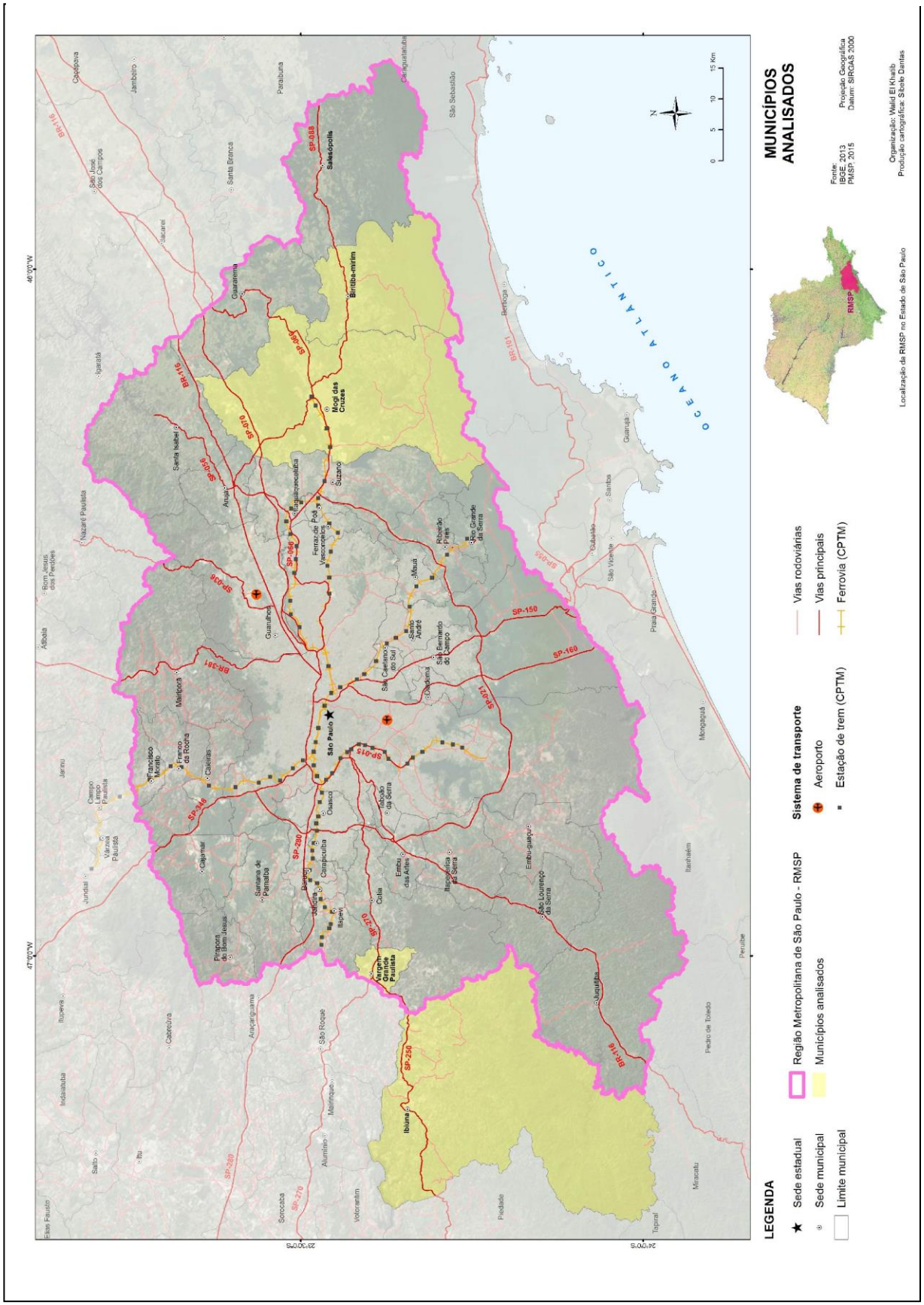
Para Lefebvre (2006, p. 257), as "novas raridades" possuem um caráter original, pois:

> Bens outrora abundantes porque naturais, que não tinham valor porque não eram produtos, tornam-se raros. Eles se valorizam. É necessário os produzir (...). Nos projetos urbanísticos os mais modernos, utilizando técnicas muito perfeccionadas, tudo é produto: o ar, a luz, a água, o solo ele mesmo. Tudo é artificial e "sofisticado"; a natureza aí desaparece, salvo alguns sinais e símbolos; através desses símbolos ela não é senão "reproduzida". O espaço urbano se destaca do espaço natural mas recria um espaço a partir das capacidades produtivas. O espaço natural se torna um bem raro, ao menos em certas condições socioeconômicas. Inversamente a raridade se espacializa, se localiza.

A *raridade espacializada* e localizada do cinturão verde revela desde já uma forma de consciência fetichista posta pelo capital que repõe a sua própria reprodução crítica produzindo essas raridades que por serem consideradas raras se valorizam por si sós, *naturalmente*. Muito embora Lefebvre neste trecho acima destacado não compreenda a natureza como uma forma de consciência que naturaliza a si mesma, ou seja, que percebe o "natural" como uma coisa em si além do pensamento e por isso naturalizada, o autor compreende a raridade como algo

produzido, e enquanto tal é produto de uma relação social mediatizada por uma forma de consciência econômica posta pelo capital. Além disso, ao mesmo tempo em que pertinentemente escreve sobre o processo social de produção de raridades, a espacialidade como mera localização pode ser criticada, pois considera o espaço como exterioridade conceitual segundo a qual as coisas naturais se desenvolveriam nesse espaço absoluto e por essa razão seria dotadas de propriedades espaciais ao “espacializarem-se”.

Mapa 2 - Municípios analisados



Personificada nos corretores de imóveis, o discurso genérico da linguagem mercantil do mercado imobiliário se desdobra como reiteração de predicados da mercadoria que devem convencer o ouvinte de que são qualidades. A forma de consciência da raridade espacializada aparece nessa linguagem como justificadora da forma mercadoria que os emprega na condição de mediadores da mediação social, na condição de vendedores no mercado imobiliário. Diz-se do mercado imobiliário enquanto mediação social não por tratar-se meramente de uma mercadoria dentre tantas, mas por tratar-se da forma mercadoria terra, que sob o capital assume sua forma crítica de mediação e determinação sociais.

A personificação dessa linguagem que revela e terra enquanto mediação social aparece nas entrevistas realizadas em três imobiliárias, situadas em Ibiúna, que de imediato expõem o porquê de Ibiúna, o porquê dos imóveis localizados no município apresentarem atributos raros, vantajosos e vendáveis. Os três entrevistados são: Ana Regina, corretora imobiliária da Xavier Imóveis; Klaus, proprietário da Almeida Imóveis; e, Duarte, proprietário da Duarte Imóveis[9]. Ana Regina inicia respondendo à primeira pergunta da entrevista e já deixa claro em suas palavras iniciais quais são os dois principais motivos que fomentam o mercado imobiliário na região: a natureza e a proximidade com São Paulo.

> ***Walid****: Por que as pessoas têm comprado imóveis em Ibiúna?*
> ***Ana Regina: Ibiúna é uma região que a gente ainda tem bastante área de preservação e é perto de São Paulo****, então quem tá procurando hoje chácaras para lazer, normalmente são as pessoas que já tem uma residência em São Paulo e está vindo para uma segunda, ou às vezes até para a terceira residência* (grifo nosso).

Klaus também responde à mesma pergunta:

> ***Walid****: Por que as pessoas escolhem Ibiúna?*
> ***Klaus****:* ***Contato direto com a natureza****, essas coisas, tem uma boa parcela do pessoal que estão se aposentando e querem um lugar mais tranquilo para viver, estão trocando São Paulo capital pelo interior e outra parcela que tão trazendo a família para morar aqui pela qualidade de vida melhor e estão trabalhando em São Paulo,* ***aqui nós estamos a 70 km da Praça da Sé, então tá muito próximo, quem está nesse lado de cá de São Paulo para ir e voltar é rapidinho****, às vezes você vai mais rápido daqui a São Paulo do que você atravessar de um bairro no outro lá, acaba o pessoal morando aqui porque tem escola particular, tem infraestrutura de cidade* ***como se fosse cidade grande****. (...)* ***A localização mesmo [que atrai as pessoas], tá muito perto de São Paulo.*** *(...) é o que está trazendo mais pessoal para esta região, é que eles não tem tempo para ficar muito longe de São Paulo, então*

[9] Estas três entrevistas foram realizadas no mês de novembro de 2013.

> *eles tem que vir ficar dois dias e volta para trabalhar, então o que tá trazendo o pessoal para esta região é isso,* ***é a distância****. Tem muita gente que tão vendendo mais pra longe para vir para perto de São Paulo (grifos nossos).*

E assim como Klaus, Duarte também responde sobre o mesmo assunto:

> ***Walid****: Por que as pessoas têm comprado imóveis em Ibiúna? A gente queria saber se você notou alguma diferença no tipo de imóvel que se vende aqui na cidade, se foi mudando? Você notou alguma diferença?* ***Duarte:*** *Está havendo porque antes a cidade ela tem a sua base toda aqui nossa é agricultura e turismo.* ***E o turismo é bem peculiar, ele é fundamentado em casa de campo e chácaras de recreio, esse tipo de turista que gosta da natureza. A proximidade com a capital já favorece isso. Aqui, por exemplo, onde nós estamos, estamos a 70 km da Praça da Sé. É bem próximo a São Paulo.*** *Aqui oferece, aqui tem uma represa magnífica que nós ainda não conseguimos poluir, estamos conseguindo, um dia nós chegamos lá. (...) Hoje você tem uma boa porcentagem buscando morar mesmo. Mesmo com a atividade em São Paulo ou na região metropolitana toda. Hoje as pessoas buscam moradia mesmo e esse tipo de chácara de recreio. Essa mudança é a principal* (grifo nosso).

É interessante notar que em todos estes três trechos das entrevistas destacam-se a natureza e a localização como especificidades positivas do município de Ibiúna. Muito embora estes dois aspectos surjam sempre separados, como duas coisas distintas, eles dois contemplam uma mesma relação, a relação cidade campo, uma vez que para essa forma de consciência a localização afastada do urbano é imediatamente o localizar-se próximo ao rural, a uma natureza. Fica evidente nesse momento a profundidade de uma forma fetichista de consciência, revelada como fetichismo da natureza, na medida em que essa natureza surge identificada à paisagem rural. Essa forma de consciência contemporânea mostra-se criticável, sobretudo, por ser naturalizada e naturalizadora. A natureza ao aparecer a essa forma de consciência fetichista relacionada à paisagem rural, ela nos revela o quão profundo é o fetichismo da natureza como uma forma de consciência que não só naturaliza "o natural", mas que naturaliza também a forma de sociabilidade posta objetivamente pelo capital, e que aqui se expressa na naturalização da paisagem rural/agrícola. Não é naturalização somente porque identifica o cinturão verde a uma natureza *clorofílica*, não é tão somente uma naturalização formal em que se naturalizam as formas físicas de uma paisagem, é, contudo, uma naturalização muito mais radical, que naturaliza os conteúdos de uma sociabilidade que divide socialmente o trabalho conformando a cisão entre o campo e a cidade.

Para Juliana, engenheira agrônoma do Sindicato Rural de Mogi das Cruzes, ainda que sua preocupação esteja mais voltada para o aspecto da produção agrícola, a relação da localidade como um fator de qualidade positiva também não se distancia muito daquele encontrado em Ibiúna com os agentes imobiliários, revelando que tanto o setor produtivo como o setor imobiliário, convergem para uma mesma forma de pensamento que associa o preço da terra ao improdutivo e à fisiocracia da localização:

> *(...) em relação à região aqui que é mais próximo de São Paulo Mogi das Cruzes é um dos lugares melhor pra se viver... em questão de infraestrutura e tudo né então o trem passa perto... tem mais opção de qualidade de vida né... então fica mais perto da praia... então hoje Mogi das Cruzes o município tá como uma das áreas mais caras em questão de aluguel comparado com Biritiba, Suzano, Salezópolis, Itaquá...*

Devém bastante clara a relação que os municípios do cinturão verde mantêm com a cidade de São Paulo, compreendendo-a novamente como momento de gozo das benesses tanto do campo como da cidade, agora incluindo a proximidade com o litoral como algo que produz o aumento do preço da terra nessa porção Leste do cinturão verde. Enfim, o cinturão verde pode ser compreendido como a situação desse denso processo posto pela urbanização e cujas determinações se fazem absolutamente sociais e em nada materiais. O argumento da crítica da existência do cinturão verde passa necessariamente pela compreensão de que o cinturão verde é processo e não localização, que é forma social que aparece como forma material. É nesse sentido que torna-se possível compreender a lucidez da fala da entrevistada Juliana, do Sindicato Rural de Mogi das Cruzes, quando questionada acerca da existência do cinturão verde:

> ***Walid**: Há duas teses sobre o cinturão verde: de que existe um cinturão verde em São Paulo e outra tese de que não existe um cinturão verde. Como você vê isso?*
> ***Juliana**: Eu sempre escutei que existe o cinturão verde de estado de São Paulo, tanto que as terras daqui são caras, pra você ter noção tem um hectare aqui que vale um milhão. Tem lugar aqui que um hectare vale um milhão, eu sou de Goiás né, com um milhão a gente compra fazenda.*

Juliana diz-nos o que é o cinturão verde: diz-nos não somente que existe, mas diz-nos que é preço da terra, diz-nos que é processo, compreendendo-o na sua fundamental determinação, o preço da terra. Além disso, tão importante quanto o que ela nos diz, é o que ela não nos diz: ela não o explica a partir de determinações materiais, mas a partir da abstração preço. As entrevistas nos revelam inúmeras questões passíveis de reflexão crítica,

sobretudo no que se refere a uma divisão social do trabalho, bem como à cisão entre rural e urbano. Enquanto especificidade o cinturão verde de São Paulo, aparece nas entrevistas como raridade, pois conteria as benesses tanto do urbano quanto do rural/natural, ou melhor, seria o fruir da localização mais urbana do rural. Essa compreensão ao fetichizar o rural como natureza, bem-estar e qualidade de vida, se põe também como explicitação de uma relação fetichista naquilo que constitui o campo e a cidade modernos. Em outras palavras, ao compreender o campo e o rural a partir de uma forma de consciência fetichista, ela expressa imediatamente aquilo que ela compreende por cidade e urbano. Na medida em que essa forma de consciência fetichista naturaliza o campo, ela põe um teor negativo ao urbano cuja salvação estaria na pureza de uma vida bucólica e sã no campo. Nesse mesmo sentido, o senhor Duarte, proprietário da Duarte Imóveis, nos faz uma descrição dos motivos que levam as pessoas a saírem da "caótica" cidade de São Paulo:

> ***Walid**: E o senhor acha que a maioria das pessoas que vem pra cá (Ibiúna) é só por causa da preservação [ambiental] mesmo?*
> ***Duarte**: É, naquela época São Paulo já era uma cidade muito insegura e muito atribulada. Eu sou paulistano, mas eu vim com esse objetivo, sou paulista e são paulino. (...)* ***Os que buscam morar aqui hoje querem sair daquele barulho, daquela loucura que é São Paulo, hoje está pior ainda, trânsito, pela qualidade de vida. Eu já fiz isso há mais de 30 anos atrás.*** *E não mudou nada, na época, coisa que me decepcionava, eu morava ali no início da Raposo, meus filhos estudavam em escola do estado, vinham te roubar o tênis, te assaltar, te tirar a jaqueta. Isso vai irritando a gente, você vai ficando impotente. Como reagir a tudo isso? Aí, comecei a planejar a minha vida pra sair de São Paulo. E eu não me arrependo.* ***Aliás, eu acho que Ibiúna já cresceu muito.*** *[risos]* ***Eu queria que fosse uma cidade ainda mais tranquila, mais pacata. Esse crescimento, esse desenvolvimento, realmente perde essa característica.*** *É lógico, você nem está tão longe de São Paulo, mas você não tem todos os problemas de segurança, drogas, aqui tem também, mas em bem menos grau, assalto a mão armada, furto, furto de carro. Naquela época eu nem tirava a chave do contato, aqui na cidade você deixava* (grifo nosso).

Fica evidente nesse trecho destacado da entrevista com o senhor Duarte, que o campo fetichizado não é simplesmente uma fórmula de *marketing* inventada para trazer as pessoas "de volta" para o campo, mas algo também muito mais radical, capaz até mesmo de convencer uma pessoa cujo trabalho é exatamente o de convencer as outras a comprarem imóveis. Ao pôr-se como exemplo, o senhor Duarte nos revela que a venda de um estilo de vida urbano no campo não é somente um truque ou propaganda pensados, mas uma forma

objetiva de consciência fetichista que põe em movimento todo um mercado imobiliário local a partir da própria consciência fetichista que se tem sobre a cisão entre a cidade e o campo. Essa objetividade é para Duarte tanto quanto para quem dele compra um imóvel, ou para qualquer outra pessoa. E nesse mesmo sentido, Ana Regina, corretora de imóveis da Xavier Imóveis nos diz:

> ***Ana Regina****: (...) São Paulo já tá ficando muito caótico nessa questão de praia, então eles estão transferindo, já indo para a terceira moradia, para lazer ou para futuramente vir morar. Normalmente as pessoas que estão vindo são os idosos, o pessoal da melhor idade que* ***querem um descanso****, que já estão se aposentando. Eles falam que* ***querem qualidade de vida*** *por conta de São Paulo que já está saindo gente pela culatra* [*sic*]*, então eles procuram muito a nossa região. Às vezes eles procuram áreas maiores de 24.000 metros (um alqueire) porque às vezes* ***eles querem ter um animal de grande porte como um cavalo, uma vaca.*** *E tem o pessoal que procura o que a gente fala chácaras, que é a partir de 1.000 metros (...)* (grifo nosso).

Essa mesma imagem fantasiosa e aprazível do campo não só é vendida, como é também comprada, e por isso surge como representação alegórica de um tipo de vida que se autointitula *de qualidade*, opondo campo e cidade assim como se opõem o tranquilo e o perturbador. Faz-se pertinente ressaltar que essa forma de consciência reitera a relação opositiva dos termos cidade e campo como duas absolutidades externas entre si. Duarte expressa bem essa forma fetichista de consciência quando perguntado acerca do zoneamento do município de Ibiúna:

> ***Walid****: E teve alguma mudança no uso do solo com relação ao zoneamento da cidade?*
> ***Duarte****: Sim, teve mudança. Sim você tem cada vez mais. Você tem dois tipos de finalidade, você tem a finalidade urbana, a finalidade rural, e você tem a zona urbana e a zona rural. Você tem o critério da localização e da destinação. Às vezes um imóvel que tiver atividade rural nele em zona urbana a competência de tributação é INCRA, é rural, é considerado imóvel rural, não a zona rural.* ***O que é a zona rural do município? Aquilo que não é definido por lei municipal como zona urbana. E aí requer algumas infraestruturas urbanas como energia elétrica, transporte, educação, escola, para o município ter com perímetro urbano. Fora isso é rural, é zona rural.*** *Se você estiver na zona rural, isso ocorre muito no município, um empreendimento para fins de chácara de recreio já é uma atividade urbana, não é rural, a tributação seria de zonas urbanas de uso específico, mesmo encravada na zona rural. Entendeu?* ***Isso é normal, isso faz parte da própria legislação.*** *Então, você tem muita, tem muita dessas coisas, o município por lei municipal é urbano, mas a pessoa*

> *tem atividade rural, produção agrícola, por exemplo, a atividade é rural* (grifo nosso).

Essa definição do senhor Duarte não poderia ser mais categórica: no zoneamento municipal, o rural é o que não é definido como urbano. Tudo é muito raso, é um pensamento confessamente técnico-jurídico, e justamente por isso é uma forma de consciência superficial na medida em que naturaliza a norma como normal e crê nas coisas enquanto infinitos em-si que enquanto tais se opõem mutuamente. Klaus, não muito diferente de Duarte, também compreende a cisão cidade campo no mesmo sentido, um pouco menos técnico, mas não por isso menos revelador. Klaus, entretanto, percebe essa cisão mais como um processo de avanço do urbano em detrimento do rural:

> ***Klaus**: [Aqui]* ***continua sendo interior, mas está perto de São Paulo, não vai demorar muito, daqui a dez anos já emenda tudo****, 10, 15 anos já emenda. Hoje Cotia já emendou com São Paulo, Vargem Grande já tá emendando com Cotia,* ***daqui a pouco nós vamos estar também na Grande São Paulo****, mas por enquanto é isso, o pessoal procura aqui mais com esse sentido mesmo. (...) É aquele negócio,* ***São Paulo vai ficando saturado não vai cabendo o pessoal mais dentro de São Paulo e eles vão escorregando pras beiradas****, vai saindo pro interior e tem muito empresário dentro de São Paulo que ele tem escritórios, galpões, que não tem a necessidade dele estar dentro da cidade, então ele opta vir para o interior e daqui ele consegue organizar todo o serviço dele, fazer toda a distribuição dele, organizar todo o trampo dele* (grifos nossos).

É sintomático o uso de uma metáfora tão física quanto à máxima newtoniana de que dois corpos não ocupam o mesmo espaço, para dizer que "não vai mais cabendo o pessoal dentro de São Paulo". E mais física ainda é, prossegue Klaus, a imagem de que as pessoas "vão escorregando pras beiradas", uma vez que a gravidade, enquanto 'lei natural', impele "esse pessoal" a escorregar para fora de São Paulo. Para Klaus, assim como a lei da gravidade, a urbanização "se impõe com violência como lei natural reguladora" (MARX, 1983, v. I, t. 1, p. 73) e expande os limites do urbano "saturado", cuja força centrífuga avança em direção à periferia, ao entorno da metrópole e, portanto, ao cinturão verde. Nesse sentido, Klaus percebe esse processo como avanço de uma urbanização inevitável e massiva capaz de extrapolar os limites da atual região metropolitana e capaz de "emendar-se" ao município de Ibiúna. Klaus percebe esse processo de conurbação a partir de algumas mudanças destacadas por ele:

> ***Klaus**: Aí eles [os paulistanos] estão vindo mais pra cá e com mais procura, **mais valorização** tem. Nós estamos numa região aqui que há **dez anos atrás era só hortaliça plantada** para tudo quanto é lado, **hoje não é mais, hoje onde tinha plantações tem condomínios, virou loteamento**, essa beira de asfalto aqui hoje se o pessoal quiser uma chácara aqui hoje não existe, nós estamos falando de ponto comercial aqui é tudo área comercial**, aqui se fala em metro quadrado**, o pessoal tá comprando para pôr galpão comercial. Então, **não vai demorar muito vamos colocar uns 15, 20 anos aí, aqui não vai ser mais interior** (grifos nossos).*

Sob a perspectiva de uma cisão entre o rural e o urbano, Klaus aponta para um desenvolvimento inevitável em que o urbano crescerá de modo que o rural, que imediatamente o cinge, devirá também urbano. Em outras palavras, a sua fala aponta para uma perspectiva desenvolvimentista que ontologiza o trabalho e crê no movimento histórico positivo de passagem do rural ao urbano. Não obstante, essa hipótese de que no desenvolvimento e expansão do urbano as terras agrícolas mais próximas vão se tornando loteamentos ou condomínios (vide Foto 1 e Foto 2) pode ser compreendida negativamente, tanto como expressão de uma objetividade negativa do capital, quanto como a expressão de uma forma de consciência sobre essa mesma objetividade. Ao afirmar que daqui alguns anos Ibiúna não será mais *interior* revela-nos a perspectiva da inevitabilidade de um processo progressivamente positivo em que avança uma urbanização avassaladora sobre o rural[10], desenvolvendo-o para o urbano, para a metrópole.

[10] Muito embora o termo *interior* seja utilizado para designar tudo àquilo que não é capital do Estado nem litoral, e não necessariamente somente rural. Esse termo, do ponto de vista desenvolvimentista, pode ter conotação pejorativa de não-urbano, de pouco desenvolvido, provinciano e arcaico.

Foto 1 - Fachada do condomínio fechado Quintas do Imperial em Ibiúna

Autor: Walid El Khatib, Ibiúna, novembro de 2013.

Foto 2 - Entrada do condomínio Vila Real em Ibiúna

Autor: Walid El Khatib, Ibiúna, novembro de 2013.

Com base nos trabalhos de campo realizados, sobretudo nas entrevistas da porção oeste do cinturão verde, pode-se refletir acerca da perspectiva desenvolvimentista demonstrada pelos entrevistados que ontologiza o trabalho e crê no movimento histórico positivo de passagem do rural ao urbano. Essa perspectiva não é recente e tão pouco silenciosa, ela já fora apontada por inúmeros autores desde as décadas de 1950 a 1970, pelos já citados Azevedo (1958), Petrone (1964), Seabra (1969) e Languenbuch (1971), pondo lado a lado a agricultura e o mercado imobiliário como pontos críticos do cinturão verde de São Paulo. Não obstante, há que se destacar que essa perspectiva persiste enquanto forma de consciência acerca de um processo e que não cabe aqui, entretanto, afirmar se existe objetivamente ou não um processo de substituição de terras agrícolas por loteamentos urbanos. É, porém, exatamente a forma de consciência sobre esse processo que surge como problema tematizável e passível de crítica.

Tanto o urbano quanto o rural se impõem enquanto objetividades, no entanto o urbano parece se impor com mais objetividade, levando a uma compreensão de que o urbano estaria sobredeterminando o rural, em que um estaria num grau mais elevado do que outro. Entretanto, do ponto vista crítico, essa forma de consciência que assim compreende o real fetichiza as determinações lógicas objetivas postas pelo capital, uma vez que não compreende a cisão negativamente, posta por um processo de divisão social do trabalho especificamente periférico. Para Marx, a cisão entre a cidade e o campo surge como uma expressão objetiva da própria divisão social do trabalho relacionada à propriedade privada da terra, na medida em que ambos [a cidade e o campo] se contradizem e se põem mútua e simultaneamente como necessidades:

> A oposição entre cidade e campo só pode existir no quadro da propriedade privada. É a expressão mais crassa da subordinação do indivíduo à divisão do trabalho, a uma actividade determinada que lhe é imposta, uma subordinação que de um faz um animal limitado da cidade, do outro um animal limitado do campo (...). O trabalho é aqui, de novo, o principal, o poder sobre os indivíduos, e enquanto este existir tem de existir também a propriedade privada (MARX; ENGELS, 2006, s.p.).

Ainda nesse mesmo sentido, já em O Capital, Marx escreve que a separação entre a cidade e o campo surge objetivamente numa relação de necessidade em que os trabalhos necessários à reprodução ampliada do capital são divididos entre trabalho agrícola e trabalho industrial. De modo bastante claro e sucinto, Marx explicita como esses trabalhos divididos se põem nessa relação mútua e objetiva de necessidade, e não em uma relação de dominação e dependência entre o campo e a cidade:

> (...) os produtores diretos devem trabalhar além do tempo que é necessário para a reprodução de sua própria força de trabalho, para a sua própria reprodução. Devem executar mais-trabalho em geral. (...) O trabalho agrícola no sentido econômico mais amplo, precisa ser suficientemente rendoso para que todo o tempo de trabalho disponível não seja absorvido na produção de recursos alimentícios para os produtores diretos; isto é, que seja possível o mais-trabalho agrícola. Indo além, que o trabalho agrícola global – trabalho necessário e mais-trabalho – de parte da sociedade seja suficiente para gerar os alimentos necessários para toda a sociedade, portanto também para os trabalhadores não agrícolas; que, portanto, deve ser possível essa **grande divisão de trabalho entre agricultores e operários industriais, e igualmente a divisão entre agricultores que produzem alimentos e os que produzem matérias-primas**. Embora o trabalho dos produtores diretos de alimentos se decomponha em si mesmo em trabalho necessário e mais-trabalho, **em relação à sociedade ele só representa o trabalho necessário** exigido para a produção dos meios de subsistência (MARX, 1984, v. III, t. 2, p. 138) (grifos nossos).

Marx expõe logicamente como o trabalho agrícola se põe em relação ao trabalho global da sociedade, não justificando uma divisão social do trabalho, mas explicitando essa divisão como uma necessidade objetiva *sine qua non* à reprodução, ainda que crítica, do capital. O trabalho na agricultura se põe nesse sentido tanto como determinante, como determinado pela divisão social do trabalho, na medida em que é somente a partir da realização de um trabalho agrícola suficientemente rendoso que se é capaz de liberar todo o resto da sociedade da produção dos meios objetivos de reprodução do trabalho. Não pensar nestes termos seria pôr a necessidade biológica dos corpos por alimentos como a determinação fundamental da relação entre a cidade e o campo; seria naturalizar, e, portanto, fetichizar essa mesma relação. Por isso Marx escreve em termos de trabalho necessário e mais-trabalho, justamente para explicitar os conteúdos absolutamente sociais de uma ampla divisão social do trabalho entre trabalho agrícola e trabalho não agrícola, expressa na cisão entre o campo e a cidade.

Importante também se faz ressaltar a particularidade de uma produção de alimentos, pois esse trabalho agrícola específico libera tanto os operários industriais, quanto os agricultores produtores de matérias-primas, e ao se pôr nessa relação esse trabalho, ainda que contenha mais-trabalho, “em relação à sociedade ele só representa trabalho necessário”. Ou seja, assim como já destacado anteriormente, quando Lenin (1982) destaca a formação de uma agricultura para um mercado interno, o cinturão verde se põe mais uma vez como expressão de uma divisão social ainda mais aprofundada, na medida em que a própria agricultura se subdivide em dois grandes ramos produtivos: o de produção de matérias-primas

(*commodities*, por exemplo) e o de produção de alimentos (hortifrútis e olerícolas do cinturão verde, por exemplo).

4.2. O cinturão verde: crise imanente do capital como história crítica

O cinturão verde começa a aparecer como parte representativa da produção rural, no que se refere ao abastecimento da cidade de São Paulo, quando elimina sua produção agrícola caipira e constitui uma produção comercial, deixando de ser um cinturão caipira para se tornar o cinturão verde de São Paulo, também identificado como um cinturão de especulação (PETRONE, 1964; SEABRA, 1969). A ruína do que se denominou "cinturão caipira" por esses dois autores, devém não somente de um simples fator concorrencial entre a agricultura caipira roceira e a agricultura comercial nipônica, mas, sobretudo, por um conjunto de determinações muito mais amplas e de ordem ainda mais abstrata. Segundo Seabra (1969, p. 210 e 213):

> O simples fato de os japoneses terem, para a instalação de suas unidades de exploração, feito arrendamentos de terras (e não apenas em grandes unidades) e utilizado de modo constante e sistemático os caipiras como braço assalariado, muitas vezes em suas próprias propriedades, atestam que **uma parcela destes sitiantes já não tinha aí possibilidades de retirar, através do cultivo de seus solos, recursos suficientes para a manutenção de suas famílias**.
>
> (...) apesar da característica familiar, a agricultura hortigranjeira implicou uma necessidade mais ou menos constante de assalariados, que eram obtidos em boa parte (...) junto àqueles **caipiras cujas lides eram insuficientes para a manutenção da família**, ela deve ser considerada como um fato a intensificar a decadência destas populações (grifos nossos).

A inserção do imigrante japonês na agricultura do cinturão verde paulistano não significou imediatamente a decadência da produção caipira por conta de uma expulsão dada pela concorrência por terras agricultáveis e próximas à capital paulista, isso seria minimizar a violência do real nesse processo. Segundo Seabra (1969), não havia uma concorrência entre caipiras e japoneses por terras, pois estes compravam sobremaneira áreas de várzea e mata, não utilizadas pelos caipiras. A inserção nada espontânea ou casual do imigrante japonês exprimiu o surgimento de outra forma de concorrência tão violenta quanto àquela, expressando a violência da forma concorrencial mundial quando destituiu do "caipira" a possibilidade de auferir no cultivo de sua própria terra os recursos suficientes para a sua reprodução enquanto "caipira". Em outras palavras, a pauperização do caipira devém como expressão do aprofundamento de uma divisão social do trabalho na medida em que subsome o tempo de trabalho caipira ao tempo social médio, jogando-o no mercado local e submetendo o produto de seu trabalho a uma forma de sociabilidade posta pelo capital:

> O produto do agricultor [é] posto à venda, submetido a controle público, primeiro no mercado local, depois no mercado nacional e finalmente, no mercado internacional; assim, se liquidou definitivamente o isolamento do agricultor embrutecido em relação à todo o resto do mundo. Querendo ou não, ele foi obrigado a levar em conta, sob pena de arruinar-se, o conjunto de relações sociais existentes no seu país e nos outros países vinculados ao mercado mundial (LENIN, 1982, p. 203).

Assim como Lênin bem expressa esse processo objetivo de socialização mediada pela forma mercadoria, ao produtor agrícola independentemente de sua vontade ou consciência impõem-se as relações sociais postas pelo capital, impõe-se violentamente uma divisão social do trabalho, impõe-se uma média social mundial de tempo de trabalho, impõe-se um nível de produtividade do trabalho, impõe-se a necessidade de redução dos custos de produção, enfim, impõe-se o totalitarismo de uma forma econômica que determina ora a ruína ora a manutenção de um agricultor no processo de troca. Pode-se compreender também que há nesse momento de transformação de um cinturão caipira para um cinturão verde e de especulação, não um processo evolutivo desenvolvimentista, mas um processo de ruptura de uma forma para outra forma, um processo de ruptura determinado pelo desenvolvimento das forças produtivas que aniquila formas econômicas de produção de mercadorias cujo tempo médio trabalho encontra-se acima de um patamar social e mundialmente estabelecido.

Além dos argumentos da baixa produtividade da produção caipira e do esgotamento dos recursos (principalmente do solo), é fundamental ressaltar que a entrada dos imigrantes japoneses na região do ponto de vista de uma teoria crítica do valor não significa a mudança para uma forma cultural de nível superior, mas uma reestruturação violenta do tempo médio social de produção que, ao aniquilar a forma econômica caipira, aparece fetichistamente como superação cultural do arcaísmo caipira. Assim, a chegada de imigrantes japoneses em todo o cinturão verde paulistano pôs a produtividade exigida nesse ramo produtivo em um patamar qualitativa e quantitativamente mais elevado em relação ao daquela produção denominada caipira. Para Manoel Seabra:

> (...) dentro de uma zona caracterizada por um elevado valor das terras em decorrência do processo de especulação que a interessava plenamente no começo da década de [19]60, a importância de que se revestiam entre os japoneses e descendentes em especial os componentes não imóveis do patrimônio revelava o nível técnico da maioria dos agricultores desta origem e o papel da organização cooperativa para a formação desta parte do referido patrimônio, através, por exemplo, do fornecimento de financiamentos para a sua obtenção e refletiam também a elevada rentabilidade que caracterizava o corpo principal de produtos que definia o essencial de suas atividades.
> Rentabilidade que permitia, inclusive, a boa parte dos próprios pequenos empreendedores, até mesmo arrendatários, a manutenção de um

> equipamento relativamente caro como o são tratores, as máquinas estacionárias (geradores), os conjuntos de irrigação, enfim os implementos para a aplicação de defensivos (...) (1969, p. 144).

Essa imigração japonesa revestida de um discurso desenvolvimentista constituiu-se em todo o cinturão verde de São Paulo a partir de uma organização comunitária fundamentada em instituições de caráter cooperativo e associações bastante coesas, de modo que promoviam atividades vinculadas desde a educação e atividades sociais culturais comunitárias, até atividades vinculadas à evolução das técnicas de cultivo, aquisição coletiva de adubos, inseticidas, seleção de sementes, além do fornecimento de crédito, serviços e produtos de utilização mútua.

Jorge Takeuti, um agricultor arrendatário de cerca de 70 alqueires de terra, ao nos expressar a sua percepção acerca da formação do cinturão verde em Ibiúna com relação aos imigrantes japoneses, nos diz:

> ***Walid****: Desde que o senhor chegou aqui, em 1954, o que mudou em Ibiúna?*
> ***Jorge****: Mudou tudo, quando vim aqui em 54, quando chegava abril, maio, junho dava aquela geada que nem a torneira abria. (...)* ***E o governo ajudava mais, subsidiava 60% da produção, não tinha lavrador e por isso incentivava. Era para pagar em 10 anos, mas ninguém pagava*** *(grifo nosso).*

Jorge, de imediato já nos apresenta uma situação bastante comum à época (década de 1950) com relação aos agricultores japoneses que se instalaram em Ibiúna, Vargem Grande, Cotia, e em outros municípios do cinturão verde: havia um massivo afluxo de imigrantes nipônicos, incentivos e subsídios em direção à agricultura nessa região. Segundo Caio Prado Junior, muito embora a migração de japoneses para o Brasil tenha se iniciado no começo do século, em 1908, ela vai tomar grande impulso somente

> (...) depois de 1930, sendo então ativamente estimulada e oficialmente amparada. (...) O governo japonês instalará no Brasil um amplo aparelhamento de controle dos seus nacionais aqui estabelecido; entre outros uma grande rede de consulados com poderes soberanos sobre os súditos nipônicos; organizará sob seus auspícios a produção deles, fornecendo-lhes amparo técnico, crédito, facilidades comerciais (PRADO JUNIOR, 1981, p. 211).

Fica evidente tanto na fala de Jorge Takeuti, quanto no trecho destacado de Caio Prado Junior, que essa imigração japonesa longe de ser uma contingência política ou econômica, foi produto de uma objetividade econômica e social, na medida em que começa a se impor como necessidade uma produção agrícola de alimentos capaz de suprir a metrópole paulistana em

formação. Nesse sentido, surge, por exemplo, a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) em 1927, que na segunda metade do século XX se torna a maior cooperativa agrícola do Brasil, coordenando principalmente a produção de batatas nessa região. A estreita relação da CAC com o Governo Federal brasileiro, bem como com a embaixada japonesa no Brasil fez-se notar a partir de 1955, quando a cooperativa obteve autorização para fazer entrar no Brasil três mil jovens imigrantes japoneses, com a justificativa que havia uma carência de mão-de-obra na agricultura das proximidades do município de São Paulo. No entanto, segundo Seabra (1969, p. 239), apesar da afirmação da falta de braços na agricultura, o caráter que realmente fundamentou essa imigração japonesa foi o de "revitalização de um pequeno empresariado rural de nível técnico satisfatório". Seabra ao analisar os relatórios e textos de fontes provenientes da CAC[11], encontra o seguinte:

> Na atual conjuntura agrícola do país, seria aconselhável que cada imigrante fosse também um técnico. Isto na prática é impossível. Daí surge a necessidade de se introduzirem orientadores agrícolas, **imigrantes de qualidade superior**, que possam colaborar para a melhoria da técnica de cultivo e dos métodos de administração da propriedade agrícola (COOPERCOTIA *apud* SEABRA, 1969, p. 238-239).

"Imigrantes de qualidade superior" é o que se desejava à época, é explicitamente aquela forma de consciência fetichista desenvolvimentista que não só eliminou o caipira, como também selecionava criteriosamente os imigrantes aptos a levar à cabo um desenvolvimento das forças produtivas na agricultura do cinturão verde de São Paulo sob o véu da racionalização produtiva. Dessa exploração intensiva da agricultura devêm também as justificativas para o enriquecimento pessoal de muitos japoneses em todo o cinturão verde, mas, sobretudo, aqueles que plantavam batatas nos municípios de Cotia, Vargem Grande, Ibiúna e Piedade:

> (...) de um modo geral, as atividades hortifrutigranjeiras são relativamente rentáveis e que, mesmo em pequenas explorações, permitem aos seus responsáveis, até arrendatários, uma situação econômica favorável, quando nelas são empregadas técnicas de cultivo e de criação relativamente intensivas como o fazem os japoneses do bairro de Vargem Grande, assim como de muitas outras dos arredores mais ou menos imediatos da metrópole paulistana, por exemplo (SEABRA, 1969, p. 254-255).

[11] Seabra (1969) analisa sobre esse assunto: CAC – Relatório da Diretoria – ano social de 1955/56; e, COOPERCOTIA – "Imigrante foi o tema", de janeiro de 1963, p. 53-54.

Assim como Manoel Seabra, o senhor Duarte, proprietário da Duarte Imóveis, também reconhece esse enriquecimento pessoal dos integrantes dessa grande comunidade nipônica em Ibiúna como devindo da própria produção de batatas à época.

> ***Walid**: O senhor notou se aumentou, diminuiu ou permaneceu a mesma área agrícola do município?*
> ***Duarte**: Diminuiu porque o tipo de cultura diminuiu, a área e o número de agricultores também, porque como eu falei pra você: se plantava muita batata, mandioquinha, **era quase monocultura**. Batateiro era batateiro, fazia às vezes uma cultura intercalada de repolho pra descansar a terra, mas normalmente o batateiro era batateiro, o plantador de mandioquinha era mandioquinha. Então, você tinha muita plantação nesses segmentos, hoje em dia você não tem mais nada.*
> ***Walid:** Por quê?*
> ***Duarte:** Porque a batata na verdade vinha do sul e aqui se plantava a batata de inverno, eram pequenas lavouras de batata, pequenas proporcionalmente ao que se fazia no Paraná e no sul que se plantava, não havia plantação em Minas ou no Cerrado. **Então tinha uns batateiro que estavam muito ricos, que plantavam as batatas de inverno**, eles plantavam o equivalente a 10, 20 hectares de batata, por exemplo, e irrigava, só que no sul dava aquela geada e queimava tudo, e não produzia. Então, a batata vinha importada de outros países, do Paraguai, que já se plantava em outros lugar, e o Paraná mesmo o inverno é rigoroso e queimava a produção. Então, quanto mais rigoroso era o inverno melhor pro batateiro ibiunense. Porque era uma batata que ia ameaçar dar geada, eles irrigavam, e quando você irriga você tira o efeito da geada. Aqui a geada não era tão forte e contínua como no Paraná, de uma semana seguida de geada. Aqui não, os caras produziam e colhiam. **Eu tinha uma batata de péssima qualidade no inverno aqui e valia ouro. Então tinha japonês que andava de Mercedes na época**, e isso que nem podia importar Mercedes e mesmo assim o cara tinha. A japonesada às vezes ia pra São Paulo nas boates, nos karaokê gastar o dinheiro da batata. Eu peguei essa fase aí. A japonesada era batateiro tudo rico. Aí chegava bêbado de manha aí. [risos] Tinha muito japonês, muitas famílias japonesas, mas diminuiu bastante. Muitos voltaram pro Japão, outros migraram pra minas, pra Santa Juliana, Ouro Preto, a japonesada daqui compraram terras pra lá. (...) **Muitos japoneses que viviam aqui migraram.** E sem contar que teve aquele boom dos anos 90, até 2005, antes da crise, a japonesada também desligou. A agricultura aqui em Ibiúna tinha muito japonês, quando eu vim pra cá mais de 50% era de japoneses. Hoje já praticamente tem os remanescentes, mas é muito pouco. (...) **E a agricultura tradicional, antes você tinha, se plantava muita batatinha, mandioquinha, os tubérculos em geral, cenoura, essas coisas. Hoje não, hoje está mais voltado pra folhagem, verduras e o segmento orgânico, as alface, escarola, couve, almeirão, as folhagens.** Hoje os batateiros migraram daqui pra plantar em Santa Catarina, plantar batata em Minas, região de*

> *minas, região do cerrado, Ribeirão Preto pra frente já migraram. No cerrado não se plantava batata, hoje com irrigação, com tecnologia, produtividade é outra. São essas as transformações na parte agrícola.*

De modo extremamente sintético e lúcido, Duarte nos apresenta as transformações que se fizeram presentes desde a década de 1960 no cinturão verde, sobretudo em Ibiúna quando surge um grupo social identificado como japonês que desenvolve sobremaneira as forças produtivas desse ramo da agricultura, aniquilando a forma caipira ao reconduzir a produção agrícola de produtos alimentícios ao patamar de um tempo industrial de produção. De uma cultura majoritariamente de batatas passou-se para a produção mais diversificada de olerícolas e hortifrútis, inaugurando um novo período dentro da própria conformação do cinturão verde enquanto tal.

Mário Kitazawa, proprietário da Kitazawa Mudas e Hortaliças, situada em Biritiba-Mirim, relata que sua família possui propriedades agrícolas na região desde 1955, a partir da chegada de seu pai ao Brasil em 1948, vindo do Japão. Segundo o entrevistado, incialmente seus tios produziam frutas (pêssego, uva Itália, nêspera), enquanto seu pai possuía granja para a produção de ovos, porém ambas as produções entraram em declínio a partir da década de 1970, nas palavras de Kitazawa:

> *O ovo ficou ruim já em 1970, já naquela época sessenta e sete já tava ficando ruim, aí também meu pai todo ano vermelho, vermelho... começou plantar e ver que resultado na plantação era melhor do que na granja né... Aí ele parou a atividade de granja e se dedicou à agricultura de hortaliça.*
> *Aí em 1974 a fruta também, especialmente a uva né não tava bom né e... deixou a uva, arrancou os pés e começou plantar verdura.*

Para Kitazawa o declínio da produção granjeira na região deve-se ao aumento da competividade, sendo que o mesmo processo foi relatado também com relação à produção de frutas e de legumes na região:

> *(...) talvez o ovo seria um bom negócio mas naquele tempo muitos granjeiros começou quebrar, talvez por falta de investimento.*
> *Hoje acho que tem regiões melhores né principalmente fator climático né (...) que favorece a... alta produtividade. Então competir com regiões que têm alta produtividade um custo mais baixo né eu acho que pra quem tá na região aqui do Alto Tietê é inviável.*
> *Então nesse período aqui plantava-se muito tomate, legumes também né... pimentão né... mas também por causa do clima, por causa... do alto custo aqui... a maior concentração hoje tá sendo pra folhosas...*

Apesar de o entrevistado indicar o fator climático como determinante para a preponderância de regiões de Minas Gerais e do noroeste de São Paulo em detrimento do cinturão verde paulistano, como mencionado a seguir, percebe-se igualmente a justificação do declínio de certas culturas a partir da concorrência dada pela maior produtividade de outras regiões e do alto custo de produção da região do Alto Tietê:

> *Então é... tomate hoje a gente vê em Minas ou em outras regiões de São Paulo, noroeste de São Paulo assim que planta é... produtor que planta mais de um milhão de pé no período de um ano né. Então aqui tem gente que insiste, mas é mil, dois mil, três mil pés... muito quando planta é dez mil pé.*
> *eu acho que também né porque aqui as áreas não são... cada produtor uma média que... de dois... não chega a dois alqueires né. Tem lógico né... média né (...)*

A partir da memória de Kitazawa pode-se refletir sobre as transformações que conduziram as mudanças nas culturas empregadas, no sentido de perceber o sentido que é dado aos processos críticos da região, expondo nitidamente que as memórias de sua família não são meras memórias particulares, mas são as memórias do processo crítico a que foi submetida a sociedade rural paulista no entorno da capital metropolitana desde os anos de 1970.

O histórico da CAC expressa também esse processo de conformação do cinturão verde. Criada em 1929, a CAC apresentou significativo crescimento no número de cooperados, de modo que já em 1942, é criado o Grupo de Transporte Coletivo (G.T.C.) com a finalidade de "aumentar a capacidade do transporte de mercadorias, criando nos bairros um sistema racional e eficiente para ativar o meio de transporte (...) de produtos agrícolas" (CCI, 1998, p. 26); e, em 1952, a CAC começa a importar tratores e fornecê-los aos sócios da cooperativa.

O crescimento tanto da cooperativa quanto da agricultura em geral da região expressavam essa grande euforia dada pelos altos rendimentos desse ramo agrícola. Na década de 1980 viu-se definhar essa agricultura essencialmente de batatas e bem como comentou Duarte, passou-se a produzir majoritariamente olerícolas, hortícolas e folhagens em geral, uma vez que aquele tipo de cultura exigia progressivamente tanto investimentos mais vultosos no processo de produção, quanto áreas maiores. No entanto, segundo publicação do Centro Cultural de Ibiúna (CCI), nos anos 80,

> (...) o cansaço das terras obrigou os agricultores a procurarem outras alternativas. Além disso, no meado de 1980 veio a escalada da inflação e,

> com isso, muitos produtores de batata sofreram enormes prejuízos e, muitos deles, não puderam suportar o colapso. Segundo dizem, isso veio acelerar a falência da Cooperativa Agrícola de Cotia (CCI, 1998, p. 102).

Esse momento crítico da produção agrícola no entorno de São Paulo se deu simultaneamente como ruptura e como continuidade na medida em que foi reestruturada toda a agricultura regional deixando de produzir em larga escala tomate, batata e pimentão, para produzir principalmente outras hortícolas e olerícolas. É momento de ruptura porque transformou o tipo e o produto do trabalho agrícola, sem deixar de se constituir numa região essencialmente agrícola.

Dentre as causas que teriam levado à crise econômica e à posterior falência da Cooperativa Agrícola de Cotia, apontadas por Marcovitch (1989), foi a transformação da cooperativa em intermediadora de financiamentos, "após a reforma da legislação cooperativista de 1966, [em que] a CAC obrigou-se a dissolver o Sistema de Crédito Mútuo responsável até então pela disponibilidade de recursos para o crédito rural" (GONÇALVES, VEGRO, 1994, p. 66). Somado a este processo, Gonçalves e Vergo (1994), analisando os balanços da CAC, de 1969 a 1992, constataram que o problema estava no mau dimensionamento da linha de seu ativo denominada "Débito dos cooperados", que "corresponde a compromissos financeiros de associados, e mesmo de terceiros com a cooperativa, ainda não honrados e pelos quais a organização responde perante seus credores" (1994, p. 70). Em outras palavras, a CAC constituiu um ativo superestimado, no qual não eram contabilizadas as estimativas de perdas futuras, inviabilizando, assim, a empresa de se compreender em um estado crônico de incapacidade de honrar seus compromissos financeiros.

Nesse mesmo sentido, Kitazawa, bastante claro e convicto de seu raciocínio expressa como a falência da CAC lhe apareceu, enquanto cooperado à época:

> ***Walid****: Houve o período que os produtores conseguiram se manter por meio das cooperativas, por que elas foram quebrando? Qual motivo que você apontaria?*
> ***Kitazawa****: Ah... acho que expandiu demais né... Porque tem muitos cooperados que preferia deixar dinheiro na cooperativa, o rendimento era muito melhor do que qualquer banco.*

A expectativa dos cooperados com relação à CAC era a expectativa de ganhos financeiros, na medida em que deixavam seu dinheiro com a CAC, que lhes remuneraria "melhor do que qualquer banco", a partir da realização de empréstimos cujo risco excessivamente elevado não era contabilizado como redutor de seu ativo, ou seja, como

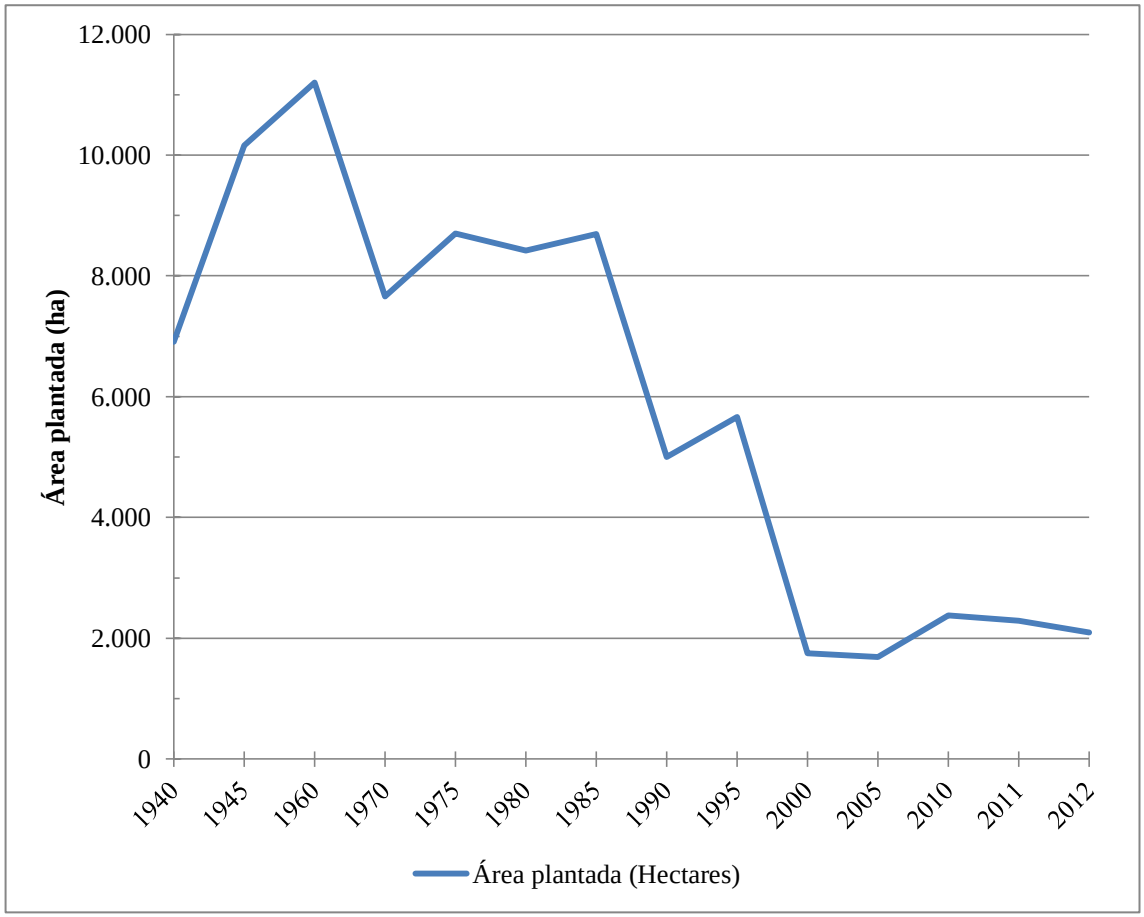
redutor da expectativa de ganhos futuros na linha de seu balanço denominada “Débitos de cooperados”. Nesse processo, em que a CAC cumpriu a função de intermediadora financeira como apenas cooperativa de crédito em detrimento de sua função essencial enquanto cooperativa agrícola, que com o seu crescimento expôs a sua criticidade na medida em que a atividade rural não mais se fazia capaz de pagar a remuneração exigida pelo capital financeiro em circulação no Brasil.

Esse processo crítico de remuneração do capital financeiro a partir da atividade agrícola também pode ser analisado a partir da diminuição da área plantada, percebido por Kitazawa desde a década de 1990:

> *(...) a gente acha que diminuiu a área plantada né... é que assim talvez diminui regiões igual a cidade de Mogi, porque a cidade vem avançando né. Então isso tem uma perda... teve a... Suzano que a obra do Rodoanel pegou uma boa parte na área cultivada né... Então, alguns achou outras propriedade pra plantar, alguns parou e tá fazendo comércio né...*

Não somente a partir das memórias dos entrevistados é nítido esse processo devastador compreendido como urbanização, mas também a partir dos dados quantitativos observados para os municípios que compõem o cinturão verde. Segue abaixo, a título de exemplo a evolução da área plantada apenas para o município de Ibiúna, uma vez que este município apresentou historicamente maior área plantada relativamente aos demais que compõem o cinturão verde.

Gráfico 1 - Área plantada (ha) no município de Ibiúna (SP) de 1940 a 2012



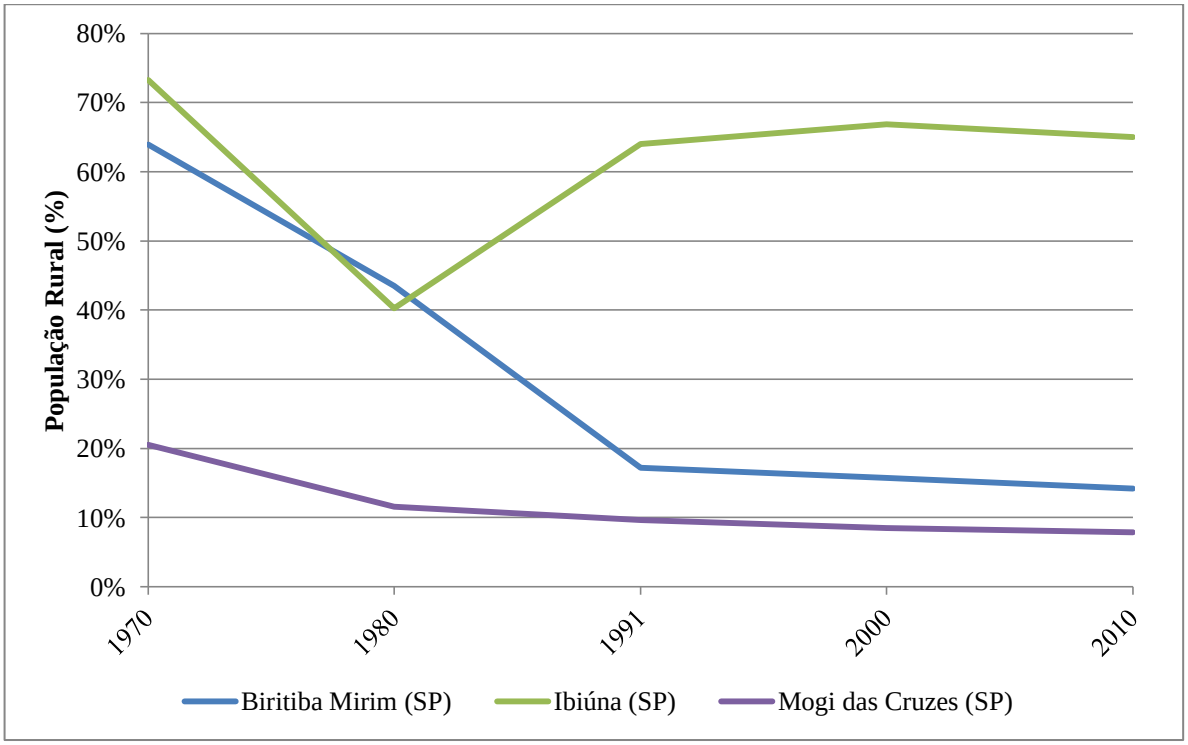
Fonte: IBGE (SIDRA). Elaborado por Walid El Khatib.

No Gráfico 1 acima, pode-se notar o quão avassalador foi esse processo de transformação em cinturão verde, de ruína do cinturão caipira e de desenvolvimento da agricultura comercial, tendo como marcos o ano de 1960 quando foi registrada a maior área plantada na história do município de Ibiúna, com cerca de 11.200 hectares, e o ano de 2005 com o registro da menor área plantada, 1694 hectares. Em outras palavras, o gráfico evidencia que a formação do cinturão não significou o desenvolvimento em extensão da agricultura, mas o seu desenvolvimento em profundidade, no qual o aumento da composição orgânica do capital engendra não só o aumento da produtividade como também a necessidade progressivamente decrescente de áreas agricultáveis, como forma de redução dos custos de produção, dentre os quais incluem o preço progressivamente ascendente da terra.

Nesse processo, a produção agrícola do município de Ibiúna, bem como de grande parte dos municípios do cinturão verde, foi profundamente reestruturada no sentido de um desenvolvimento das forças produtivas em que mais uma vez destitui-se a possibilidade de uma forma ou ramo produtivo de reproduzir-se nessa localidade específica. Se antes foi

necessário aniquilar aquela produção de roça denominada caipira, nesse momento, mais uma vez se fez necessária a eliminação de um ramo produtivo agrícola do cinturão verde. Essa reestruturação se fez extinguindo quase totalmente de Ibiúna aqueles batateiros monocultores de que o senhor Duarte falara, e esse processo aparece até hoje naturalizado no "cansaço das terras" apontado pelo CCI, como sua causa determinante. A partir do histórico estatístico da população de Ibiúna pode-se verificar o quão profundo foi esse colapso na década de 1980 dos produtores de batata que migraram para outros municípios e estados. Além de Ibiúna, ressalta-se o histórico estatístico da população rural de Mogi das Cruzes e de Biritiba Mirim, como os municípios com maior relevância no processo aqui denominado de cinturão verde.

Gráfico 2 - População rural por município (%), de 1970 a 2010



Fonte: IBGE (SIDRA). Elaborado por Walid El Khatib

Assim como Duarte e o texto do CCI (1998), que explicitam a intensa migração nos anos de 1980 dos japoneses produtores de batatas de Ibiúna em direção ao interior de São Paulo e outros estados, percebe-se, no Gráfico 2, que a população rural do município de Ibiúna diminuiu consideravelmente em 1980, chegando a ficar abaixo da população urbana pela primeira e única vez em toda a história do município (40,2%), e voltando a crescer a partir da década de 1990, permanecendo sempre majoritariamente rural. É também interessante notar nesse mesmo gráfico que não é uma mera coincidência o intenso

crescimento da população urbana no mesmo período de conformação do cinturão verde, desde a década de 1950 até os anos de 1980, multiplicando a população urbana em mais de 15 vezes ($\cong 1500\%$) em 35 anos. Essa mesma população urbana, no entanto se estabiliza a partir desse momento até os 30 anos seguintes, chegando a 35%, em 2010.

Dessa contagem populacional convém destacar que a população urbana circunscrita à área do município de Ibiúna cresceu intensamente acompanhando o crescimento populacional em sua área rural, revelando que mesmo internamente ao município a conformação do cinturão verde se pôs como aprofundamento da cisão entre cidade e campo, em que ambos os termos aparecem como necessidades recíprocas. No entanto, essa mesma necessidade recíproca na periferia do capital mundial aparece diferentemente: aqui o urbano de Ibiúna surge como centro comercial fornecedor de insumos e máquinas para a agricultura, surge como um fomentador da agricultura, e não necessariamente como produção de uma urbanização industrializante do campo. Para os municípios de Mogi das Cruzes e Biritiba Mirim, na porção leste do cinturão verde, há a diminuição severa de 63% e 21% de 1970 para cerca de 17% e 10% em 1990, respectivamente, mantendo-se praticamente constantes até 2010.

Além disso, pode-se também destacar que na década de 1980, em que a população residente urbana superou a população residente rural, a intensa migração de japoneses e de seus descendentes fez diminuir a população rural do cinturão verde de São Paulo, expressando a forma crítica pela qual estava sendo desenvolvida a agricultura e a sua relação com o contexto inflacionário não só brasileiro como também mundial. Ueno (1985), em sua dissertação intitulada “O deslocamento do cinturão verde de São Paulo no período de 1973 a 1980” expõe de modo bastante sucinto esse processo em que rapidamente de cinturão caipira tornou-se cinturão verde, o qual se mostrou extremamente dinâmico e suscetível a mudanças. E algumas das principais delas foram: tanto essa mudança estrutural dos seus produtos, quanto o seu deslocamento centrífugo com relação à cidade de São Paulo. Para Ueno, nesse período das décadas de 1970/1980, houve um deslocamento no sentido de um afastamento da produção agrícola com relação ao seu centro consumidor principal (o município de São Paulo).

Porém para Ueno (1985), o afastamento dessa agricultura não se realiza de modo homogêneo e total, mas seletivo e parcial: pois a produção de tomate, pimentão e batata teria se afastado mais do que a produção de verduras como alface, couve e repolho, devido às diferenças de perecibilidade e de resistência ao transporte, “vindo a confirmar o uso da terra de acordo com a teoria de localização de von Thünen” (1985, p. xxi). Ainda nesse percurso a

autora aponta para outros fatores também associados a esse afastamento: o crescimento do preço da terra, a poluição dos cursos d'água, a falta de mão-de-obra e a construção de novas rodovias.

É interessante notar que Ueno (1985) aponta para esse processo de profundas transformações como um processo dado em que as suas variáveis podem ser quantificadas, como se o modelo teórico de "Estado isolado" pudesse ser confirmado em uma realidade posta por uma média social mundial como a da produção agrícola do cinturão verde paulistano. De fato, o cinturão verde se mostrou e ainda se mostra sequaz do processo de modernização impelido pelo desenvolvimento das forças produtivas. Duas décadas após a conformação do cinturão verde na década de 1950, o cinturão já se mostrava insuficiente do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, que é quando se impõe mais uma nova reestruturação que o torna capaz de acompanhar o desenvolvimento geral das forças produtivas do país, quando há uma grande expansão do parque industrial nos anos 70.

Ueno (1985) compreende que a expansão ou o deslocamento do cinturão verde se realiza acompanhando a perecibilidade e a resistência ao transporte dos produtos agrícolas, em que os produtos mais perecíveis permaneceriam no anel mais próximo ao centro consumidor e os mais resistentes restariam nos anéis mais afastados, assim como na teoria de Von Thünen do "Estado Isolado" [12] e na posterior teoria dos lugares centrais de Walter Christaller, associada à hierarquização e distribuição das cidades em redes de influência. No entanto, diferentemente de Ueno (1985), pode-se compreender que isso seria possível se fosse plausível sob o capital não haver desenvolvimento das forças produtivas. Entretanto, sem desenvolvimento das forças produtivas não há capital, não se é possível a existência da relação capital. Em outras palavras, sob o capital, tudo o que um Estado não pode ser é ser isolado e, portanto, pensar desse modo, a partir de um modelo, é o ápice de um idealismo que fetichiza o conhecimento imputando à realidade uma fórmula matemática, em que não há sequer a possibilidade da existência da contradição como forma de ser dessa realidade mesma.

[12] Segundo Von Thünen, o Estado Isolado seria a expressão de um Estado estável, no qual não se realiza mais mudanças, possibilitando a observação de regularidade e ordem. Seria, portanto, o Estado ideal liberto dos fenômenos contingentes pertencentes à realidade. Ainda para Von Thünen: "(...) a agricultura é conduzida de forma absolutamente racional. É no todo óbvio que perto da cidade serão cultivados aqueles produtos que são pesados ou volumosos em relação aos seus valores, e, portanto, tão caros para transportar que os distritos mais remotos são incapazes de fornecê-los. Aqui também nós devemos encontrar os produtos altamente perecíveis, que devem ser utilizados muito rapidamente. Com o aumento da distância da Cidade, o solo deixará progressivamente de ser cultivado com produtos cujo transporte seja barato em relação ao seu valor. Por esta única razão, anéis concêntricos ou cinturões de forma regularmente diferenciada formar-se-á ao redor da Cidade, cada um com seu próprio produto básico particular. De anel para anel o produto básico mudará, mudando com ele o sistema agrícola completo; e nos vários anéis nós devemos encontrar sistemas agrícolas completamente diferentes" (Von Thünen apud OLIVEIRA, 2016, p. 230-231).

Acerca da perecibilidade dos produtos agrícolas, Juliana, do Sindicato Rural de Mogi das Cruzes, tão imersa no mundo propositivo da prática quanto os agricultores, tem muito claro que não é a perecibilidade que determina o local onde as mercadorias são produzidas, mas que seriam as condições logísticas e infraestruturais as determinantes:

> ***Juliana**: (...) folhosas acaba sendo muito mais sensível... então você tem que trabalhar com caminhão refrigerado né... o tempo de prateleira vai diminuir se você não faz todo o processo dele certinho...*
> ***Walid**: Mas no caso seria possível, por exemplo, plantar em outro lugar?*
> ***Juliana**: Seria... seria... Lá nos Estados Unidos eles plantam numa região e vai pra outra... em caixas todas... é em ambiente controlado... mas é logística... aí você vai comparar as estradas daqui com as estradas dos Estados Unidos?*

Juliana, oferecendo-nos o exemplo Estadunidense, compreende que a materialidade da questão da perecibilidade não é determinante para a localização da produção, mas que é a logística que a determina. Do ponto de vista da crítica do valor, a fala de Juliana põe em evidência que é exatamente o desenvolvimento das forças produtivas quem vai determinar A localização das áreas de produção agrícola, na medida em que define a possibilidade de alcance de um nível de produtividade capaz de produzir rendimentos suficientes para o pagamento dos custos de produção e transporte. Destaca-se, no entanto, que a distinção entre Ueno (1985) e Juliana não é tão profunda quanto pode parecer, sobretudo na medida em que ambas constituem apenas argumentos distintos para um mesmo discurso entranhado como consciência da forma mercadoria, ora como apologia fisiocrata e naturalizante da perecibilidade natural, ora como apologia da tecnologia como superação da perecibilidade, respectivamente. Ambos discursos, cativos na carapaça da forma mercadoria, descortinam exatamente o que a crítica negativa propõe situar como objeto da crítica, não defendendo ou atacando este ou aquele discurso, um contra o outro, para reduzi-los à escolha subjetiva do menos violento, mas situá-los, todos, na sua relação com o capital, sejam como críticos, sejam como apologetas da forma mercadoria, uma vez que a perecibilidade só pode ser pensada nos termos especificamente postos pelo capital, na medida em que a perecibilidade não se faz como deterioração física, mas como forma de consciência econômica e como predicado fisiocrata da forma mercadoria.

Pensar que a perecibilidade de um produto determina a localização ou não de algo no mundo é pôr a materialidade física mais uma vez como determinação do real, e isso é fetichizar que o real é, no entanto, determinado por abstrações, dentre as quais a do tempo

médio social mundial de trabalho, por exemplo. A perecibilidade e a resistência dos produtos agrícolas, desse modo, não podem ser compreendidas como determinação, ainda que elas apareçam fetichistamente enquanto tais, mas devem ser compreendidas como expressão do custo de produção, na medida em que o rendimento de tal ou qual produto é suficiente ou não para pagar o preço de uma localização, para pagar o preço ascendente da terra enquanto expressão da crise da produção de valor. Diferentemente de Ueno (1985), Juliana compreende a questão da perecibilidade mais como uma questão posta por uma abstração econômica, do que uma questão meramente fisicista, posta pelo perecer dos produtos.

Contraditoriamente, nessa mesma obra de Ueno (1985), ao serem analisados os preços dos produtos agrícolas produzidos no cinturão verde conclui-se, em sua obra, que apesar do aumento das distâncias dadas pelo afastamento em relação à cidade de São Paulo, os preços finais dos produtos agrícolas diminuíram, evidenciando que não é a relação afastamento-perecibilidade que vai determinar se uma mercadoria agrícola vai ser comercializada no centro urbano, mas que é a relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e o preço da terra que vai determinar se uma mercadoria pode ou não ser produzida em uma parcela específica do mundo. E é exatamente por isso que ressurge a questão do preço da terra também como um elemento determinante nos custos de produção dessa agricultura, enquanto expressão da produção crítica de valor. Assim, a crise da reprodução de valor como produção de capitais ociosos, por meio do mercado de terras, engendra o aumento do preço da terra, que põe como necessidade o desenvolvimento das forças produtivas, aumentando a produtividade na agricultura e desenvolvendo o mercado imobiliário enquanto ficção de valor.

4.3. Da realização crítica das mercadorias: a lógica aparece como ventura

Fenomenicamente, o desenvolvimento das forças produtivas que se fez no estado de São Paulo, ora pela expansão de seu parque industrial, ora pela mecanização do campo, foi também acompanhada pelo aumento do preço da terra, que por sua vez induziu à elevação dos preços de produção dos produtos agrícolas que contribuiu para o encarecimento da produção agrícola em todo o cinturão verde.

As entrevistas realizadas compõem uma vasta coleção de histórias e processos particulares cuja negatividade está na universalidade que as conduz enquanto forma de ser da periferia do capital, enquanto fenômeno do processo crítico, enquanto expressão da violência da história da modernização. Estas entrevistas conformam pontos de vista qualitativamente distintos do desenvolvimento das forças produtivas, nos quais são observadas composições pouco homogêneas de composição orgânica dos capitais empregados na produção agrícola. Nessa observação, faz-se pertinente, do ponto de vista da exposição da análise, a sua distinção qualitativa entre forças produtivas individuais mais e menos desenvolvidas, e entre maiores e menores composições orgânicas do capital individual. Do ponto de vista lógico do capital, e segundo Marx em inúmeras passagens de O Capital (MARX, 1983, 1984), o capital se põe e se impõe como média nas suas inúmeras formas, como média mundial socialmente necessária de tempo de trabalho, como juro médio, como taxa média de lucro, como preço médio, entre outros. Essa abstração da média como régua social, aparentemente como medida matemática simples e pouco relevante, sob o capital se impõe, por exemplo, ora como tempo máximo de trabalho necessário, ora como taxa mínima de lucro, no que tange a eliminação de capitais individuais do mercado.

O preço médio, sob o capital clássico é ansiado como objetivo, no entanto, sob o colorido diverso da periferia, é temido como objetivo negativo, de onde não se deve estar. Na periferia do capital estar próximo ao preço médio significa estar próximo do perigo da eliminação pelo mercado, significa estar pouco distante da régua de corte. Exatamente por esta razão que a observação da grande heterogeneidade de composições orgânicas em campo devém significativa, na medida em que se revela como próprio da periferia do capital a grande instabilidade e fragilidade dos participantes ativos do mercado, violentados ininterruptamente pelo terror do tempo médio socialmente necessário de trabalho e pela definição a posteriori do preço médio no mercado.

Contraditoriamente, o preço médio se impõe a todos e simultaneamente a todos se impõe a produção abaixo do tempo médio socialmente necessário, ou seja, a todos se impõe o

aumento da composição orgânica do capital e o desenvolvimento das forças produtivas como a forma possível de continuar concorrendo no mercado. Devido à elevação do preço da terra, que expressa o emprego e o aprofundamento do capital ocioso em detrimento da produção agrícola, cujo custo de produção é encarecido, exige-se, desse modo, o desenvolvimento das forças produtivas, determinado por uma das formas do capital fictício, ou seja, pelo mercado de terras. É nesse sentido que se decidiu metodológica e analiticamente expor as entrevistas e os temas por elas abordados a partir das propriedades com maior desenvolvimento das forças produtivas como momento do positivo, como expressão fetichista da acumulação do capital, para prosseguir para a sua crítica, da simultaneidade da realização do capital como crise.

Assim, a hidroponia aparece como o tipo de cultivo cujos investimentos em desenvolvimento das forças produtivas se faz com maior intensidade (vide Foto 3), não somente pelos vultosos investimentos iniciais para a construção das estufas, mas também por conta da necessidade de intensos investimentos em produtos e tecnologias novas com a expectativa de ampliação de sua produtividade, sobretudo no sentido de redução do tempo necessário para a produção de mercadorias agrícolas. Kitazawa descreve a sua percepção acerca da hidroponia e dos custos que esse tipo de cultura implica:

> ***Kitazawa****: Assim é mercado né então... ter opções de trabalhar com hidropônico é mais fácil... a estrutura em si é cara, montar uma estufa, as mesas, as canaletas, as bases pra caixa d'água, caixa d'água, bomba é bem mais caro. Mas quando começa a girar né... por exemplo a média... a média que consegue fazer um plantio no campo aberto são quatro plantio no ciclo do ano né... e na hidroponia faz seis...*
> ***Walid****:: Demora muito pra recuperar esse investimento?*
> ***Kitazawa****: (...) é eu acho que os pioneiros conseguiam, mas hoje o* ***mercado já saturou um pouco****, já tá mais difícil... tanto é que ano passado [2017] e pra esse ano a gente não vê investimento em áreas novas de hidroponia.*

Kitazawa relata tanto o aumento da produtividade e como da concorrência. Com o aumento da oferta de produtos hidropônicos, com o aumento do número de produtores de hidropônicos, houve a diminuição de preços e a produção não mais conseguiu remunerar suficientemente de modo a pagar o investimento feito na produção. Para ele, somente os pioneiros na produção de hidropônicos conseguiram a remuneração suficiente para pagar o investimento inicial exigido pela hidroponia.

Além da hidroponia (em 12 mil m² de estufas), Kitazawa também produz mudas (em outros 11 mil m² de estufas). Sobre o impacto do cultivo de mudas na região, Kitazawa argumenta que:

> *De uma certa forma acho que a ruptura de mercadoria já começou a ser menor né... porque assim é bastante intensivo ter um comércio de mudas, então o produtor semanalmente planta a muda, deixa a terra pronta aí... entrega a muda e vai transplantando né...Então quer dizer... hoje já não tem aquele estouro de preço sabe, quando falta mercadoria como antigamente né...*

Foto 3 - Estufa de cultivo de hidropônicos em Biritiba-Mirim

Autor: Walid El Khatib, Biritiba-Mirim-SP, janeiro de 2018.

Com a não ininterrupção da produção de mercadorias não há mais a falta de oferta de certos produtos, o que elevava os seus preços vertiginosamente, constituindo o que Kitazawa denominou de “estouros” de preços. Com a produção de mudas por terceiros, não mais pelos próprios produtores agrícolas, tornou-se possível a relativa continuidade e constância na produção e consequentemente na oferta de mercadorias. Denilson associa igualmente a produção de mudas à formação de preço dos produtos agrícolas, entretanto, para ele o

aumento da oferta de produtos agrícolas explica a significativa diminuição dos preços dos produtos, inviabilizando, inclusive, a possibilidade de manter enquanto produtor.

> ***Denilson**: Começou a fazer as muda... antigamente você plantava um alface você comprava semente você tinha que fazer a muda e plantar o alface. Depois surgiu as estufas... aí a estufa você por exemplo você quer plantar um alface hoje você liga lá eles já entrega a muda pra você amanhã e em quarenta dias você já tem um alface pra colher, não só alface qualquer coisa... Isso aí, começou a ter muito... aí é a... como que chama? É a... oferta né? Começou ter muito, baixou o preço.*

O entrevistado que deixou de ser produtor para gerir uma imobiliária, associou a crise que o impeliu a mudar de profissão, ao aumento significativo de produtos agrícolas, engendrado pelo advento da produção de mudas em larga escala, a partir dos anos 2000. A produção de mudas diminuiu significativamente o tempo médio socialmente necessário, na medida em que reestrutura a divisão social do trabalho ao pôr a atividade de produção de mudas como ramo da produção agrícola realizado não mais pelos próprios produtores, mas realizado socialmente no mercado como mais um momento da forma mercadoria. A produção de mudas deixou de ser atividade e trabalho, para tornar-se mercadoria e custo de produção do ponto de vista dos produtores agrícolas individuais, revelando, portanto, o aprofundamento da divisão social do trabalho como uma forma de desenvolvimento das forças produtivas sob o capital na agricultura.

Nesse ramo das mudas, João, da empresa Taií Mudas, assim como Kitazawa, é persona desse desenvolvimento das forças produtivas, é expressão do aprofundamento da divisão social do trabalho, é veículo da diminuição significativa do tempo médio socialmente necessário para a produção de mercadorias do cinturão verde. E nas suas palavras, de quem empreende um negócio, ainda é pouco e há muito mercado ainda para abraçar, demostrando que há ainda potencial nesse sentido para o aprofundamento da divisão social do trabalho.

> ***João**: (...) atinge em torno 50% da área... da necessidade de mudas, o resto o próprio produtor faz... O próprio produtor da roça faz a muda... quer dizer então é um número muito grande de mudas que nós juntos fazemo e não atende metade só... mas não porque a gente não quer expandir e fazer pra todo mundo, mas é opção deles... Ó, tem um exemplo aqui em frente, o Hasegawa, ele planta mais de mil bandejas por semana de alface crespa e ele faz a muda...*

Para produzir o desenvolvimento das forças produtivas é preciso também desenvolver as forças produtivas desse mesmo desenvolvimento. O aumento da produtividade revela-se,

desse modo, como contratendência[13] – não menos crítica – à tendência crítica posta pelo capital fictício que ascende o preço da terra, engendrando o aumento da produtividade como uma forma de adequação ao preço da terra em alta. João descreve a sua "fábrica" de mudas (vide Foto 4), orgulhoso dos ganhos em produtividade trazidos pela automatização de alguns processos na produção de mudas (vide Foto 5) como, por exemplo, a semeadura e a lavagem das bandejas:

> ***João****: A gente automatizou também o... a semeadura né... Não só a lavagem... como eu te falei a gente ficava a semana inteira... um funcionário ficava a semana inteira inclusive sábado lavando bandeja por bandeja. Nossa produção era bem menor... e a gente conseguiu então com esse investimento fazer num dia, um dia e meio a gente faz todas as bandejas necessárias e a produção aumentou né... E a mesma coisa semeadura. A gente fazia todos os dias semeadura... então eu saía que nem um desesperado com um funcionário fazer entregas enquanto eles tavam semeando ficava semana inteirinha semeando na mão e com a automação a gente consegue lavar bandeja... né fazer entrega de segunda e terça... segunda e terça em alguns momentos assim vagos o seu Jorge lava um pouco de bandeja mas na quarta ele lava o resto das bandeja... quinta e sexta a gente semeia... E pronto acabou... só isso... dois dias a gente faz toda semeadura...*

[13] Segundo Grossmann (1979, p. 54, tradução nossa) a atuação de forças contrárias à tendência ao colapso do capitalismo explicam "o motivo pelo qual a denominada tendência ao colapso não se impõe rapidamente. (...) A verificação da existência de tendências contrárias não traz consigo a abolição do efeito da tendência originária ao colapso; esta não deixa de existir por este motivo".

Foto 4 - Máquina de lavagem automatizada de bandejas de mudas (Taií Mudas)

Autor: Walid El Khatib, Biritiba-Mirim-SP, janeiro de 2018.

Um de seus diferenciais de mercado, João nos revela que é a utilização de bandejas não descartáveis, o que viabiliza um grande ganho de produtividade para o produtor, pois com maior volume de substrato nas bandejas, diminui-se significativamente o tempo em que permanecem no campo, diminuindo o número de dias do ciclo produtivo.

> ***João****: Essa máquina [de semeadura] não é novidade na região o 'Makoto Kikuti', ele tem... acho que tem duas máquinas dessa... como a bandeja dele é descartável ele tem que fazer um mecanismo todo diferente lá atrás pra adaptar. Essa bandeja [não descartável]tem uma célula de que cabe 11 ml de substrato né... Então é um torrão de um certo tamanho... a descartável tem 7 ml então a muda tem... diferença de qualidade, de arranque no campo... chega ganhar até dez dias. Então aquele produtor que tem volume e faz conta, opta por essa daqui porque o nosso verão não é tão curto. Você usando este tipo de muda você ganha um ou dois, até dois ciclos no verão... é bastante coisa sim, um ciclo já é o máximo né... A semente de alface é peletizada isso é um é um avanço... É pra proteger a semente que ela é muito frágil né... E é pra facilitar também a semeadura. Não pra você fazer uma... tem algumas sementes nuas né que a gente fala... pra você fazer assim semente nua na mão é difícil... tem até máquina,*

mas a máquina não é eficiente, por que cai várias sementes em cada célula... Tipo a alface tem que botar uma sementinha em cada célula né... Essa aqui é de agrião... mas já avançou bastante porque até... não é muito tempo atrás era tudo assim.
***Walid**: Ah... até quando que era só semente nua?*
***João**: Então, eu acho que tem uns quinze anos mais ou menos... É importada a maioria*

Foto 5 - Estufa de mudas de João, da Taií Mudas

Autor: Walid El Khatib, Biritiba-Mirim-SP, janeiro de 2018.

Nessa produtividade aumentada, no maior arranque das mudas no campo explicita-nos materialmente como a divisão social do trabalho se faz objetivamente como fundamento do desenvolvimento das forças produtivas, ampliando a produtividade do trabalho pela socialização da produção (MANDEL, 1985). Assim, há nesse momento evidenciada a atuação do capital fictício enquanto emprego de capital ocioso mundial em duas formas relativas à produção agrícola: no aumento do preço da terra e na dispensa de trabalho pelo aumento da composição orgânica do capital. Nesse mesmo sentido a utilização de sementes peletizadas, com invólucro, reforça o mesmo argumento, na medida em que serve à automatização da semeadura ao uniformizar o tamanho das sementes, para que se ajustem aos padrões das máquinas.

> ***Walid****: No caso de muda também tem essa oscilação de preço?*
> ***João****: Não dá porque... aliás tem pra cima né... isso é um problema sério porque... a semente é importado tem uma oscilaçãozinha com a variação do câmbio... Porque quando abaixa o dólar ninguém diminui o preço né... Essa máquina ela é... fabricada em Colombo em Curitiba... É uma cópia mal feita das italianas, porque as top mesmo são italianas né... uma máquina italiana dessa parece uma Ferrari, tudo bonitinho, não tem esses parafusos aparentes, aqui você encosta você suja de graxa e tal sabe... Essa máquina eu consigo fazer duzentos e cinquenta bandeja por hora. Muito produtivo!*

Nessa produção automatizada de mudas, percebe-se explicitamente de onde parte o discurso do desenvolvimento, enquanto expressão da consciência posta pela crise histórica do capital engendrada pela unidade entre dispensa do trabalho e crise do valor, pós 1970. É somente da periferia do capital que é possível se compreender como periférico, e os sinais aparecem também fisicamente, ora como parafusos aparentes, ora como roupa suja de graxa, mas sempre como "cópia mal feita". Isso, que aparece como cópia, do ponto de vista da lógica do capital, surge como unidade crítica entre centro e periferia, como unidade lógica posta pela generalização da dispensa de trabalho e pela crise da valorização do valor. O desenvolvimento das forças produtivas de que se falou aqui, agora pode ser compreendido especificamente como desenvolvimento das forças produtivas na periferia do capital, como consumo de máquinas e insumos (sementes importadas), mas raramente como desenvolvimento do Departamento I da economia, cujo preço pago passa pelo preço do dinheiro, como taxa de câmbio, e se encerra como formação social e forma de consciência desenvolvimentistas.

Nesse mesmo sentido, Estevan, proprietário da Tutto Fresco (vide Foto 6 e Foto 7), que produz e processa, higienizando e embalando produtos agrícolas, mostra também como é o processo de beneficiamento automatizado, em comparação com seus concorrentes.

> *Estevan: Então,* ***todos os grandes têm higienização também****. São setores menores que o nosso, mas têm. Alguns setores não tem nem metade da estrutura que a gente tem, mas eles higienizam. É, tem cara que higieniza de qualquer jeito, mas vende como higienizada. Vem pessoas de fora pra ver e falam:* ***"meu, isso aqui parece Japão"*** *de tão...*

Foto 6 - Setor de higienização de alimentos da Tutto Fresco (Estevan)

Autor: Walid El Khatib, Biritiba-Mirim-SP, janeiro de 2018.

Foto 7 - Esteira automatizada de lavagem de folhosas na Tutto Fresco (Estevan)

Autor: Walid El Khatib, Biritiba-Mirim-SP, janeiro de 2018.

É com orgulho que seu barracão de higienização não parece o Brasil, parece o Japão, com seus controles de qualidade e limpeza impecáveis das instalações. Estar na periferia do capital é objetivamente querer sair dela, é no mínimo almejar aquela referência longínqua, é enxergar de baixo a régua no mundo. Lidar com a condição periférica, é também, no entanto, lidar com o trabalho e a sua centralidade crítica negativa, como algo a ser expurgado. Nesse sentido, devém a necessidade de aumento da composição orgânica do capital, expressa fenomenicamente como automatização e aumento de produtividade. João, proprietário da Taií Mudas, explica o que a máquina substitui em sua produção:

> ***João****: [Se fosse fazer a semeadura] não mão eu faria... assim eu preciso de três pessoas uma pra encher é outra pra furar a outra pra semear e pra cobrir é um processo em três, quatro pessoas...*

Juliana, do Sindicato Rural de Mogi das Cruzes, expõe também qual é a relação do trabalho e da legislação trabalhista com o desenvolvimento das forças produtivas e do aumento da composição orgânica do capital:

> ***Juliana****: A legislação das lei trabalhistas que tá vindo é demais... é muita muito mesmo... O eSocial, ele vai ser fiscalizado a partir de abril, se eu não me engano... Então, vem com um monte de documentação que precisa... aí a hora que você passa ó vai ter que mecanizar... Você vai ter que mecanizar... Um trabalhador rural ele vai gerar muito custo pro produtor. Pra tá registrado tudo certinho... Aí talvez a partir daí começa compensar comprar a máquina né talvez...*

A própria legislação social, especificada como legislação trabalhista aparece como encarecedora do trabalho e ao mesmo tempo como algo que engendra e punge ao desenvolvimento das forças produtivas, ao aumento da composição orgânica do capital pela necessidade de mecanização como meio de redução do custo de produção. Processo este também revelado na seguinte fala de João, ao identificar sua produção como industrial e cujos custos não diminuem, inclusive os custos do trabalho:

> ***João****: (...) a gente tem um custo de produção praticamente fixo né... Fixo assim... eu sei quanto que vai de substrato, eu sei quanto vai de mão de obra, de energia. Então, eu tenho um custo fixo, a semente que varia um pouquinho o preço [por conta da variação cambial]... então não... não dá pra ficar abaixando o preço porque a semente não abaixa o substrato não abaixa, salário não abaixa... Você imagina, isso aqui é uma indústria né...*

Por se constituir sob os elementos fundamentais da indústria, a produção de mudas pode ser realizada sob encomenda, o que diminui os custos com trabalho e perdas com mudas não vendidas:

> ***João****: (...) a gente trabalha sob encomenda... É por encomenda... isso baliza mais ou menos a nossa ordem de serviço da semana... a gente soma todas as encomendas... a nossa ideia é trabalhar só por encomenda né... E aí a gente faz [produz] dez a vinte por cento a mais dependendo da variedade...*

É com certo alívio que João explica porque prefere vender sob encomenda, é justamente para evitar a sobra de mudas, na medida em que há grandes oscilações nos preços dos produtos e, por conseguinte, grandes oscilações na demanda por variedades de mudas. Essa forma de produção só é possível para ele, pois há certa automatização no processo, o que o permite produzir diferentes variedades e quantidades com maior precisão e tempestividade. João sabe pelo que ele não quer passar, sabe que não quer estar no lugar do produtor que produz sem saber por qual preço vai vender ou mesmo se vai vender a sua produção:

> ***João****: Agora lá no produtor dá dó... dá dó... Aquilo ali eu digo que é um muro da lamentação né... Não tem um que não entra ali pelo amor passei o trator em cima e não sei o que o dinheiro não tá dando pra pagar nem isso... Sabe? Essa é a conversa...*

De quem ele tem dó? Do produtor rural! Para ele, que não se vê enquanto produtor rural, mas como indústria que fornece insumos à produção agrícola, ser produtor rural é digno de pesar e de lástima se ver à mercê da realização a posteriori da mercadoria no mercado. Ao identificar o produtor rural como outro, como algo distante de si, João mostra-nos com a clareza de uma ilusão, que o "sob encomenda" é estar a salvo da violência do mercado e da realização das mercadorias no mercado. No entanto, o que o proporciona essa ilusão de salvaguarda é exatamente o que o identifica como fundamento da crise, que é seu maior desenvolvimento das forças produtivas em relação à agricultura. O que o difere da agricultura, não é a área produzida, tampouco a mercadoria produzida, mas o desenvolvimento das forças produtivas individuais empregadas, bem como a sua composição orgânica. Em se tratando de condições e pressupostos da periferia do capital mundial, os produtores, sejam de mudas, sejam de produtos agrícolas, põem e repõem a crise, ora com maior, ora com menor profundidade, sob os termos da reprodução crítica das mercadorias.

A menor composição orgânica o capital é expressa na fala de produtores que se veem impelidos a consumir insumos que encarecem constantemente, com o risco de não obterem no

mercado a remuneração dos custos de produção e do lucro no preço estabelecido a posteriori. Do ponto de vista do capital individual, os investimentos em mecanização de Estevan, Mario Kitazawa e João podem ser compreendidos no sentido do desenvolvimento das forças produtivas na medida em que tais investimentos alteram os níveis ascendentes de produtividade em relação à média do mercado, constituindo o aumento da composição orgânica do capital, mobilizado tanto pela concorrência quanto pela elevação do preço da terra como determinação crítica do momento contemporâneo do capital mundial, particularizado no cinturão verde. Apesar de serem mais produtivos no que se refere à produção de mercadorias, situando-se de forma menos desvantajosa em relação à concorrência, no que se refere à produção de valor são progressivamente menos produtivos. No entanto, esse aumento da composição orgânica do capital se faz também como aumento do emprego de capital constante em relação ao capital variável, em decorrência apenas do aumento geral dos preços, engendrado pela ampliação do capital global, expresso fenomenicamente como inflação e aumento de custos de produção.

Esse encarecimento constante pôde ser constatado a partir das entrevistas realizadas em Ibiúna com cinco agricultores: Jorge Takeuti, Elisete, Ademir, Alcides e Neilor; em Mogi das Cruzes com Danilo e Angélica; e em Biritiba-Mirim Esteván e Antônio Alves. Sobre esse aumento nos custo da produção agrícola, Jorge nos diz:

> ***Jorge:*** *Tudo subiu, por exemplo, adubo sobe, defensivo sobe, mas a verdura não sobe. Porque verdura tem muitos altos e baixos.* ***E se você tirar a média não compensa.***
> ***Walid:*** *E desde quando que o senhor percebeu esse aumento de custo da produção? Que os defensivos e tudo isso ficou mais caro?*
> ***Jorge:*** *Porque eu quebrei em 98, esse tempo eu quebrei. Então já naquele tempo o custo era caro. Então dali pra cá está difícil trabalhar na agricultura. (...) É rápido pra quebrar. Ninguém aguenta.* ***É tudo muito caro****.*
> ***Walid:*** *O que é mais caro é o trabalho, a mão-de-obra, comprar máquina, esse tipo de coisa...?*
> ***Jorge:*** *Tudo. Diesel é um absurdo pra nóis que trabalha. O diesel dois e pouco aí. E quem tem uma roça grande gasta 800 litros por dia, são dois mil de óleo por dia! Vai parar aonde, nesse sol quente que está?! Eu estou aguando, aguando a minha batata lá, o meu motor arrebentou a correia lá, eu estava longe, quando fui ver fundiu o motor, torrou o pistão, tive que refazer o motor. É assim, essas coisas na mão de funcionário é uma coisa, na mão de patrão é outra coisa (grifos nossos).*

E assim como Jorge, que nos diz sobre sua subordinação a esse desenvolvimento fictício, fenomenicamente inflacionário, Elisete, uma agricultora arrendatária de 2 alqueires, também nos revela:

> ***Walid:*** *E mudou muito de lá pra cá?*
> ***Elisete:*** *Olha, antes era melhor por que você vendia uma dúzia de couve a 4 reais, só que um saco de adubo custava 16, hoje você vende a 4 reais e o saco de adubo está 68 reais.* ***Aumentou muito, muito o defensivo, tudo.*** *Às vezes você pagava 12 reais num tipo de defensivo, hoje em dia você paga até 120 reais. Tem um defensivo que a gente joga na couve, 250 ml é 154 reais, num frasquinho. Então, é coisa que* ***aumentou muito esse tipo de coisa e a mercadoria não****.*
> ***Walid:*** *Mas tem que usar isso?*
> ***Elisete:*** *Se não usar os bichinho vem e fura tudo. Tem uns besourinho que fura tudo, repolho, couve, tudo o que é da mesma família, ninja, couve-flor, esses tipo de coisa assim que é da mesma família ele fura.*
> ***Walid:*** *Mas por que será que o custo está ficando mais caro? Será que o defensivo mudou?*
> ***Elisete:*** *Dizem que é por que está sendo mais da faixa orgânica, por isso que está ficando mais caro. Por que não é qualquer defensivo que você pode jogar. (...) Tem muitos que saiu do mercado, por que as vezes a pessoa joga de qualquer jeito e acaba prejudicando a própria saúde da pessoa, por que as vezes você não se prepara... Tanto pra quem joga, quanto pra quem come. Por que tem produto que antigamente tinha produto que você jogava e você tinha que esperar 90 dias pra consumir. Só que uma alface não vai 90 dias pra você colher. Então quer dizer, você vai consumir uma coisa com veneno. Então por isso que foi tirado do mercado, está mais na base orgânica devido a isso****. Vai mudando, vai mudando, vai ficando mais caro pra eles que fazem e pra gente que compra. Fica mais difícil.*** *Sei lá, mas mesmo assim, eu acho que compensa. Eu acho que a agricultura é uma coisa, não sei se é por que a gente gosta, acho que vale a pena. Mesmo que tenha aumentado tudo isso de lá pra cá.* ***Se você tiver condições, se você tiver um bom encanamento, uma boa máquina pra você trabalhar, e você dá sorte de pegar um preço bom, então compensa.*** *Então, que nem, o coentro, a gente vende um macinho em média 2 reais no CEASA, mas pra gente não está um preço ruim. Só que tem época que você vende a 10, 12 reais um maço. Então, compensa, compensa! (grifos nossos)*

Nas duas entrevistas está evidenciado o processo no qual o desenvolvimento das forças produtivas se impõe como aumento da composição orgânica do capital, impondo à agricultura a necessidade sempre crescente da aquisição de novos produtos, defensivos e máquinas, revelando a necessidade progressiva de aumento do capital global, sem que isso engendre necessariamente um aumento proporcional de produtividade ou mesmo um aumento proporcional dos preços finais das mercadorias. E esse processo se explicita extremamente

revelador quando Elisete nos diz que "(...) aumentou muito esse tipo de coisa [preço do defensivo] e a mercadoria não", evidenciando que o preço de produção crescente não é acompanhado proporcionalmente pelo preço final das mercadorias.

Neilor, produtor de produtos orgânicos, também descreve a sua situação do mesmo modo que Elisete, revelando-nos que o aumento dos custos de sua produção orgânica também não é acompanhado proporcionalmente pelos preços finais das mercadorias:

> ***Walid:*** *E quais são os custos da produção orgânica?*
> ***Neilor:*** *É bem maior do que o outro, o dobro mais caro do que o convencional.*
> ***Walid:*** *Por quê?*
> ***Neilor: Por causa da mão de obra****, tem que carpir, não pode passar veneno, então é uma coisa tudo manual né.*
> ***Neilor:*** *Aqui no orgânico tem que diminuir a área um pouco porque é mais difícil, né?!* ***Tem que carpir tudo manual, não pode passar veneno****, o convencional antes de plantar a turma já passa veneno pra não nascer mato, né, agora no orgânico, se você plantar muito, e a dificuldade onde a gente trabalha é que não tem pessoa pra trabalhar no serviço, né?!*
> ***Walid:*** *E o senhor acha que as coisas que o senhor usa são mais baratas que o veneno?*
> ***Neilor: É tudo caro, barato pra falar pra você não tem nada muito barato, tanto no convencional não é tão barato e nem no orgânico não é barato****, quando a gente começou o saco de mamona custava dezoito reais e a gente vendia a 60, 50 centavos o alface, agora tá custando sessenta e cinco o saco de mamona e o alface está saindo na faixa de 80 centavos até hoje, então* ***aumentou muito o custo****, mas nós estamos pensando de aumentar o preço já porque não está tendo condição na roça,* ***tá ficando muito defasado o preço*** *já com o preço das coisas como subiu.*
> ***Walid:*** *E porque o senhor acha que aumentou?*
> ***Neilor:*** *Ah, vai aumentando, né?! Como aumentou o óleo diesel, aumentou isso, então aumentou muito, acho que as firmas começou vender mais, aí começou a aumentar, essa farinha, essa mamona mesmo, já aumentou demais o preço já (grifos nossos).*

É interessante notar que o que aparece como fator de elevação do custo de produção para esses agricultores é exatamente a parcela do capital constante que eleva-se progressivamente com relação aos gastos com o capital variável, consumindo uma parte cada vez maior do lucro auferido, reduzindo-o relativamente. É nesse mesmo sentido que aduz Ademir, um agricultor também arrendatário de dois alqueires em Ibiúna:

> ***Walid:*** *E mudou? O que mudou em Ibiúna desde que você nasceu aqui? Sempre trabalhou na agricultura?*

> ***Ademir:*** *Sempre trabalhei.* ***Mas isso é de época, tem época que vai bem, tem época que não vai.*** *Pode ver, agora mesmo tem muita gente parando porque não está conseguindo.*
> ***Walid:*** *Não está conseguindo o quê?*
> ***Ademir: Não está conseguindo produzir. A despesa é muito alta e não tem venda****.*
> ***Walid:*** *O que é mais caro na produção? O que custa mais pra produzir?*
> ***Ademir:*** *Hoje em dia é os produtos químicos, agrotóxico. E se não põe isso, não tem (grifos nossos).*

Aqui Ademir também revela que os custos de produção elevam-se tanto que inviabilizam a própria produção, sobretudo quando se trata de um pequeno agricultor, indicando que o capital ocioso geral da sociedade se fenomeniza como processo inflacionário. Os produtos químicos e agrotóxicos contemplam uma parte considerável do capital constante, elevando o preço de produção. No entanto, esse preço de produção (capital constante + capital variável + lucro) não necessariamente se impõe como fator de elevação dos preços das mercadorias quando confrontadas no mercado. Nesse trecho da entrevista com Ademir (vide Foto 8), produção e comercialização surgem separadas ao mesmo tempo em que parecem se confundir. Ao tentar justificar o porquê da falência de alguns produtores Ademir diz que os produtores não estão conseguindo produzir porque não conseguem vender a produção a um preço capaz de cobrir o preço de produção da roça seguinte, evidenciando a criticidade dessa forma de reprodução do capital. Muito embora isso apareça não só para Ademir, mas para toda uma forma de consciência ordinária posta pelo capital como algo contingente e que deve ser resolvido por meio da minimização dos custos e do aumento da produtividade, é possível pensar que esse ramo produtivo ainda que seja um ramo particular, expressa a forma universal de ser do capital na medida em que põe a sua própria negatividade (aumento do custo de produção e a necessidade de aumento do capital global) como a determinação de sua semovência contraditória, autonegativa e crítica.

Foto 8 - Plantação de couve, repolho e coentro de Ademir

Autor: Walid El Khatib, Ibiúna, novembro de 2013.

A narrativa do encarecimento dos custos de produção, analisada empiricamente em campo mostrou-se não contingencial, mas progressiva e imanente à lógica posta pelo capital, expressa no tempo da pesquisa, cujos discursos, tanto de 2013 quanto de 2018, tanto do eixo oeste quanto do eixo leste do cinturão verde, oferecem ao pesquisador a impressão de repetição, por compreenderem o mesmo processo, posto que é lógico e não contingente. Desse modo, o mesmo processo foi expresso pelos entrevistados situados no eixo leste do cinturão verde, por Kitazawa, Danilo e Angélica, Antônio Alves e Estevan. Danilo e Angélica (vide Foto 9), produtores de maçarias[14] em um assentamento rural relatam suas percepções sobre a dificuldade em manter-se produzindo no campo:

***Danilo**: Olha pra produzir tá mais difícil né...*

[14] Percebe-se em campo que esse tipo de produção apresenta menor composição orgânica do capital, uma vez que observa-se mais pessoas trabalhando no campo, impressão corroborada por Antônio Alves, que diz: "*Maçaria dá serviço pra caramba né, agora quem planta só folhagem que é pra caixão assim, aí você pode ter pouca gente, se tiver cinco pessoas você pra colher é rapidinho. Agora maçaria não, você tem arrancar pé por pé tem que limpar, tem que lavar a raiz*".

> ***Walid**: Por quê?*
> ***Danilo**: Bom assim, o adubo ele sobre num preço exorbitante, mas a verdura em si não tem um rendimento, você vai na feira, a gente vende pro feirante, você vai na feira uma pessoa às vezes não quer pagar três, quatro reais num pé de alface.*
> ***Angélica**: Nas hortaliças, em fruta e quanto que eles pagam hoje é o mesmo preço. Mas em questão de combustível sobe em questão de produtos né que os próprios agricultores utiliza que é veneno, adubo, esterco essas coisas, tudo sobe.*
> ***Angélica**: Mas pra pessoa repassar não consegue, ó há 10 anos atrás, há 20 anos atrás, meu pai falava que vendia uma caixa de alface vamos supor a trinta reais, mas pagava o saco de adubo. Por quê? Porque o saco de adubo na época era quinze, agora **hoje um saco de adubo custa cento e oitenta reais**.*

Nesse mesmo sentido, Antônio Alves, que também produz maçarias em Biritiba-Mirim revela também sobre o encarecimento do custo de produção que se equipara ao mínimo para a reprodução de um trabalhador, ou seja, um salário mínimo:

> ***Antonio Alves**: Ó hoje um inseticida você vai comprar você paga duzentos reais o litro. É um litro duzentos, trezentos [reais], tem de sessenta, setenta [reais], mas se você vai ter que passar não vai fazer efeito nenhum. Aí um saco de adubo você vai pagar... o adubo (de cobertura) você vai pagar... 90, 100 reais, 110... o adubo desses quatro quatorze oito que é o pra jogar na terra você vai pagar... 60, 70 conto o saco... 50kg... então sai caro... se quer produzir um pedaço se quer produzir um pedaço disso aqui você vai... quando você chegar mesmo pra colher você gastou... mil, mil e poucos reais só pra poder produzir isso aqui... É bastante... então você pensa... que nem você vai gastar mil reais pra pro/ pra fazer preparar um pedaço de terra desse aqui é um salário né...*

Foto 9 - Trabalho de lavagem da maçaria na lavoura de Angélica e Danilo

Autor: Walid El Khatib, Mogi das Cruzes-SP, janeiro de 2018.

Antônio Alves mede o capital constante como base no preço do capital variável, estabelecendo na ideia acerca do que é considerado caro ou barato a relação entre preço do trabalho e custo de produção. Nesse mesmo sentido, Estevan, proprietário da Tutto Fresco (produtos higienizados), também relata sobre sua percepção desse processo de encarecimento dos custos de produção:

> ***Estevan****: A verdade é que* ***hoje ser produtor já não vale mais a pena****. Eu falo para você porque quando eu comecei a lavoura a tonelada do adubo custava 200 reais, 200 reais a tonelada. O óleo diesel em 2002 custava 80 centavos, era alguma coisa assim o litro do óleo diesel. E a gente vendia a camada da crespa à cinco reais, seis reais. Não subiu nada de lá para cá, é o mesmo preço. Hoje a tonelada do adubo perto de 3 mil reais. Então, para você ter uma ideia. Em 18 anos a inflação mudou tanto que a tonelada de 200 foi para quase 3 mil, está 2700, 2800 a tonelada que eu pago. O diesel está quase quatro reais e o preço que a gente vende é o mesmo há 20 anos. Entendeu? Então a mão-de-obra, eu lembro que em 2002 o salário mínimo eram 340 reais, hoje eu não tenho salário por menos de 1 mil e 100, não tenho.* ***Então o custo aumentou demais de tudo e o lucro não acompanhou o aumento****. E teria que aumentar, inflação. Cresce-se tudo, aumenta-*

> *se os preços. Só que devido à demanda, de ser um cinturão verde, ter muita oferta. O que acontece? O pessoal quando está sobrando abaixa o preço.*

A percepção de Estevan de que não compensa mais ser produtor, não é explicada tão somente pelo encarecimento inflacionário dos custos de produção, mas, sobretudo, pela realização crítica das mercadorias. Cabe destacar que esse aumento de custos associado por Estevan como uma questão de demanda, refere-se ao processo de transferência de custos, que recaem à sociedade como dispensa de mão de obra pelo aumento da produtividade, como socialização das perdas gerais do capital (inflação). Nesse processo crítico e negativo, o preço da mercadoria *aparece* como a determinação para a realização da forma mercadoria na medida em que o valor e o preço final da mercadoria serão somente formados a posteriori, no momento de sua socialização no mercado. Apenas enquanto fetichismo é realmente a lei quase natural da oferta e demanda que determina quais capitais são capazes de permanecer concorrendo no mercado. E é acerca dessa relação do preço com a realização da mercadoria que Ademir nos revela:

> ***Walid:*** *Não consegue vender por quê?*
> ***Ademir:*** *É muito barato e entra um monte de mercado. Então é onde você perde venda. Tem esse detalhe, a produção de hortaliças hoje em dia é complicado. (...) Tem essas coisas,* ***a concorrência é grande****. Então se você não tiver onde encaixar hoje em dia, você não consegue vender, é complicado. Que nem eu que tem J. Watanabe que carrega e Nova Aliança, pra mim já não tem, quer dizer, eu já tenho um caixa fixo o ano inteiro. Então, pra mim é vantagem. Agora quem não tem caixa fixo e fica, planta. É complicado!*
> *(...)*
> ***Walid:*** *Por que tem época que aumenta o preço e tem época que diminui?*
> ***Ademir: Muito produtor! Muito produtor! Aí o preço vai lá em baixo.*** *Que nem o vizinho mesmo, repolho perdendo na roça, um real na roça ninguém quer a caixa com 12 unidades! A caixa a um real com 12 unidades!! Quer dizer, não é lucro.* ***Compensa passar o trator em cima*** *e plantar outra coisa. E é o que ele faz. ... O Jorge ele está mandando pra Takeo, pra Hentona, Janjan*[15]*, ele que fornece pra um monte de gente. Ele ainda tem uma vantagem porque daí ele tem uns fixos.*
> ***Walid:*** *Quando o preço está muito baixo é porque está tendo muita produção?*
> ***Ademir:*** *É isso, por que tem muita produção.*

[15] J. Watanabe, Nova Aliança, Takeo, Hentona e Janjan são nomes de algumas grandes empresas distribuidoras de produtos agrícolas instaladas na região de Piedade-Ibiúna-Vargem Grande Paulista.

Essa prostração mórbida diante da lei da concorrência no mercado é objetivamente uma apologia ideológica e naturalizante do capital, cuja forma de consciência naturaliza o próprio capital enquanto objetividade social, justificando-o pela concorrência enquanto mediação social e forma de sociabilidade tão justas e incriticáveis quanto uma lei natural de origem divina. O que se diz é que: porque a concorrência é forte o preço cai, porque há muitos produtores que o preço cai! É incrível como sob o capital tudo pode ser tão superficial e explicado de modo tão simplório quanto numa relação de causa e efeito A percepção do produtor enquanto personificação do processo de produção vê tanto na maior como na menor produção, o lucro possível, já que não se considera a inflação como expressão da improdutividade do capital. Ademir se reproduz enquanto agricultor sem nunca ter-lhe sido necessário pensar sobre Economia Política e tão pouco sobre a Teoria Crítica do valor para ter uma consciência acerca dos processos que o envolvem. É, no entanto, justamente essa sua consciência sobre esses processos que faz deles tão efetivos e objetivos. Não se trata de pensar que sob uma consciência teórica acadêmica haveria algo diferente, mas exatamente o contrário, que o capital se objetiva independentemente da forma de consciência que o pensa, pois qualquer forma de consciência sob o capital é uma forma de consciência posta pelo capital. Em outras palavras, fica evidente aqui que não importa qual seja a forma de consciência que se tenha sobre o capital, ele se reproduz. Não é necessário que se tematize a criticidade da relação entre preço e valor para que ela se realize objetivamente. Nesse mesmo sentido, anatematizar do pensamento a criticidade e negatividade do capital se revela como fetichismo, como discurso apologético que obscurece as relações contraditórias que constituem a realidade objetiva. Dessa mesma forma, Elisete, tanto quanto Ademir, nos diz sobre a formação do preço dos produtos agrícolas, o que segue:

> ***Walid:*** *E por que você acha que às vezes dá preço bom ou preço ruim?*
> ***Elisete: Por que depende, tudo depende do tempo e dos outros produtores!*** *Que nem, agora o repolho está barato, no ano passado nessa época deu preço bom, aí os produtores de piedade, todos plantaram repolho. Então dá chama de repolho, aí cai o preço. Aí quando está em falta o preço melhora.*
> ***Walid:*** *Então depende dos outros?*
> ***Elisete: Depende dos outros, depende da terra, depende do tempo****, se dá uma chuva em algum lugar ela acaba com a mercadoria, então vai faltar. Que nem em Mogi é forte em verdura, quando chove forte lá acaba com a verdura, então a tendência é melhorar. Ou se dá aqui em Ibiúna, a tendência é melhorar quem tem.* ***Quem salva a mercadoria, é sorte de uns, azar de outros. Funciona assim.***

> ***Elisete:*** *(...) Se você pega três meses de preço bom no ano, você tá bem, se mantém no resto do tempo, o resto você trabalhando pra despesa está ótimo. Não é que nem agora, agora a gente trabalha só pra despesa, tanto da roça como pessoal, vai você fazendo pra isso e tá ótimo.*
> ***Walid:*** *Não consegue juntar dinheiro, só consegue se manter?*
> ***Elisete:*** *É, não consegue. Só que quando dá um preço bom, como você não tem nada acumulado aí você vai guardar aquilo ali.*

Elisete não poderia ter sido mais clara quando diz que o preço "depende dos outros, depende da terra, depende do tempo". De um ponto de vista particular pode-se até admitir que o tempo (meteorológico) pode influenciar o preço de um determinado produto de uma determinada safra, mas estruturalmente esse tempo deixou de ser uma determinação na medida em que há o desenvolvimento das forças produtivas no campo, sobretudo a partir da década de 1970 com a chamada revolução verde. A terra, do mesmo modo que o tempo astronômico, deixou de ser uma determinação relevante com esse desenvolvimento das forças produtivas que tornou quase indiferente o fator "fertilidade natural do solo".

Além disso, a terra também pode ser uma determinação com relação ao seu preço, tanto da venda, como do arrendamento, que influenciam diretamente no preço de produção, mas não necessariamente no preço da mercadoria. Já com relação ao "depende dos outros" é extremamente reveladora essa expressão na medida em que ela sintetiza a objetividade da formação e realização do valor e do preço de uma mercadoria *a posteriori* do processo produtivo, quando ela deixa de ser trabalho individual materializado e passa a se constituir enquanto uma média como veículo de valor, fetichistamente expresso em preço. Surpreendente e ao mesmo tempo também revelador é Elisete não ter sequer mencionado o seu próprio trabalho material (vide Foto 10) como elemento constituinte do preço de suas mercadorias. Isso talvez nos aponte justamente para a compreensão bastante lúcida de Elisete, mesmo partindo de uma pessoa tão inserida diretamente na produção de mercadorias, que o trabalho pessoal, individual, particular realmente não tenha uma determinação tão expressiva na constituição do valor da mercadoria quando ela é socializada no mercado e tornada "trabalho socialmente necessário".

Foto 10 - Elisete e sua plantação de mudas de couve

Autor: Walid El Khatib, Ibiúna, novembro de 2013.

Se pensarmos nos termos de Schwarz que "(...) em plena era burguesa, o trabalho sem mérito ou valor é um ápice de frustração histórica" (2000, p. 106), poderíamos compreender a situação de Elisete ou de qualquer outro agricultor como uma situação em que pode-se somente sob uma forma de consciência fetichista suportar o peso dessa negatividade e criticidade do capital. Explicita-se então, desse modo, a pertinência de compreender o fetichismo como uma categoria única, capaz de repor e reproduzir o capital como se tudo estivesse religiosamente guiando-nos à senda reta da civilização.

Elisete crê na "sorte de uns e no azar de outros" e põe o acaso de uma natureza como justificativa para a violência do mercado. Tanto Jorge como Ademir também compreendem da mesma forma quando dizem:

> ***Jorge:*** *Porque eu quebrei em 98, esse tempo eu quebrei. Então já naquele tempo o custo era caro. Então dali pra cá está difícil trabalhar na agricultura.* ***Porque a lavoura é tipo uma loteria, sabe? Quando você acerta uma ele sobra dinheiro até, sabe? Mas pra acertar uma é duro! Você planta, dois anos se você não acertar nenhuma você já quebrou, né?*** *É rápido pra quebrar. Ninguém aguenta. É tudo muito caro (grifo nosso).*

> ***Ademir:*** *No final no* ***CEAGESP é um jogo de loteria****. Num dia você consegue um preço muito bom, no outro dia tá lá em baixo e sai devendo. O problema do CEAGESP é só esse. (...)* ***Ali eles estão jogando numa loteria****. Eles vão todo dia. Eles não para. De segunda a sábado.* ***Que nem eles fala: num dia eu trago dinheiro, no outro eu não trago nada. No dia que eu trago bem, no dia que eu não trazer, amém!*** *O pessoal fala assim. Mas é todo dia. Tem um vizinho ali ele vai todo dia no CEASA (grifos nossos).*

Ambos os agricultores se veem dentro de um jogo, se veem jogados à própria sorte [ou azar!]. Essa forma de consciência nos reitera mais uma vez que a objetividade de suas condições não teria outra explicação menos dramática que a da sorte na vida, ou menos religiosa que a da sorte de uma fezinha de loteria. Se ter seu o trabalho, enquanto forma valor, remunerado no preço das mercadorias aparece como uma necessidade socialmente sonhada, tanto quanto o sonho de ganhar na loteria, o próprio sonho se torna uma necessidade[16] que os põe a trabalhar. Como consciência fictícia individual do trabalho, o valor do trabalho agrícola desaparece em seus discursos não por uma postura não capitalista, mas pela própria objetividade da forma valor que se impõe explicitando que trabalho em si e por si não é valor, mas devém forma valor na medida em que compõe a média de tempo de trabalho socialmente necessário quando socializado no processo de troca enquanto mercadoria. O desaparecer do trabalho do discurso dos agricultores explicita justamente que há uma diferença fundamental entre preço e valor, que o preço pago não corresponde ao valor do trabalho *individual*, mas se refere, sobretudo, à média *social* de tempo de trabalho.

A possibilidade da existência de um preço insuficiente para a reposição de um mesmo capital já nos revela a profundidade dessa contradição entre preço e valor, sobretudo, na medida em que isso não se mostra como contingência do mercado. Assim como em um jogo de loteria, em que acertar os números é o menos provável, produzir na agricultura do cinturão verde (ao menos nesse ramo produtivo) e conseguir um preço capaz de cobrir os custos sempre crescentes, também aparece como improvável. Esse processo se revela principalmente na constância, naturalidade e normalidade com que Jorge nos conta acerca das inúmeras roças em que ele investiu, plantou, não conseguiu vender por um preço suficiente capaz de pagar os próprios custos da produção, e teve que destruir toda a mercadoria, sem nem mesmo fazer a colheita:

> ***Jorge:*** *Tem muitas [roças] que eu aro né, neste dia mesmo arei um monte de repolho, alface! Não tem venda, uai! Ninguém quer*

[16] Assim como escreve Guy Debord: "*À mesure que la nécessité se trouve socialement rêvée, le rêve devient nécessaire*" (DEBORD, 1992, p. 16).

> *comprar, aí passo o trator em cima.* ***Tem áreas que você não colhe um pé, passa o trator.*** *Não tenho nem para comida hoje. (...)* ***Eu tenho fama de careiro.***
> ***Walid:*** *Mas se não fizer assim [colocar preços mais altos que a média do mercado] quem quebra é o senhor, não é?*
> ***Jorge:*** *Mas* ***mesmo assim eu quebro, porque eu não consigo vender. Eu só vendo no caro, no barato eu não vendo.*** *Agora também a mão de obra é muito pouco, no inverno não dá lucro, mas eu tenho que manter o funcionário porque no verão eu tenho que ter gente. Depois eu não consigo funcionário. Porque eu se eu perder a minha turma, depois não tem outro.*
> ***Jorge:*** *Meu forte é alface, repolho, batata. Eu planto um pouquinho de cenoura, beterraba, tudo um pouco, brócolis, coentro. ... Onde dá pra plantar eu vou plantando. Ai sobra pra mim 60 alqueires. Eu tenho uma beterraba que* ***eu não consegui vender por causa do preço. Agora vou arar ele. Vou passar trator. Não tem como. A gente fala essas coisas e o pessoal não acredita.*** *A beterraba ficou desse tamanho [grande] porque* ***não tinha como vender mais, não pagava, nem o custo não dava, nem um real a caixa, nem um real não queriam.*** *Ai foi crescendo [a beterraba], amanhã vai subindo, depois vai subindo, a beterraba ficou desse tamanho e agora não vende mais.* ***Uma caixa com 30 quilos queriam pagar nem um real, acho que dá 3 centavos o quilo... 30 quilos a um real dá quantos centavos? Aí não compensa nem colher****, a mão de obra fica pra mim colher uma beterraba, fica mais ou menos 1,50 a caixa, ele paga um!*
> ***Jorge:*** *Eu vendi uma parte pra cá, vendi um pedaço, o cara colheu 2.500 caixas. Só que não pagou também. Ele tava dando prejuízo também. Não posso pagar. Cê vai fazer o quê? Ai, vendi outra roça de beterraba, ai o cara ficou devendo 30 mil pra mim,* ***eu levo muito calote também****.*
> ***Walid:*** *Mas essas pessoas que dão calote são o que? Feirantes?*
> ***Jorge:*** *São as pessoas que atravessam, vem compram e falam que também não receberam. Mas é mentira, nem sempre é verdade. Eu vou fazer o quê? Tem gente que ameaça e se não pagar morre. Os caras falam: você tem uma semana pra pagar. E se não pagar... Você já vai morrer. Mas eu acho que eu não posso fazer isso. Se fizer isso, Deus...* ***É pecado, né?! É perigoso. A vida nossa é triste. A coisa tá feia agora*** *(grifos nossos).*

Jorge evidencia-nos nesse trecho a dramaticidade de uma vida de pecados, “perigosa”, “triste” e “feia” para descrever a objetividade da criticidade do trabalho como o único meio possível de manutenção de sua vida. Em uma sociabilidade em que o trabalho e a forma mercadoria se constituem como as únicas formas possíveis de mediação social, em uma sociabilidade em que o trabalho é apologética e ideologicamente venerado, ver o seu próprio trabalho materializado nas mercadorias agrícolas produzidas ser literalmente enterrado é tanto uma profunda frustração pessoal fetichista, quanto uma explicitação dessa forma totalitária e violenta de sociabilidade. Explicita-se nesse momento, que o trabalho não tem valor algum,

mas que ele devém forma valor quando mensurado na régua do tempo social médio de trabalho. Essa não realização da mercadoria, ou melhor, a realização crítica das mercadorias produzidas por Jorge (vide Foto 11, Foto 12 e Foto 13) expressa exatamente o processo pelo qual o capital em sua realização mundial conforma aquela média social de tempo de trabalho, eliminando do mercado concorrencial os capitais cujos tempos de trabalho empregados na produção de mercadorias estão acima dessa média.

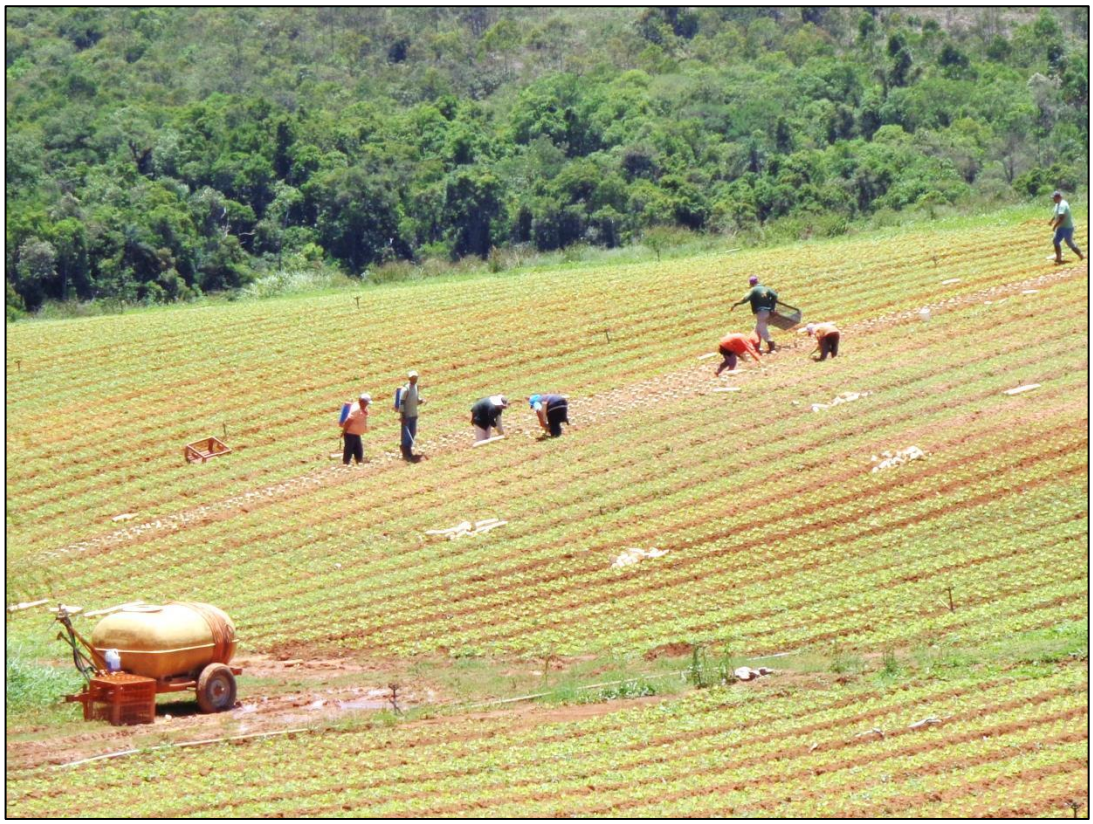
Foto 11 – Grande e intensiva plantação de alface crespa de Jorge Takeuti

Autor: Walid El Khatib, Ibiúna, novembro de 2013.

Foto 12 – Empregados trabalhando na grande e intensiva plantação de alface crespa de Jorge Takeuti

Autor: Walid El Khatib, Ibiúna, novembro de 2013.

Foto 13 - Empregados de Jorge Takeuti limpando a terra e passando defensivos no plantio de alface crespa



Autor: Walid El Khatib, Ibiúna, novembro de 2013.

Os preços da CEAGESP (Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo) aparecem aos agricultores como bastante instáveis em virtude de uma alta variação diária resultante de uma relação entre a oferta e a demanda. No entanto, os produtos orgânicos, diferentemente dos produtos convencionais (com agrotóxicos), alcançam preços relativamente mais estáveis, como nos revela Neilor, um dos produtores orgânicos entrevistados:

> ***Neilor:*** *É porque tem época que um pranta é de graça o preço do convencional, é alface então esse tempo atrás tava 15, 18 só a caixa no CEASA [Centro Estadual de Abastecimento, atual GEAGESP], agora voltou pra três, quatro real a caixa, então um pranta a esse dinheiro não tem como ganhar dinheiro, pode produzir quanto for que é muito barato pra vender a caixa com 24 pé a 3, 4 reais no CEASA, você tem que levar no CEASA, pagar 1,50 cada caixa, depois tem 1,50 de frete pra levar no CEASA então é difícil hein,* ***no tempo que tá bom o preço o pessoal ganha dinheiro, compra um carrinho tudo, mas na hora que tá ruim, fica ruim mesmo de verdade, hein.***
> ***Walid:*** *E com o orgânico não acontece isso?*
> ***Neilor:*** *Não, o orgânico se você conseguir produzir certinho o preço mantém, então não é um produto ruim de plantar, né?!* ***O custo que é caro, mas a venda é quase garantida****, não tem como plantar e falar assim "eu vou prantar e vai perder na roça", o que pranta agora tá vendendo tudo. Você não consegue dar conta de tudo que pranta (grifos nossos).*

Neilor nos diz que os preços dos produtos orgânicos não variam tanto quanto os preços dos produtos convencionais, além de a sua venda ser quase garantida, sobretudo em face de uma produção insuficiente – até o momento em que não há a generalização do desenvolvimento da forma industrial de produção –, segundo Neilor, em relação à grande demanda do mercado urbano. Não só Neilor, como também Jorge, Elisete e Ademir nos falam dessa enorme variação dos preços praticados na CEAGESP, e a insegurança que isso causa aos agricultores que se arriscam nesse mercado. Para eles, a CEAGESP é realmente quase uma loteria, é quase uma bolsa de valores, onde os preços oscilam de modo tão imprevisível quanto o próprio acaso de seus destinos. Vender produtos na CEAGESP é sinônimo de coragem, sob uma ética que valoriza um espírito destemido e aventureiro que supostamente o agricultor deveria ter. Os preços da CEAGESP, o maior entreposto comercial do Brasil, determinam grande parte dos preços gerais dos produtos agrícolas de mesa produzidos no país. Os seus preços praticados expressam justamente aquela média social de tempo de trabalho, e exatamente por expressarem essa média os seus preços variam tanto e com

frequência diária. Essa abstração tão objetiva, quanto violenta, que elimina aqueles produtores que produziram mercadorias acima dessa média se revela também na fala de Jorge, quando descreve a rapidez desse processo brutal de eliminação:

> ***Jorge:*** *(...) Você planta, dois anos se você não acertar nenhuma você já quebrou, né? É rápido pra quebrar. Ninguém aguenta. É tudo muito caro.*

Assim como Jorge, Klaus também percebe esse processo, mas a partir de sua relação com o mercado imobiliário, quando o proprietário de terra vende a sua terra:

> ***Walid:*** *Por que as pessoas têm vendido os imóveis?*
> ***Klaus:*** *Aí são vários os motivos.*
> ***Walid:*** *Por exemplo, esses que faziam produção agrícola e vendem.*
> ***Klaus:*** *Por dinheiro, dinheiro! Os caras falam "não vendo, não vendo, não vendo", mas chega os empresário com muito dinheiro na mão o cara não aguenta.* ***O cara toma pau dois anos na verdura que não dá preço, ele tem que passar trator em toda a mercadoria dele, já tá ferrado, tá devendo pro Banco do Brasil até as fuças, até o pensamento, aí chega um cara e oferece uma grana muito alta, o cara larga.*** *O cara jura de pé junto que não vai vender pra ninguém, aí o cara vai aumentando o valor até comprar (grifo nosso).*

Ambos dão o mesmo prazo: são dois anos para que um agricultor quebre, mais do que isso ele não consegue suportar a violência da objetividade posta pela abstração do tempo médio de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias. Essa objetividade fica evidente quando Jorge nos diz que "ninguém aguenta" e quando Klaus diz "o cara não aguenta". É objetivo, não há outras possibilidades: se o produtor não conseguir o preço suficiente para cobrir os custos de produção durante dois anos, ele é eliminado do mercado. Desse modo, a concentração de capital, ao redefinir a média mínima necessária à produção, impõe a forma e o montante mínimo de capital necessário, excluindo os capitais individuais menores e menos desenvolvidos.

Nesse mesmo sentido, Estevan, proprietário da empresa Tutto Fresco, situada em Biritiba-Mirim desabafa sobre os preços estabelecidos por grandes redes de varejistas (supermercados) e a forma nefasta na qual os termos das negociações se estabelecem com os "grandes que ditam" as regras:

> ***Estevan****: **Quando você for no mercado e ver lá: "pé de alface a 30 centavos", lembra de mim. Você fala: "nossa, Estevan quebrou, Estevan quebrou já, Estevan está quebrado".*** *Porque você imagina, um pé a 30 centavos, isso é preço final, isso é preço de gôndola.*

> *Imagina quanto que o mercado não tem que ter de lucro para vender a 30 centavos? Ele tem que ter, no mínimo, 10 centavos de lucro para valer a pena para ele. Então chegou no mercado a 20 centavos. O cara que entregou no mercado vai ganhar mais 10, então eu vendi a 10 centavos o pé. Você entendeu? Teria que valer um real no mínimo hoje, no mínimo. Falo com segurança para você. E você vê promoção, ano passado eu vi, o Maktub fez. Era a 'quarta maluca' lá, alface crespa nove centavos.*
> *Nós não fornecemos mercado. Mercado não tem uma política que o produtor tenha lucro,* ***política do mercado é matar o cara, quando matar põe outro no lugar.*** *Eles cobram desconto em nota, toda nota que você manda tem que dar 15% de desconto, devolução de todo produto que não vender. Se não vender a responsabilidade não é do mercado, é do produtor, é do cara que fornece. Mês de aniversário você tem que dar um desconto de quase 20%, o mês do aniversário, não é o dia do aniversário.*
> *Um mercado tão grande. E eles,* ***eles são tão grandes que aí eles ditam a regra****. O problema é isso. E aí, por exemplo, eu questiono, eu falo: "mas por que que você não paga? Por que que não junta todo mundo", porque os fornecedores do Extra é basicamente daqui do cinturão verde. Falo: "pô, faz um protesto". Você precisa de ver, se falar que quer parar tem 10 querendo entrar, e esses 10 não sabem que vão entrar numa barca. É impressionante como o pessoal não está muito bem, não.*
> *Se eu tivesse ingressado quando outros mercados vieram procurar eu estava quebrado. O Maktub veio me procurar em março do ano passado. Depois que a gente falou não, entrou três para fornecer, e os três quebraram. Eu conheço os três que forneceram para eles.*

Ser eliminado do mercado evidencia o capital não só como tragédia econômica, mas como tragédia social, como sociabilidade trágica, na medida em que dever dinheiro para o banco significa estar absolutamente entregue, dever dinheiro significa dever tudo, inclusive o próprio pensamento, na medida em que o dinheiro se põe como equivalente universal. Realmente, a objetividade dessa violência é tão descomunal e monstruosa que a relação com o dinheiro devém não só uma dependência econômica, mas também uma forma de consciência sobre essa mesma objetividade. Em outras palavras, dever ao banco é também ter a sua forma de consciência objetivamente determinada por essa mesma dívida, por essa forma violenta de mediação social, por essa forma crítica de sociabilidade.

Resta-nos, portanto, refletir sobre a manutenção dessa forma crítica de sociabilidade, na qual aparece fenomenicamente na expectativa de um ganho excepcional, dada a sabida oscilação de preços. Tal esperança é relatada por Estevan que rememora um ideal de verão:

> ***Estevan****: Eu peguei um verão que não choveu então eu tirei alfaces enormes num verão onde eu tinha água e mais ninguém tinha água*

> *porque eu tenho o rio aqui embaixo, quem não tem rio depende de açude, secou. Então eu fazia fila de caminhão, eu botei 100 reais a caixa. Imagina, eu vendia acho que 50, 60 caixa todos os dias. Mas dava risada, dava risada. Mas aconteceu isso uma vez. E o pessoal fala que acontece de 20 em 20 anos. Imagina esperar mais, se bem que já foi 10, de repente. Produção de verdura já deu muito dinheiro. Já deu muito dinheiro de escutar falar, como falei para vocês, teve mês que eu tirei 160 mil num mês. Pô, 160 mil é bonito. É uma Hilux aí por mês. Mas cara, foi um verão...*

Do ponto de vista de quem se coloca na concorrência de forma mais vantajosa, Estevan ainda parece esperar por mais um verão, revelando simultaneamente a ansiedade de quem espera e descrença de quem já está cansado de esperar. A certeza de que este verão voltará a ocorrer, mas a incerteza se ele se beneficiará dessa benesse, uma vez que não se sabe quando esse verão ocorrerá. Estevan, assim como Kitazawa, ao perceberem o risco da espera desse verão e o risco das oscilações de preço, buscaram no desenvolvimento das forças produtivas e no aumento da composição orgânica do capital individual a possibilidade de realização da mercadoria a um preço fixo a partir do preço médio de mercado.

> ***Walid****: Você usa como parâmetro o CEAGESP?*
> ***Kitazawa****: Ah não, não uso como parâmetro o CEAGESP... porque lá... CEAGESP é uma bolsa de valores (de campo) né... Porque quando falta o preço vai lá pras alturas né mas quando... quando tá e tem muita oferta lá também... é de graça né não tem venda também... Então a gente mantém um preço médio né... Então se o mercado é... difícil trabalhar nessas épocas de... de muita oferta né... porque eles rebatem o preço falam não mas porque que o seu preço é isso aqui, CEASA é tanto mas falo a gente trabalha em cima de um preço médio né... no geral eu não ponho o preço que você... que corre no CEASA uma caixa aí com vinte unidade custa quarenta, cinquenta reais né... eu não ponho esse preço pra você eu ponho um preço médio pra vocês mas só que período que tem muita oferta.*
> ***Walid****: E esse preço médio ele é calculado de acordo com o período anterior?*
> ***Kitazawa****: Ah... é assim né... a gente vêm mantendo uma média assim pra né... que caiu muito agora também né mas vem mantendo uma média né e... lógico que tem que ver os custos nosso tá entendendo? Porque custo operacional que principalmente que é hoje é muito elevado né... Porque não é só custo de campo né... custo de um barracão né... precisa de funcionários né amortização do próprio barracão né... tem os descontos que os mercados faz... tem os fretes né que a gente mesmo que não tenha a frota própria né, tem os custos que são altos né (...), caminhão, motorista, ajudante né... e mais as caixa plástica, as embalagem, também tudo é custo né... saquinho que vai embalado o alface né...*

Nesse mesmo sentido, também buscando alcançar esse preço fixo a partir do preço médio de mercado, Estevan revela que:

> ***Estevan**: No mercado. Quando passa por esse beneficiamento da higienização, tem tanta oscilação de preço ou é mais... Não tem por conta disso que eu estou melhor hoje porque eu tenho um preço fixo o ano inteiro. Para cá. Preço fixo. E eu prefiro trabalhar com preço fixo porque a oscilação para cima é muito pequena, agora oscilação para baixo é muito grande. Entendeu? Ou seja, sobra-se muito mais do que falta. A grande verdade é essa. E se sobra, a oferta fica grande e aí o pessoal tem que abaixar o preço. Porque a qualidade de todo mundo na sobra é igual. O melhor produtor que tiver aqui na região na época da sobra a minha qualidade é igual a dele, a qualidade do pequeno produtor que não tem adubo, não tem nada, é igual. Aí o que que vai mandar? O preço. Infelizmente é o preço. Entendeu? E aí por eu ter um acordo com meu sócio, o preço fixo o ano inteiro. A gente usa uma tabela anual por conta disso que a gente consegue manter uma tabela sem alteração, isso os restaurantes ficam felizes. Então a gente fala: "ó, a gente só mexe dia primeiro de janeiro que a gente corrige inflação", esse ano a gente botou 5% em cima da tabela inteira.*

Além calcular seus preços conforme os custos de produção, Estevan consegue negociar no mercado contratos que corrigem os preços anualmente conforme a inflação. Não é mera coincidência que justo o produtor que apresenta maior composição orgânica de seu capital, considere no cálculo desse preço fixo a inflação. Há, nesse processo, a evidenciação da constituição das posições dos capitais individuais quando confrontados no mercado, estabelecendo assim a socialização dos capitais na disputa concorrencial.

4.4. As empresas de processamento e distribuição: preço como expressão do justo

Em virtude da progressiva elevação dos custos de produção e da decrescente produção relativa de valor, expressas na capacidade crítica de remuneração do capital através do preço das mercadorias, sobretudo a partir da década de 1990, começam a surgir inúmeras empresas comerciais distribuidoras de mercadorias agrícolas. No mesmo sentido, em Ibiúna começaram a surgir empresas distribuidoras principalmente a partir da falência da CAC (Cooperativa Agrícola de Cotia) em 1994. Essas empresas distribuidoras, de modo geral, são como grandes atravessadores, os quais compram as mercadorias agrícolas dos produtores e as revendem principalmente às grandes redes de supermercado não só da região metropolitana de São Paulo, mas também para todo o interior e litoral do Estado de São Paulo, e até mesmo para outros estados do Brasil. Para os agricultores não há muitas opções, ou se arriscam vendendo suas mercadorias na CEAGESP, ou se subsomem vendendo às empresas distribuidoras e aos atravessadores menores. Nesse sentido, Ademir nos diz o porquê de sua *escolha* em vender para as distribuidoras e não na CEAGESP:

> ***Walid:*** *E você acha que a maioria dos agricultores hoje em dia vende pra esses distribuidores fixos?*
> ***Ademir:*** *A maioria eu acho que vende sim. Tem uns que manda direto, tem produtor que já vai direto pro CEASA, pro GEAGESP. Agora, muitos fornecedores aqui da região fornecem. Muitos aqui pra gente fornecem: Hentona, Makesaku... E vai nesse embalo.*
> ***Walid:*** *E qual compensa mais? Vender pra esses distribuidores ou na CEAGESP?*
> ***Ademir: CEAGESP, aí que entra a crítica do CEAGESP, no CEAGESP é complicado. Num dia está lá em cima, outro dia está lá em baixo. Ela não tem um preço fixo. E nos distribuidores eles mantêm o preço o ano inteiro. Nos distribuidores é mais vantagem por causa do preço.*** *Que nem, hoje em dia, uma caixa com 24 pés de alface, no CEASA pra você vender vai ser prejuízo. Pra mim hoje, entregar, JWatanabe como é um preço fixo, eu entrego a 12 reais a caixa de alface crespa. É um preço fixo. Ele paga 50 centavos o pé o ano inteiro. Não é todos que faz isso, a Nova Aliança já dá diferença, por causa que ele paga 12, a Nova Aliança me paga 5, 6 a caixa. Já é metade, entendeu?! Ele só vai subir o preço dele, quando o preço estiver lá em cima, ai ele vai dar uma reagida, mas é difícil. O CEASA até uns 15 dias atrás pra você mandar uma caixa de alface, pra você mandar daqui pro CEASA, não estava compensando, porque você ia pôr frete, caixaria,* ***você acaba pagando pra trabalhar. Sai caro!*** *(grifos nossos).*

A única diferença apontada por Ademir é a questão do preço e de sua estabilidade ao longo do ano. Se na CEAGESP os preços podem variar diariamente, com relação às empresas distribuidoras isso não ocorre, uma vez que os preços são estabelecidos previamente em contratos de fornecimento. Indagado sobre como as distribuidoras conseguem manter um preço fixo Ademir elucida que:

> *É por causa que deles a maioria é tudo entrega em supermercado, a maioria é mercado. Mercado todo dia tem aquela entrega, então por isso que eles conseguem manter, se não ia complicar. (...) Eles é tudo supermercado grande. Hentona mesmo, é tudo supermercado grande, é Roldão, Oba. A Matsaku, o Wal-Mart a linha inteirinha é dele. É muita coisa. O meu, Watanabe só faz interior, só interior. A Nova Aliança também, é duas que só faz interior. Interior de São Paulo, Cerquilho, Sorocaba... Sorocaba pra lá é só JWatanabe e Nova Aliança que manda, é só esses dois produtor que estão mantendo essa região, Campinas. Só eles dois que estão mantendo.*

Parece lógico o fato de que os preços são mantidos com pouca ou nenhuma variação tão somente por serem fixados em contratos, parece lógico também o fato de que os preços desses contratos com os produtores são mantidos por causa dos contratos de fornecimento para grandes redes de supermercados com vendas garantidas. Tudo parece tão simples e tão lógico quanto à própria forma de consciência que apresenta esses processos como simples e lógicos. A lógica não é tão simples quanto parece, aliás, a lógica não é exatamente o que aparece como lógico. Essas grandes empresas distribuidoras tendem para a formação de verdadeiros monopólios de fornecimento de produtos agrícolas às grandes redes de supermercados, na medida em que monopolizam a distribuição de produtos agrícolas às inúmeras regiões do estado (vide Foto 14).

Foto 14 - Galpão do Grupo Hentona com as placas brancas suspensas que indicam para qual rede de supermercado, região e bairro seguem os produtos processados

Autor: Walid El Khatib, Ibiúna, novembro de 2013.

A tendência monopolista neste ramo comercial, que não será analisada mais profundamente neste trabalho, revela desde já dois pontos fundamentais que cabem ser ressaltados, sendo o primeiro o fundamento para o segundo: a) esse processo expressa um momento peculiar no aprofundamento da divisão social do trabalho em que esse ramo produtivo agrícola específico se dissocia definitiva e estruturalmente do ramo comercial; b) esse processo que tende à monopolização de certos ramos produtivos ou comerciais expressa o momento crítico pelo qual o capital desenvolve as suas forças produtivas em sua periferia, acirrando a corrida concorrencial de modo que somente grandes empresas consigam manter-se concorrendo no mercado. E é nesse mesmo sentido que Ademir ainda afirma:

> *(...) o duro do JWatanabe é pq... Isso na verdade é uma associação muito grande (...) é associado da Caisp (Cooperativa Agropecuária de Ibiúna), que é uma distribuidora que tem na cidade. Essa eu acho que é a maior que tem. É uma associação, é uma associação grande. (...) Que nem, esse negócio de associação,* ***os pequeno sofre também com isso aí. Por causa que ali tem, eles tem a produção, tem produtor pequeno que não consegue encaixar nisso, só os grandão***

> ***consegue.*** *Por causa da associação. Pra você entrar lá você tem que entrar como se fosse um associado também. É difícil entrar. Tem umas exigências, tem ser o peso que eles querem, não pode fugir do padrão, eles fazem análise de química.* ***É difícil de quem consegue cumprir, principalmente os produtores menores da região. Tem que ter muito dinheiro pra cumprir*** *(grifos nossos).*

Ademir é claro e categórico quando diz que "tem que ter muito dinheiro" para cumprir as exigências desse tipo de mercado. Conforme já expresso anteriormente, no desenvolvimento das forças produtivas há progressiva o aumento quantitativo da massa de capital global necessário para pôr em movimento a mesma quantidade de força de trabalho, cujo movimento se apresenta fenomenicamente às empresas distribuidoras. O aparente crescimento destas grandes empresas de distribuição no cinturão verde paulistano muito embora seja expressão de uma necessidade dada pelo desenvolvimento das forças produtivas no campo, aparece como salvação ou alternativa de mercado em relação aos preços da CEAGESP. Em entrevista, Caique, empregado da empresa distribuidora denominada Grupo Hentona, explica a necessidade de existência da empresa por oposição a CEAGESP, ressaltando os "problemas" relacionados aos preços envolvendo a CEAGESP:

> ***Walid:*** *Esse preço elevado acontece por qual razão?*
> ***Caique:*** *Por falta de produto, é alta demanda algumas épocas do ano os produtores estavam deixando de produzir por perder mercadoria e tudo mais. Então aí* ***falta produto, aumenta a demanda é uma coisa quase que natural!*** *Falta produto no mercado, todos os mercados vão comprar mais porque o cliente também vai procurar mais e aí, consequentemente, vai faltar produto, faltando vai aumentar preço.* ***Lei da demanda, demanda e oferta, não tem jeito!*** *Se tem produto em abundância o preço diminui, se tem produto em falta o preço vai aumentar,* ***essa é a lei natural!*** *(grifos nossos).*

Para Caique, não tem jeito, é uma lei natural, a oferta e demanda condicionam tudo. Mais uma vez, aqui a violência da objetividade do capital não só é naturalizada, como é também compreendida como lei. Não como qualquer lei, mas como uma lei maior, uma lei que é além e apesar do Homem: é uma lei natural, é uma lei divina e, portanto, totalitária porque inquestionável. Como Caique bem nos disse, essa é *a lei natural*, e não é apenas *uma lei natural* dentre tantas outras: o capital e as relações que ele estabelece são a lei natural dessa mesma sociabilidade, que naturaliza a si mesma se impondo tanto mais violentamente quanto se impõe enquanto lei natural. Caique não precisava dizer explicitamente que "essa é a lei natural" para reconhecermos uma forma de consciência que naturaliza uma forma de sociabilidade posta pelo capital, pois a naturalização de uma forma de sociabilidade passa

também pela conformação de uma linguagem naturalizante, que por sua vez se explicita enquanto tal. Não é por acaso que "natural" está expresso como predicativo do sujeito "lei da demanda e oferta", como predicativo que qualifica e caracteriza esse sujeito, determinando-o radicalmente como natural em si mesmo, imputando a uma abstração essencialmente social um predicado que a naturaliza e a ontologiza.

Nesse sentido, após justificar a existência da empresa em oposição à CEAGESP, Caique expõe também de modo bastante sucinto as atividades que a Hentona realiza:

> *Como é que funciona a Hentona? A Hentona hoje, a gente, nós somos um distribuidor de hortifrúti. Nós fazemos parceria com os produtores da região, no sentido de quê? De fortalecer os dois. Nós somos um atravessador, que é o que eles chamam. Nós fazemos a coleta, nós temos a venda, só que eu não consigo suprir toda a minha produção, então, a gente fez uma parceria com os produtores. Então é uma confiança pra eles, de ter pra onde vender o seu produto. Pra eles chegar até o supermercado é difícil. Eles não têm logística, não tem nada, não tem essa estrutura pra poder entregar. Eu não consigo produzir tudo. Então, a gente fez esse entreposto. Eles produzem, entregam pra Hentona, e a Hentona distribui nas lojas, nessas grandes redes. (...) A Hentona vende pra 180 pontos de venda espalhados pela Grande São Paulo, litoral e interior. Pra fora de São Paulo ainda não. Nossa logística ainda não permite.*

A Hentona, nas palavras de Caique, representa um elo entre o produtor agrícola e o mercado, um elo que fortaleceria todos os envolvidos nessa grande parceria. Seria cínica se não fosse fetichista essa forma de consciência que compreende a divisão social do trabalho como uma grande ajuda mútua em que todos se fortalecem, confiando uns aos outros. Assim como Bukharin (1984, p. 54) quando escreve que "não há um crescimento da 'solidariedade' dos grupos, ao contrário, [há] o crescimento da mais dura concorrência e por uma luta sem quartel", pode-se compreender que a violência concorrencial dentro de ramos específicos engendra uma violência concorrencial entre ramos diversos na medida em que todos concorrem objetivamente pelo mesmo motivo: o dinheiro, na forma de equivalente universal.

Ainda sobre o funcionamento da Hentona, Caique elucida-nos como a Hentona se diferencia dos chamados barracões típicos de uma atividade rural:

> *Não fazemos nenhum investimento de barracão pro fornecedor. A única coisa que a gente fornece é o vasilhame, a caixa, e a embalagem, sem nenhum custo pra eles. (...) No começo da Hentona, toda a estrutura agrícola ela está sendo desenvolvida, não existia uma regra.* ***A gente vê numa grande indústria, tem o recebimento, tem todos os departamentos separadinhos, a agricultura no geral é muito***

> ***bagunçada. Mistura um produto com o outro, é isso, é aquilo, ah deixa aqui, deixa ali. Nós estamos tentando mudar essa administração familiar pra trazer pra uma agroindústria mesmo. Nós já separamos por lote. É uma separação simples, é um mercado com um papel rascunho? É!*** *(...) Passamos de uma administração familiar que hoje nós temos nosso diretor seu Luís que é o dono da empresa. É que o filho dele que já vem administrando. Como nós temos 5 empresas que é o grupo, 3 empresas são do seu Luís, duas do filho dele, então os dois donos só fazem parte comercial e aí pra mudar essa mentalidade familiar pra administração mesmo, formal... E aí foi onde a gente pagou o preço e houve um crescimento muito rápido, só que nós não desenvolvemos, só crescemos* (grifo nosso).

Prosseguindo em sua perspectiva positiva da realidade, Caique reconhece claramente o que diferencia a indústria da agricultura: a *forma* de administração. Aquilo que ele compreende como grande indústria se revela na sua consciência acerca de uma divisão do trabalho bastante aprofundada, em que as divisões internas a um ramo produtivo ou a uma indústria se autonomizam constituindo "departamentos separadinhos". Para Caique, na agricultura em geral não há muito bem desenvolvida essa divisão em departamentos, que por sua vez tem tradicionalmente sido administrada de forma antiquada, expressa na administração familiar em que no geral é muito bagunçado. É interessante notar que trazer de uma administração familiar para uma agroindústria, é preciso que se transforme também de uma mentalidade familiar para uma mentalidade de "administração mesmo, formal", em que todo o processo produtivo deve ser administrado *racionalmente*. Há, porém, implícita nessa perspectiva de Caique, na profundidade de sua forma de consciência, uma consciência sobre o que constitui a cisão entre agricultura e indústria, entre o rural e o urbano, que crê na industrialização da agricultura como o caminho para uma forma mais moderna e desenvolvida (vide Foto 15). É nesse mesmo sentido que quando questionado sobre a origem do maquinário de lavagem e embalagem de mercadorias, Caique explicita sua forma de consciência fetichista desenvolvimentista:

> *São todos importados.* ***O Brasil está ainda muito prematuro com relação a máquinas.*** *Essa máquina mesmo é uma máquina alemã. Ela só é distribuída no Brasil (grifo nosso).*

Vale ressaltar a metáfora biologizante, de tom desdenhoso, que se refere ao atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas na periferia do capital, em que a frase sugere que o Brasil será futuramente capaz de desenvolver o Departamento 1 de sua economia a partir do seu desenvolvimento tão natural quanto o desenvolvimento de um recém nascido. Nesse momento tem-se explícita aquela mesma forma de consciência que imputa ao tempo a

resolução de uma questão lógica e objetiva posta pelo capital e que se expressa tanto na relação centro periferia quanto na própria forma de consciência que se tem sobre essa mesma relação (vide Foto 15, Foto 16 e Foto 17).

Foto 15 - Símbolos da modernização da empresa e do fim da administração familiar são os caminhões novos personalizados com o nome e o logotipo da empresa

Autor: Walid El Khatib, Ibiúna, novembro de 2013.

Foto 16 - Máquina alemã que pesa e embala produtos secos como alface americana, rabanete, etc.

Autor: Walid El Khatib, Ibiúna, novembro de 2013.

Foto 17 - Máquina argentina de lavagem de produtos folhosos

Autor: Walid El Khatib, Ibiúna, novembro de 2013.

Por fim, cabe também destacar com relação às empresas distribuidoras o modo pelo qual são estabelecidos os preços pagos aos produtores. Se em um primeiro momento Caique fala de preços fixos em oposição aos preços instáveis da CEAGESP, quando questionado mais profundamente acerca dos "contratos de fornecimento" tem-se a longa confissão:

> ***Caique:*** *Os fornecedores que têm contrato com a Hentona, nós fornecemos a embalagem, fornecemos o vasilhame, a caixa Hentona, e dependendo do produtor ele faz a entrega ou a Hentona retira no espaço de produção dele. Então não tem muito um caminho, então varia dos dois lados tanto a coleta ou a entrega, não tem muita regra.* ***Cada acordo é um acordo a gente não trabalha com um fixo, com um padrão****, vamos estipular, você produz alface, nossos contratos eles são todos individuais, então você produz crespa, e outro produz crespa, isso não quer dizer que o preço vai ser igual para todos, então pode ter também alterações. A gente dá preferência, é claro, para o produtor que entrega pra gente embalado e aí tem um custo maior do que o que entrega sem embalagem, mas isso não quer dizer que todos que entregam embalado é um X, todos que entregam embalado é maior ou menor, isso aí tem muita alteração,* ***porque é mercado, a gente se baseia muito pelo que está acontecendo lá fora, o nosso parâmetro, como de todos é o CEAGESP, ele é o nosso medidor de preço, é o nosso centro aí do estado de São Paulo, o maior do Brasil, então é onde todo mundo se apoia pra fazer preço****, então fora isso, esse contrato de trabalho que a gente faz, é justamente para garantir que o produtor tenha aonde vender e a Hentona também tem a segurança de ter o produtor aqui dentro. Devido essa demanda aí de 180 clientes que nós temos a gente já consegue estipular uma venda que a gente vai ter de área quando chega na sazonalidade dos produtos que não tem a tendência é o produto hoje que a gente paga entre 8 a 12 reais na caixa de alface, no tempo de crise ela chega até 30, 40 reais,* ***então a Hentona está tentando se precaver para que além de não faltar produto, a gente não cubra esse custo que para gente é muito alto****, a gente está vindo numa economia de 8, 10, 12, ela pula assim de uma semana para outra para 40 reais, então, por isso que a gente fez esses contratos de trabalho, contratos de prestação de serviços, de entrega, de fornecimento, pra garantir isso, numa baixa a gente trabalha de 6 a 8, quando aumenta a gente trabalha de 12 a 15 (grifos nossos).*

É confessamente uma ilusão a tão bem proclamada fixidez dos preços e autonomia com relação à CEAGESP. Em cada contrato individual com o produtor é estabelecido um preço a ser pago a cada produtor, uma vez que a Hentona "não trabalha com um fixo, com um padrão", segundo Caique. Os preços, portanto, não são fixos justamente porque "é mercado", justamente porque a Hentona "se baseia muito pelo que está acontecendo lá fora", justamente porque tem como parâmetro de preço a CEAGESP. Faz-se de extrema importância destacar

esse longo trecho da entrevista com Caique, sobretudo, porque não poderia ser mais direta e significativa a sua consciência sobre o que fundamenta a formação de preços em uma grande distribuidora. Muito embora Caique insistisse em responder a pergunta acerca de como eram calculados os preços, com a resposta padrão de que eram definidos previamente em contratos de fornecimento, falar que os preços são estabelecidos no mercado, fora do processo produtivo, fora da própria Hentona e tendo a CEAGESP como medidor de preço, foi confessar o pecado capital da empresa. Há que se destacar que nenhum capital individual determina os preços gerais ao consumidor, em outras palavras, nenhuma empresa pode abstrair dos preços de mercado constituídos na CEAGESP, bem evidenciados na confissão do entrevistado. Os preços pagos aos produtores sempre vão estar abaixo da média estabelecida na CEAGESP, abaixo da média geral estabelecida no mercado. O que, porém, leva os produtores a vender seus produtos às distribuidoras é justamente a expectativa de ter seus produtos comprados quando os preços na CEAGESP estão abaixo dos preços pagos pelas distribuidoras. Ou seja, o que define a existência desse tipo de empresa distribuidora é a imanência objetiva da possibilidade do preço da mercadoria não pagar sequer os custos de sua produção, é a negatividade do próprio processo produtivo que engendra a reprodução dessa forma de sociabilidade que aprofunda a divisão social do trabalho formando grandes empresas atravessadoras ou distribuidoras.

> ***Caique:*** *Então o produtor tem uma segurança de vender o seu produto pra gente e nós temos a segurança de* ***comprar por um preço que a gente estipulou, acordo que é justo para ambas as partes ganharem, então para a gente não pagar esse custo elevado.*** *Os preços são acordados previamente em contratos de fornecimento, adotamos a política do "ganha-ganha", preço justo o ano inteiro!*

Retomando seu discurso fetichista de que os preços são calculados e acordados em contratos de fornecimento, Caique confessa mais um ponto relevante, que a Hentona é quem estipula o preço pago pelas mercadorias. O seu discurso é tão contraditório que seria mais uma vez cínico se não fosse fetichista, pois diz que quem estipula um preço justo para ambas as partes não são ambas as partes em um "acordo justo", mas a empresa Hentona é quem impõe esse preço que ela considera justo para ambas as partes. Realmente é preço "justo" para a distribuidora o ano inteiro. A justeza ilusória dos preços destes acordos mediada pela forma mercadoria é justificada pela justeza do mercado, pelo preço "justo" que é pago no mercado, explicitando que noção de justeza, bem como a de justiça, passa necessariamente pelo

totalitarismo da equivalência não somente como única forma de mediação social, mas também como a forma de sociabilidade moralmente justa.

4.5. A formação do preço da terra: renda fundiária, juro e lucro

O preço da mercadoria não significa mais do que uma expressão fetichista de seu valor, porém, como já analisado, com o aumento relativo do seu custo de produção associado à queda tendencial da taxa de lucro poder-se-ia concluir que há um aumento geral do preço das mercadorias. Não obstante, partindo de uma reflexão acerca da lógica objetiva do capital, os preços dos produtos agrícolas em geral decrescem absolutamente (UENO, 1985) mesmo com todos os seus custos em elevação, uma vez que há relativa e necessariamente o aumento de sua composição orgânica, engendrando progressivamente uma produção crescente de mercadorias e decrescente de valor, que por sua vez se expressam no decréscimo dos preços dessas mercadorias. Em se tratando de uma produção agrícola periférica mundial, no caso a do cinturão verde paulistano, surgem a propriedade da terra e o seu preço como elementos determinantes nos custos de produção e de reprodução dessa agricultura.

De acordo com Seabra (2003, p. 339), pode-se compreender que sob o capital a terra adquire duas formas distintas, mas não necessariamente contraditórias entre si:

> a) Quando a propriedade é uma mediação da reprodução existe a renda capitalista da terra ou a capitalização da renda.
> b) Quando a propriedade ganhou autonomia e funciona como "terra-capital", como mobilização de capital fixo em certos circuitos reprodutivos, funde juros e renda.

A primeira forma refere-se basicamente à terra como meio de produção, com seu uso produtivo na agricultura, por exemplo. Já a sua segunda forma refere-se à terra como capital, como investimento, como forma de imobilização de capital-dinheiro, como "reserva de valor". Estas duas formas, sobretudo quando se refere à agricultura, se revelam muito mais complexas do que aparentemente se põem, principalmente pela simultaneidade com que aparecem na objetividade fenomênica.

Em campo a diferenciação entre estas duas formas que a terra assume, aparece bastante clara ora para Caique, da empresa Hentona, ora para Duarte, proprietário da imobiliária Duarte Imóveis. Quanto às terras cultivadas pelo grupo Hentona, Caique afirmou que elas somam aproximadamente sete alqueires, todos eles arrendados. Porém, quando indagado sobre a compra de terras pelo Grupo Hentona, Caique responde:

> *Não [compramos terras], o custo é muito alto, então a gente faz parceria. Por isso, a gente arrenda.*

Já segundo Duarte, quando questionado sobre a dinâmica do mercado imobiliário em Ibiúna, ele relata que houve uma grande mudança qualitativa do mercado imobiliário, pois o:

> *(...) segmento do imóvel naquela época [década de 1980] era um investimento, era uma economia inflacionária muito alta, era considerado um investimento, então vendia-se muito mais.*

É interessante notar que na fala de Caique a terra aparece com um custo e na fala de Duarte a terra aparece na sua função de investimento. Aparentemente Caique fala da terra apenas como meio de produção e Duarte apenas como investimento, como imobilização de capital em uma economia inflacionária, não obstante ambas formas de aparência da terra estão sob o mesmo invólucro da forma mercadoria. Aparentemente também, uma terra não tem relação de semelhança alguma com a outra, porém ambas expressam um mesmo percurso em que seu preço põe em relação renda fundiária, taxa de lucro e taxa de juros.

Complementando a ideia de Duarte, Klaus defende que o mercado imobiliário ainda no contexto hodierno é um bom investimento:

> *Quando uma coisa é muito boa vende rápido,* ***não tem aquele negócio de região geográfica, aí se trata de um bom negócio****. Imóvel é sempre um bom negócio qualquer lugar que você for do mundo* ***se você comprar terra você nunca perde. Se é bem localizado****, com a documentação certinho você dificilmente vai perder porque se você chegar com 100 mil aqui hoje eu te dou uma chacrinha não muito boa, mais ou menos, com uma casinha de 1.500 metros se você voltar em janeiro de 2014 falando que quer comprar essa mesma chácara com esse dinheiro você não consegue não mais, se você comprar um carro agora esse ano no ano que vem se você quiser vender você já perdeu 30% do carro (grifos nossos).*

Klaus pertinentemente aponta para dois pontos bastante importantes: 1) que a terra como investimento é sempre um bom negócio em qualquer parte do mundo, muito embora em alguns lugares pode-se conseguir mais dinheiro, quando “bem localizado”; 2) e, que ao comprar terra nunca se perde dinheiro, reiterando o que Duarte falara, que mesmo em uma economia inflacionária a terra ainda assim é um investimento rentável. As três últimas falas, de Caique, de Duarte e de Klaus, evidenciam o movimento que a terra adquire sob o capital, sobretudo em sua periferia, na medida em que a terra representa um ganho monetário certo em virtude da ascendência necessariamente progressiva de seu preço, tema que será aprofundado mais adiante. Ainda nesse mesmo sentido, Duarte reitera que houve essa mudança qualitativa do mercado imobiliário em Ibiúna e compara o atual momento ao período de trinta anos atrás:

> *Empreendimentos assim, loteamentos de chácaras de recreio você vendia assim, em 30, 60 dias você vendia o empreendimento inteiro. Hoje mudou completamente. Naquela época você não precisava implantar uma infraestrutura, você vendia primeiro e depois você rateava tudo com as pessoas. Hoje tem que ter tudo pra você vender.* ***Mudou o mercado, tem que ser uma realidade, tem que estar pronto*** *(grifo nosso).*

O senhor Duarte enfatiza um aspecto bastante relevante no que se refere às normatizações jurídicas acerca do parcelamento do solo urbano e as suas implicações no mercado imobiliário. A partir da aprovação da Lei Federal[17] nº 9.785 de 1999, que imputa ao loteador a implantação de infraestrutura básica, reestruturou-se o mercado imobiliário no sentido do encarecimento desse processo de implantação de novas áreas urbanas em todo o Brasil. Interessante notar que para Duarte a implantação dessa infraestrutura é justamente o que torna o loteamento real, uma realidade, é como se o cumprimento de uma norma legal tornasse realidade o próprio real. Assim, para Duarte, hoje a realidade é mais difícil e custosa uma vez que lotear terras não mais é um empreendimento de baixo custo e alto rendimento, mas de relativo alto custo e alto rendimento em comparação com a década de 1980, pois o aumento dos investimentos necessários, como veremos mais adiante, acompanhado do aumento do preço da terra, não supera o aumento do retorno desses mesmos investimentos. Duarte, acerca do movimento do mercado imobiliário ainda acrescenta:

> *Assim,* ***como investimento foi até os anos 90*** *mais ou menos, depois já você passou a ter o* ***mercado mais consciente****, o cara comprando mesmo pra usufruir da propriedade, não um investimento. Muitas vezes, quando compra sítio ou chácara de recreio é um jargão, que é duas alegria, é quando compra que o cara fica feliz da vida, e a outra quando vende. Mas já passou isso, essa fase já passou. Porque na verdade, agora mesmo você está num momento, vamos dizer havia*

---

[17] *Cf*. Nessa Lei Federal n° 9.785 de 1999, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, em seu artigo 2º destacam-se os parágrafos 4º, 5º e 6º que seguem:
"Art. 2º. O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições desta Lei e as das legislações estaduais e municipais pertinentes.
§ 4º Considera-se lote o terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.
§ 5º Consideram-se infraestrutura básica os equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável, e de energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação pavimentadas ou não.
§ 6º A infraestrutura básica dos parcelamentos situados nas zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social (ZHIS) consistirá, no mínimo, de:
I - vias de circulação;
II - escoamento das águas pluviais;
III - rede para o abastecimento de água potável; e
IV - soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar".

> *uma supervalorização dos imóveis, há, ainda está uma formação de uma bolha, então está uma retração muito grande no mercado dos imóveis em geral, não é específico daqui. Aqui sofre mais quando você fala em sítio e imóvel de chácara de recreio e qualquer crise econômica a primeira coisa que o cara pensa em vender é a chácara, não é isso? Se você tem 2 carros você vende um, não é verdade? E a chácara de recreio é a primeira que ele vende.*

Duarte, mesmo sendo proprietário de uma imobiliária, faz uma crítica moral ao analisar o mercado imobiliário afirmando que o mercado não era tão "consciente" até os anos de 1990, quando passou a ser mais "consciente", pois o proprietário passou a "usufruir da propriedade" deixando de tê-la como um mero investimento. Muito embora ele mesmo tenha citado o porquê do uso da terra como investimento, engendrado por uma economia inflacionária, sua análise resta em uma crítica moral tão superficial quanto sua forma de consciência fetichista que não vai além de uma análise do valor de uso e da materialidade do real. Pensar a propriedade privada da terra naquela divisão entre duas formas é fetichizar a forma elementar que a propriedade fundiária assume sob o capital, é obscurecer sua lógica e seu fundamento, imanentemente associados à negatividade do capital que se expressa na constituição de seu preço. Assim, quando questionado sobre o porquê dessa nova fase de retração, Duarte responde:

> ***Duarte**: A retração, foi nos últimos dois anos [2012/2013] que começou a retração. Começou a ter um certo comentário, que houve aquela bolha imobiliária nos Estados Unidos, e aqui a turma começou a ter esse medo.*

É notável como essa chamada "bolha imobiliária" aparece como jargão explicativo de todos os problemas relacionados ao mercado imobiliário em todo o mundo. Para essa forma de consciência, a "bolha" é a explicação e não carece ser explicada. Klaus, também questionado sobre a elevação dos preços dos imóveis em Ibiúna afirma:

> ***Walid:** Desde quando você acha que aumentou essa procura, a ponto de aumentar tanto o preço?*
> ***Klaus:** Sempre teve. Ah, e São Paulo, **especulação imobiliária né, que é aquela bolha imobiliária**, mas a procura sempre teve nunca mudou, tem épocas do ano que tem mais procura, tem época que tem menos, mas sempre tem.*

É sintomático constatar que a mesma "bolha" que prescinde qualquer tipo de reflexão, é naturalizada e proclamada como causa tanto do aumento dos preços imobiliários quanto da

retração do mercado imobiliário. Essa forma de consciência sugere que não é preciso pensar e problematizar o capital enquanto forma de sociabilidade, mas apenas reitera que a sua objetividade crítica e negativa, ao mesmo tempo em que impõe uma forma de consciência fetichista sobre essa mesma objetividade, também se impõe independentemente da forma de consciência que se tenha sobre essa objetividade mesma. A forma de consciência sobre experiência fenomênica da negatividade do capital expressa essa criticidade do mercado imobiliário. A "bolha" imobiliária enquanto justificativa do real é expressão da violência dessa forma de consciência fetichista que anatematiza do pensamento a crítica da crise do capital. Essa forma de consciência se explicita também quando se põe em questão essa "bolha" e a sua relação com o preço da terra, evidenciada em campo quando Duarte categoricamente diz:

> ***O que regula o mercado é a oferta e a procura.*** *Imóvel deixou de ser um investimento principal, hoje não, teve essa bolha de supervalorização, mas hoje está bem retraído o mercado, não só aqui, no mercado em geral. (...) Então, o que puxou uma valorização e criou até um temor do mercado, é a bolha imobiliária, por isso que está retraído agora. Então,* ***o mercado não é uma coisa que valorizou e é fixo, é dinâmico.*** *Eu tive aqui, que até me surpreendeu a valorização de lotes populares, mas é um outro segmento específico. Você pega chácara de recreio não. Já tem, hoje não está comprador no mercado, está vendedor.* ***A oferta e procura funciona. Até hoje o único regulador de mercado de preço, de formador de preço é oferta e procura*** *(grifos nossos).*

Mais uma vez, a lei da oferta e procura é posta como lei natural inconcussa, ainda que agora posta para o mercado de terras. Antes é preciso atentar para a informação que Duarte nos revela acerca da diferenciação entre terras urbanas e rurais, em que as primeiras têm aumentando seus preços e as segundas têm diminuído sua "valorização" revelando-se em um período de baixa procura por compradores, evidenciando-nos que existe uma diferença de intensidade específica com relação às terras urbanas e rurais. Não obstante, o que há de comum e que abarca o mercado imobiliário em geral é exatamente a forma pela qual se compreende a constituição do preço da terra, sobretudo pelo fato de que a terra não compreende uma mercadoria ordinária, produto do dispêndio de trabalho abstrato e, portanto, veículo de valor. Duarte, devoto das leis do mercado, crê na relação entre a oferta e a procura como única determinação formadora e reguladora do preço da terra. Não só Duarte, mas Klaus também:

> ***Walid:*** *por que tem aumentado o preço [da terra] dessa forma?*

> ***Klaus:*** *é realmente a lei da oferta e da procura, está diminuindo a quantidade de chácaras que está se vendendo, não tem como!*

O que há de comum e que abarca o mercado imobiliário em geral, não importando para qual finalidade se destina a terra comercializada, é exatamente a forma pela qual se compreende a constituição do preço da terra, sobretudo pelo fato de que a terra não compreende uma mercadoria ordinária, produto do dispêndio de trabalho abstrato e, portanto, veículo de valor.

Com relação à chamada lei da oferta e procura, como determinante da formação do preço, seria consenso deliberado se não fosse fetichismo, se não fosse uma mesma forma de consciência fetichista que crê no mercado como regulador natural da sociedade, como uma regulação justa e que tende ao "equilíbrio natural", partindo do princípio universal da forma equivalente. Entretanto, a partir da teoria crítica do valor, o preço da terra compreende uma relação simples entre a renda que a terra proporciona e a taxa média de juros.

O juro refere-se basicamente ao preço do dinheiro, ao preço pelo empréstimo de certa soma de valor como dinheiro capital. De modo mais claro, Marx escreve:

> O prestamista despende seu dinheiro como capital; a soma de valor que aliena a outro é capital e, por isso, reflui para ele. O mero refluxo para ele não seria refluxo da soma de valor emprestada enquanto o capital, mas mera restituição de uma soma de valor emprestada. Para refluir como capital, a soma de valor adiantada deve não só se conservar no movimento, mas ter-se valorizado, aumentando a sua grandeza de valor, portanto retornar, com mais-valia, como D+ΔD, e esse ΔD é aqui o juro ou a parte do lucro médio a qual não permanece nas mãos do capitalista funcionante, mas cabe ao capitalista monetário (MARX, 1984, v. III, t. 1, p. 263).

Essa mesma taxa de juros, muito embora apareça dissociada e sem relação alguma com o preço da terra, e, muito embora pareça constituir-se enquanto turvação teórica, surge aqui como elemento constituinte e necessário à formação do preço da terra, na medida em que determina a quantidade de tempo necessária para que uma determinada renda fundiária auferida reponha o seu próprio preço de compra. Nas concisas palavras de Marx tem-se:

> Se um capitalista compra terras, que lhe dão uma renda anual de 200 libras esterlinas, por 4000 libras esterlinas, então ele recebe, das 4000 libras esterlinas, juros anuais médios de 5%, exatamente como se ele tivesse investido esse capital em papéis que rendessem juros ou se tivesse emprestado diretamente a juros de 5%. É a valorização de um capital de 4000 libras esterlinas a 5%. Nessa hipótese, em 20 anos ele teria reposto novamente o preço de compra de sua propriedade por meio dos rendimentos dela oriundos. Por isso, na Inglaterra, calcula-se o preço de compra de terras com base em tantos ou tantos *years purchase*, o que é apenas outra forma de

> expressar a capitalização da renda fundiária. É, de fato, **o preço de compra não do solo, mas da renda fundiária que ele proporciona, calculada de acordo com a taxa média de juros** (MARX, 1984, v. III, t. 2, p. 129, grifo nosso).

O preço da terra, muito distante de uma simples lei da oferta e procura, para Marx é como se fosse um empréstimo a juros, é fundamentalmente formado pela razão entre a renda auferida e a taxa média de juros. Em outras palavras, o preço da terra é regulado pela relação entre a taxa média de juros e a renda que a terra pode proporcionar. A taxa de juros determina o montante de capital adiantado necessário (preço da terra), que expressa exatamente o processo de capitalização fundiária, na medida em que uma determinada renda deve remunerar esse capital adiantado assim como o juro deve remunerar a soma de valor emprestado mais parte de sua valorização. Assim, o preço da terra, sob o capital, expressa não o seu preço enquanto valor de uso, mas "a renda fundiária que ela proporciona, de acordo com a taxa média de juros" (MARX, 1984, v. III, t. 2, p. 129). Nesse sentido, seja para a terra como meio de produção, seja como meio de especulação e "reserva de valor", o preço da terra pode variar de acordo com as alterações da taxa média de juros, elevando, portanto, o preço da terra quando a taxa média de juros cai, e, inversamente, diminuindo o preço da terra na medida em que a taxa média de juros sobe. Abstrata e matematicamente, há essa relação de proporcionalidade inversa entre a taxa de juros e o preço da terra, porém, objetivamente há não só um limite máximo como também uma tendência descendente para a taxa de juros.

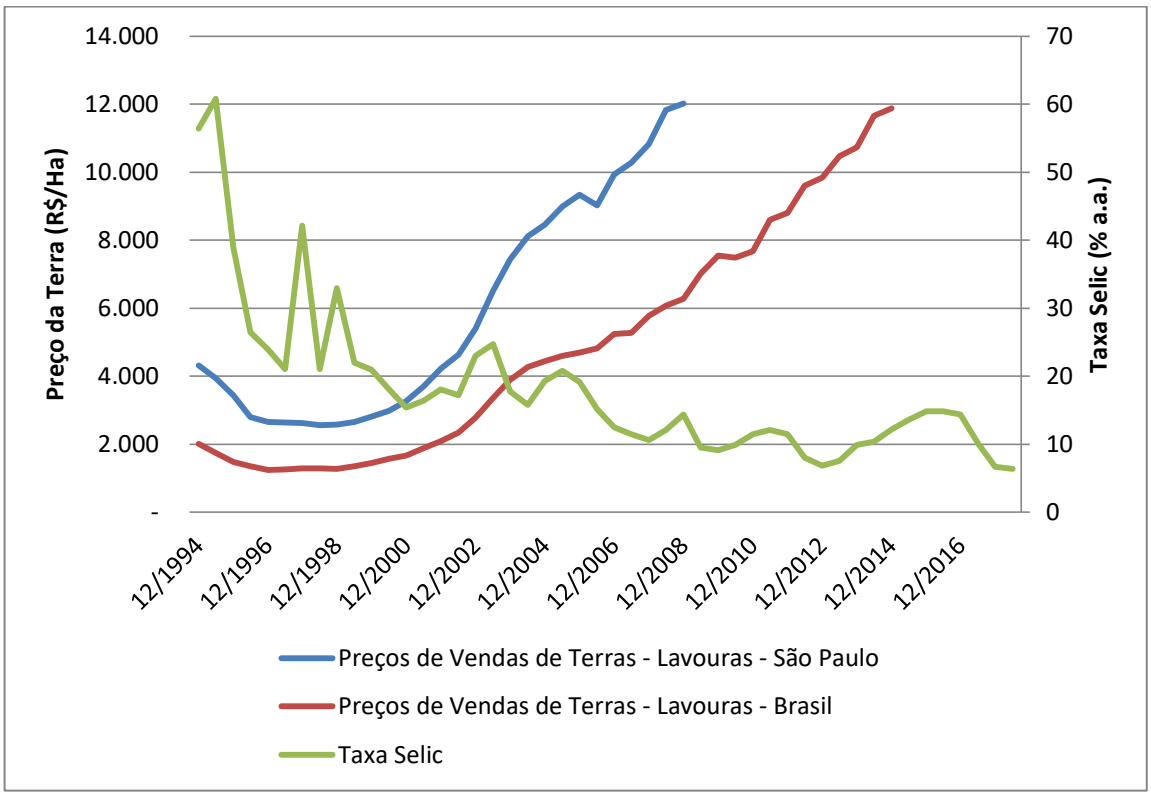
Acerca desse limite objetivo da taxa de juros, Marx elucida que "em todo o caso, a taxa média de lucro deve ser considerada o limite máximo definitivamente determinante do juro" (MARX, Volume III, Tomo 1, p. 270), pois o juro refere-se a parte do valor que retorna como mais-valia e como lucro ao capitalista funcionante que, por sua vez, é transferida para o capitalista monetário. Logo, segundo Marx, a taxa média de juros se constitui lógica e objetivamente limitada pela taxa média de lucro. Por isso, a taxa média de lucro tem, com o desenvolvimento social das forças produtivas:

> (...) uma tendência à queda e, daí, também a taxa de juros, à medida que é regulada pela taxa de lucro; que, além disso, mesmo abstraindo da taxa de lucro, a taxa de juros tem uma tendência à queda devido ao crescimento do capital monetário emprestável: daí decorre que o preço da terra tem uma tendência ascendente, **independente mesmo do movimento da renda fundiária e do preço dos produtos da terra**, do qual a renda constitui uma parte (MARX, 1984, v. III, t. 2, p. 129, grifo nosso).

Para Marx, essa relativa independência do preço da terra devém matematicamente do fato que o cálculo do preço é dado pela razão entre a renda e a taxa de juros, em que o

denominador (taxa de juros) determina o número de partes que o numerador (renda será dividida, sendo que o denominador jamais pode ser igual a zero; objetiva e logicamente, isso significa que é a taxa de juros quem vai determinar não só o preço da terra enquanto quantidade, como a própria existência de preço da terra, pois sem taxa de juros (juro igual a zero) não há relação possível e tampouco preço da terra. No Gráfico 3 abaixo, é possível observar esse aumento real do preço da terra (acima da taxa de inflação) e da queda objetivamente tendencial da taxa de juros (Selic).

Gráfico 3 – Preço de venda da terra (lavouras) no Brasil e no Estado de São Paulo, taxa Selic de 1996 a 2008[18]



Fonte: FGV (IBRE), BCB; Elaborado por: Walid El Khatib.

O gráfico, ainda que especificamente relacione o preço da terra para o estado de São Paulo com a taxa Selic[19], que é a taxa básica de juros da economia brasileira, explicita a

[18] Para o período de referência, as séries estatísticas e econômicas para a variável "Preços de Vendas de Terras – Lavouras" para o Estado de São Paulo foram descontinuadas a partir de dezembro de 2009 e para o Brasil em dezembro de 2014.

[19] Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) é "a taxa apurada, obtida mediante o cálculo da taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no referido sistema ou em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas" (Fonte: BCB; disponível em: <http://www3.bcb.gov.br/selic/html/help_taxaSelic.html>; acesso em: 02 set. 2016).

negatividade do capital ao expressar indiretamente, por meio do nítido aumento do preço da terra e da também nítida queda da taxa de juros, o desenvolvimento social das forças produtivas, bem como a própria queda tendencial da taxa de lucro. Cabe ressaltar também o quão determinante é o juro na formação do preço da terra, pois, independentemente do próprio movimento da renda fundiária, evidencia-se que a sua determinação está fundamentada em detrimento de qualquer que seja o uso que se faça da terra, independentemente de sua materialidade. O que determina o seu preço, portanto, é uma abstração, a abstração da taxa média de juros, enquanto renda capitalizada e fetichizada enquanto preço do solo.

Desse processo imanentemente crítico e negativo, expresso no preço da terra, devêm inúmeras implicações objetivas, dentre as quais a de que o preço necessariamente ascendente da terra, transformada em "reserva de valor", determinou a forma especificamente periférica, patrimonialista e rentista pela qual o Brasil constituiu sua violenta formação social, sua economia interna e sua relação com o mercado mundial. Para Oliveira (2007):

> (...) a terra, particularmente no Brasil, adquiriu o caráter de reserva de valor, reserva patrimonial, ou seja, a terra é apropriada principalmente **com fins especulativos e não para produzir**. Ou seja, os capitalistas, em decorrência da inflação quase permanente que durante muito tempo existiu na economia brasileira, vêem na terra um "investimento seguro", que não se "desvaloriza". É assim que se retêm terrenos urbanos vazios e latifúndios improdutivos (OLIVEIRA, 2007, p. 64, grifo nosso).

Assim como Oliveira (2007), Sayad escreve que a terra como reserva de valor permite "congelar ou mesmo valorizar os recursos que os capitalistas não desejam investir em ampliação do capital produtivo" (1982, p. 88), mesma função do ouro, de moedas estrangeiras e de obras de arte. Diferenciando a terra como capital produtivo e como reserva de valor, Sayad vai além e escreve que no caso do Brasil, a terra foi e ainda é utilizada na sua função de reserva de valor como meio de amortecimento das possíveis quedas de rentabilidade do capital produtivo. Nesse sentido, Sayad (1977, p. 650-654) aponta alguns motivos que justificariam essa escolha do setor privado brasileiro por esta forma de acumulação não-produtiva, baseada na propriedade fundiária: organização deficiente do sistema judiciário, do sistema fiscal e do próprio setor financeiro; o crescimento demográfico, que aumenta a demanda por um bem limitado (baixa elasticidade de oferta de terras); a manutenção de sistema judiciário lento associado às altas taxas de inflação; a exigência do próprio setor financeiro por garantias "reais", não-financeiras, como a terra, para a segurança de suas operações; e, por fim, a "inércia política" (*sic*!) dos proprietários fundiários.

As causas apontadas por Sayad (1977) para a existência dessa forma não-produtiva da terra são todas justificativas externas à propriedade fundiária mesma, são elementos outros que trazem, por sua vez, implicações no preço da terra, nenhum, porém, traz o que efetivamente fundamentaria o seu preço. O preço e a rentabilidade da terra como um ativo não-produtivo são justificados, portanto, negativamente, na medida em que a própria terra não explicitaria uma justificativa para o seu próprio preço.

> Numa economia inflacionária, com tradição rural há três ou quatro décadas, **é natural que a principal forma de retenção de riqueza pelo público tenha sido um ativo real, como a terra**. Mesmo com o desenvolvimento industrial, a terra na forma de imóveis urbanos e rurais continuou a ser, ao que tudo indica, a forma preferida (SAYAD, 1977, p. 661-662, grifo nosso).

Tanto mais violenta quando naturalizada, a justificação da propriedade fundiária aparece na forma de retenção "natural" de riqueza. Sob o capital tudo é naturalizado, tudo aparece posto por *uma natureza* na qual tudo o que é lógico aparece como *natural*, em um processo de mistificação fetichista da lógica do capital no qual obnubilam-se sua objetividade crítica negativa e seu fundamento totalitário. Nesse trecho, em poucas palavras, Sayad naturaliza a "economia inflacionária", a "tradição rural", a "retenção de riqueza" e a propriedade da terra como se a própria economia fosse tão *naturalmente* humana, quanto à lei da inércia é fisicamente *natural*. Obscurecem-se assim, as determinações fundamentais do preço da terra, bem como as suas implicações enquanto mediação social e forma de sociabilidade fetichista. Ademais, o que aparece como problema teórico acerca das formas da propriedade da terra pode ser compreendido como encobrimento fetichista, pois é questionável essa insistência modorral acerca do uso material da terra como forma de compreensão da lógica do capital.

Pensar a terra em termos de fins, ora especulativos, ora produtivos, assim como o fazem Oliveira (2007) e Sayad (1977, 1982), pode nos orientar em termos analíticos, mas não necessariamente em termos lógicos, pois essa forma de análise pode conduzir a crítica para um discurso moral, da "ética" e da "justiça" acerca de uma "função social" que caberia à propriedade da terra. É inequívoco que na discussão acerca dos conflitos fundiários que envolveram e ainda envolvem todo o Brasil há que se questionar a forma brutalmente massacrante e restrita com que foram "distribuídas" suas terras, no entanto a crítica não pode parar neste ponto e aqui deitar-se eternamente, mas prosseguir fria e radicalmente ao fundamento desse cruel morticínio que é a realidade do campo brasileiro, questionando a propriedade privada e a sua intrínseca relação imanentemente negativa posta pelo capital.

A terra, portanto, seja qual for sua forma e seu uso material, enquanto propriedade privada, ela expressa particularmente em seu preço uma média universal, expressa em seu preço a simultaneidade de suas determinações negativas postas pelo capital. O preço da terra é, portanto, uma relação, não uma simples relação de adição e síntese de elementos e causas externos, mas uma relação de negatividade imanente entre seus fundamentos, de negação lógica do preço da terra como expressão de valor posta pela negatividade também lógica entre taxa de lucro, taxa de juros e renda.

Além disso, é importante notar que tanto Oliveira (2007) como Sayad (1977, 1982) identificam uma relação entre a propriedade da terra e a taxa de inflação, compreendendo a terra como um investimento seguro e ativo suficientemente rentável capaz de compensar a depreciação inflacionária, por isso chamam-na de "reserva de valor". Vale também frisar que não cabe aqui a resposta à pergunta do porquê a terra é tida pela economia política como um bom investimento e se constitui em uma "reserva de valor" segura em uma economia inflacionária, pois isto seria pôr a inflação como problema e não a terra; seria, desse modo, abdicar da crítica para fazer da geografia econômica uma grande política econômica de *aménagement du territoire*, em que a resolução da situação inflacionária acabaria com os problemas e com a própria crítica. É nesse sentido que a crítica deve deixar-se não sobre se há inflação ou não, mas sobre o ser periférico ou ser central na reprodução do capital mundial. Assim, como já visto, ser periférico é o que determina não se a terra é utilizada como meio de produção ou como "reserva de valor", mas a relevância que a terra têm na reprodução social. Logo, ser periférico, portanto, determina o quão crítica e negativa é a produção de valor e a sua forma de sociabilidade correspondente, ao ponto de a terra ser colocada como fundamento à reprodução do capital.

Por isso, ainda é preciso atentar para o imbróglio teórico que essa concepção pode trazer ao pensar a terra como "reserva de valor", uma vez que seu preço não necessariamente representa valor, mas pode representar tão somente riqueza monetária sem valor, ficção de valor. Nesse sentido, sobretudo para Sayad (1977), o preço da terra estaria associado tanto à taxa de inflação como ao próprio montante de capitais investidos no setor produtivo, uma vez que a imobilização massiva de capitais na terra significaria uma drástica redução no montante de investimentos aplicados em ativos financeiros como a poupança, por exemplo, que por sua vez reduziria o capital investido no setor produtivo e a produção industrial nacional. Não obstante, do ponto de vista da teoria crítica do valor, há exatamente o processo inverso, no qual a produção imanentemente decrescente de valor no setor produtivo engendra a migração de capitais do setor produtivo para setores não produtivos, como o financeiro e o imobiliário,

que por sua vez surgem associados a esse setor produtivo como meio de suprir sua autorremuneração lógica e objetivamente crítica negativa na produção de valor.

5. Capital financeiro, agricultura e acesso à terra

É nesse sentido de um aprofundamento crítico e negativo da produção de valor que o capital financeiro deixa de se constituir enquanto elemento e se torna determinação fundamental da reprodução do capital em geral. Nesse processo de passagem para uma outra forma de sobredeterminação, posta pelo capital financeiro, a reprodução do capital nesse momento se apresenta fenomenicamente como expansão e acumulação, cuja forma de consciência fetichiza no trabalho a produção de valor em uma sociabilidade imanentemente crítica e negativa.

O setor imobiliário no cinturão verde explicita convenientemente bem esse processo de financeirização econômica, em que chácaras de lazer e imóveis de segunda residência compreendem desde a década de 1960 o chamado cinturão de especulação (PETRONE, 1964; SEABRA, 1969). É no mínimo curiosa a questão do porquê da formação desse cinturão de especulação associado desde o início ao cinturão verde. Em outras palavras, aquelas duas formas em que terra pode aparecer (meio de produção e reserva de valor), na realidade jamais estiveram dissociadas uma da outra, uma vez que somente enquanto fetichismo a produção agrícola pode negligenciar as determinações do preço da terra sobre a agricultura, compreendendo o mercado financeiro como a determinação fundamental.

O mercado imobiliário no contexto contemporâneo de Ibiúna foi relativamente perturbado quando fora promulgada uma lei que impedia o fracionamento de terras em lotes menores, causando segundo as imobiliárias entrevistadas uma forte retração na venda de imóveis. Ana Regina, corretora da Xavier Imóveis, e Duarte, dono da Duarte Imóveis, identificam essa retração e associam-na à "desvalorização" principalmente das chácaras de recreio, atribuindo esse processo à:

> ***Ana Regina:*** *(...) questão da documentação, porque aqui como a gente tinha áreas grandes, então eles dividiram, eles fracionaram essas áreas grandes. (...) Inclusive aqui desvaloriza muito porque esta fração não é registrada em cartório mais. Houve uma lei que não registra mais, então a gente dá preferência a imóveis que tenham registros em cartório, muitos conseguiram registrar antes da Lei, mas tem muita gente que tem.*

Essa lei em linhas gerais dificulta a venda de lotes irregulares, não registrados em cartório, que por sua vez engendraria uma "desvalorização" destes tais lotes no mercado.

Indagada sobre a razão da elaboração dessa Lei de Fracionamento/Parcelamento[20], Ana Regina afirma que acredita:

> *(...) que foi uma forma de impedir o fracionamento, porque dava muito problema porque depois a pessoa fica com o documento sem poder dar registro. E eles estavam vendo como a pessoa comprava e estava enriquecendo, porque a pessoa comprava por a área por um preço e vendia a cada mil metros por x, aí eles deram uma barrada. Aí a pessoa que tem essa fração hoje* [sem registro], *se ela está com a posse há cinco anos ela pode entrar com usucapião.*

Assim como Ana Regina, Klaus, proprietário da Almeida Imóveis, também atribui o *desaquecimento* do mercado imobiliário em Ibiúna à normatização jurídica:

> *Se você sair pra qualquer eixo da rodovia, sair 10 a 15 km você encontra plantações de perder de vista, mas são poucas e já tem um monte de gente, um monte de empresário com dinheiro, investidor com dinheiro na mão querendo comprar pra fazer condomínio, fazer loteamento,* ***o que tá freando bastante isso aí é a lei orgânica da cidade,*** *todos os municípios que são instância turística eles tem um parâmetro lá que você tem que seguir e* ***tá tudo bloqueado, loteamento, condomínio tá tudo parado com o plano diretor*** (grifos nossos).

Klaus, quando indagado também acerca o porquê desta Lei de Fracionamento, longamente explica:

> *Tava tendo uma expansão sem uma mínima organização, então de 2001 pra cá tem uma lei de fração ideal, e* ***essa lei bloqueou todas essas escrituras de albergue, de fração ideal, de loteamento irregular****. O que acontece é o seguinte, antes de 2001 você comprava um imóvel de 1.000 metros e ô legal 1.000 é muito pra mim, vou vender 500 pro meu irmão, pro meu primo, meu tio, sei lá alguém da casa, aí dava 500 m pra pessoa, a pessoa pegava os 500 m dele e é muito terreno pra mim, 250 m é o suficiente pra mim fazer minha casa. E a prefeitura autorizou um loteamento de 1000 metros, só que essa pessoa já pegou 1000 metros e fracionou, o outro comprou 500 e fracionou, quem pegou o terreno de 250 m* ***fracionou*** *em dois lotes de 125,* ***com isso cai o valor dos imóveis, vai decaindo os valores imobiliários dos imóveis, já é ruim pro município, fazer uma desvalorização de mercado do município.*** *Isso aí podia fazer escritura a torto e a direita você conseguia desmembrar e com um contratinho você já gerava IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano),* ***antes de 2001 você fazia o que você quisesse, fazia***

[20] Lei Municipal nº 816 de 2003 sancionada e promulgada pela Câmara Municipal de Ibiúna.

> ***loteamento a torto e a direita sem pedir autorização pra qualquer pessoa.*** *E o que aconteceu?* ***Os municípios tavam falindo, por que falindo?*** *(...)* ***quando você pega uma área grande, cada um tem o seu lote grande e esse lote começa a ser subdividido, vai dividindo, dividindo, dividindo, vai caindo o valor, o valor tanto do imóvel como quem vai estar dentro desse imóvel, economicamente essa pessoa não tem condições de ter um terreno e nem pra começar uma construção e vai aglomerando a quantidade certa de pessoas e vai colocando famosas barraquinhas, levanta um puxadinho daqui, outro puxadinho lá e vai se formando as tais favelas.*** *O que acontece quando aglomera uma massa popular numa determinada área? O que ela exige do Estado? O que ela exige dos governantes? Do município? Escola, sarjeta, asfalto, esgoto, creche, tudo isso, isso daí não está no plano diretor porque o município é desse tamainho, de repente surge um foquinho de pessoas dentro de uma área, só que não foi autorizado fazer aquele loteamento,* ***a prefeitura não está preparada para a expansão do município naquele sentido, e aí tava falindo os municípios, as prefeituras não tavam conseguindo dar condições,*** *aí eles entravam falando ó, no meu bairro não tem esgoto e tal, aí entravam dentro disso aí.* ***Aí, eles vieram com uma lei de 2001 pra cá de a Lei de Fração Ideal e falou: é o seguinte ó, não registra mais, não pode fazer, os loteamento irregular tá tudo bloqueado, não pode vender, tá tudo parado, paralisou tudo, vamo regularizar tudo o que tem pra depois pensar o que vai fazer*** (grifos nossos).

Nessa longa fala, Klaus assume e expressa com clareza o discurso do Estado e justifica a Lei de Fracionamento como uma questão claramente econômica com implicações sociais no que tange à conformação urbana do município. Para Klaus, a implementação dessa lei tem como objetivo primeiro impedir o surgimento de áreas com lotes pequenos e de baixa renda, o que significaria um grande encargo para a administração municipal com relação ao fornecimento de infraestruturas e serviços à população residente. Por esse motivo, o fracionamento de lotes bem como o seu registro estiveram bloqueados. Nesse sentido, Klaus prossegue e expõe as implicações imediatamente posteriores à implementação dessa Lei de Fracionamento:

> ***Esse efeito que eles fizeram, aqui atrás os demais que estavam aqui do lado valorizou, os outros imóveis que não estão dentro desse problema que estão em volta, então se não pode mais lançar loteamento, condomínio.*** *O meu que eu tenho vai valer muita grana agora porque não tem pra comprar.* ***Antes tava lançando, você vinha de São Paulo você via um monte de faixa "lançamento de loteamento 2.000 reais de entrada e 150, 200 reais por mês", hoje você pode ir até Piedade e não vê uma faixa de loteamento****, tem um outro loteamento que consegue fazer de acordo com o plano diretor, tudo certinho, só que tem que ser uma área muito grande de muito*

> *investimento pra dar retorno pro investidor. (...)* ***é esse tipo de condomínio que o município quer, que é onde gera um IPTU muito alto também*** (grifos nossos).

Segundo Klaus, proprietário da Almeida Imóveis, a partir dessa lei houve uma intensa "valorização" das terras cuja situação já estava regular, e forte retração na venda de imóveis e lotes pequenos e irregulares, nos quais a prefeitura arrecada um montante de IPTU menor relativamente aos lotes e imóveis de áreas maiores, sobretudo nos condomínios.

Tanto na entrevista de Ana Regina como na de Klaus e de Duarte surgiu essa lei como tema relevante e que carecia ser explicitado por eles. Aparentemente esse processo em nada teria relevância para uma análise crítica do mercado imobiliário no cinturão verde e especificamente no município de Ibiúna, mas há um ponto de extrema importância e que justifica esse longo tratamento acerca dessa Lei de Fracionamento: somente as terras, lotes e imóveis cuja situação encontra-se regular, com registro regular e averbação em cartório, podem ser comercializadas com financiamento. A regularização fundiária que a primeira vista pode parecer um entrave para o mercado imobiliário, na realidade se põe como uma regulamentação necessária ao pleno desenvolvimento do setor financeiro no mercado imobiliário:

> ***Walid:*** *E nesse período que você trabalhou você sentiu alguma diferença na comercialização dos imóveis? Um aumento, diminuição ou continua a mesma coisa?*
> ***Ana Regina: Eu não diria diminuição, mas é que hoje em dia, as pessoas estão procurando muito por conta dessa facilidade de financiamento, então a gente tem muitos clientes que procuram imóveis para financiamento e chácaras normalmente nem todas estão averbadas****. E o que é esta averbação?* ***Ela tem que ter uma escritura registrada para o banco****, registrada em cartório e dentro dessa escritura ele vai estar falando o que existe no terreno,* ***se não tiver falando dessa área construída a gente não consegue vender financiado****, a não ser que a gente entre em acordo com o proprietário e ele aceite averbar, mas isso tem um custo, normalmente chácaras é muito difícil para financiamento. Aí é assim,* ***tem muita procura para financiamento e a gente tem essa dificuldade porque a gente não tem nada averbado*** (grifos nossos).

Nesse sentido, a mesma ideia pode ser constatada na fala de Klaus quando questionado sobre o financiamento de imóveis urbanos e rurais em Ibiúna:

> ***Walid:*** *a maioria dos imóveis que é comercializada é financiada ou não?*

> ***Klaus:*** *financiamento não dá 1%, área rural é muito difícil o que o banco exige pra financiar, tem a escritura, fora a escritura tem a planta, claro né, que é realmente só o que precisa na verdade, o banco tem que ter 'habite-se', esteja averbada essa construção, tem imposto recolhido dos últimos três anos, coisa que chácara praticamente ninguém faz porque se você fizer isso seu IPTU sobe muito, porque você vai averbar todas essas construções na sua escritura e vai ter que atualizar seu IPTU, aí sim seu IPTU vai pra 2 mil, 2500, 3 mil reais brincando. Então como não é exigência por lei, porque eles exigem só sua escritura que é o título, é a sua titularidade do imóvel, seu IPTU que é você honrar com o imposto do seu imóvel, então o pessoal não faz e é o que o banco exige,* ***então se eu tivesse 50 chácaras que dá financiamento eu venderia 60 porque eu faço anuncio aqui, de cada 20 pessoas que perguntam sobre o imóvel, 18 perguntam se dá financiamento, se aceita carta de crédito, consórcio ou coisa parecida. Então se tiver... E não tem preço, antes a turma tinha aí financiamento até 100, 200 mil, hoje o pessoal tá com carta de crédito aí, de consórcio aí de 500, 600, 700, 800 mil na mão pra financiar. Se tiver financia vai rapidinho. Todas que eu pego não dá uma semana eu vendo, primeiro eu anuncio, o primeiro que vem compra, porque pra eles pagar é muito fácil pelo financiamento*** (grifos nossos).

Klaus destaca que é muito difícil haver financiamento para imóveis rurais, pois a maioria destes imóveis não tem registro nem averbação em cartório, cujo custo é relativamente alto e varia conforme o preço venal do imóvel. Além do alto custo de regularização, estar regularizado significa também um aumento no imposto pago, sobretudo no IPTU arrecadado pelo município. No entanto, com as terras regularizadas o financiamento é certo, assim como a comercialização é rápida, importando pouco ou nada o preço do imóvel, uma vez que tem-se conseguido cartas de crédito cada vez maiores para o financiamento de imóveis. A financeirização do mercado imobiliário, expressa nesse processo de crescimento do número de financiamentos de imóveis, explicita o quão ilimitado pode ser o seu aprofundamento quando Klaus diz que para financiar "não tem preço". Esse preço ilimitado é exatamente a expressão mais acabada de uma forma de consciência e uma sociabilidade fetichistas que viabilizam a reprodução crítica do capital por meio do capital financeiro. Em outras palavras, o capital financeiro por meio dos financiamentos custeia a elevação do preço da terra, a diminuição da taxa de juros e a própria queda tendencial da taxa de lucro.

A elevação do preço da terra, associada à queda da taxa média de juros e à queda da taxa de lucro, no contexto contemporâneo, mas, sobretudo a partir da década de 1970, passou a ser financiada não mais por uma produção efetiva de valor capaz de pagar os seus próprios custos, dentre eles o preço da terra, mas por uma massa de dinheiro creditício sem substância,

enquanto ficção de valor. Assim, nessa perspectiva de aprofundamento dessa ficcionalização do valor enquanto crédito para financiamento de imóveis, o Estado planejador aparece como se fosse sujeito do capital, regulando ou mesmo incentivando o capital financeiro ao impor a regularização fundiária (pela Lei de Fracionamento) como um meio de ampliação do acesso ao crédito, mas do ponto de vista da teoria crítica do valor há exatamente o processo inverso, em que o capital financeiro mundial impõe que o Estado "planeje", ampliando os horizontes do acesso ao crédito. A violência desse processo é tão monstruosa que aparece à nossa forma de consciência fetichista como planejamento estatal, como vontade universal mediada por um Estado além do capital. Essa lei da fração ideal expressa mais do que um *aménagement du territoire*, expressa o quão ideológica, apologética e totalitária é a forma de consciência que reproduz o capital, fetichizando sua criticidade e negatividade ficcionalizando o valor no preço da terra.

Duarte, proprietário da Duarte Imóveis, também grande proprietário e loteador de terras revela-nos ingenuamente em sua fala, como o capital financeiro se relaciona com a legalidade do Estado e se fenomeniza no cinturão verde em Ibiúna como ordenação do território:

> *Esse loteamento popular eu ainda tenho algumas unidades lá remanescentes que eu não vendi e então, através do tempo você tem...* ***Eu não vendi por estratégia, não, é porque não tinha mercado mesmo. Eu fiz 1200 lotes ali e saturou o mercado na época. Era uma dificuldade grande e eu já sabia disso, que eu ia ter dificuldade pra vender, que ia ter muito tempo pra vender na época. Mas você vê, a valorização imobiliária acabou às vezes até me surpreendendo.*** *Nos últimos,* ***faz trinta anos que eu fiz esse empreendimento****, e eu posso te dizer que* ***nos últimos cinco anos me deu mais dinheiro do que nos outros vinte e cinco.*** *Por quê? O bairro cresceu e tem um outro fator que já entra na parte técnica, que é a legalidade. Por isso que é sempre bom fazer as coisas certas e legalmente, porque você tem muito parcelamento do solo irregular no município, que* ***não dá registro, não dá financiamento****. Você continua a não dar financiamento, você não pode nem aprovar uma coisa dessa legalmente* (grifos nossos).

Duarte equipara regularização fundiária ao mercado financeiro, evidenciando em sua linguagem mesmo, uma relação imediata entre os elementos, em que não se é necessário nem o uso de uma conjunção aditiva, causal ou conclusiva entre os termos. Em "não dá registro, não dá financiamento", uma vírgula é suficiente. Nesse trecho de Duarte também está expresso o processo de aumento do preço da terra agravado pelo aumento do volume de crédito disponível, que fez com que ele ganhasse mais dinheiro nos últimos cinco anos do que

nos 25 anteriores. Assim como Klaus dissera, que "imóvel é sempre um bom negócio", Duarte sempre fez bons negócios, mas faz hoje negócios melhores ainda vendendo principalmente mais lotes com financiamento, do programa "Minha Casa, Minha Vida" do Governo Federal, por exemplo. Aqui, a regularização de terras significou no mínimo a possibilidade de sua inserção no mercado financeiro, e mais do que ninguém, o senhor Duarte pode dizer *com propriedade* que "produzir terras" financiáveis é um bom negócio.

Nesse mesmo sentido, Juliana também explicita o processo de regularização fundiária em Mogi das Cruzes e na região do Alto Tietê como condição de acesso ao crédito:

> ***Juliana**: (...) o financiamento pede ou o ato declaratório ou a outorga, pede o CAR [Cadastro Ambiental Rural], pede o ato declaratório então tá amarrando. (...) O ITR [Imposto Territorial Rural] hoje você não consegue fazer... esse ano ele já começou a pedir, mas dizendo que ano que vem já não consegue fazer o ITR sem os dados do CAR.*

Além dos documentos de propriedade, o Cadastro Ambiental Rural vem se constituindo como mais um instrumento de coleta de informações sobre o uso da propriedade rural. No entanto, essas informações também servem ao capital financeiro como instrumento de análise de risco e de viabilidade de inserção da propriedade no mercado imobiliário. Em outras palavras, com os bancos de dados amarrados uns aos outros, do ITR, do Registro da propriedade e do CAR, por exemplo, em um primeiro momento podem parecer uma trava, mas em sentido mais amplo viabilizam a inserção de propriedades – que antes eram consideradas ilíquidas por conta de sua documentação irregular – no mercado imobiliário associado ao mercado financeiro de crédito.

Mas, não só terras financiáveis, "produzir terras" em geral é um investimento *rentável*. E esse "produzir terras" diz-se do processo de transformação da propriedade privada da terra em que suas possibilidades enquanto forma mercadoria ampliam-se, por exemplo, legalmente com a transformação de áreas rurais em áreas urbanas. Ana Regina, nos mostra em termos de preços o que essa mudança formal significa para o mercado imobiliário:

> ***Walid:** Você disse que o tipo dos imóveis mudou. Que tipo de imóvel que tem mudado muito?*
> ***Ana Regina:** Por exemplo, na área industrial hoje, vai depender também da localização, se for em frente essa rodovia aqui [Rodovia Bunjiro Nakao]... Depende muito. Em frente à rodovia hoje tem lugares, não vou dizer que são todas as áreas, mas têm áreas que a gente já fala de 400 R$/m², 500 R$/m².*
> ***Walid:** E antes essas áreas eram o que?*

> ***Ana Regina:*** *Antes como não era uma área industrial vendia a área que era rural por alqueire*[21]*, a cem reais o alqueire talvez, né, mas acredito que é mais ou menos por aí (...) margeando a rodovia aqui já é comercial e industrial, ali valia 20 R$/m², hoje vale 200 R$/m², então ele vende pela questão de pegar esse dinheiro e depois investir em outra coisa, outros não querem nem vender porque está avaliando [que vai valorizar].*

Nesse mesmo sentido Klaus acrescenta, explicando por que a mudança de alqueire ou hectare para metro quadrado implica em um aumento do preço da terra:

> ***Walid:*** *Por qual razão se tornou metro quadrado? E por que fica mais caro?*
> ***Klaus:*** *Por causa do valor mesmo, é que* ***quanto maior a área mais barato você paga, quanto menor a área mais cara ela fica****, interior é diferente de São Paulo lá a gente fala em metro quadrado, (...) aqui não tem isso, a gente não fala em metro quadrado, mas hoje quando se fala em beira de rodovia que é área comercial a gente fala em metro quadrado, o pessoal compra em metro quadrado* (grifo nosso).

Primeiramente, é interessante notar como uma forma de consciência pode inverter a realidade e afirmar essa mesma realidade invertida como lógica. Para Klaus, a mudança na unidade de medida deveu-se por causa do aumento do preço da terra, aumento que por sua vez foi determinado pela diminuição da área dos lotes. Desconcertante é a profundidade assombrosa dessa lógica fetichista fisicista na medida em que tudo se inverte, aparecendo como determinação do preço a unidade de medida e a área da terra (!), obnubilando toda e qualquer determinação metafísica e contraditória posta pelo capital, tal como o juro e a negatividade da forma valor. Para Odette Seabra (2003, p. 333), o "sentido desse movimento é sempre o de afirmar a propriedade como coisa, como materialidade, pela forma abstrata do valor, expresso no equivalente geral: o dinheiro". Nesse sentido, nessa mudança de unidade de medida, expressão de uma mudança formal jurídica, aparece também a especulação imobiliária associada à urbanização, à expansão do urbano que avança sobre o rural, processo não muito recente já identificado desde a década de 1960, quando ao cinturão verde também fora imputado o termo cinturão de especulação (PETRONE, 1964; SEABRA, 1969). Comprar em alqueires ou hectares e vender em metros quadrados foi e ainda é um grande negócio determinante da forma pela qual o urbano se expande fazendo dessa diferença de preços da terra um meio de acumulação negativa de capital, um meio de remunerar a produção crítica de

[21] Um alqueire equivale 24.200m².

valor. Disso se arrepende amargamente agricultor Jorge Takeuti, por não ter comprado terras como fizeram seus conterrâneos nipônicos:

> ***Walid:*** *O senhor nunca comprou terra?*
> ***Jorge:*** *Quando eu era moço* ***a lavoura dava tanto dinheiro que não pensei nisso e quem investiu*** **[em terras]** ***naquela época hoje tá rico.***
> ***Walid:*** *Tem muita gente comprando e vendendo? Como que é hoje?*
> ***Jorge:*** *Não tem mais terra pra comprar. O meu patrão eu arrendo dele. O dele é 76 alqueires. Mas ele quer um absurdo, ninguém consegue comprar. O Maluf ali ele pede 150 o metro, dá 3 milhão o alqueire ali. Vamos vender ele já fala. O meu patrão fala: eu quero 100 conto o metro* [100 R$/m²]. *Quem que vai pagar 150 milhão aqui? Eu vou ter que plantar muito tempo* (grifo nosso).

Jorge com sua concisão preciosa descreve o que foi objetivamente esse processo, quando diz que "a lavoura dava tanto dinheiro que não pensei nisso e quem investiu naquela época hoje está rico". Essa expressão não poderia ser tão extraordinária quanto verdadeira, pois à época, desde a década de 1950, quando Jorge chegou à Ibiúna, pode-se dizer ainda de uma agricultura bastante rendosa e lucrativa, cujos rendimentos remuneravam os lucros tanto quanto os custos, inclusive de arrendamento da terra, tornando desnecessário um investimento de longo prazo como é a compra de terra. Hoje, a agricultura já não remunera mais tanto como outrora, decorrência do aumento relativo dos custos de produção e da negatividade imanente à produção de valor. Se antes a produção de valor e a exploração de trabalho abstrato ainda pagavam os custos de sua reprodução, hoje não mais, a comercialização especulativa de terras, assim como o capital financeiro, aparecem como meios de remuneração da própria reprodução desse trabalho. Evidência objetiva desse processo é a escassez de terras à venda e o seu alto preço, os quais denuncia Jorge. Cabe reiterar conforme já escrito anteriormente, que nem mesmo a agricultura dos anos de 1950, 1960 e 1970 pagava os custos de reprodução, sendo altamente subsidiada pelo Governo Federal, tanto quando financiada pelas representações do Japão no Brasil. Ainda acerca do mercado fundiário, quando questionado sobre o arrendamento como alternativa à compra de terras, Jorge afirma:

> ***Walid:*** *Tem compensado pagar o arrendamento ou comprar?*
> ***Jorge:*** *Vai comprar? De que jeito vai comprar? Você vai comprar um terreno aí, qualquer terreninho aí é um milhão, dois, três, cinco milhões, não tem como comprar. Mas vocês não são do governo né? Eu tô falando mal dos governante ali que vota, planta soja e não sei o quê...*
> ***Walid:*** *Mas então compensa ou não pagar arrendamento?*
> ***Jorge: Não compensa também, mas não tem outra alternativa.*** *Pelo menos com o meu patrão... eu atraso, fico devendo pra ele... E tem*

> *conta que ele perdoa e diz pra começar de novo. Uma vez eu fiquei devendo bastante e eu falei que não tenho como pagar não. E arrendamento também não é barato, né. Você arrenda 30 alqueires e tem que pagar 15 pau por mês* [R$ 15 mil/mês]. *Por isso que o custo vai pra cima e eu preciso urgente de crédito. Você vai num verão aqui você gasta só de óleo diesel 50 pau* [R$ 50 mil/mês]. *Como você vai pagar empregado, mais 50, 60 mil por mês...?*

A objetividade mais uma vez se impõe violentamente, aniquilando quaisquer outras possibilidades em que só se é supostamente possível comprar ou arrendar terras. Comprar terras a preços altos hoje é objetivamente impossível mesmo para um agricultor como Jorge que arrenda cerca de 70 alqueires e emprega mais de 20 trabalhadores rurais; e, arrendar, para ele também não compensa, por que expurga grande parte de sua receita. "Não tem outra alternativa" é o que diz Jorge, mais uma expressão do totalitarismo dessa sociabilidade aporética que faz crer fetichistamente que há escolhas possíveis ao mesmo tempo em que impõe a impossibilidade de escolha alguma.

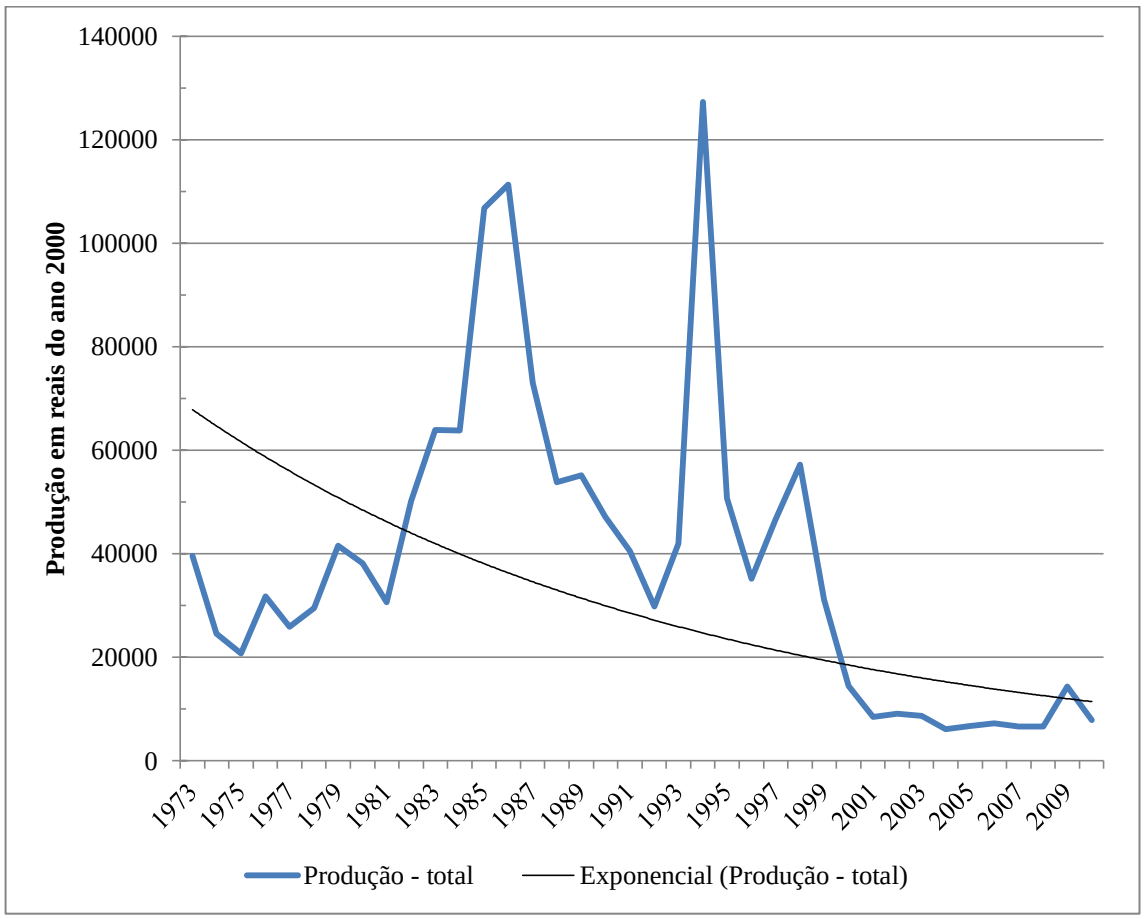
> ***Walid:*** *Mas tem gente comprando essas terras?*
> ***Jorge:*** *Tem, mas não com esse preço. Eu vendi um terreno faz mais de dois anos, onde abriu a fábrica da Norac* [indústria alimentícia de origem francesa]*, ali é dois alqueires, aí eu vendi.... Mas ai eu perdi por causa das dívidas.*
> ***Walid:*** *Mas essas dívidas eram do que?*
> ***Jorge:*** *Da lavoura, eu pedi empréstimo, depois não tinha mais onde pedir empréstimo, ai depois você cai num agiota e você está lascado.*

Jorge prossegue, mas agora revelando mais dessa mesma sociabilidade, quando ele precisou vender sua propriedade de apenas dois alqueires para pagar uma grande dívida decorrente de empréstimos que fizera para tentar alavancar sua malfadada lavoura. Muito embora tenha conseguido vender por um preço relativamente alto, pois Jorge comprou aquela terra em alqueires e conseguiu vendê-la em metros quadrados, próxima à Rodovia Bunjiro Nakao, mesmo esse alto rendimento que a "valorização" da terra teria lhe dado não foi suficientemente grande para pagar o endividamento oriundo de sua produção agrícola, expressando a negatividade da produção de valor pelo trabalho agrícola empregado em sua lavoura, tendo que recorrer à agiotagem.

Assim, nota-se o quão tênue é o que divide e ao mesmo tempo põe em relação o imobiliário e a agricultura, sobretudo, na medida em que ambos encontram no setor financeiro a determinação de sua reprodução. E sobre determinação, compreende-se no seu sentido mais radical, de determinação lógica posta pelo capital, e, portanto negativa. Essa determinação lógica e negativa se põe enquanto tal uma vez que o capital financeiro, na sua forma de capital

fictício, ficcionaliza a produção de valor enquanto dispêndio de trabalho abstrato progressivamente menos produtivo com relação ao valor e progressivamente mais produtivo com relação à produção material de mercadorias. Nesse movimento, de aparente passagem "(...) do processo direto de produção às sutilezas das operações de crédito" (BUKHARIN, 1984, p. 142), o processo de produção não deixa de ter sua essencialidade para o capital, mas se revela agora na sua essencialidade negativa, na medida em que sua criticidade determina a sua própria reprodução.

Gráfico 4 - Produção agrícola total (R$) do município de Ibiúna com linha de tendência exponencial de 1973 a 2011



Fonte: IBGE (SIDRA); Elaborado por: Walid El Khatib.

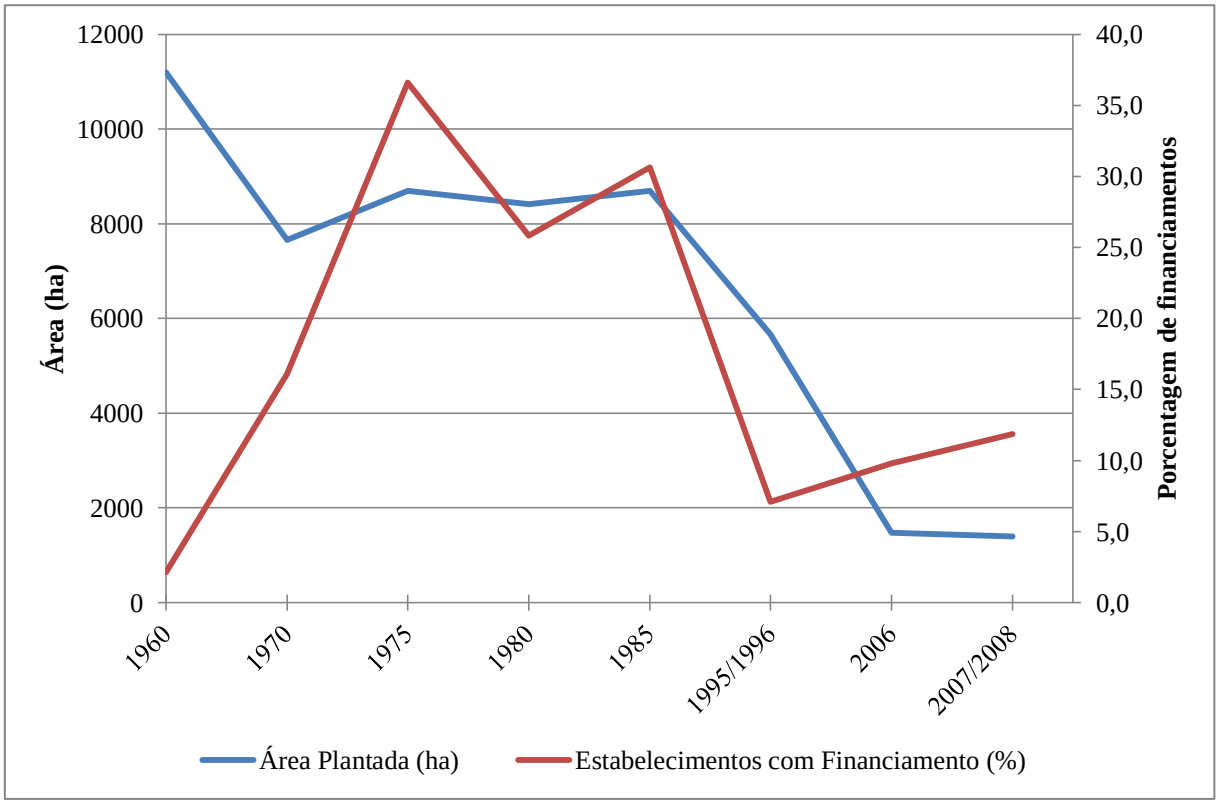
No Gráfico 4 acima, acerca da Produção Agrícola Total para o município de Ibiúna, em Reais, a preços do ano 2000, é notável a queda da produção em Reais auferidos pela agricultura de 1973 a 2010, expressa pela linha de tendência exponencial em sua forma curva descendente. No entanto, pode-se dividir em três períodos distintos nos quais de 1973 a 1986 há um crescimento dessa produção, devido, sobretudo, aos grandes incentivos agrícolas do

governo federal; de 1986 a 1992, com queda acentuada durante um período altamente inflacionário; de 1992 a 1998, com grandes variações durante um contexto de estabilização econômica após o Plano Real; e, por fim, de 1998 a 2010, em queda, mas com relativa estabilidade. Muito embora a forma preço jamais corresponda ao valor ou à forma valor, e apenas seja sua expressão fetichista, é possível compreendê-la como algo que aponta para a criticidade do processo de produção de valor, exprimindo na queda quantitativa absoluta da produção em Reais, a queda objetivamente qualitativa da produção relativa de valor. A produção de valor, ainda que expressa no gráfico na forma dinheiro, em Reais, explicita, apesar das variações conjunturais, da crescente participação do capital financeiro e do aumento da produção material de mercadorias, que há tendencialmente a sua redução relativa objetivamente progressiva.

> ***Walid:*** *E hoje o senhor tem que pegar crédito?*
> ***Jorge:*** *Tem.*
> ***Walid:*** *E sem o crédito o senhor conseguiria produzir?*
> ***Jorge:*** *Não (...) só ganha quem planta grão, soja, milho, trigo, tudo aquilo ali é tudo governo, eles não tem dinheiro ai eles levanta dinheiro do governo facinho, É muito fácil. E eles chegam arrumam dinheiro lá na frente e nem juros não pagam, talvez nem paga o que deve.*
> ***Walid:*** *E pra hortaliça não tem esse tipo de crédito, incentivo?*
> ***Jorge:*** *Nada!*

Essa confissão de Jorge expressa exatamente esse processo de ficcionalização da produção de valor, sobretudo quando perguntado se seria possível produzir sem qualquer tipo de crédito. A sua resposta, com tom de obviedade, foi categórica: não! O crédito aqui está determinando o trabalho, determinando a produção de valor no campo e se impondo enquanto pressuposto fetichista da exploração do trabalho e da produção de valor na agricultura.

Gráfico 5 - Área plantada (ha) e porcentagem de estabelecimentos com financiamento de 1960 a 2008



Fonte: IBGE (SIDRA); Elaborado por: Walid El Khatib

No Gráfico 5 acima, evidencia-se, sobretudo a partir da década de 1970, o aprofundamento do processo no qual o crédito devém pressuposto da exploração do trabalho e da produção de valor, na medida em que a variação da porcentagem dos estabelecimentos agropecuários com algum tipo de financiamento (de entidades públicas, privadas e/ou cooperativas) acompanha nitidamente a área total dos estabelecimentos agropecuários produtivos em Ibiúna. Nesse gráfico, de 1970 a 1985 quando há os maiores registros de área plantada em Ibiúna, coincide exatamente com o registro das maiores porcentagens de estabelecimentos com financiamentos; já de 1985 a 1995/1996, quando há uma forte declínio do número de estabelecimentos com financiamentos, de 30,6% para 7,1%, há também uma grande queda na área plantada, evidenciando a existência dessa relação lógica entre a produção de valor, a exploração de trabalho e o crédito como expressão do capital financeiro. Neilor, também agricultor, produtor de alimentos orgânicos, sobre a sua relação com o capital financeiro aduz:

> ***Walid:*** *O senhor recebe algum tipo de empréstimo, crédito, ou financiamento?*
> ***Neilor:*** *A gente mexe com a PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), mas é pouco dinheiro não é muito dinheiro não.* ***A gente precisava de mais dinheiro até****, mas a PRONAF é 8 mil, é 10 mil.* ***Eu no caso tenho duas PRONAF****, é bom, é um dinheiro, o juro é barato, né, mas só que tem que pagar a cada ano, aí chega o ano já tem que pagar de novo, não é, com mais tempo pra você pagar, né.*
> ***Walid:*** *E o senhor usa o PRONAF para quê?*
> ***Neilor:*** *Ah, pra comprar encanamento, pra pôr, pra comprar o trator também, pega assim já vai rapidinho, uns 15, 20 dias já foi, depois daqui a um ano tem que pagar de novo.*
> ***Walid:*** *E sem máquinas, sem o PRONAF, dá para produzir?*
> ***Neilor:*** *Ah é difícil hein, é difícil, difícil, sem máquina assim a gente já conseguiu, tem o trator já tudo certinho, tem até um vizinho lá que não tem trator e ele planta também, mas já* ***é bem mais difícil*** *hein.*
> ***Walid:*** *E você acha que todo mundo usa PRONAF?*
> ***Neilor:*** *Alguns né, porque sempre uns começa assim,* ***chega na hora de pagar não paga, aí o banco já não empresta mais, eu consegui até hoje, graças a Deus, sempre no meu caso consegui pagar, nunca deixei de pagar****, né. Quando começa a dar cano assim, de atrasar pagamento, já não paga nesse ano, não paga no outro, aí se enrola e não sai dinheiro nem a pau pro cê do banco mais* (grifos nossos).

Neilor deixa claro que conseguir crédito no banco ou obter algum tipo de financiamento para a agricultura é fácil e rápido, mas pagar esse mesmo empréstimo acrescido dos juros relativos, com o trabalho agrícola é difícil. Por esse motivo, para ele o dinheiro emprestado não deve funcionar como um auxílio monetário utilizável em qualquer custo de sua produção, mas deve funcionar como um investimento no aumento da produtividade, em maquinário (trator) e equipamentos de irrigação, por exemplo, deve funcionar como desenvolvimento das forças produtivas, portanto. Nessa contabilidade, Neilor expressa sua forma de consciência monetária e fetichista quando deixa bastante claro o que é custo e o que é investimento, quando explicita exatamente o que deve ser feito para que seja possível não mais remunerar a sua produção, mas pagar o empréstimo. O fetichismo como negatividade, como negação do trabalho e do valor, é o capital financeiro explicitado na vida de Neilor, é o produzir para pagar o empréstimo, não o pegar empréstimo para produzir. Além disso, Neilor é claro e diz que consegue pagar os empréstimos graças a Deus, e não graças ao seu trabalho, revelando que sua forma de consciência religiosa posta pelo capital tem de endeusar o capital financeiro como única justificativa plausível para sua ficcionalização fetichista, ou seja, para ele seu trabalho não paga, algo divino e além do mundo material é que torna possível o pagamento de empréstimos. Como um *horror vacui* em que todo vazio deve

ser preenchido, o fetichismo enquanto forma de consciência preenche com crença aquilo que não é explícito e aparece como naturalizado, inexplicável e irrefragável; fetichizando, portanto, a crença em uma divindade tão real quanto a fantasia de uma forma de sociabilidade ilusória, especificamente posta pelo capital e que impõe violentamente a necessidade do trabalho como "mal necessário" para o acesso ao crédito. Ademir, também não muito distante de Neilor, fala de mais um tipo de empréstimo recorrente no cinturão verde:

> ***Walid:*** *O senhor acha que a maioria dos produtores costuma pegar crédito?*
> ***Ademir:*** *Muitos da região pega.*
> ***Walid:*** *De que tipo?*
> ***Ademir:*** *Eles pegam, por exemplo, é a mesma coisa de ir no banco e fazer um empréstimo.* ***Eles vão nesses pessoal, que nem, eles vai no Hentona ali, quem fornece e fala: ah, não tem como vocês me fazer um empréstimo de tanto. Aí eu te pago em mercadoria. Tem muitos na região que faz isso. Dá em dinheiro e entrega em mercadoria****.*
> ***Walid:*** *Mas o senhor acha que a maioria desses empréstimos é pra que?*
> ***Ademir: É pra manter a produção****. (...) Que nem o Hentona, ele entrou em empréstimo pra poder manter a firma. Ele falou que aquele empréstimo dessa época ele paga até hoje. Só que ele consegue manter, ele falou: eu consigo equilibrar, eu tenho da onde eu tirar pra mim pôr. Agora, muitos produtor pequeno está sofrendo com isso daí* (grifos nossos).

O grupo Hentona, assim como inúmeras outras, cumpre também o papel dos bancos, não obstante seu empréstimo funciona como um adiantamento de dinheiro pago em mercadorias, porém o juro não devém tão explícito tanto quanto aquele que é pago em dinheiro. O juro, fetichizado enquanto mercadoria sob essa forma de empréstimo, aprofunda ainda mais a subsunção da agricultura ao capital financeiro na medida em que impõe a necessidade de uma produção material de mercadorias suficientemente capaz de remunerá-lo. Essa produção "forçada" de mercadorias fetichiza, obnubila a negatividade crítica da produção de valor enquanto lógica imanente do capital, ao impor o dispêndio de trabalho abstrato como ficcionalização de uma produção de valor e como justificação objetiva do capital financeiro.

> ***Walid:*** *O senhor acha que a maioria dos produtores precisa de crédito pra conseguir produzir?*
> ***Jorge:*** *Precisa.*
> ***Walid:*** *E qual é o tipo de crédito mais comum? É no banco, nas distribuidoras?*

> ***Jorge:*** *Distribuidora, não faço crédito de jeito nenhum. É só o banco.*
> ***Walid:*** *É que eu ouvi falar de algumas pessoas que pegam dinheiro nas distribuidoras e pagam em mercadoria.*
> ***Jorge: Deus o livre se fizer isso! Aí é que estamos no lixo. Eu não faço.*** *A turma fala: vamos fazer contrato? Eu falo não!* (grifo nosso).

Além de mais uma vez reiterar que é preciso pegar crédito financeiro para conseguir produzir, sua forma de consciência também nos revela em seu discurso uma forte ojeriza com relação às empresas distribuidoras/atravessadoras, como se elas "culpadas" personificassem um mal que consumisse grande parte de sua receita agrícola, fetichizando a negatividade objetivamente posta pelo capital em geral. Jorge, mais uma vez, incisivo e convicto, tem a certeza de que é uma péssima ideia se envolver com uma empresa distribuidora a partir de uma dívida. Se pegar emprestado dinheiro no banco já não é o desejável, embora necessário, emprestar de uma distribuidora e pagar em mercadoria seria entrar em um negócio sujo, execrável, como diz Jorge, é estar no lixo!

Na fala de Paulo Honda, produtor orgânico do município de Biritiba Mirim, pode-se igualmente perceber a inevitabilidade do crédito:

> ***Paulo Honda****: Tem incentivo assim num financiamento pra custeio financiamento pra investimento, mas só que a gente tem que pagar religiosamente. Tem que devolver aquele dinheiro religiosamente. Enquanto que em países mais desenvolvidos, digamos assim, ele tem um financiamento sim, mas só que a longo prazo e sem juros, no mínimo dez anos, daí pra frente 10, 15, até 20 anos de investimento e paga sem juros.*

O imperativo do crédito se revela como percepção na diferença de obtenção de crédito de acordo com a situação do desenvolvimento das forças produtivas dos países. A maior criticidade da realização das mercadorias no contexto periférico do capital, em comparação ao centro, engendra prazo de pagamento menor e taxa de juros maior, como contabilização do maior risco de inadimplência. Percebe-se também que há um ideal de financiamento, que é realizado nos países centrais, a longo prazo e juros baixos, que no entanto, sob a periferia do capital se faz a curto prazo e a juros altos, que se impõem com a força de um dogma, de uma religião.

Juliana, do Sindicato Rural de Mogi das Cruzes, sobre a questão da procura por financiamentos e empréstimos por parte dos produtores da região do Alto Tietê, argumenta que:

> ***Juliana**: (...) os produtores pegam [financiamento], a gente vê produtor aí... Eu até brinco e falo ó...* ***Só não pega quem for bobo...*** *Porque quando você compara o empréstimo rural com os outros empréstimos os juros são muito baixos. (...) então tem muitos agrônomos que trabalha com a parte toda burocrática da papelada, que o produtor não tem conhecimento, acha um bicho de sete cabeças, mas na verdade não é... Então ele chega já com a papelada prontinha assim ó você não quer comprar um trator não?* ***Assim ah eu não to precisando não... mas ele vai e compra...***

No contexto periférico o empréstimo rural mostra-se vantajoso em comparação ao demais empréstimos, de modo que torna-se uma depreciação moral aquele que não se põe ao dispor do capital financeiro, torna-se um "bobo" aquele que não se aproveita das benesses do capital financeiro. O que Juliana percebe como escolha de um sujeito sobre a necessidade de um maquinário, é, em verdade, uma imposição lógica e objetiva do desenvolvimento das forças produtivas do capital, mediado pelo capital financeiro.

Acerca dessa mediação social que o capital financeiro estabelece entre tudo e todos, Ademir brilhantemente nos expressa como essa mediação se realiza hodiernamente:

> ***Walid:*** *A maioria das pessoas se conhece aqui?*
> ***Ademir:*** *A maioria é tudo conhecido. É difícil falar que um não conhece o outro...* ***Quer ver você encontrar todo mundo, todos produtor? É chegar final de mês, dia trinta, dia útil, você pode ir no banco que está todo mundo no banco. Isso é de lei! Não tem um***.

Essa forma de sociabilidade violentamente mediada pelo capital financeiro impõe que o indivíduo socialize-se em hora e local determinados, em um dia útil, sempre no final do mês, muito provavelmente em um dia 30, dentro de uma agência bancária. Isso é de lei, diz Ademir, não tem um produtor rural que não encontre seus colegas de ofício dentro de um banco. A linguagem de Ademir também se revela bastante precisa quando se utiliza de uma conjunção explicativa para dizer que um conhece o outro *porque* se encontram no banco no final do mês. O encontro dentro da instituição financeira explica por que todos se conhecem, explica como todos enquanto indivíduos desindividualizam-se e socializam-se, explica o que medeia essa forma de sociabilidade. É o banco enquanto instituição do capital financeiro quem faz a mediação social entre os agricultores, entre o mercado imobiliário e a produção agrícola, financiando e ficcionalizando a forma valor em ambas. A ideia de que é o trabalho concreto quem mediaria essa forma de sociabilidade seria, portanto, a negação da teoria crítica do valor, seria a inversão fetichista da lógica do capital como apologia do trabalho, e é por isso que ao pensar crítica e negativamente o capital deve-se explicitar o capital financeiro

como negação radical do valor e o trabalho como negação de si mesmo enquanto não-trabalho. Assim, contrariamente ao totalitarismo panegirista que reifica o real ao silenciar a crise e a crítica, devém a pertinência da crítica como o tematizar da crise do capital e de sua negatividade enquanto lógica que põe e se repõe na imanente constituição objetiva de formas de consciência fetichistas.

6. Considerações finais

A lógica dialética do capital se revela no obscurecer-se enquanto lógica e no mostrar-se como *natureza*, e, enquanto lógica dialética, o capital contradiz-se como forma de sua própria identidade. O cinturão verde de São Paulo, na sua especificidade, aparece tão naturalizado quanto à cisão que o constitui – a cisão entre o rural e o urbano. Essa cisão, além de objetiva, surge também enquanto expressão de uma forma de consciência constituída a partir de uma outra cisão ainda mais profunda, aquela entre sujeito e objeto, da qual derivam miríades de outras cisões. Nessa miríade de cisões, desse modo, o capital se objetiva também objetivando formas de consciência, as quais repõem inexoravelmente de modo fetichista suas categorias, bem como a negatividade a elas imanente. Assim, a relação entre dois termos que aparecem cindidos se revela posta pela sua negação recíproca radical, na medida em que ambos termos somente se constituem um enquanto negação do outro.

Sob essa perspectiva do negativo enquanto elemento que dá identidade aos termos, pode-se pensar a identidade substancial não mais como uma superação positiva das contradições, mas como reprodução crítica e negativa. É nesse sentido, que surge a possibilidade de se pensar a cisão objetiva entre campo e cidade, não como uma cisão posta pela divisão social do trabalho, que aponta para o desenvolvimento e modernização econômico-sociais como momento da superação do atraso, mas como uma cisão que aponta para um aprofundamento da divisão social do trabalho como expressão de sua determinação negativa. Em outras palavras, nessa cisão entre campo e cidade, entre rural e urbano, está posta a forma de consciência fetichista que vela a negatividade categorial que se impõe sobre essa mesma cisão, fazendo-a aparecer como desenvolvimento posto pela urbanização. No entanto, ao pensamento crítico sobre o capital impõe-se que a imanência de sua negatividade categorial seja explicitada tanto como objetividade, quanto como forma de consciência sobre essa mesma objetividade posta pelo capital.

Nesse sentido, ao pensar o cinturão verde e a relação entre a cidade e o campo sob o capital, se faz absolutamente necessário o pensamento sobre o pensamento que se tem acerca dessa cisão, sobretudo, na medida em que o que se pensa ordinariamente se revela enquanto expressão tão real quanto à própria materialidade do real. E nesse pensar o pensamento, tão importante quanto às pesquisas bibliográficas, ressalta-se a relevância fundamental das entrevistas realizadas durante os trabalhos de campo, na medida em que o pensamento que é expresso em campo revela muito mais do que meras opiniões pessoais, revela uma forma de

consciência tão violenta quanto à forma de sociabilidade posta e reproduzida por essa mesma forma de consciência imanentemente fetichista.

Seguindo o curso lógico, da cisão negativa entre o campo e a cidade como expressão da negatividade crítica da produção de valor, devém a importância da discussão acerca da divisão social do trabalho, a qual em escala mundial se expressa conformando uma divisão internacional do trabalho. É, porém, nessa divisão internacional que centro e periferia se põem objetivamente em relação, conformando ao mesmo tempo também uma forma de consciência acerca dessa mesma relação. Nesse sentido, essa forma de consciência pleonasticamente fetichista, do ponto de vista da teoria crítica do valor passa a ser também objeto da verrina na medida em que fetichiza o desenvolvimento periférico, imputando ora um caráter moral ao trabalho, ora imputando ao tempo a superação de um arcaísmo civilizatório e econômico, expresso na forma como foi posta a propriedade privada da terra no mercado.

O cinturão verde de São Paulo surge na sua especificidade, portanto, como expressão da forma universal com que se põe e se fenomeniza a negatividade categorial do capital, revelando que a universalidade do capital se explicita especificamente conformando particularidades universais. É compreendendo o cinturão verde nesse sentido que devém a sua importância para se refletir acerca da conformação da cisão entre cidade e campo na periferia do capital mundial, em um contexto moderno de sociabilidade mediada pelo capital financeiro.

O cinturão verde, em toda a sua conformação histórica, expressou a negatividade imanente do capital. Desde a formação do cinturão verde como passagem de um cinturão caipira já estava posta a negatividade de um processo social. Muito embora apareça como urbanização e desenvolvimento civilizatório, esse processo social imanentemente crítico se reproduz tanto na agricultura como no mercado imobiliário, fetichizando a negatividade que o fundamenta, lapidando formas de consciência ilusórias que naturalizam tanto a si mesmas quanto a objetividade de sua sociabilidade.

O acesso à terra e o próprio acesso ao trabalho aparecem, portanto, mediados pelo capital financeiro em que tanto mais a forma valor devém ilusão de trabalho, ficção de valor, tanto mais o capital financeiro se põe como determinação da reprodução do capital. Assim, tanto mais o cinturão verde aprofunda sua divisão social do trabalho periférica, tanto mais crítica é a sua produção de valor que, por conseguinte, torna tanto mais crítica e negativa a agricultura como ramo produtivo, a terra como propriedade privada e o capital financeiro como mediação social.

7. Referências

Documentos primários

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Histórico das taxas de juros. Brasília : BCB, 2014. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS>. Acesso em 10 ago. 2018.

BRASIL. Lei 6.766, de 19 de Dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 1979.

_____. Lei 9.785, de 29 de Janeiro de 1999. Altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nos 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1º fev. 1999.

IBIÚNA, Lei Municipal nº 816 de 24 de fevereiro de 2003. Dispõe sobre a Regularização de Parcelamento do Solo para Fins Urbanos. *Imprensa Oficial*, Ibiúna, SP, 24 fev. 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV/IBRE). *Preços de Vendas de Terras - Lavouras - São Paulo*. Disponível em: <http://portalibre.fgv.br>. Acesso em 30 out. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sistema IBGE de Recuperação Eletrônica (SIDRA)*. 2013. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 out. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA EM ECONOMIA APLICADA (IPEA). *IPEADATA: Banco de Dados do Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada. Macroeconômico.* 2012. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?192810671>. Acesso em: 15 ago. 2017.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. *Dialética Negativa*. Rio de Janeiro : Zahar, 2009.

ALFREDO, A. *Crise Imanente, Abstração Espacial. Fetiche do Capital e sociabilidade Crítica*. Terra Livre, v.34, 2010a.

_____. *Negatividade e a Crítica à Crítica Crítica: Sobre Espaço, Tempo e Modernização*. Cidades (Presidente Prudente), v. 6, p. 381-414, 2010b.

_____. Modernização e reprodução crítica: agroindústria do leite e contradições do processo de acumulação. *Revista GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 24, pp. 63-108, 2008.

AUTREMENT. In: Dicionário Michaelis. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/escolar/frances/definicao/frances-portugues/autrement_15981.html>. Acesso em: 25 set. 2016.

AZEVEDO, A. *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. Volume IV. São Paulo : Nacional, 1958.

BAGLI, P. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.) *Cidade e Campo: Relações e contradições entre urbano e* rural. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch. *A Economia Mundial e o Imperialismo* (Os economistas). São Paulo : Abril Cultural, 1984.

CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito : Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo : Editora 34, 2001.

CARLOS, A. F. A. A questão da cidade e do campo: teorias e política. *MERCATOR – Revista de Geografia da UFC*, Fortaleza, v. 3, n. 5, p. 07-13, 2004.

CASTELLS, M. *Problemas de investigação em Sociologia Urbana.* São Paulo: Martins Fontes, 1975.

CCI (Centro Cultural de Ibiúna). *História do Desenvolvimento da Colônia Nipo-Brasileira de Ibiúna 1948 – 1998*. [Ibiúna]: CCI, 1998. Disponível em: <http://www.imigrantesjaponeses.com.br/ColoniaIbiuna.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2014.

COUTO, E. *As modernizações e as racionalidades na agricultura e o uso do território: temporalidades e espacialidades no município de Ibiúna (SP)*, 2007, 222 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CRUZ, A. B. *Um olhar sobre a fímbria e a cidade: áreas periurbanas na borda da Região Metropolitana da Grande São Paulo*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CINTURÃO. In: *Dicionário Michaelis*. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=cintur%E3o>. Acesso em 19 dez. 2013.

DEBORD, Guy. *La Société du Spetacle*. 3ª Ed. Paris : Les Éditions Gallimard, 1992. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/contemporains/debord_guy/societe_du_spectacle/societe_du_spectacle.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2014.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro.* São Paulo : Editora Globo, 2001.

FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.

_____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GIANNOTTI, José Arthur. *Certa herança marxista*. São Paulo : Companhia das Letras, 2000.

GONÇALVES, J. S. e VEGRO, C. L. R. *Crise econômica e cooperativismo agrícola: uma discussão sobre os condicionantes das dificuldades financeiras da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC).* Agricultura em São Paulo, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 57-87, 1994. Disponível em <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/ASP4-0294.pdf> . Acesso em: 26 mai. 2018.

GROSSMANN, H. *La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista*. Cidade do México: Siglo Veiteiuno Editores, 1979.

HEGEL, G. W. F. *Ciência da Lógica*. Textos tradução por Marco Aurélio Werle. Suhrkamp, 2010.

_____. *Ciência da Lógica: (Excertos)*. Seleção e tradução por Marco Aurélio Werle. São Paulo: Barcarolla, 2011.

_____. *Fenomenologia do Espírito*. 2ª Ed. Petrópolis : Editora Vozes, 1992.

_____. *Diferença entre os Sistemas Filosóficos de Fichte e de Schelling*. Lisboa : Imprensa Nacional C.M. , 2003.

_____. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio*. Vol. I – A Ciência da Lógica. São Paulo : Loyola, 2005.

_____. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio*. Vol. II – Filosofia da Natureza. São Paulo : Loyola, 1997.

KURZ, Robert. *A ascensão do dinheiro aos céus* : Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de casino e a crise financeira global. *s.l.*, 1995. Disponível em <http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz101.htm>. Acesso em: 06 ago. 2016.

_____. *A desvalorização do valor*. *s.l.*, 2005. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz199.htm>. Acesso em: 06 jul. 2016.

_____. *O colapso da modernização da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2004.

LANGUENBUCH, J. R. *A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. Rio de Janeiro : Instituto Brasileiro de Geografia, 1971.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace. 4ème éd.* Paris: *Éditions Anthropos*, 2000). Primeira versão: fev. 2006. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo : Centauro Editora, 2004.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia - O processo de formação do mercado interno para a indústria* (Os economistas). São Paulo : Abril Cultural, 1982.

MANDEL, Ernest. *A crise do capital - os fatos e sua interpretação marxista*. Campinas : Ed. da UNICAMP, 1990.

_____. *O Capitalismo Tardio*. 2ª edição (Os Economistas), São Paulo : Nova Cultural, 1985.

MARCOVITCH, Jaques. *Cotia: Seis décadas de estratégia cooperativista*. São Paulo : CAC, 1989.

MARX, Karl. *O Capital* : Crítica da Economia Política, v. I, t. 1. São Paulo : Editora Nova Cultural, 1983.

_____. *O Capital* : Crítica da Economia Política, v. I, t. 2. São Paulo : Editora Nova Cultural, 1984.

_____. *O Capital* : Crítica da Economia Política, v. III, t. 1. São Paulo : Editora Nova Cultural, 1984.

_____. *O Capital* : Crítica da Economia Política, v. III, t. 2. São Paulo : Editora Nova Cultural, 1984.

_____. *Grundrisse*: Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo : Boitempo, 2011.

MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução Álvaro Pina. [Lisboa] : Editorial Avante!, 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/ideologia-alema-oe/cap2.htm> acesso em: 18 jun. 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Crítica ao "Estado Isolado" de Von Thünen: Contribuição para os Estudos de Geografia Agrária*. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

PEGORETTI, M. S.; SANCHES, S. P. *Dicotomia rural x urbano e segregação sócio-espacial: uma análise da acessibilidade ligada à problemática do transporte dos estudantes do campo*. In: XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, 11, Salvador, 2005.

PERTILLE, José Pinheiro. *Aufhebung, meta-categoria da lógica hegeliana*. Revista Eletrônica Estudos Hegelianos, Ano 8, nº 15, dezembro, 2011. Disponível em: <www.hegelbrasil.org/reh_2011_2_art4.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2014.

PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas e sua função de valorização da região paulistana: estudo de geografia histórica*. São Paulo : Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, 1964.

POSTONE, M. *Time, labor and social domination: a reinterpretation of Marx critical theory*. Cambridge : Cambridge University Press, 1995.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 26ª edição. São Paulo : Editora Brasiliense, 1981.

RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. *Revista de Economia Política*, [s.l.], v. 1, n. 4, p. 05-34, out-dez, 1981.

_____. *Dualidade básica da economia brasileira*. [s.l.]: Instituto Ignácio Rangel, 1999.

ROSA, L. R.; FERREIRA, D. A. O. As categorias rural, urbano, campo, cidade: A perspectiva de um *continuum*. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.) *Cidade e Campo: Relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção.* São Paulo : Hucitec, 1996.

SAYAD, J. *Especulação em terras rurais, efeitos sobre a produção agrícola e o novo ITR*. In: Pesquisa e Planejamento, volume 12, número 1, abril, 1982.

_____. *Preço da terra e mercados financeiros*. In: Pesquisa e Planejamento, volume 7, número 7, dezembro, 1977.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades - Editora 34, 2000.

SEABRA, Manoel. *Vargem Grande; organização e transformações de um setor do cinturão-verde paulistano*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1969.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Urbanização e Fragmentação: Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão*. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. Relação Cidade Campo: as metamorfoses da cidade. In: SAQUET, M. A.; SUZUKI, J. C.; MARAFON, J. G. (Organizadores). *Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas*. São Paulo : Outras Expressões, 2011, pp. 139-153.

SZMRECSANYI, Tamás. Celso Furtado. *Estudos avançados*, São Paulo , v. 15, n. 43, dez, 2001 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300025&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 mai. 2016.

UENO, Lidia Hathue. *O deslocamento do cinturão verde de São Paulo no período de 1973 a 1980*. Dissertação (Mestrado em Economia Agrária) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1985.